



PRESS BOOK

Revista_Imprensa_11_e_12_Setembro_2021

Revista de Imprensa

1. Alívio no IRS sem aumento de Impostos, Correio da Manhã, 12/09/2021	1
2. Governo cria novo produto de poupança, Correio da Manhã, 12/09/2021	3
3. Pensionistas da Segurança Social podem consultar recibo online, Jornal de Notícias, 12/09/2021	4
4. Juros dos novos Certificados do Tesouro vão até 1,6% no sétimo ano, Público, 12/09/2021	5
5. Não aceitamos um acordo como o do Bloco com o PS em Lisboa - entrevista a João Ferreira, Público, 12/09/2021	6
6. João Leão diz que revisão do IRS não agrava carga fiscal, Público, 12/09/2021	9
7. Recibo digital da pensão, Correio da Manhã, 11/09/2021	10
8. "A ADSE foi confrontada com fim dos partos no Algarve." Agora vai rever todos os preços- entrevista a Maria Manuela Faria, Dinheiro Vivo, 11/09/2021	11
9. Jorge Sampaio do estudante revolucionário ao estadista emocional (1939-2021), Diário de Notícias, 11/09/2021	14
10. "Não vamos aceitar o ´dou a consulta mas não faço o exame ´" - Entrevista a Maria Manuela Faria, Nascer do Sol, 11/09/2021	39
11. PIB acelera ao encontro das Metas do Governo, Nascer do Sol, 11/09/2021	44
12. Mais de 4000 alunos mudaram opções de acesso ao ensino superior, Público, 11/09/2021	45
13. ADSE quer subir preços dos partos até final do ano para evitar saída de privados, Público, 11/09/2021	46
14. Fraude nos Fundos, Correio da Manhã - Domingo, 12/09/2021	47
15. Um BMW, uma colisão, dois GNR mortos: Um ano depois, nem acusação , nem indemnização, Diário de Notícias, 12/09/2021	48
16. BCP avança para despedimento coletivo de 62 trabalhadores, Jornal de Notícias, 12/09/2021	52
17. Empresas do Norte querem Dielmar, Jornal de Notícias, 12/09/2021	53
18. Micromobilidade potencia emprego nas cidades, Jornal de Notícias - Urbano, 12/09/2021	54
19. Greve no início do ano letivo, Correio da Manhã, 11/09/2021	57
20. Greve avança, Correio da Manhã, 11/09/2021	58
21. Lojas do Cidadão à beira da rutura, Correio da Manhã, 11/09/2021	59
22. O Presidente das emoções, Correio da Manhã, 11/09/2021	60
23. Expulsa de hospital, Correio da Manhã, 11/09/2021	66
24. Sobe e desce, Correio da Manhã, 11/09/2021	67
25. Em tempo de pandemia abriram 23 novos hotéis no país, Dinheiro Vivo, 11/09/2021	68

26. Tensão na banca: sindicatos em corrida para travar saídas, Dinheiro Vivo, 11/09/2021	71
27. Os sindicatos ficaram sozinhos, Dinheiro Vivo, 11/09/2021	72
28. FESAP quer aumento de 2,5% nos salários da Função Pública, Jornal de Notícias, 11/09/2021	73
29. Maquinistas do Metro do Porto em greve nos dias 24 e 28, Jornal de Notícias, 11/09/2021	74
30. Trabalhadores pedem respostas ao Governo, Jornal de Notícias, 11/09/2021	75
31. Há emprego, faltam trabalhadores, Jornal de Notícias, 11/09/2021	76
32. OE 2022 - Medidas a pensar nas Autárquicas, Nascer do Sol, 11/09/2021	77
33. PSP apresenta queixa contra juiz, Nascer do Sol, 11/09/2021	80
34. A (de) formação de um país!, Nascer do Sol, 11/09/2021	81
35. Marcelo promulga subsídio, Nascer do Sol, 11/09/2021	82
36. BCP faz despedimento colectivo, seis sindicatos avançam para greve, Público, 11/09/2021	83
37. Jorge Sampaio - Um compositor de interesses, Público, 11/09/2021	84



ALTERAÇÃO A DOIS ESCALÕES



João Leão deslocou-se à Eslovénia, para reunião conjunta dos ministros das Finanças

MUDANÇA ◊ Leão diz estar a estudar dois novos escalões com “seriedade”, para evitar passos atrás **ORÇAMENTO** ◊ Executivo otimista com aprovação das contas de 2022, referindo “mais condições”

Descida do IRS sem aumento de impostos

Bruxelas alerta para regresso do aperto das regras do défice

◻ O vice-presidente da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis, avisou ontem os países que devem começar a preparar, nos orçamentos do próximo ano, o regresso das regras para défice e dívida em 2023, que se encontram suspensas devido à pandemia. O ministro das Finanças português, João Leão, defende que seja feito um debate entre os 27 Estados-membros para a revisão destas regras, admitindo maior flexibilidade perante investimentos públicos ‘verdes’ e digitais. ●

SAIBA MAIS

3%

É o limite definido a nível comunitário para o défice orçamental, que se encontra suspenso devido à pandemia. O Governo espera poder cumprir este patamar já em 2022.

Défice de 2020

Portugal fechou 2020 com um défice de 5,7% do PIB, o maior desde a troika. O Governo chegou a prever que o indicador atingisse a fasquia dos 7%.

Governo otimista

Bruxelas projeta um défice de 4,7% para Portugal neste ano, acima da última previsão do Governo, de 4,5%. O novo confinamento geral acabou por ditar uma revisão das metas.

WILSON LEDO

O Governo garante que “não haverá aumento da carga fiscal” através de outros impostos para compensar o alívio com a revisão dos escalões de IRS. A promessa foi feita ontem pelo ministro das Finanças, à margem de uma reunião do Ecofin, na Eslovénia.

Segundo João Leão, o Governo quer aumentar a progressividade

TRÊS MIL MILHÕES DA BAZUCA PARA EXECUTAR NO PRÓXIMO ANO

do imposto, criando dois novos escalões, “com seriedade e responsabilidade”. “Neste momento, não existe nada em concreto”, referiu.

“Nós não estamos só preocupados com o próximo ano, mas também em garantir que as coisas são sustentáveis e que, no ano

seguinte, não temos de voltar atrás”, reforçou João Leão.

O primeiro-ministro já adiantou que a intenção é desdobrar o terceiro e o sexto escalões de IRS. Como avançou o CM, a medida terá impacto em cerca de 1,5 milhões de famílias, com alívios para os agregados que ganhem até aos 60 mil euros.

A medida integra o Orçamento do Estado para 2022, para o qual João Leão diz haver “muito mais condições” para conseguir luz verde dos restantes partidos, tendo em conta o desempenho dos vários indicadores económicos, como a taxa de desemprego.

A apoiar as contas do próximo ano, como um “dos principais eixos”, estará a bazuca euro-

peia. O Governo prevê executar três mil milhões de euros do Plano de Recuperação e Resiliência já em 2022.

“Estão a ser preparados concursos e compromissos em diferentes áreas, e espera-se que isso tenha, já no próximo ano, um impacto muito substancial na re-

cuperação da atividade”, destacou João Leão.

A proposta do Orçamento do Estado para 2022 deve ser entregue na Assembleia da República dentro de um mês. Os parceiros à esquerda têm-se queixado de falta de diálogo por parte do Governo. ●



Paolo Gentiloni explicou que a verba servirá para a recuperação

Comissão Europeia quer acordo para taxar gigantes tecnológicas em outubro

◻ Bruxelas quer atingir, em outubro, um “acordo global estável” sobre a tributação a empresas multinacionais, e especial as gigantes tecnológicas. A posição foi assumida ontem pelo comissário europeu da Economia, Paolo

Gentiloni, justificando que a verba servirá para “financiar a recuperação” após a crise causada pela pandemia. “Temos algumas semanas para dar esta contribuição europeia que é tão importante”, explicou o responsável. ●



DOMINGO 12/09/2021 | DIÁRIO | €1,70 (C/IVA)



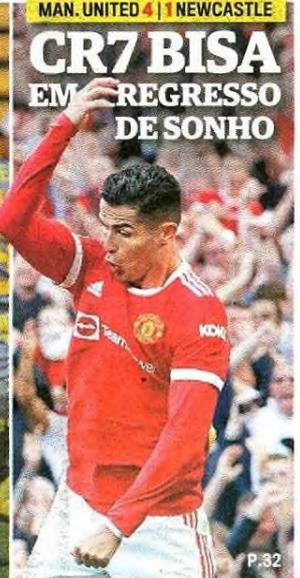
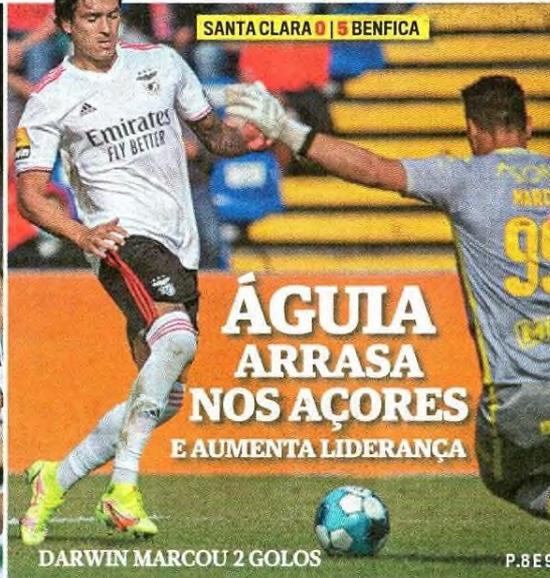
HOJE
108
PÁGINAS

CORREIO

da manhã

DIRETOR: CARLOS RODRIGUES
DIRETORES-ADJUNTOS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA, ALFREDO LEITE, PAULO JOÃO SANTOS E PAULO OLIVEIRA LIMA

www.cmjornal.pt



ALMEIRIM P.14

JOVEM MORRE NA BAGAGEIRA DE CARRO



INÊS DIAS, DE 16 ANOS

ACIDENTE PROVOCOU AINDA 6 FERIDOS, UM DELES FICOU EM ESTADO GRAVE

DESPISTE BRUTAL APÓS NOITE DE FESTA



VIATURA DE CINCO LUGARES CONTAVA COM SETE OCUPANTES, COM IDADES ENTRE OS 16 E OS 23 ANOS

Peppa Pig
Com a Peppa brincar e aprender
3º Livro + Oferta da CASA + brinquedo e 3 fichas de jogo por apenas 7,95€ + jornal
Não perca, 5ª Feira dia 16.

DESCOBERTAS P.20
JOACINE QUER REMOVER PAINÉIS HISTÓRICOS DO PARLAMENTO

ABUSO DE PODER P.10
Judiciária faz buscas na Fundação Inatel

GARANTE MINISTRO P.26
Alívio no IRS sem aumento de impostos

EM CARRO ROUBADO P.18
Criminoso apanhado após fuga de 100 km

VIDAS DE DOMINGO P.42 A 45

FILHA DE COSTA E MEL DE MEL EXÓTICA
Conheça o destino

dagol
O Fabuloso Mundo do Vidro Acrílico

www.dagol.com

O Fabuloso Mundo do Vidro Acrílico

geral@dagol.com
212 689 810
912 562 787



CERTIFICADOS DO TESOURO

Governo cria novo produto de poupança

■ O Governo criou um novo produto de poupança com “taxa fixa garantida”, os Certificados do Tesouro Poupança Valor (CTPV). A resolução que lança este novo instrumento foi aprovada no último Conselho de Ministros. “Este produto vem substituir os anteriores Certificados do Tesouro Poupança Crescimento, cujas novas subscrições ficam suspensas”, anunciou. As taxas de juro dos novos CTPV vão desde os 0,70% nos primeiros dois anos até aos 1,60% no sétimo. ●



Pensionistas da Segurança Social podem consultar recibo online

SERVIÇOS Os pensionistas da Segurança Social passaram a ter disponível no site da Segurança Social Direta o recibo da sua pensão, podendo, desta forma, verificar o valor mensal recebido, bem como as deduções. Para obter o recibo da pensão (que pode ser consultado ou impresso), é necessário dispor de uma senha de acesso à Segurança Social Direta.



Juros dos novos Certificados do Tesouro vão até 1,6% no sétimo ano

Isabel Aveiro

Novo produto substitui Certificados do Tesouro Poupança Crescimento, cujos juros atingem 2,25% no último ano, sem prémio

Os novos Certificados do Tesouro Poupança Valor (CTPV), novo produto de poupança que o Governo aprovou esta sexta-feira em Conselho de Ministros (CM), com “taxa fixa garantida e características que se aproximam das actuais condições de financiamento da República”, têm um retorno de 0,70% no primeiro ano e terminam nos 1,60% no sétimo ano. Isto, sem contabilizar o prémio associado ao crescimento do PIB, cujo peso também diminui face aos Certificados do Tesouro Poupança Crescimento, cuja subscrição agora cessa.

De acordo com a resolução do CM este sábado publicada em *Diário da República*, os Certificados do Tesouro Poupança Valor (CTPV), “a serem subscritos a partir de 13 de Setembro de 2021” – amanhã – têm taxa de juro fixadas em: 0,70% no primeiro ano; igual retorno no segundo ano; 0,80% no terceiro ano; 0,90% no quarto ano; 1% no quinto ano; 1,30% no sexto ano; e 1,60% no sétimo e último ano.

A partir do terceiro ano, a remuneração “é acrescida de um prémio em função do crescimento médio real do Produto Interno Bruto [PIB]”,

que não poderá ser acima de 1,5%. Declara o diploma agora publicado: “a partir do 3.º ano, ao valor da taxa de juro fixada, acresce um prémio, a ser divulgado pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, EPE” (a entidade gestora da dívida pública portuguesa), “no penúltimo dia útil do mês anterior à data de pagamento de juros”.

“O prémio corresponde a 20% do crescimento médio real do PIB a preços de mercado”, nos “últimos quatro trimestres conhecidos no mês anterior à data de pagamento de juros”. A resolução clarifica ainda que o prémio “apenas tem lugar no caso de o crescimento médio real do

PIB ser positivo e fica limitado a um máximo de 1,50% em cada ano”.

O valor mínimo a investir são mil euros, com “garantia da totalidade do capital investido”. Não há capitalização de juros e o vencimento do capital é feito “ao valor nominal, no 7.º aniversário da data-valor da subscrição”.

13

de Setembro, amanhã, é a data a partir da qual podem ser subscritos os novos Certificados do Tesouro Poupança Valor, aprovados esta sexta-feira



Ministério de João Leão renovou produto de poupança

crição”. O resgate só pode ser antecipado no final de um ano após a data da subscrição, com perda de juros.

Os juros e os prémios de remuneração “estão sujeitos a IRS, com retenção na fonte, à taxa liberatória existente na data do vencimento de juros”. Mas são isentos de imposto de selo “desde que revertam a favor de herdeiros legítimos” do titular da subscrição.

Os CTPV substituem os Certificados do Tesouro Poupança Crescimento (CTPC), que se iniciaram em 2017 e estão, a partir de ontem, 11 de Setembro, com subscrição suspensa por força da entrada em vigor da resolução do CM. Há, assim, apenas um interregno de dois dias, sábado e domingo, entre o fim das subscrições dos CTPC e a possibilidade de investir nos novos Certificados do Tesouro Poupança Valor.

Os Certificados do Tesouro Poupança Crescimento têm taxas de juro fixas, segundo a informação disponível na IGCP, entre 0,75% (no primeiro ano) e 2,25% no sétimo e último ano (sem contabilização do prémio associado ao crescimento da economia), ascendendo a taxa média anual bruta a 1,39% – quando nos novos certificados ela não vai além de 1%. É de recordar igualmente que, no caso dos CTCP, o prémio associado ao crescimento do PIB tinha efeito a partir do segundo ano (em sete) e correspondia “a 40% do crescimento médio real do PIB”.



Política Entrevista com João Ferreira, candidato da CDU a Lisboa



“Não aceitaremos um acordo nas condições em que foi celebrado com o BE”

João Ferreira Crítico da solução de governo concertada por PS e BE há quatro anos, na forma em que foi acordada, João Ferreira diz-se disponível para aceitar pelouros, mas com condições

Entrevista

Maria Lopes, Cristiana Faria Moreira

Aos 42 anos, João Ferreira é, pela terceira vez, o candidato comunista à presidência da Câmara de Lisboa. Propõe uma revisão urgente do plano director municipal, que se revelou “nocivo” por ter liberalizado os usos do solo e ter feito a cidade andar ao sabor do mercado e das vontades de promotores imobiliários.

Se o PS quiser fazer um acordo em Lisboa com a CDU para governar mais confortavelmente – pelas sondagens, parece que o BE poderá perder o vereador – está disponível para isso?

As sondagens não decidem eleições.

São apenas cenários com que todos trabalham...

Eu não aceito que a partir de sondagens haja uma desqualificação desta candidatura. Este é o momento em que a CDU se está a bater por assumir todas as responsabilidades, incluindo a presidência da Câmara Municipal de Lisboa (CML). Estamos convictos que temos condições, projecto e equipa para responder aos problemas da cidade. Nas situações em que somos maioria,

temos por hábito atribuir pelouros a outros partidos representados no executivo. Quando estamos em minoria, por regra, também aceitamos pelouros, não incondicionalmente. Há condições para se aceitarem pelouros.

E quais são as condições do PCP em Lisboa?

As condições são entendermos que temos os meios e os recursos para fazermos um trabalho compatível com os compromissos que assumimos perante as populações. Em segundo lugar, temos de preservar uma autonomia e uma independência de apreciação e de julgamento sobre todas as áreas de governação da câmara que não nos pode deixar amarrados à aprovação de medidas ou instrumentos de governação que consideremos prejudiciais. Demonstrámos, ao longo destes quatro anos, que é possível com pelouros ou sem desenvolver um trabalho em prol da cidade. A garantia que damos é a de que, seja quais forem as circunstâncias, faremos esse trabalho. É nossa vontade ter mais responsabilidade, mais influência em Lisboa do que aquela que tivemos.

Faz uma avaliação muito negativa do acordo entre o PS e o BE?

Há uma avaliação objectiva a fazer: olhando para os compromissos que constavam no

acordo de governo da cidade e para o que foi cumprido, há um enorme grau de incumprimento. Depois, há uma avaliação política subjectiva: foi positivo em Lisboa a perda de maioria absoluta por parte do PS. Isso criou um potencial de intervenção das outras forças que a CDU aproveitou. Houve marcas que deixámos no governo da cidade nestes anos, mesmo não tendo pelouros, que aconteceram porque o PS não teve maioria absoluta. Isso aconteceu na criação do Programa de Arrendamento a Custos Acessíveis (PACA), na regulamentação do alojamento local, onde Fernando Medina queria, inicialmente, ser muito mais permissivo na autorização de novas unidades nas zonas de contenção relativa e absoluta.

Apesar disso, esse potencial foi largamente comprometido pelo acordo feito no início do mandato que, à cabeça, garantiu a aprovação de todos os orçamentos da legislatura, das grandes opções do plano, das reestruturações de serviços municipais, mesmo num momento em que esses instrumentos de gestão não eram sequer conhecidos. Isso impediu outras forças políticas de concretizarem mais medidas a favor da cidade. O PS, em algumas circunstâncias, não precisou de negociar porque tinha o conforto



FOTOS: GONCALO VILLAVEIDE



de um acordo que lhe deu segurança para todo o mandato. Foi por isso que não aceitou um acordo em 2017? Fernando Medina diz que tentou... Ninguém esperará da CDU a posição de dar acordo a coisas que não conhece.

Foi-lhe colocada a condição? Aquilo que verificámos foi que o PS encontrou junto do BE a satisfação dessa condição. **Porque bateu à porta da CDU e a CDU disse que não?...**

Em nenhuma circunstância a CDU aceitaria uma situação destas. **A pergunta é se essa proposta lhe foi feita...**

Isso tem de perguntar a quem a terá feito. O que posso dizer é que não aceitaríamos nem aceitaríamos um acordo nas condições em que foi celebrado com a força política que deu apoio ao PS nestes últimos quatro anos. Temos toda a disponibilidade para trabalhar, seja com pelouros, seja sem. O que ninguém esperará ver da CDU no plano local é dar, à cabeça, acordo para orçamentos e grandes opções do plano que não conhecemos nem tivemos oportunidade de discutir.

O PCP teria sido um parceiro mais impositivo do que o BE? Já não tem interesse olhar agora para essa questão. As coisas foram o que foram. Quer o PS, quer o BE fizeram as suas opções. A CDU não estaria na disposição de garantir

ao PS o seu apoio em instrumentos de governo da cidade que não conhecia. Não o fizemos nem faremos.

Que pelouros gostaria de ter? Eu gostava de ter a presidência da câmara municipal. **O que é um bom resultado para o PCP?**

É reforçar posições no executivo municipal. E também nas freguesias e na assembleia municipal.

Tem alguma meta concreta? É essa: reforçar influência e posições.

No seu programa, refere que "o desenvolvimento da cidade foi deixado nas mãos do investimento especulativo, com a complacência da gestão PS/BE, que se absteve de pensar o desenvolvimento urbanístico enquanto desenvolvimento local, humano, social e ambiental para Lisboa". O que propõe para reverter estes efeitos?

No que toca ao urbanismo, consideramos que é essencial uma revisão do PDM. O actual liberalizou os usos do solo na cidade, dificultou uma necessária compatibilização entre as várias funções da vida na cidade, levou a um crescimento desordenado do turismo, criou dificuldades a funções como a habitacional. Não tem uma dimensão social e ambiental. Lisboa será em cada



Eu não aceito que a partir de sondagens haja uma desqualificação desta candidatura

As condições são entendermos que temos os meios e os recursos para fazermos um trabalho compatível com os compromissos que assumimos perante as populações

Eu espero ser presidente da câmara municipal

sítio, em cada momento, aquilo que o mercado ou o promotor imobiliário entender. Não é essa a função do planeamento. A função do planeamento é proceder a uma avaliação em conjunto com as populações de uma forma participada, democrática, transparente sobre o que faz falta na cidade.

Tem falado muito no PACA nesta campanha, mas, na prática, não corresponde ao pilar público do programa de arrendamento acessível municipal. Os lisboetas têm consciência de que o PACA é uma iniciativa do PCP?

Eu tenho-me esforçado. É um programa que tem três vertentes: uma em que é a CML pega no seu património disperso pela cidade em condições de conservação diversa, algum em ruínas ou irrecuperável, reabilita e constitui uma bolsa para arrendamento a preços acessíveis. A segunda dimensão é avaliar terrenos, construir, arrendar a preços acessíveis (esta é a versão mais parecida com a que se fez, mas sem o envolvimento de privados, é o que está a acontecer em Entrecampos, e vai haver no Restelo). A terceira é de envolvimento de entidades como a Santa Casa e outras do sector social e cooperativo que, mediante incentivos, possam integrar a bolsa de arrendamento a preço acessível, ficando eles com o valor das rendas. A nossa proposta permite que tudo o que seja reabilitação e construção nova passe a ser dinamizado pela própria CML, em vez de se perder 30% e as rendas para o privado como na vertente que a câmara quis usar. Tem que ser a CML a suportar o investimento... é um facto. Mas a ideia é aproveitar a situação financeira da CML, quer pelos orçamentos, capacidade de endividamento, ou programas como os fundos estruturais e PRR.

Quantas casas o PACA garantiu? Medina falou em 1200, mas não se percebe se são do PRA...

Eu tenho referido algumas centenas, mas não tenho informação que me permita ir às 1200 que está muito distante das 7000 prometidas. Já ouvi o presidente falar em mais, mas incluem a atribuição de casas em bairros municipais que vão ficando vazias.

No programa, defende a necessidade de levar o serviço da Carris e do Metro para a "tendencial gratuidade". Isso é possível até 2025? Quanto custaria e como se consegue?

Em primeiro lugar, é preciso consolidar a solução actual: ter financiamento ao passe social intermodal e ao programa de apoio à redução tarifária (PART) independente de uma negociação

todos os anos no OE. A seguir, devemos aprofundar o caminho de redução tarifária com o incentivo ao uso do transporte público e apontando tendencialmente à gratuidade. Esta não é uma medida, quero deixar claro, que esteja nas mãos da CML. A decisão tem que envolver a autoridade metropolitana, as outras câmaras e, em última instância, o Governo. E fazer uma melhoria substancial da oferta, com mais rapidez, frequência, comodidade e segurança do transporte público. Também defendemos a criação de alguns serviços novos dedicados, como o transporte escolar gratuito para as famílias prescindirem do automóvel. E há muito por fazer na Carris e no Metro, onde deve ser suspenso o projecto da linha circular.

O PCP tem defendido o encerramento faseado da Portela, o novo aeroporto em Alcochete e uma revisão do PDM para os terrenos. O que pretende para aquele espaço?

Em primeiro lugar, é necessário concretizar a saída do aeroporto. Nessa questão, Fernando Medina revela uma ausência de visão estratégica, ao aceitar que Lisboa continue a carregar um fardo insustentável na segurança, ambiente e saúde da população. Neste mandato, queremos lançar o processo de discussão pública mais amplo e participado de sempre da revisão do PDM. É uma área de terrenos públicos que não anda longe do que foi toda a zona de implantação da Expo '98. Grande parte deve ser uma área verde florestada. Pode admitir-se também a conjugação com habitação a preços acessíveis e actividade económica de preferência de pendor produtivo não-poluente (terciário avançado). O nosso compromisso é organizar esse processo de participação e discussão.

Como membro da comissão política do comité central, olhando para o mau resultado de 2017 com a perda de uma dezena de câmaras bastiões do partido, considera que estas eleições são uma prova de fogo para o PCP?

Não. Considero que, no caso das que a CDU perdeu, é uma oportunidade para voltarem a ter uma gestão mais próxima das suas necessidades e dos seus anseios, e no caso daquelas que nunca foram, para passarem a ter. Não temos a ideia de que fazemos tudo bem e, portanto, temos certamente que aprender e que melhorar o trabalho sempre.

Depois de Setembro, mantém-se como vereador?

Eu espero ser presidente da câmara municipal. É por isso que nos estamos a bater.



Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Domingo, 12 de Setembro de 2021 • Ano XXXII • n.º 11.461 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,80€



Partidos
Os dissidentes, do CDS à CDU, que se estão a mudar para o Chega

P2 e Editorial



Ensaio
Adriano Moreira e a resposta política à Guerra Colonial

P2



Publico P

Funeral de Estado
O último adeus a Jorge Sampaio uniu gerações de portugueses
Milhares no velório em Lisboa

Destaque, 2 a 4

Metro do Porto circula há vários anos sem rede de comunicação de emergência

É uma situação que perdura há anos e que tarda em ser resolvida: ao contrário do que estava previsto, o Metro do Porto não possui uma rede de

comunicação de emergência que permita interligar os vários agentes de protecção civil numa situação em que ocorra um incidente grave nas

suas linhas subterrâneas. A lacuna fica registada anualmente nos relatórios dos simulacros que a empresa organiza, mas tanto a Metro como o

MAI e a SIRESP rejeitam responsabilidades. Quatro antenas que ali deveriam ter sido instaladas acabaram no Metro de Lisboa Sociedade, 13

João Ferreira
“Não aceitamos um acordo como o do Bloco” com o PS em Lisboa

Em entrevista, o candidato comunista à Câmara Municipal de Lisboa diz-se disponível para aceitar pelouros, mas com condições Política, 10/11



11 de Setembro
América lembra atentados com avisos contra divisões internas

Cerimónias de homenagem às vítimas expõem desunião crescente entre duas Américas de costas voltadas uma para a outra Mundo, 16 a 19

Futebol
Empate no “clássico” embala Benfica na Liga

Sporting e FC Porto anulam-se (1-1). Benfica goleou nos Açores Desporto, 28/29



Cinema
Audrey Diwan ganha Veneza com filme sobre o aborto

Cineasta francesa foi a vencedora-surpresa do Leão de Ouro com *L'Événement*, a sua segunda longa-metragem Cultura, 27



João Leão diz que revisão do IRS não agrava carga fiscal

Na Eslovénia, ministro das Finanças deu também “a garantia de não [haver] austeridade” no Orçamento do Estado para 2022

O ministro das Finanças afirmou ontem que o Governo está a preparar, “com seriedade e responsabilidade”, a revisão dos escalões do IRS no Orçamento do Estado para 2022, deixando a “garantia de que não haverá aumento da carga fiscal”.

“Nós estamos, apesar da crise e dos seus efeitos significativos – já estimamos que a dívida deixe um legado muito pesado e importante de cerca de 35 a 40 mil milhões de euros face ao cenário em que não tivesse havido pandemia – (...) a fazer essa análise e esse estudo e a ver o que é que é possível, mas neste momento não existe nada em concreto”, disse João Leão.

Em declarações à Lusa no final da reunião dos ministros da Economia e das Finanças da União Europeia em Kranj, na Eslovénia, o ministro confirmou que o executivo está “a ver o que é que é possível fazer ao nível de aumentar a progressividade dos escalões” relativos ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS). “Mas isso tem de ser feito com um sentido de responsabilidade e de seriedade que as coisas exigem e, por isso, é prematuro nesta fase adiantar mais”, referiu, rejeitando detalhar quais os valores envolvidos.

Já questionado pela Lusa sobre se isso não equivale a um eventual aumento da carga fiscal, João Leão garantiu: “Não, pelo contrário”.

“Não só há essa garantia de que não haverá aumento da carga fiscal, pelo contrário, mas também a garantia de não-austeridade e de apostar num orçamento que ajude a economia a recuperar da crise e que terá uma componente importante do Plano Nacional de Recuperação e Resiliência”, assegurou. “Uma das traves mestras da estratégia de crescimento Portugal, no próximo ano, é a de garantir a execução do PRR e aí já esperamos um valor bastante significativo, que pode mesmo chegar aos três mil milhões de euros”.

“Nós não estamos só preocupados com o próximo ano, mas também em garantir que as coisas são sustentáveis e que, no ano seguinte, não temos de voltar atrás e não temos que reverter coisas que conseguimos e as conquistas que conseguimos”, adiantou o governante. **Lusa**



SEGURANÇA SOCIAL

Recibo digital da pensão

Os reformados da Segurança Social já podem consultar, no site da Segurança Social Direta, o recibo da pensão, verificando o valor mensal recebido e as deduções. Após inserir a senha de acesso à Segurança Social Direta, o beneficiário deve selecionar o menu 'Pensões'. Aí escolhe opção 'Rendimentos de pensões' e, de seguida, 'Recibos de pensão'.



Reformados podem consultar

Entrevista

Maria Manuela Faria “ADSE foi confrontada com fim de partos no Algarve.” Agora vai rever todos os preços

Presidente do instituto revela adenda para preços mais altos nos partos do Hospital Particular do Algarve. CUF e Luz Saúde bateram o pé e valores deverão agora ser iguais para todo o país. *Texto: Maria Caetano*

As novas tabelas de preços das convenções com a ADSE, em revisão desde 2017, começaram a ser aplicadas a 1 de setembro em conflito com dois dos maiores prestadores de cuidados de saúde privados do país. CUF e Luz Saúde excluam vários atos dos acordos, que passarão a ser cobrados em regime livre, e também o grupo Lusíadas ameaçou fazer o mesmo. Na origem do desacordo, diz Maria Manuela Faria, estará uma adenda para pagar mais por partos realizados no Hospital Particular do Algarve. A presidente da ADSE defende a opção, mas revela agora que pretende igual para todos. Mas não haverá novo processo negocial.

O desacordo de CUF e Luz Saúde com os novos preços significa que as negociações não foram concluídas?

Tivemos ampla discussão. Pela primeira vez, houve consulta pública a todos os prestadores. Seguiu-se um trabalho longo, que se

deveu exatamente a uma participação em massa, que foi a análise de todos os contributos. Fui surpreendida. Para exatamente o mesmo procedimento, havia contributos completamente disparelhos relativamente a preços. A ADSE podia ter feito o mais simples: fixar o preço na sugestão mais baixa. Não. Quisemos perceber. Fizemos os nossos cálculos com grande seriedade – médias e medianas de tudo o que tínhamos faturado – e em consciência afixámos aquilo que entendemos que é justo. Não foi novidade haver queixas. As tabelas não eram revistas há muitos anos. É natural. E sabíamos que nalguns atos não estávamos a chegar a acordo. Mas tinha de se pôr um ponto final. O que foi surpresa foi a campanha um pouco agressiva, ou assertiva, da parte principalmente dos grandes prestadores, e a intenção de desassociarem alguns códigos em que não encontramos motivo para tal. Alguns até com aumento substancial, e outros não alterados.

Os prestadores não avisaram que pretendiam excluir atos e aplicar uma tabela especial?

Essa tabela de preço especial já existe há muito tempo. Não é novidade. O que acontece é que começámos a verificar uma campanha muito exaustiva junto dos beneficiários da ADSE para aderirem à tabela, com uma visibilidade que não tinha existido até aqui e em grande prejuízo dos beneficiários. A ADSE tem de dizer que esse trabalho de filigrana, de escolha de alguns atos e não escolha de

“A ADSE já tinha adendas. São extremamente criteriosas. Na maior parte das vezes, os prestadores têm preço mais vantajoso.”

outros, de entrada ou saída de médicos para os realizar, cria uma incerteza de tal maneira grande que, a ser assim, mais vale dizer claramente aos beneficiários que determinadas valências não estão convenionadas naquele prestador e dar todas as informações relativamente a todos os outros onde isso não se está a passar. Esta maior apreensão que estamos a ter diz exclusivamente respeito a dois prestadores.

Referiu dois prestadores, mas também o grupo Lusíadas pretende ter uma tabela especial. Formalmente, ainda não tenho nenhuma evidência disso.

Caso o grupo Lusíadas queira ainda desassociar atos das convenções poderá fazê-lo?

O prazo terminou. As tabelas entram em vigor de acordo com aquilo que associaram na devida altura. Depois, as regras gerais das tabelas estipulam que pode haver associação ou desassociação de atos, mas tem prazos distintos. É o procedimento normal.

A ADSE admite alterar um conjunto de cinco preços, incluindo partos. É uma nova negociação? Não, de maneira nenhuma. As tabelas estão concluídas, tirando aquilo que é o normal acordo conforme aparecem novas coisas no mercado. Relativamente aos partos, na reta final, mesmo na reta





Perfil Nomeada para dossiês de conflito

Foi em junho do ano passado, com a pandemia em curso, que Manuela Faria chegou à liderança da ADSE. Especializada em Direito Administrativo e Educação, a antiga diretora-geral dos estabelecimentos escolares tem a tarefa de fechar dois dossiês de forte conflito com os principais grupos de saúde nacionais: novos preços e a exigência de devolução de valores faturados a mais à luz das regras que vigoravam até aqui. Podem superar 80 milhões de euros.



DINA QUINTELA/GETTY IMAGES

desse não ter sido apontada pelos prestadores, devido à faixa etária dos beneficiários da ADSE, tem agora outra premência.

O desconforto relativamente à participação nos partos não tinha sido manifestado antes?

Não. Anteriormente, não tinha sido levantada a questão relativamente à maioria dos prestadores. Começou a levantar-se com maior acuidade nesta reta final e a ADSE entendeu que não podia de maneira nenhuma estar em risco o dia 1 de setembro para as tabelas entrarem em vigor. Mas, verificando que havia razão, dispusemo-nos a alterar.

O Dinheiro Vivo sabe que haverá compromisso para preços mais elevados no Algarve do que no resto do país. Confirma? E porque é que isso acontece?

Consegue-se entender então porque é que na reta final foi levantado o problema dos partos e não antes. O que acontece é que o Algarve vive uma situação particular de falta de médicos, é crónico. Segundo os nossos prestadores – nomeadamente, o Hospital Particular do Algarve – o custo da valência médica nos hospitais do Algarve é superior ao resto do país, ou algumas zonas, exatamente porque os médicos não se fixam no Algarve e vão de Lisboa ao Algarve praticar os atos médicos. A ADSE foi confrontada com a situação de, de repente, deixar de ter partos no Algarve, de todo. Não podíamos aceitar que os beneficiários da ADSE tivessem que ir a Espanha ter os partos. Durante a apresentação de custos que esse prestador do Algarve fez, e verificando a ADSE que os custos eram superiores, fez uma adenda à convenção do Hospital Particular do Algarve em que aumentou o preço dos partos. Foi exatamente quando isso aconteceu que se levantaram as reclamações dos outros prestadores. Uma coisa está inteiramente ligada à outra.

É possível praticar essas adendas e diferenças de preços?

Não é estranho, já tinha acontecido. A ADSE já tinha adendas com alguns prestadores. São extremamente criteriosas, tem de haver um motivo fundamentado. Pode acontecer ter adendas, como no caso do Hospital do Algarve, no sentido de subir o preço. Mas posso dizer que na maioria das adendas que a ADSE tem é ao contrário: prestadores que se comprometem

a realizarem determinados atos a preços mais vantajosos. Este foi um caso de exceção, mas motivado pelo facto de deixar de haver partos no Algarve. Achámos que era suficientemente grave e todas as informações que pedimos ao prestador do Algarve foram-nos dadas. Tudo aquilo que a ADSE pediu para fundamentar a sua decisão foi enviado. A ADSE sentiu-se confortável com os dados enviados. Portanto, entendemos que haveria necessidade de subir os partos para que os beneficiários da ADSE de repente não fossem confrontados com não poderem ter os seus filhos no Algarve. Agora, também é verdade que foi exatamente a partir daí que os restantes prestadores vieram colocar o problema dos partos. É esse exatamente o motivo. Não queria chegar aí, mas foi exatamente isso.

Os custos dos partos praticados pelos outros prestadores de saúde não são iguais?

Não sei. A ADSE não interfere obviamente nas suas análises de custos. Uma coisa é certa: a partir do momento em que de facto reclamaram e a partir do momento em que nós verificámos que os partos não eram mexidos há uma série de anos, entendemos que havia justiça e, portanto, vamos mudar também os partos. Tínhamos mexido no Algarve e agora vamos mexer no resto do país.

Haverá uma equalização? Vão ficar todos pelo menos nível?

Em princípio, sim.

Teme que toda esta discussão possa afastar beneficiários numa altura em que a ADSE procura sobretudo atrair mais pessoas para os sistema?

Risco existe. Agora, não tenho receio. Estou convicta que as situações se normalizem com muita brevidade. Depois, os beneficiários da ADSE continuam a ter aquilo que não vão encontrar em mais lado nenhum, seguramente. Não têm qualquer prazo de carência. Não têm questionários prévios. Não têm plafonamento. Além disso, a ADSE financia a 100% os tratamentos de oncologia e também todas as próteses intraoperatórias, que custam milhares de euros. Outra coisa: apesar do desconto dos 3,5% do ordenado do beneficiário titular, se tiver filhos, familiares, não pagando nenhuma contribuição extra, estes têm exatamente as mesmas co-

berturas. São demasiados atrativos, há demasiadas diferenças relativamente ao resto do mercado para que os beneficiários da ADSE tenham a tentação de sair apenas num período mais complicado.

Já foi feita a conferência final de valores a devolver por faturação a mais nas antigas tabelas? Foi comunicada aos prestadores?

Está quase. É um processo dinâmico porque a faturação está sempre a entrar. Portanto, está ser ultimado. Está em cima da mesa o mesmo planeamento que já tínhamos feito: entrada em vigor das tabelas, estabilização das tabelas, alguma monitorização nos próximos meses relativamente ao comportamento da despesa, e depois, sim, serenamente, vamos tratar das regularizações com os prestadores. Com certeza que sim, não está esquecido. Nunca será esquecido.

Só dentro de alguns meses é que será comunicado um valor final aos prestadores?

Penso que não demorará meses para ser comunicado o valor final porque ele está quase apurado. Por isso, poderá haver degraus que se vão fazer antes do final do ano. De qualquer maneira, o processo vai começar a correr dentro daquilo que tinha sido planeado.

Terminou o prazo para adesão à ADSE com contrato individual de trabalho na administração pública entre quem não o tivesse feito. Qual é o balanço?

Estamos a fazer o cômputo final, mas até à semana passada tínhamos 103 mil novos beneficiários, entre titulares e familiares. A média de idades desceu. Estamos muito satisfeitos com este processo. Era uma injustiça os trabalhadores com contrato individual de trabalho, trabalhando na mesma para o Estado como os outros, não se poderem inscrever na ADSE.

O número é o necessário para garantir a sustentabilidade?

As médias de idades são muito mais baixas. Se não se verificou a falta de sustentabilidade da ADSE em 2021, muito menos estará para breve uma coisa dessas com o rejuvenescimento. Estamos muito otimistas. Agora, temos uma grande responsabilidade relativamente a esses beneficiários de termos uma gestão muito cuidada, muito transparente e muito séria, e não poderemos chegar a determinados valores só porque estes nos são propostos.

final, houve algum desconforto por parte dos prestadores, que nunca tinha havido. A ADSE foi ver o que se passava. Verificámos que os partos não eram de facto mexidos desde 2013, 2014, e sabemos que tem havido custos acrescidos relativamente a pessoal e a uma série de coisas. No espírito de

seriedade e transparência que sempre norteou as suas negociações com os prestadores, verificando isso, a ADSE achou que de facto os partos deviam ser alterados. Até porque têm entrado trabalhadores na ADSE em idades muito mais jovens. Portanto, uma coisa que até eventualmente pu-

dinheiro vivo

Maria Manuela Faria
“A ADSE foi confrontada com fim dos partos no Algarve.”
Agora vai rever todos os preços P. 04-05



HOTELARIA — P. 14-15

Em tempo de pandemia abriram 23 novos hotéis no país

ECONOMIA — P. 10

Portugal na cauda do euro no regresso ao nível pré-covid

ENTREVISTA — P. 12-13

Ikea já tem “mais retorno de investimento em renováveis do que obrigações”

BUZZ — P. 22-23

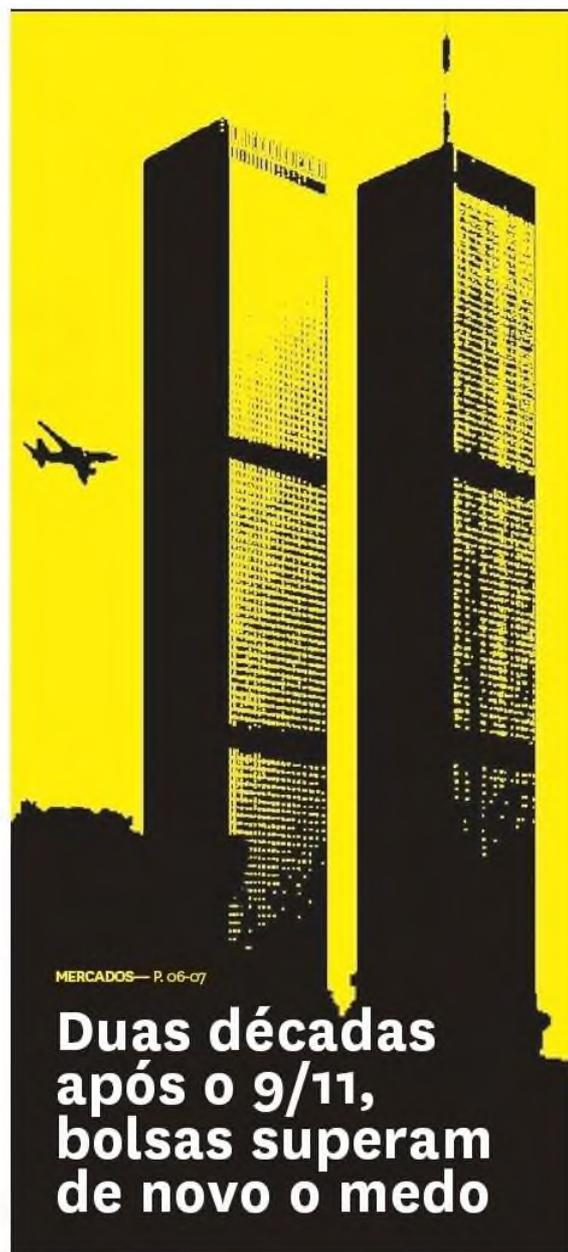
Ironhak está a requalificar o talento dentro das empresas

MARKETING DIGITAL — P. 18

Samsung escolhe Instagram para “vender” *smartphone* desdobrável

ENERGIA — P. 08-09

Renováveis já dão emprego a quase 51 mil pessoas



MERCADOS — P. 06-07

Duas décadas após o 9/11, bolsas superam de novo o medo



ID: 94838832

11-09-2021





FAMÍLIA

Uma linhagem de servidores públicos

Origens As raízes familiares de Jorge Sampaio estão no Minho, pela via paterna, e em Lisboa, pelo lado materno. É também da família da mãe que vem a costela judaica de origem sefardita.

Textos de João Ferreira, jornalista e historiador*

Jorge Fernando Branco de Sampaio nasceu às 19 horas de 18 de setembro de 1939, em Lisboa, na Maternidade Bensaúde, na Rua da Beneficência. A instituição fora fundada pelo tio-avô Abraão Bensaúde e era conhecida nos meios policiais e oposicionistas por ser ali que muitas militantes clandestinas procuradas por atividades contra o regime de Salazar iam ter os filhos, sabendo-se a salvo de denúncias à PVDE (a polícia política do Estado Novo, antecessora da PIDE).

Arnaldo Sampaio e a saúde pública

Por parte do pai, Jorge Sampaio tem uma costela minhota: o médico Arnaldo Sampaio (1908-1984) era natural de Gêmeos, nos arredores de Guimarães. Filho de um lavrador "remediado", José Leite de Carvalho, e de Emília Sampaio Bastos, de Fafe, fez o liceu em Guimarães e obteve a licenciatura na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, em 1933. Após dois anos de consultório na terra natal, Arnaldo Sampaio concorreu ao lugar de interno dos Hospitais Cívicos de Lisboa e foi aprovado. Mudou-se para a capital e instalou-se com outros colegas, também solteiros, na Rua Bernardo Lima, 1 – a poucos metros de um vizinho famoso: Salazar, já presidente do Conselho, morava então no n.º 64.

Aida de Arnaldo Sampaio para Lisboa

Um tio-avô de Jorge Sampaio fundou a maternidade, outro foi ministro, o pai exerceu o cargo de diretor-geral da Saúde, a mãe foi professora e o irmão também é médico. Jorge Sampaio tem dois filhos, Vera e André, do seu casamento com Maria José Ritta.

foi o início de uma brilhante carreira na área da saúde pública, que o levou a missões de trabalho nos EUA e em Inglaterra, a inspetor superior e diretor-geral da Saúde, catedrático da Escola Nacional de Saúde Pública e membro do conselho executivo da Organização Mundial de Saúde.

Avô ministro

Da mãe, Fernanda Bensaúde Branco (1908-2000), herdou Jorge Sampaio um avô militar e ministro: oficial da Marinha nascido em Lisboa, Fernando Augusto Branco fez parte da tripulação que foi a Itália buscar o primeiro submarino da Armada, em 1913, e foi também nos submarinos que fez a Guerra Mundial.

Depois de ter exercido funções como adido naval na embaixada em Londres (tendo como embaixador o futuro Presidente da República Manuel Teixeira Gomes), participou no golpe militar de 28 de maio de 1926 e chegou a ministro – dos Negócios Estrangeiros e da Marinha – entre 1930 e 1932, no governo do general Domingos de Oliveira.

A atividade diplomática do comandante Fernando Branco teve um preço para o futuro de Fernanda, que sentia vocação para Medicina. Tinha 11 anos quando o pai foi nomeado adido naval, levando a família para Londres.

Nos cinco anos seguintes, Fernanda completou os estudos secundários



FERNANDO FARINHA / GLOBAL IMAGES



A mãe, Fernanda Bensaúde Branco de Sampaio.

numa escola privada católica, Saint Mary's School, em Lancaster Gate. Quando regressou, pronta a entrar na faculdade, descobriu que o curso secundário em Inglaterra não tinha equivalência em Portugal. Desistiu da ambição de ser médica e especializou-se no estudo de línguas, tornando-se fluente em francês, alemão e espanhol, além do inglês, que falava como se fosse a sua língua materna.

Costela judaica

Foi também por via materna que Sampaio herdou a costela judaica. A mãe de Fernanda, Sarah Bensaúde, descendia de uma das mais antigas famílias de origem sefardita em Portugal. Natural de Marrocos, Abraão Assiboni (Hassiboni ou Há-Sib'Oni) aporuguesou o apelido para Bensaúde ao fixar-

-se, em 1819, em Ponta Delgada, nos Açores, onde viria a morrer, em 1868.

O seu filho mais novo, José Bensaúde, tio-avô de Sarah, foi um importante empresário açoriano na área dos transportes marítimos, da indústria tabaqueira e da cultura do ananás. Dois dos filhos de José foram figuras de relevo na cultura portuguesa. Alfredo Bensaúde foi engenheiro e o primeiro diretor do Instituto Superior Técnico, além de violinista e luthier amador.

A paixão pela construção de violinos levou-o a frequentar as oficinas de alguns dos mais prestigiados luthiers europeus. Joaquim Bensaúde também foi engenheiro, mas distinguiu-se sobretudo como historiador, deixando vasta e importante obra sobre os Descobrimientos portugueses.

Uma das filhas de José Bensaúde, Esther, casou-se com um francês de nome Oulman: o seu neto Alain Oulman foi o autor das músicas de fados imortalizados por Amália Rodrigues, como *Maria Lisboa*, *Abandono* ou *Madrugada de Alfama*, entre muitos outros. Tinha também ligações familiares à e ditora parisiense Calmann-Lévy, que publicou a versão francesa do livro *Portugal Amonaçoado*, de Mário Soares, em 1972.

* O jornalista João Ferreira já não faz parte da redação do DN.

O irmão psiquiatra

DANIEL SAMPAIO Sete anos mais novo do que Jorge, é um dos mais conceituados psiquiatras portugueses e coordenou o Núcleo de Estudos do Suicídio, do Hospital de Santa Maria.

Daniel Sampaio é sete anos mais novo do que o irmão, uma diferença de idade capaz de erguer uma barreira importante na infância e na adolescência. Foi devido a essa diferença que Daniel, ao contrário de Jorge, não acompanhou os pais durante a temporada passada nos EUA. Com pouco mais de um ano, ficou aos cuidados da avó materna, Fernanda Branco, em Lisboa. Apesar de ser ainda bebé, a separação revelou-se marcante: "Não é uma mágoa que tenho, não é uma dor, é uma coisa que não compreendo bem na minha vida", disse numa entrevista ao *Público*, em 2010. Ele sabe do que fala: lidar com mágoas, dores e coisas mal-compreendidas na vida é o dia a dia de Daniel Sampaio, um dos mais conceituados psiquiatras portugueses.

Licenciado em Medicina e doutorado em Psiquiatria, foi professor catedrático de Psiquiatria e Saúde Mental na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Fundador da Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar, foi pioneiro daquela técnica no nosso país, tendo sido o coordenador do Núcleo de Estudos do Suicídio, do Hospital de Santa Maria, em Lisboa. Foi também cronista na imprensa e colaborador habitual em programas de rádio e televisão. Daniel Sampaio é autor de mais de duas dezenas de

ESCRITOR A par da carreira clínica e académica, como psiquiatra e professor catedrático da especialidade, Daniel Sampaio também é autor de mais de duas dezenas de livros e de muitas crónicas na imprensa escrita, além de ser chamado a participar em programas de rádio e televisão.



livros, com destaque para *Inventem-se Novos Países* (1994), *Ninguém Morre Sozinho: o Adolescente e o Suicídio* (1991), *Vivemos Livres Numa Prisão* (1998), *Labirinto de Mágoas* ou *As Crises do Casamento e como Enfrentá-las* (2012). Uma das suas obras, *Vagabundos de Nós* (2003), foi adaptada ao teatro e levada ao palco em 2004, com encenação de Luís Osório e interpretação de Márcia Breia e Nuno Lopes.

Filipe Duarte Santos, o primo cientista

AMBIENTE Se Alain Oulman era primo afastado de Jorge Sampaio, outra personalidade prestigiada da cultura nacional, o cientista Filipe Duarte Santos, é seu primo direito. Em miúdos, eram companheiros habituais de brincadeiras. No fim da primavera/início do verão de 1948, Jorge chegou a viver em casa dos tios e de Filipe, no bairro lisboeta de Campo de Ourique. Viera sozinho de Baltimore para fazer o exame da 3.ª classe, enquanto os pais ficaram nos EUA, onde Arnaldo Sampaio concluiu o mestrado em Saúde Pública na prestigiada Universidade Johns Hopkins. Filipe Duarte Santos conta, em *Jorge Sampaio. Uma Biografia*, de José Pedro Castanheira (Edições Nelson de Matos/Porto Editora, 2012), que Sampaio trouxe da América um equipamento completo de basebol, e mais ainda: "O Jorge trazia um *colte* pistolas fantásticas, de fulminantes, que não havia cá."

Filho de Regina Branco, irmã mais nova de Fernanda Branco, Filipe Duarte Santos



Filipe Duarte Santos foi um dos revisores do relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas.

é considerado um dos maiores especialistas em ambiente e alterações climáticas globais, distinguido com o Prémio Universidade de Lisboa em 2008.

Licenciado em Geofísica e doutorado em Física Nuclear, com uma longa carreira no ensino e na investigação em Portugal, na Europa e nos EUA, foi vice-presidente do Instituto de Meteorologia de Portugal, membro do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável e diretor do Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa. Foi responsável pelos projetos SIAM, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, sobre alterações climáticas em Portugal, e PORTCOAST, do Centro de Geofísica da mesma universidade. Atualmente é diretor do Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa. Em novembro de 2005 foi agraciado com o grau de Grande Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada.



JUVENTUDE

De menino a adolescente

Escola Jorge Sampaio começou a vida escolar aos quatro anos, numa instituição inglesa, onde completava a aprendizagem da língua que a mãe lhe falava em casa. Seguiram-se escolas nos Estados Unidos e, de regresso a Lisboa, os Liceus Pedro Nunes e Passos Manuel.



Ter nota excelente a comportamento não livrou o "Cenoura" de levar uma forte bengalada nas costas dada pela diretora inglesa do colégio particular, onde teve como colega o urologista Joshua Ruah.

Jorge Sampaio candidatou-se ao Colégio Militar e chumbou. O pai explicou-lhe que o resultado foi uma consequência de ser filho de quem já era conotado com a oposição.

Aluno médio, e melhor a letras do que a clências, Jorge Sampaio teve como professores de História, no Liceu Passos Manuel, Joel Serrão e José Hermano Saralva, que lhe deu a pior nota do secundário.

Jorge Sampaio com oito anos, em Sintra.

Até aos quatro anos, Jorge Sampaio viveu com os pais em Sintra, num dos andares da vivenda dos avós maternos. A mãe dava explicações de Inglês e o pai arrendara um apartamento na mesma rua, onde instalou o consultório, antes de concorrer à Direção-Geral da Saúde.

Quando fez cinco anos, em 1944, entrou para o jardim-escola. Os pais escolheram um colégio particular, o Queen Elizabeth's Kindergarten & Junior School, propriedade de uma inglesa, Denise Lester. Em plena II Guerra Mundial, a escola serviu de base ao Serviço Voluntário Feminino como centro de apoio aos refugiados. Em 1947, Denise Lester foi condecorada pelo rei Jorge VI. O colégio ainda existe, em Alvalade, com o nome de Queen Elizabeth's School (QES), gerido pela Fundação Denise Lester.

Na altura, o QES ficava na Rua da Quintinha, em São Bento, e, para poupar o pequeno Jorge a um cansativo vaivém diário entre Lisboa e Sintra, os pais aproveitaram a oferta da avó Sarah, já viúva, e o menino ficou a viver na sua casa da Rua Almeida e Sousa, em Campo de Ourique, onde morava com uma empregada de nome Ascensão, mas a quem toda a família chamava Assunção. Era ela que o acompanhava de manhã ao local onde apanhava a carrinha do colégio e o ia buscar à tarde, na mesma "paragem", na Rua Ferreira Borges.

A educadora Mariana Rey Monteiro Aeducadora de Jorge Sampaio no colégio foi Mariana Rey Monteiro (1922-2010), sua vizinha de Sintra e que pouco depois, em 1946, se estrearia na peça *Artigona*, de Sófocles, no Teatro Nacional D. Maria II, dando início a uma longa carreira, que a tornaria uma das atrizes mais conhecidas do país. Quem também trabalhava nessa altura no QES era France Oulman, irmã de Alain Oulman e ainda prima afastada de Sampaio.

Um dos colegas foi Joshua Ruah, conhecido médico urologista e dirigente da comunidade judaica de Lisboa, que se lembra bem das brincadeiras do "Cenoura" e de um pormenor: Fernanda Branco só falava com o filho em inglês.

A imersão total em inglês começou cedo a dar resultados: desde a primeira avaliação no jardim-escola até à última, no final da 2.ª classe, em 1947, manteve-se um aluno excelente naquela língua. O facto de ter igualmente excelente a comportamento não o livrou de uma valente bengalada nas costas aplicada por *miss Lester*, que usava bengalas por motivo de saúde e não se acanhava em aproveitá-las para disciplinar os alunos. Mas foi só uma vez: o Dr. Arnaldo Sampaio falou com a professora e deixou clara a sua discordância em relação aos castigos físicos.

O sonho americano A 3.ª classe, no ano letivo de 1947-1948, foi uma experiência inesquecível para Jorge Sampaio. No dia em que fez oito anos acompanhou os pais aos EUA, onde Arnaldo Sampaio, então já responsável dos Servi-



ços de Bacteriologia Sanitária do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, foi tirar um mestrado em Saúde Pública com uma bolsa do Instituto de Alta Cultura.

A família, à exceção do filho mais novo — Daniel, de um ano, que ficara com a avó Sarah —, instalou-se em Baltimore, perto da capital, Washington. Enquanto o pai frequentava a Universidade Johns Hopkins, Jorge fazia amigos numa escola pública, deliciava-se com hambúrgueres na *drugstore* vizinha e passava as tardes a ouvir o folhetim radiofónico do *Mascarilha* e a ler *comics*.

Como lhe sobrasse tempo livre, inscreveu-se no YMCA (Associação Cristã da Mocidade) para praticar natação e boxe, que se tornaram dois dos seus desportos favoritos, além do futebol e, mais tarde, do golfe. Iniciado pela mãe no gosto pelo piano, foi admitido no Conservatório Peabody. Praticava num piano emprestado por uns vizinhos porto-riquenhos. Chegou a fazer parte da orquestra do Conservatório, onde tocava timbales e cantava no coro. Nunca mais se esqueceu do concerto a que assistiu

JUVENTUDE O jovem Jorge, nos anos 50, com os pais, Sarah e Arnaldo Sampaio, ao colo de quem está o benjamim, Daniel (em cima), na casa de Sintra, onde cresceu. Na escola, Jorge Sampaio teve médias baixas, como se constata no boletim do Liceu Passos Manuel (em cima à direita) com as avaliações e as faltas registadas nos três períodos letivos do 7.º e último ano do ensino secundário (1956).

FÉRIAS

Ver e ouvir Churchill

Em 1952, Jorge passou as férias grandes com os pais em Londres, onde Arnaldo Sampaio se encontrava a fazer investigação no Centro Mundial da Gripe. Desse verão guardou três lembranças: a explosão no ar, mesmo à sua frente, de um avião durante o festival aeronáutico de Farnborough; a visita, com a mãe, à Câmara dos Comuns, onde acompanhou uma sessão do Parlamento onde estavam Winston Churchill e o líder trabalhista Clement Attlee; por fim, a ida, com o pai, ao Speaker's Corner, em Hyde Park, onde qualquer pessoa podia (e ainda pode) discursar livremente sobre aquilo que entendesse. O contraste com a realidade portuguesa da época não podia ser mais flagrante. E deixou marcas no jovem Sampaio.

com a mãe, dirigido pelo mundialmente célebre maestro Leonard Bernstein, autor de *West Side Story* e da série de televisão que despertou o gosto pela música clássica em toda uma geração: *Concertos para Jovens*.

De regresso

Com o ano escolar à beira do fim, Jorge voltou sozinho a Lisboa, entregue aos cuidados das hospedeiras da Pan Am, para fazer o exame da 3.ª classe. Dessa vez ficou em casa dos tios — Regina, irmã da mãe, e o marido, o escultor António Duarte (autor de um busto em mármore de Jorge Sampaio em criança, atualmente exposto no Museu da Presidência da República) —, que moravam na mesma rua da avó Sarah, em Campo de Ourique. Tornou-se inseparável do primo Filipe Duarte Santos, três anos mais novo.

Nas semanas que antecederam o exame, Jorge teve aulas com uma explicadora. Passou, mas como o colégio particular inglês não lhe deixara saudades, os pais, entretanto regressados da América, decidiram levá-lo de volta para Sintra, onde o confiaram a uma professora da escola primária local, com quem teve aulas particulares da 4.ª classe, a última da instrução primária.

Para os jovens que queriam prosseguir estudos, o terror não era o exame da 4.ª mas sim o exame de admissão aos liceus. Em 1949, Jorge Sampaio, neto de um brilhante oficial da Marinha, candidatou-se ao Colégio Militar... e chumbou. Foi um desgosto para a mãe, mas o pai explicou-lhe, mais tarde, que o chumbo não se ficara a dever ao resultado do exame: Arnaldo Sampaio já era conotado com a oposição e o filho levou por tabela.

Campo de Ourique, anos 50

Acabou por entrar no Liceu Pedro Nunes, um liceu "normal" — quer dizer, funcionava como centro de estágio de professores — e provavelmente mais prestigiado de Lisboa. Fronteiro ao Jardim da Estrela, no limite entre os bairros da Estrela e de Campo de Ourique, o Pedro Nunes fica a poucos minutos a pé da Rua Almeida e Sousa. A decisão estava, por isso, facilitada: Jorge voltou a ficar durante a semana em casa da avó, passando os fins de semana em Sintra.

Não terá sido o facto de chegar às segundas-feiras ao liceu a bordo do impressionante Chevrolet que o pai trouxera da América que fez do jovem Sampaio uma figura popular no Pedro Nunes. O feitio bem-disposto levou-o a acamar rapidamente com um grupo de colegas, todos miúdos do bairro — Rui Silva Pires, Eugénio Tavares Cardoso, Luís Sobrinho, Eurico Mendes, Miguel Galvão Teles —, aos quais se juntou mais tarde o primo Filipe.

Inseparáveis, formavam o "grupo de Campo de Ourique", que durante cinco anos partilhou brincadeiras e solidificou uma amizade que se manteve pela vida fora. Eram todos do Sporting (menos um), jogavam à bola no cotovelo da Rua Luís De-rouet, junto à Padaria do Povo, e colecionavam *O Mosquito*, uma revista de histórias aos quadradinhos, o que por cá havia de mais parecido com os *comics* que Jorge devorara em Baltimore. Foi por essa altura que começaram a parir n' *O Meu Café*, em frente ao Jardim da Parada.

Nas aulas, o "Cenoura" era um aluno médio, claramente melhor a letras do que a ciências, mas especial destaque para Inglês: chegou a tirar um 19 no 5.º ano (atual 9.º). Continuava a falar em inglês com a mãe, o que causava admiração aos colegas.

O Pedro Nunes foi ainda palco da sua estreia no cinema. Foi num filme da Mocidade Portuguesa, sobre a chegada dos novos alunos ao liceu, que Jorge aparecia, destacado, numa cena, com a farda da organização do regime para a juventude (de adesão obrigatória).

Do Pedro Nunes ao Passos Manuel

Concluído o 5.º ano, Sampaio escolheu a alínea e), conjunto de disciplinas que dava acesso ao curso de Direito. Como essa alínea não era leccionada no Pedro Nunes, teve de mudar para o Liceu Passos Manuel, perto de São Bento.

Ali fez o 6.º e o 7.º anos, tendo como professores de História dois vultos da cultura portuguesa: José Hermano Saraiva e Joel Serrão. Foi, aliás, com Saraiva que teve a pior nota do secundário — 8, a Organização Política e Administrativa da Nação.

Concluiu o liceu em 1956, com média de 12,3 valores.



UNIVERSIDADE

Como se faz um líder

Ativista A vitória dos estudantes na revolta contra a regulamentação da vida associativa e a eleição com Humberto Delgado ajudaram Sampaio a tornar-se dirigente estudantil.

O liceu estava concluído. Faltava garantir o acesso ao curso de Direito. Jorge Sampaio conseguiu-o graças a um 11 no exame de aptidão. Quando se inscreveu na Universidade de Lisboa, em setembro de 1956, com 17 anos acabados de fazer, a Faculdade de Direito ainda funcionava no Campo dos Mártires da Pátria, no edifício onde hoje funciona a embaixada alemã.

A vida de universitário trouxe ainda outra mudança à vida do jovem Sampaio: voltou a morar na casa dos pais, em Sintra. O novo inquilino da casa da avó Fernanda, em Campo de Ourique, foi o irmão Daniel, acabado de entrar no Liceu Pedro Nunes. Jorge passou a usar o comboio da Linha de Sintra, exceto nos dias em que conseguia aproveitar a boleia do pai, então já inspetor superior da Saúde, cujo local de trabalho ficava a dois passos da faculdade.

Os colegas

Tal como sucedera no liceu, a adaptação de Jorge à vida académica foi fácil. Como a "tradição" da praxe ainda não tinha chegado a Lisboa – e como o número de estudantes universitários era incomparavelmente menor do que na atualidade –, os problemas de integração eram menores. Além de Miguel Galvão Teles, companheiro desde os tempos do Pedro Nunes, teve como colegas Jorge Sá Borges – que seria dirigente e dissidente do PPD, fundador do MSD e ministro nos governos de Vasco Gonçalves (foi colega de Sampaio no IV Governo Provisório), Pinheiro de Azevedo e Maria de Lurdes Pintasilgo –, Francisco Sarsfield Cabral (antigo diretor do *Público* e da Rádio Renascença), Vera Jardim (futuro sócio do escritório de advogados) e Vítor Wengorovius (futuro camarada do MES), entre outros.

Até então católico praticante – o catolicismo era uma tradição sólida quer na família paterna quer na do avô materno, tendo Fernando Branco sido o seu padrinho de batismo na Igreja de São Sebastião da Pedreira –, Jorge Sampaio aderiu logo no 1.º ano à Juventude Universitária Católica (JUC). A invasão da Hungria pelos tanques soviéticos

Jorge Sampaio começou a afastar-se da prática religiosa por causa das reuniões da Juventude Universitária Católica, em que se rezava pelos húngaros vítimas da Invasão Soviética.

Impugnada a vitória por um voto na eleição para a liderança da Associação de Estudantes, Sampaio e a sua lista de esquerda ganharam a nova votação com maioria expressiva.

Por ser apolante de Humberto Delgado nas presidenciais de 1958 e por haver queixas de fraude eleitoral, Sampaio usou gravata preta nos exames do 2.º ano do curso de Direito.

para esmagar a revolta de Budapeste, iniciada em outubro de 1956, era o tema quente do momento. No entanto, a ideia de rezar pelos húngaros nas reuniões caiu mal a Sampaio. Conforme recordou ao seu biógrafo, José Pedro Castanheira, foi a partir daí que começou a afastar-se da prática religiosa.

A "mãe" das revoltas estudantis

No fim do primeiro período, estalou aquela que seria a mãe das revoltas estudantis contra o regime na década seguinte. A 12 de dezembro de 1956 foi publicado o Decreto-Lei n.º 40.900, que regulamentava, de forma autoritária, a vida interna das associações de estudantes, submetendo-as a um controlo rígido por parte do Estado e das autoridades académicas. Era o fim da (pouca) autonomia que ainda restava às organizações estudantis e marcou o início do divórcio entre a elite universitária e o Estado Novo.

Os protagonistas da contestação ao "40.900" foram estudantes da JUC espalhados por várias universidades, com destaque para o presidente nacional da organização, o futuro ministro das Finanças social-democrata João Salgueiro, a presidente da JUC Feminina, Manuela Silva, futura secretária de Estado do Planeamento no primeiro governo de Mário Soares, ou João Cravinho, futuro camarada de Sampaio no MES e no PS.

Em janeiro de 1957, uma manifestação de estudantes em São Bento, incluindo muitos vindos de Coimbra e do Porto, e o apoio, na contestação ao decreto, de deputados da Assembleia Nacional tiveram um resultado inesperado. O governo (isto é, Salazar) mandou suspender o diploma, transformá-lo em proposta de lei e mandá-lo à Câmara Corporativa para reformulação, antes de ser submetido à apreciação pelo Parlamento – o que nunca chegou a acontecer. Na prática, o regime cedeu e os estudantes ganharam. Sampaio estava no primeiro ano e não esqueceu a lição: tornou-se um entusiasta do associativismo estudantil.



O despertar para a política

No ano seguinte, 1958, Portugal foi abalado pelo "furacão" Delgado. O candidato, que ficou na história como o "General sem medo", galvanizou amplos setores populares, concentrou o apoio de toda a oposição (incluindo os comunistas, que tinham começado por se mostrar desconfiados em relação ao "general Coca-Cola", como lhe chamavam) e fez da campanha para as presidenciais uma onda de esperança.

Muitos acreditaram – sobretudo depois de Humberto Delgado ter dito a frase mágica: "Obviamente, demitia-o" (como foi então corretamente citada), referindo-se a Salazar, e dos banhos de multidão de norte a sul, com destaque para o Porto – que era mesmo possível derrotar nas urnas o candidato do regime, Américo Tomás, e derrubar a ditadura.

Jorge Sampaio, então com 19 anos e ainda sem direito a voto (só aos 21), foi apolante de Delgado. Mas a convicção não lhe toldou o raciocínio e preveniu desde logo o irmão de que iria haver fraude eleitoral. Com efeito, Tomás foi

dado como vencedor e Delgado queixou-se de ter sido roubado. Nesse verão, ao estrear as novas instalações da faculdade na Cidade Universitária, Sampaio fez os exames do 2.º ano de gravata preta, em sinal de protesto.

Ativista estudantil

Cada vez mais politizado, envolveu-se na Associação de Estudantes (AE), assumindo responsabilidades diretivas nos últimos dois anos do curso. No 4.º ano (1959-1960) foi secretário da direção e delegado da Faculdade de Direito à Reunião Inter-Associações (RIA), que agregava representantes de diferentes escolas da Universidade de Lisboa e ainda uma comissão pró-associação do ensino secundário. Era a RIA, infiltrada pelo PCP, que fazia eco dos protestos pela prisão de estudantes pela PIDE.

No último ano letivo do curso (1960-1961), Jorge Sampaio encabeçou uma lista de esquerda candidata à AE cheia de nomes que se tornariam sonantes na política portuguesa, e não só: os futuros ministros Sá Borges, Vera Jardim e Rui Ma-



FOTOTECA DO PALAÇO ROY

chete, Afonso de Barros, mais tarde dirigente do MES e professor catedrático do ISCTE, e o moçambicano Sérgio Vieira, que foi ministro da Frelimo e é irmão do socialista José Castelo Branco.

Sampaio venceu por um voto. A lista da direita impugnou a eleição. Na nova votação, a vitória foi confirmada por uma maioria expressiva.

O mandato ficou marcado pela tentativa de organizar uma União Nacional dos Estudantes Portugueses, reunindo as três academias: Lisboa, Porto e Coimbra. Para isso, o presidente da AE de Direito de Lisboa empenhou-se a fundo no apoio a Carlos Candal, que ganhou a Associação Académica de Coimbra à frente de uma lista de esquerda. Em pano de fundo, um acontecimento decisivo para o futuro do país: o início da guerra em Angola.

Mas a vida associativa e os primeiros passos na política – ao lado dos amigos Sá Borges, Jorge Santos, Jorge Fagundes, João Salgueiro, Vítor Wengorovius e Nuno Brederode Santos, com quem costumava sentar-se à mesa no café Értilas,

PRESO EM CAXIAS

Greve de fome que acabou com uma carga policial

A 11 de maio de 1962, dois dias depois de iniciado o novo plenário, a PSP, que cercara a cantina da Cidade Universitária, forçou a entrada nas instalações, prendeu os grevistas de fome e todos os estudantes que apanhou pela frente. Jorge Sampaio foi um deles. Oitenta e sete raparigas foram levadas para o Governo Civil de Lisboa. Os rapazes – cerca de 800, segundo as autoridades, 1200 na versão dos estudantes – foram para o quartel da PSP, na Parede. No dia seguinte foram identificados e libertados. Mas nem todos. Os que já estavam referenciados pela PIDE ou pela PSP como cabecilhas subversivos foram transferidos, sob prisão, para Caxias. Sampaio, promovido a “inimigo público número um”, foi também. Saiu a 14 de maio e logo no dia seguinte estava de volta aos piquetes de greve.

Jorge Sampaio, secretário-geral da Reunião Inter-Associações, numa ação de protesto em 1962, com o dirigente da Juventude Universitária Católica Vítor Wengorovius.

em Campo de Ourique (encerrado em dezembro de 2015 para dar lugar a um restaurante de uma cadeia de hambúrgueres) – não eram a única preocupação de Jorge Sampaio em 1961: era preciso acabar o curso. Fê-lo com média de 12 valores. Para comemorar, viajou pela Europa, com mais três colegas, a bordo de um Volkswagen carocha emprestado, que os levou a Espanha, França, Bélgica, Inglaterra e Alemanha.

Líder associativo

Em novembro de 1961, o licenciado Jorge Sampaio, de 22 anos, inscreveu-se na Ordem dos Advogados e iniciou o estágio que lhe abriria as portas da advocacia. No entanto, apesar de, formalmente, já ter iniciado a vida profissional, o ex-presidente dos estudantes de Direito não tinha fechado a porta ao ativismo associativo. Foi eleito secretário-geral da RIA, na qual se destacavam José Bernardino, do Técnico, Eurico de Figueiredo, de Medicina, e Medeiros Ferreira, de Letras. Os ativistas repartiam-se entre as tendências organizadas do PCP e da JUC (católicos progressistas), com vários independentes de esquerda, entre os quais Sampaio.

O *annus horribilis* de Salazar, que começara com o assalto ao paquete *Santa Maria*, o ataque do MPLA às prisões de Luanda e os massacres de civis pela UPA no Norte de Angola, terminou com a invasão de Goa, Damão e Diu pela União Indiana. As ondas de choque repercutiram-se nos meios estudantis, no início de 1962, com as direções associativas de esquerda a desafinar do coro nacionalista orquestrado pelo regime. Ao mesmo tempo, aquelas direções, sobretudo nas Universidades de Lisboa e de Coimbra, redobravam os esforços para organizar uma estrutura associativa a nível nacional, chegando a ser convocado – numa reunião em que Sampaio esteve presente – um Congresso Nacional de Estudantes.

O Dia do Estudante

Foi nesse contexto que, para prevenir a agitação, o governo proibiu as comemorações do Dia do Estudante, a 24 de março. Com a Cidade Universitária ocupada pela PSP equipada com armamento antimotim (a chamada “polícia de choque”), uma representação de dirigentes da RIA composta por Sampaio, Eurico de Figueiredo, Vítor Wengorovius e Medeiros Ferreira foi a casa do reitor da Universidade de Lisboa, Marcelo Caetano, ex-ministro e futuro presidente do Conselho. Pediram-lhe que interviesse junto do governo para mandar a PSP desocupar a Cidade Universitária. O reitor concordou, em nome da autonomia académica, e telefonou ao ministro do Interior, que prometeu mandar retirar a polícia.

Ao chegarem à Cidade Universitária, reitor e líderes estudantis viram que as carrinhas da PSP se mantinham no local. Apesar disso, o Dia do Estudante acabou mesmo por ser comemorado por centenas de alunos que se concentraram no Estádio Universitário, onde acolheram dezenas de colegas que entretanto chegaram de Coimbra. Quando a polícia tentou entrar no estádio para expulsar os estudantes, estes levantaram-se e cantaram o hino nacional. Sem saber o que fa-

zer, muitos agentes puseram-se em sentido. Por fim, os “choques” carregaram mesmo e a confusão espalhou-se pela alameda da Cidade Universitária e pelo Campo Grande.

A “crise de 62”

No dia seguinte, a RIA decretou “luto académico”, isto é, greve às aulas, com o apoio generalizado dos alunos e de muitos professores. Para conseguir essa quase unanimidade foi decisivo o comportamento do secretário-geral daquela estrutura, Sampaio, cujo prestígio era reconhecido pelas diversas sensibilidades da academia. O ministro da Educação, Lopes de Almeida, recuou e prometeu autorizar o Dia do Estudante. O “luto” foi suspenso.

Mas, pouco depois, o governo voltou com a palavra atrás e reafirmou a proibição. A 5 de abril, Marcelo Caetano demitiu-se de reitor. A RIA voltou a declarar greve. O governo retaliou, suspendendo as direções académicas.

A crise prolongou-se durante semanas. A PIDE começou a apertar o cerco aos líderes “rebeldes”, vigiando cautelosa e habitualmente todos os plenários de estudantes. Jorge Sampaio, de discurso empolgante e presença habitual na tribuna do Estádio Universitário ou na “pala” da cantina, tornou-se o centro das atenções.

O estádio era o cenário habitual dos plenários, cada vez mais frequentes. Num deles, a 9 de maio, 81 estudantes decidiram entrar em greve de fome, barricados na cantina, com o apoio de dirigentes e colegas. Cerca de mil acabaram presos (*ver caixa*).

Na mira da PIDE

Depois de ser libertado de Caxias, Jorge Sampaio percebeu que a situação tinha mudado. Salazar tinha tomado em mãos a crise académica e estava decidido a pôr cobro à revolta estudantil. Logo no dia 15, Sampaio, que regressara aos piquetes de greve, foi expulso da Faculdade de Direito com um argumento irresponsável: já não era aluno. Nos dias seguintes, o governo fez saber que estavam proibidas as reuniões, os comunicados e a própria RIA. Os estudantes mais ativos nos protestos foram suspensos, sendo-lhes levantados processos disciplinares. Eurico de Figueiredo, então militante do PCP, foi preso.

O endurecimento da repressão fez mossa na capacidade de resistência dos estudantes. Com a chegada da época de exames, muitos apresentaram-se às provas para não perderem o ano. A 14 de junho, um plenário no Técnico aprovou a proposta da RIA de levantar o “luto académico”.

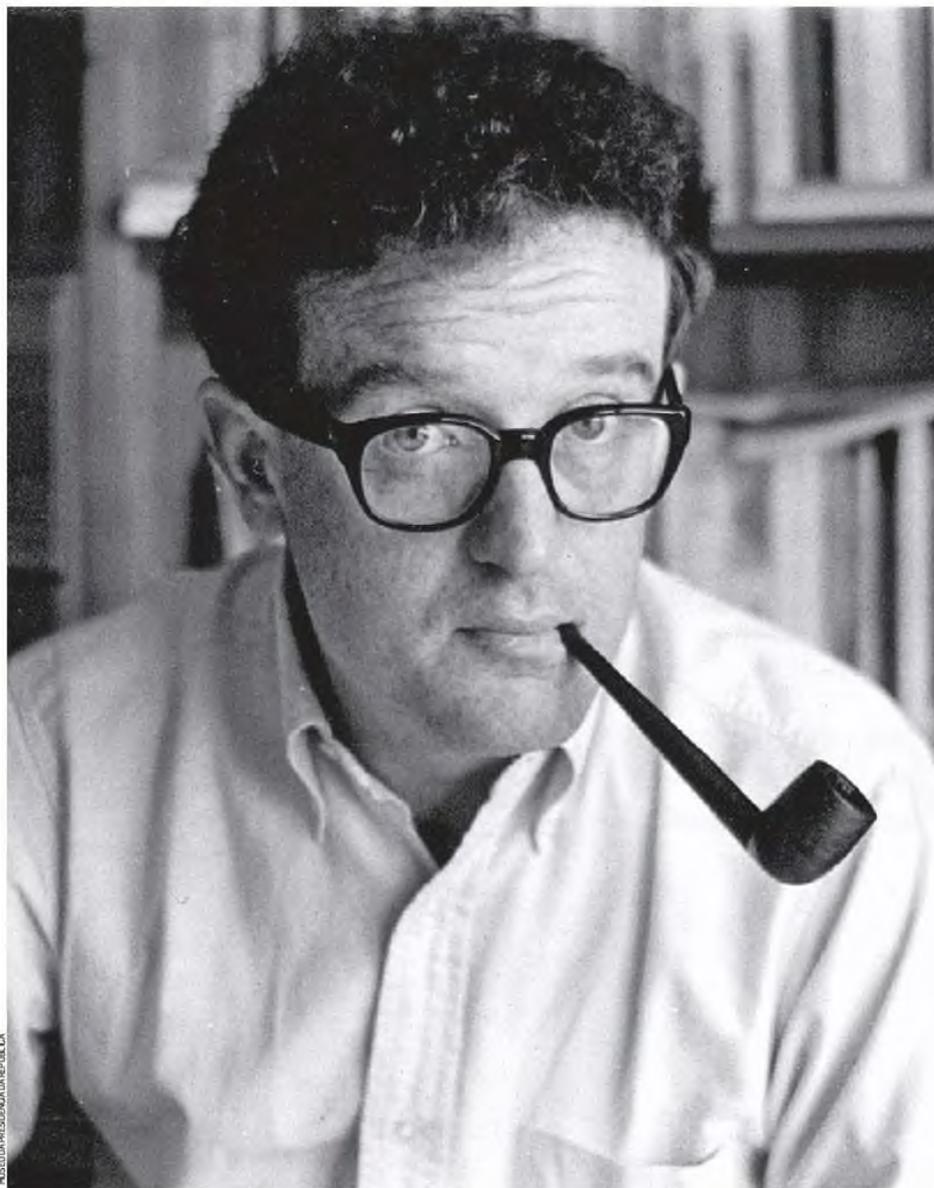
No final de junho foi conhecido o resultado dos processos disciplinares instaurados a 21 dos grevistas da fome da cantina (os que tinham confessado estar em greve de fome): expulsos por 30 meses de todas as escolas da capital.

Jorge Sampaio continuou na mira da PIDE. A 20 de julho, uma brigada foi a casa da família, em Sintra. Ele não estava, mas foram-lhe apreendidos livros, cartas e outros papéis pessoais. A 28 de setembro foi convocado à sede da polícia política e interrogado sobre as suas atividades na RIA. O advogado estagiário ficou prevenido: estava debaixo de olho.



ID: 94838832

11-09-2021



MUSEU DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

VIDA PROFISSIONAL

Advogado e político

Oposição Jorge Sampaio, rejeitados os convites do PCP e de Mário Soares para se filiar, prosseguiu a luta contra o regime através do Movimento de Ação Revolucionária. Um ano após se casar, conheceu Álvaro Cunhal num encontro em Paris, onde perdeu quaisquer ilusões sobre o líder comunista.

O jovem advogado Jorge Sampaio especializou-se em propriedade Industrial (marcas e patentes) e defendeu, pro bono, muitos presos políticos durante o Estado Novo.

O Movimento de Ação Revolucionária foi a única organização clandestina a que Jorge Sampaio pertenceu na primeira metade dos anos 60.

No âmbito de uma visita aos Estados Unidos, em 1965, um elemento da Embaixada dos EUA profetizou que o jovem advogado e ex-ativista estudantil seria um futuro líder político.

Jorge Sampaio conheceu Álvaro Cunhal numa reunião em Paris, perdendo logo qualquer ilusão sobre o líder do PCP ao ouvi-lo defender a Invasão soviética da Checoslováquia.

O final da "crise" académica e a integração na vida profissional como advogado não afastou Jorge Sampaio das lides políticas. Pelo contrário: continuou a acompanhar e a apoiar os seus sucessores na RIA, José Medeiros Ferreira, e na associação de Direito, Luís Salgado Matos.

O prestígio granjeado por Sampaio pelo seu desempenho nos acontecimentos da primavera de 1962 desencadeou sucessivas tentativas de recrutamento por parte dos controladores do PCP – "devo ter sido convidado para o PC umas 20 vezes", contou ao biógrafo, José Pedro Castanheira –, sem êxito.

Também Mário Soares, que se destacava entre os dirigentes da oposição não-comunista, convidou o jovem advogado a integrar o seu campo, primeiro na Resistência Republicana e Socialista (RRS) e depois, a partir de 1964, na Ação Socialista Portuguesa (ASP). Mas não conseguiu melhor resultado.

O Tempo e o Modo e o MAR

A única organização clandestina a que Jorge Sampaio acabou por aderir "do primeiro ao último minuto", na primeira metade dos anos 60, foi o Movimento de Ação Revolucionária (MAR), uma terceira via entre a ortodoxia comunista e o "direitismo" da social-democracia de Mário Soares e das suas RRS e ASP.

Vários membros do MAR tinham estado ou viriam a estar juntos na redação da revista *O Tempo e o Modo*, lançada por um grupo de católicos progressistas sob a direção do escritor e editor António Alcáçade Baptista. Logo no primeiro número, em janeiro de 1963, sai um artigo assinado por Jorge Sampaio, que também colaborou na *Seara Nova*, no qual pontificavam comunistas e *compagnons de route*.

O principal dinamizador do MAR foi Manuel de Lucena, outro veterano da crise académica de 1962, que no final do ano seguinte saiu do país para evitar ir para a guerra. Em Paris, Lucena encontrou no MAR ex-membros do PCP, socialistas "de esquerda" e católicos progressistas, sobretudo intelectuais exilados um pouco portoda a Europa.

Entre eles destacavam-se figuras como Lopes Cardoso (futuro ministro e líder da UEDS), Piteira Santos (historiador, futuro diretor do *Diário de Lisboa*), António José Saraiva (referência na história da cultura e da literatura, irmão do divulgador, comunicador e ministro José Hermano Saraiva) ou Victor Cunha Rego (futuro diretor do DN, secretário de Estado no primeiro governo de Mário Soares e presidente do conselho de administração da RTP).

Manuel de Lucena assegurava a ligação entre os militantes no exílio e os clandestinos no interior do país, incluindo o escritor Nuno Bragança, o veterano anarcossindicalista Emídio Santana (implicado no atentado bombista contra Oliveira Salazar em 1937), Saldanha Sanches (futuro dirigente e dissidente – do MRPP, mais tarde respeitado fiscalista e um ativista anticorrupção), Ruben de Carvalho (futuro diretor do jornal oficial dos comunistas, o *Avante!*), Vasco Pulido Valente, João Cravinho, o pintor Níkiyas Skapi-



nakis, Vítor Wengorovius, Nuno Brederode Santos e Jorge Sampaio.

Apesar dos planos românticos de Manuel de Lucena para o lançamento da luta armada, Jorge Sampaio caracterizaria assim o MAR no livro *A Festa de Um Sonho*: "Pouco dado ao movimento, pouco expedido na ação e sem grande determinação revolucionária."

O sonho americano

De setembro a novembro de 1965, Jorge Sampaio visitou os EUA com uma bolsa do programa Foreign Leader Program. Um "olheiro" da embaixada profetizou que o jovem advogado e ex-ativista estudantil seria um futuro líder político — e acertou em cheio.

Em Washington ficou deslumbrado com a visita ao Congresso, onde assistiu, no Senado, a uma discussão protagonizada por Edward Kennedy (o irmão mais novo do presidente assassinado) numa sessão presidida por Robert Kennedy (o irmão do meio, que seria, por sua vez, assassinado durante a campanha presidencial de 1968). Visitou também a Casa Branca (mas não viu o presidente Johnson) e encontrou o economista John Kenneth Galbraith.

Além de visitar universidades famosas, como Harvard, Wisconsin-Madison e Santa Bárbara, na Califórnia, Jorge Sampaio esteve presente numa reunião preparatória de uma manifestação contra a guerra do Vietname, em São Francisco, e foi recebido por apoiantes de Martin Luther King, em Atlanta. A viagem acabou em Nova Iorque, onde ainda assistiu a uma intervenção de Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar, na Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Casamento

Dois anos depois, em março de 1967, Sampaio, que chegara a namorar com Maria Emília Brederode Santos (irmã do seu grande amigo Nuno Brederode Santos e que viria a casar-se com outro amigo comum, José Medeiros Ferreira), casou-se com a estudante de Medicina Karin Dias (pioneira da neuropediatria em Portugal), filha do antropólogo Jorge Dias.

Amadrinha da noiva foi Zita Howell, sua colega de curso e futura mulher do dirigente comunista Octávio Pato (candidato à Presidência da República em 1976). Começaram por morar num T0, na Avenida Elias Garcia, em Lisboa, mas em 1969 pediram um empréstimo ao banco para comprar um andar mais desafogado, em Benfica.

Álvaro Cunhal

O crescente protagonismo de Sampaio nos meios oposicionistas levou-o a participar nos preparativos para as eleições legislativas de 1969.

Em 1968 deslocou-se a Paris, de onde foi levado para uma reunião, rodeada de medidas do maior secretismo, entre representantes de diferentes facções em que se dividia a oposição ao regime (com exceção dos socialistas de Mário Soares, deportado em São Tomé). Ali conheceu pessoalmente o líder comunis-



ta Álvaro Cunhal — e nesse primeiro contacto perdeu qualquer ilusão sobre o PCP: o secretário-geral defendeu, convictamente e sem hesitar, a invasão soviética da Checoslováquia, ocorrida dias antes.

Antes de regressar a Portugal, Jorge Sampaio teve ainda tempo para ler, no *Le Monde*, a notícia de que Oliveira Salazar fora operado na sequência de uma queda.

Primavera Marcelista

Nas eleições de 1969 já não era Salazar o presidente do Conselho. Perante a doença que ditou a morte política do velho ditador, o Presidente da República, almirante Américo Tomás, nomeou para lhe suceder na chefia do governo Marcelo Caetano, o reitor que se demitira em protesto contra a repressão policial durante a revolta dos estudantes de 1962.

A Primavera Marcelista começou com a crença quase generalizada nas intenções reformadoras do novo homem forte do regime. O bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, pôde regressar do exílio, onde se mantinha desde 1959. Também Mário Soares foi autorizado a voltar de São Tomé e a participar no processo eleitoral.

Nas próprias listas da União Nacional, o partido único que em breve mudaria o nome para Acção Nacional Popular, foram incluídos, por convite pessoal de Marcelo Caetano, candidatos independentes, como Francisco Sá Carneiro, José Pedro Pinto Leite, Francisco Pinto Balsemão, Joaquim Magalhães Mota, Mota Amaral ou Miller Guerra, conhecidos pelo seu distanciamento crítico em relação ao poder e que integrariam a "ala liberal" da Assembleia

Nacional. As diferentes tendências oposicionistas começaram por dar o benefício da dúvida ao novo chefe do governo e pela primeira vez, em lugar de denunciarem mais uma farsa eleitoral, aceitaram ir às urnas. Em duplicado, ainda por cima.

Mas as desconfianças acabaram por ditar a divisão das candidaturas nos círculos de Lisboa, Porto e Braga. Socialistas moderados e republicanos do "revirinho", encabeçados por Mário Soares e Salgado Zenha, formaram a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD). Comunistas, católicos progressistas e outras facções mais ou menos radicais constituíram a Comissão Democrática Eleitoral (CDE).

Jorge Sampaio foi candidato pela CDE em Lisboa, numa lista encabeçada pelo católico Pereira de Moura e pelo comunista José Manuel Tengarrinha. A campanha, apesar de mais aberta do que em qualquer das eleições anteriores, não foi, no entanto, livre nem permitiu que as diferentes candidaturas se apresentassem em igualdade de circunstâncias. A censura retalhava habitualmente os comunicados das oposições, que não tiveram acesso à televisão nem à rádio. Muitos comícios e sessões de esclarecimento, apesar de autorizados, foram interrompidos por cargas da PIDE, da Legião Portuguesa e da PSP.

Contados os votos, a UN ganhou com 87,7% a nível nacional, contra 12,3% do conjunto da oposição. Em Lisboa, a lista de Jorge Sampaio conseguiu 18,5%, bem à frente da CEUD, com 5,2%. Os 130 candidatos propostos pelo regime preencheram a totalidade de dos lugares de deputados da Assembleia Nacional.

Jorge Sampaio integrou a lista da CDE por Lisboa nas eleições de 1969, que obteve 18,5% dos votos (mais do triplo dos 5,2% da CEUD, de Mário Soares e Salgado Zenha).

Na barra do Plenário

JUSTIÇA À boa impressão causada como líder estudantil Jorge Sampaio juntou desde muito cedo o respeito merecido pela sua atividade de como defensor — *pro bono* — de presos políticos no Tribunal Plenário, onde eram julgados os crimes contra a segurança do Estado.

Mal saído do estágio feito no escritório de José Olympio (amigo do seu pai), e com apenas 24 anos, Jorge Sampaio aceitou o convite de Mário Soares para fazer parte do grupo de advogados dispostos a defender os implicados no golpe de Beja de 31 de janeiro de 1961.

O seu primeiro constituinte no Plenário da Boa-Hora, em Lisboa, foi o metalúrgico alentejano Manuel Peralta Bação, militante do PCP, acusado de atacar a delegação do Banco de Portugal em Beja, no âmbito do golpe. Sob prisão, Bação fora torturado pela PIDE. Em julho de 1964 foi condenado a 26 meses, depois de Sampaio ter feito uma intervenção considerada brilhante nas alegações finais, durante cerca de duas horas e meia.

A este primeiro processo político seguiram-se muitos outros, com destaque para o do membro do Comité Central do PCP e atual membro do Conselho de Estado Domingos Abrantes, além dos militantes Sara Amâncio e Maximino Cunha ("adotado" como prisioneiro de consciência pela Amnistia Internacional), entre muitos outros elementos do PCP, além de vários maoistas da Frente de Ação Popular (FAP). Defendeu também dois amigos e colegas da RIA: José Bernardino, que o antecederam como secretário-geral, e Medeiros Ferreira, seu sucessor no mesmo cargo.



REVOLUÇÃO

Onde estava no 25 de Abril?

Caxias A carreira de Jorge Sampaio como advogado conciliou a especialização em propriedade industrial com a defesa de presos políticos, cuja libertação exigiu um dia após a queda do regime.

Paralelamente à atividade política, Jorge Sampaio foi construindo ao longo dos anos 60 uma carreira profissional que fez dele um dos mais conhecidos advogados portugueses. A especialização em propriedade industrial, uma área altamente diferenciada na advocacia de negócios, deu-lhe fama e proveito.

Começou a tratar de processos de marcas e patentes no novo escritório do seu patrono, José Olympio, que se mudou da Rua da Conceição, na Baixa, para a Rua Duque de Palmela, ao Marquês de Pombal, no final de 1964. Representou em tribunal grandes laboratórios internacionais da indústria farmacêutica, como a americana Wyeth ou a alemã Schering, que o levou a reuniões negociais na Suíça.

Dedicou-se também ao direito do trabalho, tendo tido uma importante avença na seguradora Ourique.

Advogado de sucesso

Em 1967, Sampaio envolveu-se num caso que poderia ter sido o mais badalado da sua carreira. Foi advogado do futebolista Simões, extremo-esquerdo do Benfica e da seleção nacional (um dos magriços que conquistaram o 3.º lugar no Mundial de 1966), num contrato com o Sporting cujo verdadeiro objetivo era permitir a sua transferência milionária para o Boca Juniors, da Argentina.

O contrato chegou a ser assinado pelas duas partes, mas nunca foiacionado. Ao fim de um processo negocial com contornos rocambolescos – incluindo conversas sob disfarce (protagonizadas por

Advogado de topo, a faturar muitos milhares de euros, Sampaio patrocinava causas políticas e sociais de forma gratuita.

Avisado de madrugada sobre o golpe do 25 de Abril, Sampaio foi ao escritório, mas voltou para casa e foi um dos raros lisboetas que durante o dia não saíram à rua.

Sampaio), pressões e ameaças – Simões acabou por ficar no Benfica, mas com um aumento substancial de ordenado.

Com a morte de José Olympio, em 1970, Sampaio tornou-se um dos principais nomes do escritório, a par de José Vasconcelos Abreu, Vítor Wengorovius e Nuno Brederode Santos. Quando a Avis, uma das maiores empresas de *rent-a-car* a nível mundial, veio para Portugal, através da C. Santos, deu apoio jurídico ao negócio.

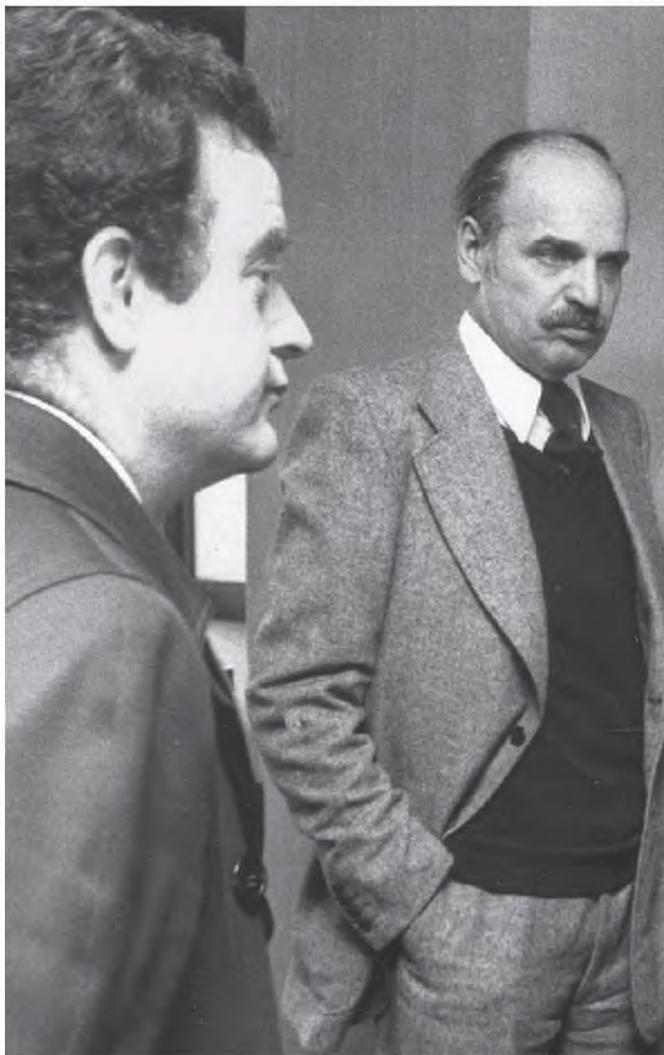
O advogado de topo que faturava centenas de contos (hoje seriam muitos milhares de euros) nos processos entre grandes empresas era o mesmo que, com igual profissionalismo, se empenhava, sem cobrar um tostão, no patrocínio de causas políticas e sociais.

Causas

No início dos anos 70, aproveitando o temporário clima de abertura da Primavera Marcelista, Sampaio prestou apoio jurídico a vários sindicatos, cujas direções foram conquistadas por forças oposicionistas, como o dos Caixeiros e os da TAP. Fez também parte da comissão promotora que levou à legalização, em 1972, do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol.

A costela associativa levou-o também a candidatar-se a delegado à assembleia-geral da Ordem dos Advogados. Ainda em 1972, foi um dos principais dinamizadores do I Congresso Nacional dos Advogados.

Ao mesmo tempo, continuou a participar em processos políticos. Entre



1966 e 1970 defendeu o editor Fernando Ribeiro de Mello, acusado pela publicação da *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*, organizada por Natália Correia. Em 1971 e 1972 representou trabalhadores da Carris acusados de fazerem greve. Por duas vezes defendeu o comunista Joaquim Duarte, que só seria libertado de Peniche após o 25 de Abril. Outro dos seus constituintes foi o sindicalista José Ernesto Cartaxo, futuro dirigente da CGTP.

Já em 1973, defendeu a médica Isabel do Carmo (que conhecera durante a crise académica de 1962 e que entretanto trocava o PCP pelas Brigadas Revolucionárias), acusada de ser coautora de um comunicado da Ordem dos Médicos sobre a morte do estudante José António Ribeiro Santos, abatido a tiro por um agente da PIDE em outubro de 1972.

Outra militante das Brigadas Revolucionárias defendida por Sampaio foi Conceição Moita, irmã do então padre e futuro vice-reitor da Universidade Autónoma de Lisboa Luís Moita, que só saiu da prisão depois do 25 de Abril.

O "caso da Capela do Rato", como fi-

cou conhecida a ocupação daquela capela por um grupo de católicos progressistas em protesto contra a guerra colonial, no último dia de 1972, suscitou também a intervenção de Jorge Sampaio, que defendeu no Supremo Tribunal Administrativo três dos funcionários públicos punidos pela sua participação nos incidentes, incluindo o catedrático de Economia (e dirigente da CDE) Pereira de Moura.

Também o atual presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, teria sido defendido por Jorge Sampaio se o seu caso tivesse chegado à barra do tribunal: acusado por manifestação não autorizada no 1.º de Maio de 1973, o julgamento foi marcado para depois de 25 de abril do ano seguinte.

Eleições de 1973

Quando percebeu que tinha aberto a caixa de Pandora com a sua tentativa de "evolução na continuidade", Marcelo Caetano apressou-se a tentar fechá-la. A repressão censória e policial recrudescceu – mas o vírus da Primavera Marcelista já se tinha espalhado pelo país.



NOVO CASAMENTO

Maria José Ritta

Jorge Sampaio divorciara-se em 1971, e desde então morava sozinho em Benfica. Em setembro de 1973 conheceu Maria José Ritta, que lhe foi apresentada por um casal de amigos comuns, o historiador César Oliveira e Marta de Freitas.

Filha de José António Ritta, um industrial de conservas dono de uma frota de pesca, Maria José teve uma infância e adolescência "à antiga": aluna interna em colégios de freiras. Quando terminou o liceu e disse ao pai que queria tirar Direito, foi terminantemente proibida. Tinha era de ficar em casa, à espera que ele lhe escolhesse um marido.

Não ficou: mal fez 21 anos (a maioria, na altura), saiu de casa e veio para Lisboa, onde arranjou emprego e se tornou independente. Trabalhou como tradutora, fez bailado e chegou a ser modelo, enquanto tirava os cursos de Tradutora-Intérprete e de Gestão e Administração de Empresas no Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA). Em 1967 entrou para a TAP por concurso. Foi a primeira mulher a chegar a um cargo de chefia na transportadora aérea. O namoro foi breve. Casaram-se a 6 de abril de 1974 e passaram a lua-de-mel no Norte.

Enfim, livres

A revolução apanhou Jorge Sampaio de surpresa – e casado de fresco. Divorciado de Karin desde 1971, voltara a casar-se, a 6 de abril de 1974, com Maria José Ritta (*ver caixa*). Foi César Oliveira quem lhe telefonou de madrugada, no dia 25, com a notícia de que a tropa estava na rua. Ainda foi para o escritório, mas acabou por ir buscar a mulher ao trabalho, na vizinha loja da TAP, na Praça Marquês de Pombal, e foram para casa, conforme "mandavam" os comunicados do MFA lidos aos microfones do Rádio Clube Português. Sampaio foi dos raros lisboetas que não saíram à rua para ver a Revolução dos Cravos...

O advogado passou o dia seguinte em Caxias, a exigir aos novos donos do poder a libertação de todos os presos políticos. As fotos da época mostram-no com ar decidido ao lado de oficiais do MFA, juntamente com Salgado Zinha, Pereira de Moura, o ator Rogério Paulo e Francisco Sousa Tavares, acompanhado do filho, o muito jovem Miguel Sousa Tavares.

Depois de alguma hesitação – Spínola tentou inicialmente excluir da libertação os acusados de crimes de sangue –, os presos políticos acabaram por sair todos de Caxias e de Peniche.

A 27 de abril, Sampaio publicou pela primeira vez um artigo sem censura, no semanário *Expresso*, e a 30 teve honras de entrevista na RTP, num programa especial sobre o dia seguinte: o primeiro 1.º de Maio.

Descontente com o rumo da CDE, que apoiara de alma e coração em 1969 e agora constatava ser mais uma comédia de transmissão controlada pelo PCP, Jorge Sampaio procurou organizar uma esquerda socialista independente, alternativa aos comunistas, à social-democracia de Mário Soares (que, apesar da sua moderação, fora obrigado a exilar-se em Paris, em 1970) e também às tentações perigosas da luta armada e dos atentados bombistas – por ordem de entrada em cena: Frente de Ação Popular (FAP), cisão maoísta do PCP, Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR), responsável pelo espetacular assalto ao Banco de Portugal na Figueira da Foz, em 1967, Ação Revolucionária Armada (ARA), inconfessado braço armado do PCP, e as já referidas Brigadas Revolucionárias.

Sampaio conseguiu fazer convergir à sua volta pessoas com ideias e origens muito diferentes, unidas na vontade de criar essa alternativa: desde logo os amigos intelectuais (advogados, e não só) do "grupo do Florida", nome do hotel vizinho do seu escritório, em cujo bar habi-

tualmente almoçavam e discutiam; católicos progressistas que tinham estado azeulado na CDE, em 1969; sindicalistas com influência nas novas direções desafetas ao regime que tinham aproveitado a abertura para tomar por dentro os velhos sindicatos corporativos, com destaque para Agostinho Roseta e Manuel Lopes, e ativistas estudantis, oriundos quase todos de Económicas, incluindo os futuros ministros Ferro Rodrigues, Augusto Mateus e Vieira da Silva.

O núcleo duro do grupo era formado por Vítor Wengorovius, Agostinho Roseta e José Dias, além do próprio Sampaio. Mais tarde juntar-se-iam o arquiteto Nuno Teotónio Pereira, líder informal dos católicos progressistas, e César Oliveira.

As eleições legislativas de outubro de 1973 foram muito diferentes das de 1969. No início de abril daquele ano realizou-se o Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, que marcou a reaproximação entre comunistas e socialistas. Sampaio e os seus correligionários, autoproclamados "ala esquerda" ou "setor não-reformista" da CDE, pri-

Jorge Sampaio com Melo Antunes (em primeiro plano, à direita) e o socialista Jorge Campinos (ao meio, de gabardina) em abril de 1975, nas vésperas da celebração do primeiro aniversário do 25 de Abril.

maram pela ausência. Ainda em abril, socialistas idos de Portugal e de vários núcleos da emigração juntaram-se a Mário Soares em Bad Munstereifel, na então Alemanha Ocidental, para fundarem o PS, sob os auspícios do SPD de Willy Brandt e com o apoio da Internacional Socialista. Antes e depois disso, Mário Soares e Álvaro Cunhal encontraram-se em Paris para acordarem num Programa Comum, à imagem e semelhança do que tinham feito o PS e o PC franceses poucos meses antes.

Cada vez mais radical, o grupo de Jorge Sampaio abandonou formalmente a CDE, denunciando o "reformismo" do movimento, e ficou fora da campanha eleitoral, que, aliás, culminou na desistência da oposição, em protesto contra a falta de liberdade.

Os chamados "socialistas independentes" tomaram como referência o pequeno Partido Socialista Unificado (PSU) francês, de Michel Rocard (futuro primeiro-ministro do presidente François Mitterrand), mas, nos últimos meses de 1973 e no início de 1974, resvalaram cada vez mais para a esquerda.



TRANSIÇÃO

Do MES ao governo

Alternativa A rejeição da "ditadura do proletariado" por parte do Movimento de Esquerda Socialista levou Jorge Sampaio a propor outro caminho, que conduziu ao seu afastamento. Próximo de Melo Antunes, o ex-MES entrou para o governo em 1975.



Jorge Sampaio
Integrou o IV
Governo Provisório
como secretário
de Estado da
Cooperação.

A manifestação do 1.º de Maio de 1974 é geralmente considerada a maior jamais realizada em Portugal. Calcula-se que tenham desfilado perto de um milhão de pessoas pelas ruas de Lisboa até ao estádio da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), um dos símbolos do corporativismo do Estado Novo, logo rebatizado Estádio 1.º de Maio.

Foi nesse ambiente de festa que surgiu pela primeira vez o nome do Movimento de Esquerda Socialista (mas ainda não a sigla MES), pintado num lençol transformado em cartaz ou bandeira improvisada. Foi atrás dele que desfilaram Jorge Sampaio e a mulher.

Antes da Revolução de Abril, os "socialistas independentes" já funcionavam como grupo de ativistas políticos. Nos dias seguintes ao 25 de Abril começaram a preparar o manifesto de apresentação do novo movimento. Estavam bem lançados: um dos seus membros, o sindicalista Santos Júnior, tinha sido convidado para discursar na mesma tribuna em que Mário Soares e Álvaro Cunhal fizeram juras de unidade.

Mas quando, por fim, chegou a vez de o representante do MES usar da palavra, um controlador comunista da Intersindical deu por terminado o comício, começando imediatamente a cantar o hino nacional ao microfone. O PCP cortou o pio ao MES.

Missão

A nova formação insistia em não se considerar partido político, para sublinhar o seu desapego do poder. Um dos membros do grupo, o arquiteto Nuno Portas, oriundo dos católicos progressistas, viu rejeitada a sua inscrição no movimento pelo simples facto de ter aceitado o convite para secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do I Governo Provisório. O MES não queria no seu seio membros dos "governos da burguesia".

Outro convite deu azo a grandes discussões – uma pequena amostra do que estava para vir. Fora feito pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, a Jorge Sampaio, para efetuar uma "missão especial" na ONU em nome do governo.

Após vencer a renitência dos seus correligionários, Jorge Sampaio aceitou e partiu para Nova Iorque, juntamente com João Cravinho. A missão consistia em fazer os contactos diplomáticos necessários para desbravar o caminho para a aceitação do novo regime português – que passava, sobretudo, pela solução da questão colonial.

No regresso, Jorge Sampaio entregou o relatório da missão e revelou o seu parecer favorável à autodeterminação e independência das colónias. Soares tinha-o convidado para embaixador na ONU. Por isso a notícia da nomeação para aquele cargo do ex-ministro da Educação (e futuro ministro socialista) Veiga Simão, por imposição do Presidente António de Spínola, foi um balde de água fria.

Radical

Sampaio entregou-se então ao MES. Embora não houvesse um chefe, ele era uma espécie de *primus inter pares* na Comissão Organizadora Provisória, de que também faziam parte Manuel Lopes, Vítor Wengorovius, José Manuel



Galvão Teles, Ferro Rodrigues, Nuno Teotónio Pereira, César Oliveira e Luís Moita, entre outros.

No mesmo dia em que regressou de Nova Iorque, 9 de junho, Jorge Sampaio participou na I Assembleia Nacional de Militantes do MES. Perante a derrapagem radical, ainda ensaiou a defesa da democracia representativa... e perdeu o lugar na direção. Enquanto os outros partidos, da direita à extrema-esquerda, se disputavam no xadrez político tendo em vista o assalto ao poder, o MES, apesar da qualidade de grande parte dos seus quadros, foi-se enredando em discussões teóricas estéreis e perdendo as oportunidades de ter alguma ação política eficaz. Todos se diziam anticapitalistas e marxistas, mas uns eram seguidores de Rosa Luxemburgo, outros de Gramsci, outros ainda defendiam a autogestão, sem esquecer a teologia da libertação e uns resquícios de anarcossindicalismo.

Sampaio participava nas reuniões e nas discussões acaloradas. Foi eleito para a comissão executiva, onde assistiu à esquerdização acelerada do MES a partir do "golpe" de 28 de setembro de 1974. Ele próprio e os seus amigos do "grupo do Florida" que aderiram à organização passaram a ser apontados a dedo como os "intelectuais". Insulto supremo: chamavam-lhes "socialistas-democratas de esquerda"...

Ascensão e queda

Quando apresentaram ao I Congresso, em dezembro de 1974, um documento programático e de estratégia alternativo ao da maioria da direção, Sampaio e os amigos sabiam que tinham o destino traçado. Apesar de uma intervenção brilhante – "o melhor discurso da minha vida", disse ao biógrafo, José Pedro Castanheira –, foi clindrado.

O novo órgão diretivo chamava-se, significativamente, Comité Central. Dele faziam parte os novos líderes, com destaque para Augusto Mateus, Eduardo Graça e Afonso de Barros. Os objetivos do MES passavam a ser, declaradamente, "uma sociedade socialista pela via do comunismo, através da ditadura do proletariado". Nos dias seguintes Jorge Sampaio e os outros oito subscritores do documento dos vencidos (Armando Trigo de Abreu, César Oliveira, Francisco Soares, Bénard da Costa, João Cravinho, Joaquim Mestre, José Manuel Galvão Teles e Nuno Bredere de Santos) entregaram as cartas de "não-adesão".

Como bons "liberais burgueses" – outro dos insultos a que foram brindados pelos vencedores do congresso –, os "doutores" levaram o legalismo até ao fim, considerando que não se demitiam porque até à realização do congresso o MES funcionara em regime de instalação e por isso não tinham sequer chegado a entrar.

A importância de ser ex-MES

Os ex-MES, como ficaram conhecidos os dissidentes do I Congresso, agora independentes, viram aumentar a sua cotação política. Sobretudo o junto dos oficiais do MFA. Sampaio tornou-se próximo de Melo Antunes. O então major, chamado "o mais civil dos mi-

O secretário de Estado da Cooperação dedicou, em 1975, particular atenção à Independência de Moçambique e ao processo de descolonização de Angola.

Nos dias seguintes ao 25 de Abril, Sampaio e outros ativistas começaram a preparar o manifesto de apresentação do MES.

Apesar das resistências no MES, Jorge Sampaio aceitou o convite de Mário Soares para ir à ONU numa "missão especial", para abrir caminho à aceleração do novo regime.

O "melhor discurso" da vida de Jorge Sampaio não evitou a sua derrota no I Congresso do MES, às mãos da maioria radical de esquerda.

O independente Jorge Sampaio demitiu-se do governo após o "caso República" e depois recusou integrar o V e o VI Governos Provisórios.



litares", tinha uma formação cultural e política nitidamente superior à da generalidade dos seus pares, chegando a estar envolvido na candidatura da CDE nos Açores, em 1969, apesar de ser oficial do quadro permanente no ativo. Coautor do programa do MFA e membro da respetiva comissão coordenadora, era um dos elementos mais influentes do novo poder saído da Revolução dos Cravos.

Na sequência da tentativa de golpe de 11 de março de 1975, o poder virou ainda mais à esquerda e o então primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, formou um novo executivo, o IV Governo Provisório. Melo Antunes tomou posse como o ministro dos Negócios Estrangeiros e convidou Sampaio para secretário de Estado da Cooperação. Libertos dos preconceitos do seu ex-partido, os ex-MES gozavam as delícias do poder. João Cravinho foi ministro da Indústria e César Oliveira adjunto do ministro da Comunicação Social. Do gabinete de Jorge Sampaio fazia ainda parte outro veterano do movimento, o ativista anticolonial Luís Moita.

Fim do PREC

No âmbito governativo, Sampaio acompanhou sobretudo a independência de Moçambique e o processo de descolonização de Angola. Mas o "processo revolucionário em curso"

(PREC) parecia incontrolável. A divisão entre as forças favoráveis a uma democracia de tipo ocidental e a vanguarda revolucionária do PCP e partidos satélites também se acentuava entre os militares. Moderados e esquerdistas (divididos entre a "esquerda militar" pró-comunista de Gonçalves e os radicais de Otelo) seguiam em rota de colisão.

Melo Antunes destacava-se entre os moderados, sendo o primeiro subscritor do *Documento dos Nove*, exigindo a demissão de Vasco Gonçalves e o respeito pela democracia pluralista. Antes, o "caso República" levava à demissão dos ministros do PS, imitados pelos do PPD. O independente Sampaio também se demitiu, acompanhado por Cravinho, apelando a que o MFA assumisse a condução política do processo. O IV Governo caiu.

Sampaio ainda foi convidado para o efêmero V Governo Provisório, o mais isolado de Gonçalves. Não aceitou. Tal como não aceitou ir para o VI Governo, de Pinheiro de Azevedo. Mas aproximou-se ainda mais de Melo Antunes, figura-chave do equilíbrio de poderes saído do 25 de Novembro. E que, face à derrota das forças totalitárias, se apressou a salvar os comunistas de eventuais retaliações ao afirmar, na televisão, que a participação do PCP era "indispensável".

Adeus, Movimento de Esquerda Socialista

ELEIÇÕES Apesar de os dirigentes que acusavam Sampaio e os amigos de serem "liberais burgueses" se oporem às eleições, o MES foi por duas vezes às urnas. Para a Assembleia Constituinte, em abril de 1975, conseguiu 58 248 votos (1,02%). Teve mais votos e maior percentagem do que a UDP mas, ao contrário deste partido de extrema-esquerda que entrou no Parlamento graças à concentração de votos em Lisboa, não conseguiu eleger nenhum deputado. Nas eleições para a I Legislatura, em abril de 1976, a votação foi pouco mais do que residual: 31 315 (0,57%).

Para trás ficava a participação, em agosto de 1975, na meteórica Frente de Unidade Popular (FUP) e ao lado do PCP, MDP/CDE, Frente Socialista Popular (dissidentes do PS que defendiam a aproximação ao PCP), LUAR, Liga Comunista Internacionalista (LCI, trotskista) e Partido Revolucionário do Proletariado (PRP-BR), que só durou uns dias. A FUP foi substituída, após a saída do PCP – mantendo-se os outros partidos, incluindo o MES –, pela Frente de Unidade Revolucionária (FUR). A deriva extremista continuou até 25 de novembro de 1975.

Desses meses de brasa ficou, durante vários anos, um monumental mural pintado no bairro lisboeta de Alcântara, com os retratos de Marx e Lenine em destaque e com palavras de ordem como "Viva o Poder Popular" e "Viva o Comunismo".

O MES autodissolveu-se em 1981 com um jantar convívio em Lisboa.



O MES extinguiu-se em 1981.



PARLAMENTO

À conquista do PS

Pontes A Intervenção Socialista surgiu como grupo de reflexão para aproximar PS e PCP, mas sem sucesso. Mas a linha dura comunista acabou por o aproximar dos socialistas e torna-se militante no final de 1977. Dois anos depois foi eleito deputado e, em 1981, acabou a fazer parte do ex-Secretariado.

Jorge Sampaio num colóquio, em maio de 1976, da Intervenção Socialista.

Após a vitória do PS nas legislativas de 1976, com o PCP atrás do CDS, Sampaio escreveu: "A social-democracia perdeu as eleições."

A radicalização da esquerda levou Sampaio a aproximar-se do PS, partido de que se tornou militante na secção de Benfca com o n.º 102.279.

A primeira missão de Sampaio como militante socialista foi a chefia de uma delegação a Moçambique para negociar com o governo de Samora Machel.

Terminada a breve experiência governativa de 1975, Jorge Sampaio continuou ativo na política. Com outros ex-MES, formou a Intervenção Socialista (IS), um clube de reflexão com o objetivo de lançar pontes entre o PS e o PCP – missão impossível no contexto da época, dado o clima de pré-guerra civil que opusera aqueles dois partidos durante o PREC – e, ao mesmo tempo, fazer eco das posições de Melo Antunes, líder político do Grupo dos Nove, que emergira do 25 de Novembro como a nova força dominante entre os militares do MFA.

Mais conhecida por GIS (Grupo de Intervenção Socialista), designação que nunca foi aceite de bom grado pelos seus membros, a nova formação tinha grande visibilidade na imprensa graças à presença quinzenal de Sampaio no *Expresso*, com artigos de opinião publicados na coluna "Canto Esquerdo". Não foi surpresa para ninguém que Sampaio se tornasse o presidente da comissão diretiva da IS.

Nas vésperas das primeiras eleições legislativas, em abril de 1976, a IS apelou ao "voto útil de esquerda", isto é, no PS ou no PCP. Mário Soares repetiu a vitória das eleições do ano anterior para a Constituinte, mas ficou longe da maioria absoluta e empenhou-se na formação de um governo minoritário do PS sozinha. Sampaio, apostado em fazer funcionar a "maioria de esquerda" (o PCP ficara em 4.º lugar, com 14,4%, atrás do CDS), intitulou o comunicado da IS em que fazia o balanço da votação "A social-democracia perdeu as eleições".

Foi o pretexto para uma polémica asanhada com Francisco Sousa Tavares, então diretor de *A Capital*, que não poupou nas palavras: "Desde a CDE ao MES, e agora ao GIS, houve uma permanência de intelectualismo esquerdista característico de posições de adolescência verbalisticamente revolucionária e essencialmente burguesa."

A caminho do PS

O verbalismo revolucionário parecia confirmar-se: Sampaio votou em Otelo nas presidenciais de junho de 1976. Em 1977, a IS participou na 2.ª Conferência dos Partidos e das Organizações Socialistas Progressistas do Mediterrâneo, em Malta, onde se defendeu a "eliminação de toda e qualquer presença militar estrangeira" e se apoiou a OLP e a Frente Polisário. A presença numa mesa-redonda sobre "O socialismo e os sistemas políticos", na Jugoslávia de Tito, foi mais um exemplo das tendências terceiro-mundistas então apontadas a Jorge Sampaio, que na frente interna continuava a pugnar por um entendimento entre o PS e o PCP.

Mas a queda do I Governo Constitucional, derrubado em dezembro de 1977 na sequência da não-aprovação de uma moção de confiança chumbada pelo PCP, provocou um abalo na IS – e em Sampaio, que se foi aproximando paulatinamente do PS, apesar de saber que o governo seguinte resultaria de um acordo com o CDS. Após negociações pessoais com Mário Soares, ansioso por compensar a saída de Lopes Cardoso e de outros membros da ala esquerda socialista, a IS aderiu em bloco ao PS, encabeçada por Sampaio, Cravinho, José Manuel Galvão Teles, Nuno Portas, Nu-



no Brederode Santos e Bénard da Costa. Como "bónus", entraram ainda vários amigos de Sampaio, *compagnons de route* do "grupo do Florida" mas que não tinham pertencido à IS, entre os quais Vera Jardim e Miguel Galvão Teles.

Jorge Sampaio tomou-se militante da secção do PS de Benfica, com on.º 102.279.

Mudanças profissionais e familiares

Mas não foi só na política que a vida de Sampaio deu uma volta em 1977. Logo no início do ano, deixou o escritório da Duque de Palmela e instalou-se na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, passando a integrar a sociedade encabeçada por Vera Jardim e de que faziam parte os seus velhos amigos Jorge Santos e Miguel Galvão Teles.

A 11 de março do mesmo ano nasceu a primeira filha, Vera. A família ficou completa a 19 de julho de 1980, com o nascimento de André. Outra mudança ocorreu já em 1978, mas na prática desportiva: começou a reduzir os jogos de futebol. Em compensação, tornou-se um entusiasta do golfe, tendo como professor um dos mais conhecidos profissionais portugueses, Tony Bamabé.

A primeira missão de Sampaio como militante socialista foi a chefia de uma delegação a Moçambique para negociar com o governo de Samora Machel o contencioso entre os dois países, com destaque para o complicado processo da Barragem de Cahora Bassa, construída por Portugal nos últimos anos antes da independência e cujo investimento nunca fora amortizado pelo novo país.

Após três viagens a Maputo ao longo de 1978, durante a vigência do segundo governo de Mário Soares e no de Nobre da Costa (morto à nascerença pelo chumbo do respetivo programa no Parlamento), Sampaio concluiu que a única forma de desbloquear os problemas era através de uma solução política tomada ao mais alto nível, como viria a acontecer anos depois. Entretanto, viu-se afastado das negociações com Moçambique pelo governo de Mota Pinto, sendo nomeado representante de Portugal na Comissão Europeia dos Direitos do Homem, em Estrasburgo.

Deputado e autarca

No início de março de 1979, Jorge Sampaio participou pela primeira vez num congresso do PS e foi eleito para a comissão nacional. Na primeira reunião desta, foi proposto pelo secretário-geral Mário Soares para integrar o novo secretariado, a cúpula dirigente do PS. A convite de Salgado Zenha, número dois socialista, fez também parte da equipa fundadora do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, uma nova fundação do partido.

O chumbo do Orçamento apresentado por Mota Pinto, em março de 1979, deu origem a uma nova crise governamental. Em vez de experimentar uma solução apoiada pelo PS e pelos dissidentes do PSD, Eanes voltou a apostar num Executivo de iniciativa presidencial e nomeou primeira-ministra a independente Maria de Lourdes Pintasilgo, católica progressista, com a missão de conduzir o país a eleições legislativas intercalares.

A 2 de dezembro de 1979 Sampaio foi



eleito deputado pela primeira vez, pelo círculo de Lisboa. Mas o PS sofreu uma derrota sem apelo nem agravos: a coligação AD (PSD/CDS/PPM) ganhou as eleições com maioria absoluta. Sá Carneiro tornou-se primeiro-ministro e, pela primeira vez desde o 25 de Abril, a esquerda estava afastada do poder.

Dias depois foram as eleições autárquicas, com Jorge Sampaio a ser eleito para a Assembleia Municipal da Amadora, onde a Câmara foi ganha pela coligação comunista APU.

Um mau negócio

A maior parte de 1980 foi passada a preparar as duas eleições marcadas para esse ano: legislativas em outubro e presidenciais em dezembro.

Traumatizado pela dupla derrota (nas intercalares e nas autárquicas) às mãos da AD, o PS empenhou-se em formar também uma coligação. Seria a Frente Republicana e Socialista (FRS), com duas pequenas formações: uma para cobrir o flanco direito, a Acção Social-Democrata Independente (ASDI), liderada por Sousa Franco e Magalhães Mota, dissidentes do PSD, e a outra para dar cobertura à esquerda, a União de Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS), constituída em torno do ex-ministro e dissidente socialista Lopes Cardoso.

A nível interno, a direção do PS começava a acusar o desgaste do afastamento do poder. O secretariado, entretanto remodelado, afastava-se progressivamente da figura tutelar do secretário-geral. Quando a cúpula socialista se reuniu em Nafarros para ponderar o nome do candidato a apoiar contra o general Soares Carneiro, que acabara de ser anunciado como o presidenciável lançado pela direita, Mário Soares verificou que a esmagadora maioria do secretariado — incluindo Salgado Zenha, até então considerado um indefetível do líder — preferia apoiar a recandidatura de Eanes em

O regresso em força de Mário Soares à liderança do PS no início dos anos 80 deixou Jorge Sampaio e António Guterres em minoria. O antigo MES passou a integrar o ex-Secretariado e em 1992 continuava do outro lado da barricada socialista com o futuro primeiro-ministro.

Conspirando no sótão de Guterres

ANIMADOR Ostracizados pela nova direção soarista do PS, os membros do ex-secretariado desdobraram-se em discussões para combinarem estratégias comuns de intervenção, sobretudo para as reuniões da comissão nacional. O objetivo era, mais cedo ou mais tarde, recuperar o poder no partido. O cenário de todas as conspirações foi o sótão da casa de um dos elementos mais aguerriados do ex-secretariado, António Guterres, um engenheiro católico progressista e génio organizativo a quem o bigode farfalhado dava um ar de bandido mexicano saído dos filmes *western spaghetti*.

Sampaio tornou-se frequentador habitual do sótão e animador das discussões. Outros *habitués* eram Vítor Constâncio (futuro secretário-geral do PS e hoje vice-presidente do Banco Central Europeu), António Reis, Arons de Carvalho, Sousa Gomes, Cravinho, Galvão Teles, Nuno Brederode Santos, António Arnaut, Carlos Candal e Jorge Coelho, entre muitos outros. Além de Zenha, a referência moral do grupo.

vez da sua própria candidatura.

Mário Soares nunca perdoara a Eanes a demissão do II Governo Constitucional. Os executivos de "iniciativa presidencial" tinham sido outras tantas achas para a fogueira. O líder socialista estava convencido de que o general acalentava um projeto de poder pessoal que passava pelo esvaziamento do PS. Quando a maioria da direção do partido decidiu formalizar o apoio a Eanes, a rutura com o secretário-geral tornou-se inevitável.

A 5 de outubro de 1980, novo balde de água fria: a coligação de direita repetiu a vitória nas legislativas, reforçando a maioria absoluta. A FRS valeu apenas um aumento de 0,4% em relação ao resultado do PS sozinho no anterior, sem alteração do número de deputados. Pior: esse número teria ainda que acolher os eleitos da ASDI e da UEDS nas listas da Frente.

Contas feitas, a FRS foi "um mau negócio" para o PS, desabafou Mário Soares.

PS dividido

Em plena pré-campanha para as presidenciais, Soares aproveitou as declarações de Ramalho Eanes numa conferência de imprensa para fazer rebentar uma autêntica bomba política. O Presidente dissera que não havia contradições entre os seus princípios e os da AD, que os seus modelos de conceção política eram "semelhantes", até "idênticos". Todo o PS ficou incomodado e Ramalho Eanes viu-se obrigado a emendar a mão. Mas Soares é que já não o largou. Em tom dramático, anunciou retirar o apoio a Eanes "como o cidadão" e, como líder do PS, "autossuspennder-se" de secretário-geral se o partido optasse por manter aquele apoio.

O secretariado e a comissão nacional do PS decidiram manter o apoio ao general Eanes; Mário Soares ficou isolado. Foi o início de uma divisão que deixou marcas, a mais visível das quais seria a rutura com o seu íntimo amigo de longa data Salgado Zenha. Jorge Sampaio viu-se e desejou-se para desmentir a acusação de que era um eanista infiltrado no PS.

Eanes ganhou mesmo as eleições, realizadas em ambiente de grande emoção devido à morte do primeiro-ministro, Sá Carneiro, do ministro da Defesa, Amaro da Costa, e de mais cinco pessoas na tragédia de Camarate, três dias antes, a 4 de dezembro.

No início de 1981, Mário Soares partiu à reconquista do PS. Correu o país de lés a lés para tomar o pulso às secções e cativar os militantes. Meses depois, as eleições para os delegados ao 4.º congresso recompensaram o esforço. O regressado secretário-geral ganhou em toda a linha. Quando um repórter lhe perguntou se tinham rolado cabeças, respondeu: "A única cabeça que rolou foi a do meu dedo." Na verdade, dias antes Soares perdera uma falangeta na sequência de ter entalado um dedo na porta do carro.

Mas não era bem assim. Apesar de o secretariado cessante ter conseguido eleger um terço da nova comissão nacional (de eleição proporcional pelo método de Hondt), os órgãos de direção executiva foram todos preenchidos por apoiantes de Mário Soares.

Jorge Sampaio e companheiros caíram em desgraça. Passaram a ser conhecidos como "o ex-secretariado".



BLOCO CENTRAL

A longa marcha do secretário-geral

Emissário *A evolução política do país nos anos 80 manteve as divisões entre PS e PCP em carne viva. Mas as presidenciais de 1986 transformaram Sampaio num agente de ligação entre Soares e Cunhal, de que resultou a eleição do socialista.*

O clima de divisão interna no PS agravou-se ao longo de 1982, sobretudo a propósito do processo de revisão constitucional. Jorge Sampaio assumiu-se cada vez mais como elemento destacado da minoria, embora fosse ele a pôr água na fervura nos momentos mais acalorados do desaguisado entre Mário Soares e Salgado Zenha.

Nas jornadas parlamentares de janeiro de 1982, quando Zenha se queixou de que "não estava disposto a aturar atitudes de má-criação" e Soares respondeu com um desafio "se for preciso separarmo-nos, então separemo-nos", Sampaio interveio para fazer um apelo "à calma e à amizade" entre os camaradas.

Zenha seria convidado a demitir-se de líder do grupo parlamentar. Recusou e foi alvo de um processo disciplinar que resultou na sua suspensão. Foi neste ambiente que acabou por ser votada a revisão da Constituição. Sampaio votou a favor, obrigado pela disciplina partidária, mas fez várias declarações de voto para sublinhar o seu desacordo relativamente à redução dos poderes presidenciais e à extinção do Conselho da Revolução.

Em março de 1982 presidiu, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a um colóquio comemorativo do 20.º aniversário da crise académica de 1962. O antigo secretário-geral da RIA chorou ao ler uma mensagem da antiga colega Isabel do Carmo, presa no âmbito do processo dos assaltos aos bancos por parte de militantes do PRP/BR, partido de que era dirigente.

Derrotado

Um dos documentos mais importantes saídos do sótão de Guterres foi escrito por... Jorge Sampaio. Eram 13 regas destinadas a balizar o relacionamento no interior do PS, com o objetivo de fazer respeitar os direitos da minoria pela maioria. Ficou conhecido como o "decálogo de Sampaio" e

Na celebração dos 20 anos da crise académica de 1962, Sampaio chorou ao ler uma mensagem da antiga colega Isabel do Carmo.

Jorge Sampaio recusou integrar as listas de deputados do PS às eleições de 1983, quando Mário Soares criou o Bloco Central com o PSD de Mota Pinto.

dizia logo no primeiro ponto: "A solidriedade de interna não elimina o direito de expressão das divergências, quer no interior do partido, quer no seu exterior." Soares aceitou o documento.

Nas autárquicas de dezembro de 1982, Sampaio foi eleito para a Assembleia Municipal de Sintra. Embora ficando atrás da AD em número de votos e percentagem global, o PS cantou vitória por ter sido o partido que mais subiu e mais novas câmaras conquistou. Freitas do Amaral aproveitou aquilo a que chamou "desaire eleitoral" para romper a coligação com o PSD e tirar o tapete ao primeiro-ministro, Pinto Balsemão.

As legislativas antecipadas de 1983 deram o primeiro lugar ao PS, mas longe da maioria. Para garantir a governabilidade do país, à beira da bancarrota, e o indispensável empréstimo do FMI, Mário Soares coligou-se com o PSD de Mota Pinto e formou o Bloco Central. Fora do Parlamento ficou Jorge Sampaio, que, com a maioria dos elementos do ex-secretariado, se recusou a integrar as listas de deputados socialistas impostas por Soares.

Travessia do deserto

Sampaio aproveitou a travessia do deserto para se dedicar ao trabalho e à família. Como especialista em marcas e patentes – em 1978 conseguira que o Supremo Tribunal lhe desse razão num assento sobre o fabrico de um antibiótico, que é considerado pelo próprio como a sua "coroa de glória" –, interveio num processo que envolveu os célebres charutos cubanos Montecristo e noutro sobre as imitações das garrafas do licor francês Cointreau. Quando foi lançada a *Revista de Propriedade Industrial*, em 1985, foi naturalmente colaborador daquela publicação especializada na sua área de advocacia.

Um processo judicial que envolveu figuras gradas da sociedade portuguesa, incluindo do mundo da política, foi o



"caso DOPA", que rebentou em 1985 e foi julgado em 1987. Sampaio foi um dos advogados de Francisco Sousa Tavares, então ministro da Qualidade de Vida do governo do Bloco Central, acusado de irregularidades cambiais. Sousa Tavares demitiu-se e, apesar de, ao contrário dos outros arguidos, ter usado a empresa DOPA para fazer entrar divisas estrangeiras (no caso, um cheque de 10 mil dólares) em Portugal, acabou por ser condenado a seis meses de prisão por negligência – pena em tretanto amnistiada.

Ainda em 1985, o escritório que Jorge Sampaio partilhava com Vera Jardim, Júlio Castro Caldas e outros colegas mudou da Columbano Bordalo Pinheiro para a Avenida Duque de Ávila, onde se lhes juntou Manuel Magalhães e Silva. Por essa altura já lá trabalhava o jovem advogado e futuro primeiro-ministro António Costa.

Em outubro de 1984, Jorge Sampaio sofreu um grande desgosto com a morte do pai, o médico e ex-diretor-geral da Saúde Arnaldo Sampaio.

Encontros secretos

O regresso à primeira linha da política teria de esperar até 1986. Para trás ficara a entrada de Portugal na então CEE, logo seguida pela desintegração do Bloco Central, acelerada pela morte de Mota Pinto e pela tomada do poder por Cavaco Silva no PSD.

Ficara também a chegada de Cavaco ao governo, ainda sem maioria, numas eleições marcadas pela entrada no Parlamento do partido eanista (PRD) com um forte grupo de deputados (45) e pela humilhação do PS, que pagou a fatura dos salários em atraso e da austeridade imposta por Soares. Almeida Santos deu a cara pelos socialistas. Nos cartazes espalhados por todo o país pedia 43%, o número mágico da maioria absoluta. Teve um resultado histórico – o pior de sempre: 20,8%.

Candidato não-eleito por Lisboa, Jorge Sampaio recusou-se a fazer coro com os que crucificaram Mário Soares pela derrota. Defendeu-o até numa comissão nacional tempestuosa. O secretário-geral, que entretanto se autossuspendera para apresentar a candidatura à Presidência da República, agradeceu-lhe: "Você hoje saíu-me!"

A campanha presidencial foi épica. Soares começou com 7,9% nas sondagens, invertiu a pulso a impopularidade de que se lhe tinha colado e, após um debate fratricida com Zenha na televisão e de ser agredido no bastião comunista da Marinha Grande, ganhou as "primárias da esquerda" a Zenha e a Maria de Lourdes Pintasilgo.

Na segunda volta, Jorge Sampaio foi o emissário de Soares em dois encontros secretos com dirigentes de topo do PCP. Resultado: Cunhal mobilizou os eleito-



Jorge Sampaio com Vítor Constâncio (à esquerda) na bancada parlamentar do PS, em agosto de 1987.

O já líder do PS e futuro presidente da Câmara Municipal de Lisboa na conferência de imprensa que se seguiu à vitória nas eleições autárquicas de dezembro de 1989.



Aliança com PCP

Com a derrota que levou Cavaco Silva ao poder, em 1985, o líder do PS viu Sampaio defendê-lo no PS. Soares agradeceu: "Você safou-me hoje."

Jorge Sampaio foi eleito líder da bancada parlamentar do PS em 1987, quando Cavaco obteve a primeira maioria absoluta.

O Parlamento aprovou a segunda revisão constitucional (1989), que acabou com a reforma agrária, já com Jorge Sampaio como líder do PS.

Em julho de 1989, a escassa cinco meses das eleições autárquicas e depois de sucessivas negas de outros tantos potenciais candidatos ganhadores à Câmara Municipal de Lisboa, com o Nuno Portas e Gonçalo Ribeiro Telles, Jorge Sampaio decidiu não esperar mais. Ouvidos os amigos políticos mais próximos – Nuno Brederode Santos, José Manuel Galvão Teles, António Costa – e também o irmão Daniel e a mulher, Maria José, Sampaio anunciou que o candidato seria... ele.

Mas uma candidatura do líder do partido tinha que ser para ganhar. E Sampaio mostrou que não era em vão que transportava a fama de ter conseguido organizar, montar e manter a mais importante luta dos estudantes contra a ditadura e de ser um temível negociador, tanto nos bastidores dos escritórios de advocacia como na barra do tribunal.

Tal como, a seguir à primeira volta das presidenciais de 1986, tinha dado o primeiro passo para obter o apoio decisivo dos comunistas à eleição de Mário Soares, foi também ele o primeiro a avançar com uma proposta irrecusável ao PCP: uma aliança formal para conquistar Lisboa à direita.

No dia 17 de dezembro de 1989, a coligação Por Lisboa, constituída pelo PS, PCP, MDP e Os Verdes, ganhou as eleições na capital e abriu a Jorge Sampaio as portas dos Paços do Concelho. Para a Assembleia Municipal, pelo parceiro de coligação, foi eleito outro nome já bem conhecido dos portugueses e que, anos depois, ganharia fama mundial: José Saramago.

res comunistas para votarem em Soares, que acabou por ser eleito.

A partir de Belém, Soares ainda tentou influenciar a sua sucessão na liderança do PS apoiando Jaime Gama. Mas foi Vítor Constâncio quem se tornou secretário-geral no congresso de junho de 1986, que pelo caminho deixou cair o marxismo como ideologia. Sampaio foi eleito para o secretariado nacional e ficou com o pelouro das relações internacionais, onde substituiu o até então fidelíssimo soarista Rui Mateus, que, anos depois, viria a escrever um livro demolidor para o antigo "patrão".

Ao lado de Constâncio

A ascensão de Jorge Sampaio na cúpula socialista tornou-se imparável. Regressado a S. Bento (para o lugar deixado vago por Mário Soares), integrou a direção da bancada como vice-presidente responsável pela integração europeia. As funções no Parlamento e no partido levaram-no a intensas deslocções ao estrangeiro, onde contactou com inúmeros líderes internacionais.

Em 1987, o PS votou a favor de uma moção de censura apresentada pelo PRD, derrubando o governo minoritário de Cavaco. Vítor Constâncio estava convencido de que Soares o iria nomear primeiro-ministro de um Executivo socialista com apoio do PRD e do PCP. Em vez disso, o Presidente dissol-

veu o Parlamento e convocou as eleições que deram a primeira maioria absoluta a Cavaco Silva.

Cabeça de lista por Santarém, Jorge Sampaio foi eleito líder parlamentar da bancada socialista, confirmando no hemicírculo a fama de tribuno brilhante – e temível – que trazia das lutas académicas e da barra.

Apesar da vitória esmagadora no congresso de fevereiro de 1988, com 89% dos votos e que voltou a entronizá-lo como líder do PS, Vítor Constâncio viu o partido fugir-lhe das mãos nos meses seguintes. Com a aproximação das eleições autárquicas, marcadas para finais de 1989, o secretário-geral chegou à conclusão de que ninguém de primeiro plano se chegava à frente para encabeçar a candidatura à câmara que, acima de todas, faria a diferença: Lisboa.

Quando António Guterres, seu apoiante da primeira hora, também se recusou, Constâncio bateu com a porta. Os jornais da época citaram-no: "Não tinha generais para combater."

A demissão de Vítor Constâncio abriu a corrida à liderança. Jorge Sampaio achou que chegara a sua hora: a 18 de novembro de 1988 anunciou que decidira candidatar-se ao cargo de secretário-geral do PS.

O adversário foi Jaime Gama e a campanha incluiu um frente a frente na RTP, assim como debates na rádio e nos

jornais. Por fim, os delegados ao congresso extraordinário de janeiro de 1989 escolheram: Jorge Sampaio foi eleito com 62,7% dos votos, contra 34,7% de Gama. A concluir o discurso de consagração o como novo líder dos socialistas, ia fazendo vir abaixo o Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa: "Com este PS, com o PS, tudo é possível!"

Incansável

Os primeiros tempos na chefia do partido foram de cortar a respiração. Começou por pôr ordem na casa, ao colocar gente da sua confiança nos postos-chave. Entregou a presidência do grupo parlamentar a António Guterres e percorreu a Europa para reforçar os laços com a Internacional Socialista.

À porta da sede, no Largo do Rato, apareceram a bater muitos novos militantes, sobretudo antigos membros do MES, católicos progressistas e ex-PRD.

Na Assembleia da República, foi já sob a sua liderança que foi votada a segunda revisão constitucional (que tinha sido negociada sobretudo por Vítor Constâncio) e graças à qual se tornou possível abrir a televisão aos privados, acabar com as nacionalizações e a reforma agrária. Num debate mais aceso em São Bento, olhou nos olhos os deputados da primeira fila do PSD que lhe gritavam e desafiou: "Não é pelos gritos que me vão calar, senhores deputados!"



BELEM

Presidente cidadão

História Jorge Sampaio trocou os Paços do Concelho por Belém, assumindo uma ligação mais próxima dos portugueses. Inaugurada a Expo'98 e a Ponte Vasco da Gama, entregou Macau à China e convocou eleições antecipadas, que deram maioria absoluta ao PS.



O chefe de Estado com o governador de Macau, Rocha Vieira, na visita ao território em 1997 (dois anos antes da sua entrega à China).

Jorge Sampaio numa ação de campanha em setembro de 1993, três meses antes da reeleição como presidente da autarquia de Lisboa.

A chegada de Jorge Sampaio à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, depois da vitória em dezembro de 1989 sobre Marcelo Rebelo de Sousa, marcou o início de uma nova era no maior município do país.

A nível político, o novo executivo autárquico e a nova maioria na Assembleia Municipal (presidida pelo escritor José Saramago) – assentes na coligação entre socialistas e comunistas – sucediam a uma década de domínio ininterrupto da direita na autarquia, sob a presidência do centrista Nuno Abecassis.

A menina dos olhos do novo autarca foi desde logo a elaboração do Plano Estratégico de Lisboa (que viria a ser aprovado em 1992) e do Plano Diretor Municipal (1994). Também não tardou em lançar um conjunto de obras que mudaram a face da cidade, com destaque para o túnel do Campo Grande e o Parque Ecológico de Monsanto – e cuja conclusão foi o melhor argumento para justificar a recandidatura a um segundo mandato, que veio a concretizar-se em 1993.



Nessas eleições, a coligação autárquica foi alargada à UDP e ao PSR (partidos integrantes do futuro Bloco de Esquerda), garantindo a maioria absoluta tanto na vereação como na Assembleia Municipal.

Em 1994, Sampaio foi o anfitrião de um acontecimento histórico: Lisboa Capital Europeia da Cultura. Além da recuperação urbana da Sétima Colina, o conjunto de 800 eventos atraiu mais de 700 mil visitantes e teve uma importância decisiva para a projeção internacional da cidade. Tiveram particular destaque o concerto de abertura, no Coliseu, pela Orquestra Sinfónica de Londres, o espetáculo de homenagem a José Afonso, *Filhos da Madrugada* no Estádio de Alvalade, e uma exposição de Bosch no Museu Nacional de Arte Antiga.

Apesar dos êxitos na capital, a nível nacional Jorge Sampaio sofreu uma estropeada derrota às mãos de Cavaco Silva nas legislativas de 1991, quando o PSD reforçou a maioria absoluta. Foi a vez de ele próprio sentir nas costas o aço frio do calculismo de António Guterres, que confirmou o seu *killer instinct* ao desabafar perante as câmaras da RTP que tinha ficado "em estado de choque" com os resultados eleitorais.

A guemilha guterrista cercou-o por todos os lados e, no 10.º congresso do PS, em fevereiro de 1992, Sampaio perdeu o partido.

Da Praça do Município para Belém

Com Guterres na chefia do PS ocupado a preparar a conquista do governo, Sampaio retirou-se para o seu reduto da Câmara de Lisboa, onde continuou a fazer um bom papel.

Em fevereiro de 1994, em resposta a uma pergunta do *Expresso* sobre uma eventual candidatura a Belém, revelou haver "um fator de natureza subjetiva" que poderia ser "estimulante": o confronto com Cavaco Silva.

Em janeiro de 1995, numa jogada de antecipação para prevenir o aparecimento de outro candidato da área socialista mais ao gosto de Guterres, Sampaio convocou uma conferência de imprensa para a Reitoria da Universidade de Lisboa e anunciou a sua candidatura à Presidência da República. Cavaco alimentou o tabu durante mais alguns meses, mas acabou por ir a jogo, depois de seter demitido do governo e assistido à derrota do PSD nas legislativas de outubro daquele ano. Guterres era o novo primeiro-ministro.

A 14 de janeiro de 1996, Sampaio desforra-se da vitória cavaquista de há cinco anos: foi eleito Presidente da República à primeira volta, com 53,9% dos votos, contra 46% de Cavaco. Para o resultado beneficiou das desistências de Jerónimo de Sousa, do PCP, e de Alberto Matos, da UDP.

Novo estilo

O novo chefe de Estado imprimiu ao desempenho da suprema magistratura da nação um estilo diferente do seu antecessor. Menos extrovertido do que Mário Soares, Jorge Sampaio cultivou a simplicidade e a proximidade em relação às pessoas comuns: onde Soares tinha uma imagem de "Presidente-rei", Sampaio preferiu ser um "Presidente-cidadão". Recusou sempre sujeitar-se

às regras do *marketing* político, aos truques dos *spin doctors*: "Cheguei aqui sendo o que sou, não vou mudar", costumava responder aos assessores.

Ao terminar o primeiro ano em Belém, Sampaio prestou contas das suas atividades no livro *Portugueses*, incluindo discursos e intervenções reveladores do seu pensamento aramados por áreas: "Portugal, Estado e Sociedade", "Defesa Nacional e Forças Armadas", "Regiões Autónomas e Poder Local", "Educação e Ciência", "Cultura e História", "Desenvolvimento e Solidariedade", "Qualidade de Vida e Defesa do Ambiente", "Macau", "Timor", "Europa", "Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", "Mundo" e "Homemagens". Foi o primeiro de 10 volumes, repetindo o exercício todos os anos ao longo dos dois mandatos.

Sampaio manteve as Presidências Abertas inauguradas por Mário Soares, mas imprimiu-lhes um cunho temático: Semanas da Educação, Jornadas da Interioridade, etc., sublinhando a importância que reconhecia às políticas públicas sociais, económicas e culturais. A língua portuguesa, a saúde, a toxicodependência, a pobreza e a exclusão foram algumas das prioridades do Presidente.

Foi durante o primeiro mandato que se realizou a Expo'98. Já no segundo, em 2004, Sampaio inaugurou o Museu da Presidência da República, em instalações anexas ao Palácio de Belém, e onde está exposto um valioso espólio de ofertas aos chefes de Estado e outras peças doadas pelos próprios. Uma delas é o busto em mármore de Jorge Sampaio em menino, da autoria de seu tio, o escultor António Duarte.

No ano anterior, em 2003, a pintora Paula Rego, que tinha sido convidada pelo Presidente para executar um conjunto de quadros alusivos à vida de Nossa Senhora destinados à capela-oratório do Palácio de Belém, então em fase de restauro, ofereceu à Presidência *O Ciclo da Vida da Virgem Maria*, que veio valorizar aquele espaço. Paula Rego seria também a autora do retrato oficial de Jorge Sampaio, revelado em vésperas do final do segundo mandato.

O fim do império

Episódio histórico foi a entrega à China da última parcela do velho império colonial ainda sob administração portuguesa, Macau, a 19 de dezembro de 1999. Durante a cerimónia da transferência de poderes, em que esteve presente, além de Jorge Sampaio e António Guterres, o presidente chinês, Jiang Zemin, o chefe de Estado português lembrou no seu discurso que aquele momento marcava o encerramento definitivo de um ciclo da história nacional iniciado há cinco séculos.

Em janeiro de 2001, Sampaio foi facilmente reeleito à primeira volta. A campanha foi geralmente considerada um passeio: todas as sondagens concordavam que a candidatura apresentada pela direita, do ex-ministro Joaquim Ferreira do Amaral, não tinha a mínima hipótese de beliscar a popularidade do Presidente recandidato.

Assim foi: Jorge Sampaio venceu com 55,5% dos votos, contra 34,6% de Ferreira do Amaral. Dessa vez os candidatos

mais à esquerda foram mesmo às umas, mas com uma votação pouco mais que irrelevante. António Abreu, do PCP, não conseguiu mais do que 5,1%; Fernando Rosas, do Bloco de Esquerda, 3%; Garcia Pereira, do PCTP/MRPP, 1,6%.

A bomba atómica

Ao longo do primeiro mandato, a coabitação do Presidente Sampaio com o primeiro-ministro, António Guterres, foi relativamente calma. Em novembro de 1996 houve, porém, um ligeiro desencontro. Durante a VI Cimeira Ibero-Americana, Sampaio avistou-se com Fidel Castro. António Guterres, também presente, evitou encontrar-se com o líder cubano.

O verniz só ameaçou estalar mesmo na reta final do mandato, em dezembro de 2000, com a revelação dos contornos pouco claros da Fundação para a Prevenção e Segurança criada por dois secretários de Estado, Armando Vara e Luís Patrão. O *Expresso* intitulou a notícia: "Vara e Patrão criam Fundação para amigos."

António Guterres ainda tentou segurá-los, mas Jorge Sampaio foi implacável e forçou a demissão dos dois governantes.

A dissolução da Assembleia da República em dezembro de 2001, na sequência da demissão de António Guterres (após o célebre discurso do "pântano"), foi natural. Com o governo de Durão Barroso, apoiado por uma coligação PSD/CDS com maioria absoluta saída das eleições antecipadas de 2002, também não houve atritos de maior.

Em 2004, Barroso aceitou o convite para presidir à Comissão Europeia e trocou São Bento por Bruxelas, entregando a liderança do PSD a Pedro Santana Lopes. Pressionado à esquerda para dissolver o Parlamento, Sampaio hesitou, mas acabou por dar posse a Santana. Em protesto, o seu velho amigo Ferro Rodrigues apresentou a demissão de secretário-geral do PS. Logo na tomada de posse, em julho, o Presidente da República avisou que o novo governo estaria sob "vigilância".

Nos meses seguintes, vários episódios foram apontados como tendo afetado a credibilidade do Executivo. Um dos mais mediáticos terá sido o fim do comentário de Marcelo Rebelo de Sousa na TVI, na sequência do protesto do ministro Rui Gomes da Silva contra a ausência de contraditório no programa. Em novembro, Santana Lopes remodelou o governo, mas o ministro Henrique Chaves, considerando ter sido despromovido, demitiu-se.

Jorge Sampaio convocou o Conselho de Estado, ouviu os partidos e, em dezembro de 2004, deitou a "bomba atómica": dissolveu a Assembleia da República e convocou eleições antecipadas. Uma decisão polémica, não faltando quem apontasse incoerência ao Presidente, que apenas cinco meses antes se tinha recusado a usar aquele poder com o argumento de que havia uma maioria parlamentar estável.

Em março de 2005, Sampaio deu posse ao XVII Governo Constitucional saído das eleições legislativas antecipadas de fevereiro. Chefiado por José Sócrates, foi o primeiro Executivo socialista com maioria absoluta.



Jorge Sampaio tornou-se, em 2000, o primeiro Presidente português a visitar Timor-Leste como território independente. Em fevereiro de 2006 regressou a Dili, na que seria a sua última visita ao estrangeiro como chefe de Estado.

Uma causa: Timor

Em Belém, Jorge Sampaio tratou o caso de Timor-Leste com especial empenho. A antiga colónia fora invadida pela Indonésia em 1975, mas a resistência manteve-se. A repressão recrudescera em 1991, com o massacre de Santa Cruz.

Portugal participou ativamente no lóbi internacional pró-Timor – fortalecido em 1996 pela atribuição do Nobel da Paz ao bispo D. Ximenes Belo e ao ativista Ramos Horta –, que acabou por forçar a Indonésia a fazer um referendo em 1999. Interrogados sobre se preferiam a integração ou a independência, os timorenses votaram maciçamente (78,5%) pela independência. As milícias pró-indonésias retaliaram, provocando um banho de sangue.

A ONU acabou por intervir, enviando capacetes azuis, que finalmente impuseram a ordem e fizeram respeitar o resultado da consulta popular. Após um período de transição durante o qual foram realizadas eleições (o líder da resistência anti-indonésia, Xanana Gusmão, foi eleito presidente), Timor-Leste proclamou a independência a 20 de maio de 2002.

Sampaio – incansável na defesa da causa da independência timorense, alertando para a situação no território em todas as suas intervenções nos palcos internacionais, sobretudo na UE, na ONU e nas conversas bilaterais com líderes norte-americanos – estava em Dili nesse dia. E chorou.

Anos depois, a 28 de outubro de 2016, recebeu a mais alta condecoração timorense e entregou pelo presidente, Taur Matan Ruak.

Com a derrota nas eleições legislativas de 1991, foi a vez de Sampaio sentir nas costas o aço frio do calculismo de António Guterres.

Cinco meses após recusar os apelos do PS para não empossar Santana Lopes, Jorge Sampaio usou a "bomba atómica" em 2004 e convocou eleições antecipadas.



TESTEMUNHOS

Encontros com políticos influentes cá e lá fora

Visitas A vida política de Jorge Sampaio pô-lo em contacto com os principais líderes portugueses e estrangeiros. Destaque para os encontros com líderes religiosos, como o Papa João Paulo II, ou chefes de Estado, como Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva (Brasil), Bill Clinton (EUA), Vladimir Putin (Rússia), Hu Jintao (China), Helmut Kohl (Alemanha), Fidel Castro (Cuba), líderes da Comissão Europeia, como Jacques Delors, ou os secretários-gerais da ONU Kofi Annan e Ban Ki-moon.



1. O Presidente Jorge Sampaio recebe o Papa João Paulo II no aeroporto de Lisboa, em maio de 2000.

2. O Presidente Jorge Sampaio recebe, em maio de 2000, o presidente norte-americano BILL Clinton, durante a sua visita oficial a Portugal.



3. Em fevereiro de 1997, a dois anos da entrega de Macau à China, o Presidente Jorge Sampaio é recebido pelo homólogo JIANG Zemin no Palácio do Povo, em Pequim.



4. O Presidente Jorge Sampaio é recebido em Bona pelo chanceler da Alemanha, Helmut Kohl, em julho de 1988.

5. A nona Cimeira Ibero-Americana leva o Presidente Jorge Sampaio a Havana, em novembro de 1999, onde se reúne com o histórico líder cubano Fidel Castro.



6. Jorge Sampaio recebe em novembro de 2004, no Palácio de Belém, o chefe de Estado russo, Vladimir Putin.



7. Jorge Sampaio, candidato à Câmara Municipal de Lisboa, almoça, em agosto de 1989, com o presidente, Nuno Krus Abecasis, num restaurante com vista sobre a capital.



8. Em outubro de 1989, nas vésperas de se candidatar à presidência da autarquia de Lisboa, o secretário-geral do PS conversa nos Passos Perdidos do Parlamento com o primeiro-ministro e presidente do PSD, Cavaco Silva.



9. O secretário-geral do PS é recebido, em abril de 1990, no Palácio de Belém, pelo Presidente da República Mário Soares, a quem sucedeu no cargo em março de 1986.



10. Jorge Sampaio num momento de boa disposição, em outubro de 1991, com o então vereador municipal do PSD Marcelo Rebelo de Sousa, a quem derrotara um ano antes nas eleições para a autarquia.





NAÇÕES UNIDAS

Humanista até ao fim

Dedicação Depois de, em 2006, terminar a carreira política na Presidência da República, Jorge Sampaio canalizou o seu empenho em prol de causas públicas para o plano internacional. Destaque para a luta contra a tuberculose, a aliança de civilizações ou o apoio a estudantes sírios.

O final do segundo mandato como Presidente da República, a 9 de março de 2006, foi só a conclusão de mais uma etapa na carreira cívica e de serviço público de Jorge Sampaio. Mal teve tempo para gozar férias e instalar-se no novo local de trabalho, a Casa do Regalo, antigo ateliê de pintura da rainha D. Amélia ao cimo da Tapada das Necessidades. Regalada é que não foi a vida do ex-Presidente. Passados dois meses, Kofi Annan lançou-lhe um desafio irrecusável: ser o enviado especial do secretário-geral da ONU para a luta contra a tuberculose.

O humanista Sampaio vestiu a camisola: nos dois anos seguintes correu mundo a dar entrevistas, escreveu artigos, proferiu conferências, contactou as autoridades políticas e de saúde dos países mais afetados, bateu à porta das nações mais ricas para assumir o papel de doadoras para a causa. Mais: insistiu em ver com os próprios olhos a realidade da devastação que a doença provocava. Comoveu-se. E lançou-se numa cruzada destinada a passar a mensagem em todos os *media* que pudessem contribuir para alertar e suscitar reações... e doações.

Contra a tuberculose

Jorge Sampaio explicou pacientemente que, a seguir à sída, a tuberculose é a doença infecciosa que mais mata no mundo. Salientou que matava cinco mil pessoas por dia, cerca de 1,7 milhões por ano. Insistiu na necessidade de haver um investimento maciço em novos medicamentos e vacinas. Alertou para o perigo do desenvolvimento de bactérias multirresistentes, fortalecidas pelo uso errado e abusivo dos antibióticos. "Para travar a tuberculose são precisas políticas de saúde pública adequadas, que, aliás, existem", disse, mas que "permanecerão ineficazes se a indiferença e a ignorância continuarem a ocultar a doença".

O ex-chefe de Estado insistiu de modo particular na denúncia do preconceito e do medo que estigmatizam os doentes em todo o mundo – e nunca se esqueceu de incluir Portugal. Sublinhando que a tuberculose não é uma doença do passado, nem dos outros, ou um problema individual, apelou para o combate global à pobreza e às desigualdades e à mobilização da solidariedade entre os povos.

"O drama é que há um círculo infernal da pobreza e das doenças, de que o HIV-sida e a tuberculose constituem exemplos paradigmáticos. Nos países em desenvolvimento, as doenças como a tuberculose têm um efeito socioeconómico devastador, minando a sustentabilidade do desenvolvimento a longo prazo. Ora, não será menos dispendioso quebrar este círculo vicioso do que alimentá-lo com mais mortes, mais pessoas doentes e mais pobreza? Ignorar os problemas não será tornar a sua solução futura ainda mais dispendiosa e improvável?", perguntou, no Dia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, a 28 de fevereiro de 2007.

Aliança de civilizações

Em 2007, a ONU mudou de secretário-geral, mas não prescindiu do precioso colaborador. Ban Ki-moon, o sul-coreano que sucedeu ao ganhador Kofi Annan à frente das Nações Unidas, incumbiu Jorge Sampaio de uma nova missão: nomeou-o Alto Representante da ONU para a Aliança das Civilizações, cargo equivalente, na hierarquia da organização, a subsecretário-geral. Uma tarefa particularmente delicada e espinhosa, tendo em conta as circunstâncias em que foi exercida, numa conjuntura internacional dominada pela doutrina, diametralmente oposta, do confronto de civilizações.

Sampaio arregaçou as mangas. Com um caderno de encargos que mais parecia



uma missão impossível – "o objetivo da Aliança é apoiar, através de uma rede de parcerias, o desenvolvimento de projetos que promovam o entendimento e a reconciliação entre culturas a nível global e, particularmente, entre as sociedades muçulmanas e ocidentais" –, encetou novo périplo planetário.

Arrancou com o I Fórum para a Aliança das Civilizações, em Madrid; discursou em Estrasburgo, na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa; trabalhou com o Centro de Oslo para a Paz e os Direitos Humanos; interveio no plenário do Parlamento Europeu; avistou-se com o *ayatollah* Khamenei e participou num debate com estudantes da Universidade Islâmica Azad, em Teerão; dinamizou o II Fórum para a Aliança, em Istambul.

Por cá, aproveitou o palco da Misericórdia de Lisboa para passar a mensagem, na conferência "Nós e os Outros – Os desafios do diálogo intercultural", a 17 de dezembro de 2008: "Sabemos muito bem que são

muitas as razões que militam a favor de uma necessária mudança de atitudes, até porque é mesmo disto que se trata, de mudança de mentalidades, de atitudes e de comportamentos. [...] porque a heterogeneidade de comportamentos e situações é gritante e sabemos que a violência e a intolerância tendem a ser proporcionais ao isolamento cultural e ao grau de educação; [...] porque uma sociedade, para ser coesa, tem de reforçar os laços de solidariedade intra e intercomunitários, tem de saber apreciar e valorizar a diversidade de que é feita, para, a partir daí, traçar uma visão coletiva de um futuro partilhado. Por último, porque os ambientes de crise tendem sempre a potenciar os fatores de racismo, chauvinismo e agressividade.

Por isso quero deixar aqui um apelo. É que cada um, ao seu nível, promova uma nova atitude, que, a meu ver, é indispensável se quisermos construir um futuro sustentável para Portugal. Uma nova atitude em relação aos nossos concidadãos, sejam



Jorge Sampaio esteve presente na abertura da Assembleia-Geral da ONU, em setembro de 2016, integrado na comitiva do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, participando na campanha para eleger António Guterres como nono secretário-geral das Nações Unidas (desde 1 de janeiro de 2017, após tomar formalmente posse a 12 de dezembro).

eles de que origem forem, à nossa sociedade, à diversidade que ela reveste – nas escolas, nos locais de trabalho, no bairro, no prédio.

Uma nova atitude na partilha do espaço público, em que convivem sempre mais e diversos grupos étnicos, culturais e religiosos. Uma nova atitude em relação à nossa identidade singular e coletiva, aos valores que a talham, às componentes que nela se entrelaçam de forma dinâmica e aberta. Uma nova atitude também em relação ao que a democracia e a igualdade de direitos e liberdades significam em termos de responsabilidades e de respeito mútuo quando aplicadas a este contexto de crescente diversidade cultural. Uma nova atitude, por fim, em relação à forma de estar na nossa aldeia global, em que nada está totalmente isolado e em que o destino da humanidade se joga. [...]

O que está em jogo é uma questão de educação. Educação para os direitos do homem, educação para a cidadania e para

o respeito pelos outros. Educação para a diversidade e o diálogo. Educação sobre *media literacy*. Educação sobre religiões e crenças e para o diálogo inter-religioso. Temos de aprender e ensinar competências interculturais aos nossos cidadãos. Temos de criar estratégias urbanas e políticas para o diálogo intercultural. Precisamos de políticas para os jovens baseadas na igualdade de direitos e de oportunidades. Precisamos de mobilizar a sociedade civil em geral, os jovens, os líderes religiosos e os *media*. Precisamos também de aprofundar a agenda do diálogo intercultural no contexto das relações internacionais e conferir-lhe prioridade máxima."

Ajuda aos estudantes sírios

Concluída aquela missão em fevereiro de 2013, uma nova causa suscitou de imediato a entrega de Sampaio. Com o arrastamento da guerra civil na Síria – e ainda antes da agudização da crise dos refugiados –, muitos estudantes universitários daquele país viram os cursos abruptamente interrompidos pelo encerramento (ou mesmo pela destruição pura e simples) das faculdades que frequentavam, ao passo que os alunos que concluíram o ensino secundário se viram privados de prosseguir estudos superiores.

Foi para dar uma mão a estes jovens que lançou a Plataforma Global de Assistência Académica de Emergência a Estudantes Sírios, que desde o ano letivo de 2013-2014 tem atribuído bolsas de estudo de emergência, permitindo-lhes frequentar cursos superiores em países tão distantes como Portugal ou a Lituânia. A plataforma tem o apoio do secretariado da União para o Mediterrâneo, da Liga Árabe, do Conselho da Europa, do Instituto Internacional de Educação, de um consórcio de universidades e escolas superiores, além de governos, fundações, empresas e personalidades a título individual.

Nos anúncios que a plataforma faz circular entre os potenciais candidatos nos campos de refugiados sírios no Líbano, Turquia e Iraque, há uma frase que faz a diferença e dá, logo ali, uma mensagem de libertação: "Encorajamos vivamente as estudantes do sexo feminino com as qualificações necessárias a apresentarem a sua candidatura."

Em 2016 envolveu-se na campanha para eleger António Guterres como secretário-geral da ONU. O seu frágil estado de saúde levou-o a ser internado em outubro, o que se repetiria em 2017. Neste ano foi lançado o segundo volume da sua biografia, onde explicava a queda do governo Santana Lopes (2004). Sem responder às críticas do ex-primeiro-ministro, declarou ser pessoa "de boa fé" e não estar arrependido. Em julho, no Conselho de Estado, deixou um alerta sobre o estado do SNS.

Nestes quatro últimos anos de vida, a cruzada de Sampaio foi a do apoio aos refugiados. Ele que foi um dos impulsores da Plataforma Global para os Estudantes Sírios, bateu-se ainda em agosto deste ano para que os financiadores da plataforma reforçassem de emergência o envelope das bolsas de estudo para apoiar jovens afegãos. E foi por esta luta que foi homenageado, em 2018, pelo Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, que o condecorou com o Grande Colar da Ordem do Infante D. Henrique. Um ano depois, em 2019, o PS assinalava os seus 80 anos também com uma festa que o emocionou.

A Universidade de Aveiro distinguiu Jorge Sampaio com o grau de doutor honoris causa em abril de 2008.



Instalado na Casa do Regalo após deixar Belém, em 2006, Sampaio lançou-se numa cruzada como enviado do secretário-geral da ONU para a luta contra a tuberculose.

Ban Ki-moon, sucessor de Kofi Annan à frente da ONU, nomeou Jorge Sampaio, em 2007, Alto Representante para a Aliança das Civilizações.

Sampaio entregou-se, em 2013, a nova causa, apolando estudantes sírios, impedidos pela guerra de frequentarem cursos superiores, com bolsas de estudo de emergência.

Distinções e prémios para uma vida cheia

TORRE E ESPADA, Jorge Sampaio recebeu a mais alta condecoração portuguesa – o Grande Colar da Torre e Espada – e também o Grande Colar da Ordem da Liberdade, além do grau de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique. Entre as condecorações estrangeiras destacam-se o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, do Brasil; os colares das Ordens de Carlos III e de Isabel, a Católica, de Espanha; a Grã-Cruz da Legião de Honra, de França; o 1.º Grau da Ordem Suprema do Crisântemo, do Japão; a Grã-Cruz da Ordem do Leão de Ouro da Casa de Nassau, Luxemburgo; o Grande-Colar da Ordem de Wissam Al-Mohammadi e a Grã-Cruz da Ordem de Wissam Alaouite, Marrocos; o 1.º Grau da Ordem Amizade e Paz, de Moçambique; a Grã-Cruz da Real Ordem de Santo Olavo, da Noruega; a Grã-Cruz da Ordem de Orange Nassau, da Holanda; a Grã-Cruz da Ordem de S. Miguel e S. Jorge e da Real Ordem Victoriana, do Reino Unido. Recebeu também o grau de doutor *honoris causa* pelas Universidades de Aveiro (2008), Coimbra (2010), Lisboa (2010) e King's College, de Londres (2014). Foi ainda agraciado com o Prémio Europeu Carlos V (2004), da Fundación Academia Europea de Yuste; o XIV Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa (2010); o Prémio Diálogo de Culturas 2010, pelo Ayuntamiento de la Antigua y Leal Villa de Montánchez; a Medal of Gratitude 2010, pelo European Solidarity Center (Polónia); o VI Prémio Internacional Sevilla Nodo Entre Culturas (2011), pela Fundación Sevilla Nodo; e o Prémio Nelson Mandela, da ONU (2015). Membro do Conselho de Estado, Jorge Sampaio foi ainda presidente do Conselho Consultivo da Universidade de Lisboa.



CERIMÓNIAS FÚNEBRES

Três dias de luto nacional

Homenagem As cerimónias fúnebres de Jorge Sampaio são de Estado e vão decorrer durante o fim de semana, entre o Museu dos Coches, a Câmara de Lisboa e o Mosteiro dos Jerónimos. O funeral será no Cemitério do Alto de São João. Um adeus a um político que recebeu elogios de todos os quadrantes.

Texto de Paula Sá



Cerimónias de Estado e três dias de luto nacional decretado pelo governo pela morte do antigo Presidente da República Jorge Sampaio. E elogios de todos os quadrantes políticos.

As cerimónias fúnebres de Sampaio iniciam-se hoje, pelas 10h10, altura em que o corpo do antigo Presidente da República será levado para o Museu dos Coches. Mas só pelas 12h00 é que se inicia o velório, aberto a todos quantos lhe queiram fazer a última homenagem. Filipe VI de Espanha e o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, vão ser duas das figuras presentes.

O anúncio das cerimónias fúnebres foi feito ontem pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva (uma vez que é o seu ministério que tem responsabili-

des protocolares do Estado), e preparadas por José Manuel dos Santos, antigo assessor cultural da Casa Civil de Jorge Sampaio (e do ex-Presidente da República Mário Soares também).

Antes de o corpo do antigo Presidente chegar ao Museu dos Coches, haverá uma homenagem na Câmara Municipal de Lisboa, onde Jorge Sampaio foi autarca, e em que estarão presentes tanto o presidente do município, Fernando Medina, como todo o executivo camarário e presidentes de junta de freguesia.

As mais altas personalidades do Estado – Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, e primeiro-ministro, António Costa – estarão presentes na homenagem que será

feita pelas 10h45, quando o corpo chegar ao Museu, que se situa junto ao Palácio de Belém. A câmara-ardente será a partir das 12h00 até às 23h00.

No domingo, haverá uma cerimónia oficial, às 11h00, no Mosteiro dos Jerónimos, que também contará com a presença das mais altas figuras do Estado, que discursarão, tal como membros da família de Jorge Sampaio. Uma cerimónia que culminará com um momento cultural a cargo da Orquestra Sinfónica Portuguesa e do Teatro São Carlos.

A partir das 13h00 decorre o cortejo fúnebre até ao Cemitério do Alto de São João, passando pela Avenida da Índia, 24 de Julho, Ribeira das Naus, Praça Paiva Couceiro e Avenida Morais Soares. O corpo chegará ao cemitério pelas 13h30 e terá nova

Cavaco Silva – que disputou e perdeu as presidenciais de 1996 com Jorge Sampaio – afirmou que “o povo português tem todas as razões” para “o admirar e honrar”.

homenagem pelos três ramos das Forças Armadas. Depois será o tempo da cerimónia privada para a família do antigo chefe de Estado.

O ex-chefe de Estado estava internado desde o dia 27 de agosto no Hospital de Santa Cruz, em Lisboa, após ter sido transferido do Algarve, onde tinha sido admitido com dificuldades respiratórias. A sua situação clínica tinha-se agravado nos últimos dias.

Um lutador pela “liberdade

As reações à morte de Sampaio vieram de todos os quadrantes políticos e sempre marcadas pela ideia de que foi um figura central da democracia portuguesa.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, lembrou Sampaio como “um lutador”. “A causa da sua luta foi a liberdade e a igualdade”, disse. Classificou-o ainda como “um grande senhor da nossa democracia, um grande senhor da nossa Pátria comum”.

O primeiro-ministro, António Costa, afirmou que “exerceu as suas funções políticas com o mesmo sentido cívico, de militância, de convicção com que em 1962 assumiu a liderança do movimento estudantil de combate à ditadura e nos últimos anos, já não tendo nenhuma função oficial, assumiu o encargo de lançar uma grande plataforma internacional para que os refugiados sírios pudessem prosseguir os seus estudos universitários e concluí-los com sucesso”.

Para António Guterres, seu amigo, foi uma figura “central” da democracia de Abril, um “incomparável homem de Estado” que deixou uma marca “decisiva” na luta pela paz e no diálogo entre civilizações. “Foi um amigo querido e um companheiro de luta em tantos momentos decisivos para a vida do nosso país. Nunca poderei esquecer a forma como juntos trabalhamos noite e dia, em uníssono, para evitar uma terrível tragédia para os timorenses e permitir a independência de Timor-Leste”, observou o secretário-geral das Nações Unidas.

Cavaco Silva – que disputou e perdeu as presidenciais de 1996 com Jorge Sampaio – afirmou que “o povo português tem todas as razões” para o “admirar e honrar”.

O antigo primeiro-ministro José Sócrates destacou a grande admiração pelo socialista: “Como todos os que partilharam a vida política com Jorge Sampaio, estou dominado pelo silêncio do espanto pela morte de alguém que admirava. Era um homem de espírito, culto, divertido e encantador no convívio. As memórias que tenho dele são de uma relação entre Presidente da República e primeiro-ministro que foi além da política e se tornou uma relação de estima, consideração, admiração”, disse ao DN.

E até Pedro Santana Lopes, que viu o seu governo dissolvido pelo então Presidente Sampaio, preferiu destacar a “forma cordial” com que sempre se deu com ele.



Fundado em 1864

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sábado 11.9.2021 / Diário / Ano 157º / Nº 55 661 / € 1,70 / Diretor-geral editorial Domingos de Andrade / Diretora Rosália Amorim / Diretor adjunto Leonor Petiz

**A VIDA E A OBRA
ESPECIAL**
24 PÁGINAS
PARA GUARDAR

JORGE SAMPAIO

DO ESTUDANTE
REVOLUCIONÁRIO
AO ESTADISTA
EMOCIONAL
(1939-2021)



MUSEU DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

11 de Setembro
Como os EUA e jihadistas mudaram em duas décadas

PÁG. 4 A 7

Segurança
"Estamos a lidar com uma barbárie nunca vista", diz João Ventura, da PJ

PÁG. 8-9

Maria Manuela Faria
"ADSE foi confrontada com fim de partos no Algarve." Agora vai rever todos os preços

SUPLEMENTO DINHEIRO VIVO

Sporting-FC Porto
Treinadores estão prontos para o clássico, que "devia ter sido adiado"

PÁG. 40



MARIA MANUELA FARIA PRESIDENTE DA ADSE

‘Não vamos aceitar o dou a consulta mas não faço o exame’

Marta F. Reis

marta.reis@nascerdosol.pt

Uma semana depois da entrada em vigor das tabelas de preços do regime convencionado e fechadas as adesões e saídas, presidente da ADSE diz que subsistema não aceitará discriminação de beneficiários nem convenções que os levem a andar, sem motivo, de um lado para o outro para resolver o seu problema de saúde. Manuela Faria revela que análise será minuciosa e por área, um ‘trabalho de filigrana’.

Passa pouco mais de uma semana desde que entraram em vigor as novas tabelas de preços da ADSE para o regime convencionado. Ficou surpreendida com as reações dos maiores grupos privados?

Fiquei. É preciso dizer que estas tabelas já não eram revistas com esta profundidade desde os anos 80. Passou demasiado tempo e era natural que, com uma revisão destas, houvesse sempre algum tipo de reações. É normal quando existe uma mudança grande. Agora, sem prejuízo do que acabei de dizer, fiquei surpreendida de facto com algumas reações, principalmente aquelas que do meu ponto de vista não têm razão de ser, como seja a retirada de atos que não sofreram qualquer aumento de preço mas que no âmbito de todas as conversas que tínhamos tido com os prestadores não tinham sido apontados como situações problemáticas e também situações em que, com grande esforço, aumentámos os preços e que mesmo assim vemos pedidos de desassociação.

Por exemplo?

Consultas ou, no domínio da gastro, as endoscopias e colonoscopias, que não foram motivo de desagrado durante todo o período de conversações que tivemos e em que fomos surpreendidos pelo pedido de desassociação desses exames do regime convencionado.

Que explicação encontra? Um dos grupos anunciou essa decisão apenas para a grande Lisboa. São exames que cronicamente têm problemas de acesso pelo SNS. Parece-lhe que é por os hospitais privados terem já muita procura?

Não quero fazer um juízo. Obviamente que isso está no domínio da gestão e análise que os prestadores fazem, saberão eles. Mas nesse aspeto também digo que continuamos confortáveis porque o leque da rede convencionada da ADSE é francamente grande e mesmo na zona da grande Lisboa há inúmeras alternativas para fazer esses exames. Agora não deixamos de lamentar, porque gostaríamos que os grandes prestadores continuassem nesses exames,

ainda por cima numa situação em que não existiu nenhum alerta de que houvesse um problema. E portanto foi um dos casos que nos levantou alguma estranheza e perplexidade.

E o anúncio de que tanto a Luz como a CUF iriam deixar ter os partos nos acordos com a ADSE a partir do próximo ano?

Essa é uma situação diferente. Aí reconhecemos que apesar de não ter sido colocado em cima da mesa como item problemático durante as conversações, fomos reverter e é um dos itens da tabela que não é revisto pelo menos desde 2013. Apesar de não ter havido nenhuma reclamação durante todo este processo de revisão, que demorou muito tempo, entendemos que merecia uma atenção especial, ainda por cima numa altura em que têm estado a aderir muitos trabalhadores com um nível de idades muito inferior ao que era tradicionalmente o universo da ADSE. A ADSE é para acompanhar os trabalhadores para toda a vida e portanto não quisemos de maneira nenhuma que as novas beneficiárias tivessem qualquer tipo de problema em relação aos partos.

Tendo este anúncio surgido na reta final de adesão à ADSE de trabalhadores com contrato individual de trabalho, que acabou esta semana, pode ter desmotivado trabalhadores mais jovens de aderir? O seu último balanço foi de que a média de idade dos trabalhadores que esta-

MAFALDA GOMES





vam a aderir era 39 anos, o que deixa para baixo muita gente.

Acho que não. No que respeita à adesão dos trabalhadores com contrato individual posso dizer que estamos muito satisfeitos. Temos 103 mil adesões neste momento. Não será com certeza o motivo dos partos, porque como digo iremos resolver essa situação dos partos muito em prevê.

E acredita que CUF e Luz vão voltar atrás na decisão?

Não sei. O que a ADSE não pode é criar uma situação junto dos seus beneficiários de completa incerteza, que é o que nos preocupa mais. Não podemos permitir que o beneficiário da ADSE se dirija a esses grandes grupos de saúde e nunca saiba qual é a conta com que vai sair desse atendimento. E acontecendo o que está de certa maneira a indiciar-se, em que há um rendilhado de atos de tabela em que uns estão na convenção e outros não estão, acho que isto é inaceitável para os beneficiários da ADSE e vamos lutar contra isso.

A ADSE mostrou preocupação de que os beneficiários 'não sejam enganados' nas palavras de Eugénio Rosa e de que tomem decisões esclarecidas. Têm casos de pessoas que marcam uma consulta ou exame a pensar que é pela ADSE e quando chegam à clínica deparam-se com um valor diferente ou porque o médico não está no acordo ou aquela vaga não era pelo acordo, o que às vezes também se vê com seguros e credenciais do SNS?

Isso acontece, já acontecia no passado, em menor escala. E de facto estando nós a verificar que isso pode ser potencializado, é isso que não podemos aceitar e que nos leva a ter de adotar medidas se a posição dos prestadores assim continuar. Não faz sentido nenhum que a mesma valência de patologia tenha 20 atos dentro da convenção e que tenha outros 20 fora da convenção. Tem de haver uma coerência para que, quando os beneficiários se dirigem aos grandes prestadores, estejam pelo menos seguros de que a maior parte de todos os exames que precisam de fazer relativamente às queixas que apresentam estão disponíveis no acordo e que não tenham de sair dali para fazer um exame no prestador ao lado. Isso seria muito penalizador para os beneficiários da ADSE e não vamos deixar que isso aconteça. Em

última análise, também é penalizador para os prestadores porque um beneficiário que se vê na situação de fazer um exame num sítio e outro noutro não vai achar que lhe está a ser prestado um bom serviço. Os beneficiários da ADSE são também clientes desses grupos de saúde.

Mas não acha que se não houver um exame, as pessoas por ser mais cómodo, por não saberem se conseguem vaga pelo SNS ou pela ADSE, podem preferir fazer tudo no mesmo sítio mesmo pagando?

Diria que isso pode acontecer uma vez esporadicamente numa situação de grande urgência, agora não vai acontecer sistematicamente de certeza absoluta e os beneficiários vão optar por um sítio onde possam fazer os seus exames todos de uma maneira coerente. E não pode acontecer de maneira sistemática porque a grande vantagem da ADSE é o co-pagamento, que é relativamente reduzido ou muito reduzido mesmo em relação ao preço particular dos prestadores. Pode acontecer numa situação de urgência ou por comodidade, como diz, mas se se começa a repetir o natural é que o beneficiário vá procurar outro sítio onde não tenha esse tipo de problemas de estar a sair de um lado e ter de ir complementar os seus exames noutro.

Sente que as pessoas estão suficientemente informadas?

Estamos exatamente a trabalhar nesse sentido e por isso mesmo é que tivemos de fechar a plataforma onde os prestadores fazem a associação e desassociação dos atos.

Foi um ultimato?

Não foi um ultimato porque os prestadores estavam muito bem avisados dos prazos da plataforma e além disso a ADSE teve o cuidado de fazer lembretes. Ainda a meio de agosto recordámos os prestadores de que a plataforma fecharia a 31 de agosto. As coisas foram-se protelando mas tivemos mesmo de fechar porque há informação que queremos poder prestar aos prestadores. Fechámos a plataforma para podermos fazer o nosso trabalho. É agora com a estabilização dos atos na plataforma que vamos analisar a situação.

A ADSE anunciou que poderá vir a denunciar convenções que não con-

“

Não podemos de maneira nenhuma permitir que o beneficiário da ADSE se dirija a esses grandes grupos de saúde e nunca saiba qual é a conta com que vai sair desse atendimento

”

sidere suficientes e, por outro, que não aceitará que 'na mesma tabela, a par do número de atos convencionados, haja um número tal de atos em regime livre que ponha em causa a coerência das tabelas, bem como a completude do serviço prestado ao beneficiário. O que significa isto?

Se virmos que há uma determinada valência no hospital...

Por exemplo ecografias?

Depende, porque as ecografias são atos diferentes consoante a patologia.

Usando então como exemplo uma ecografia mamária.

Se o prestador estiver convencionado na parte da ginecologia e obstetria e houver um conjunto por exemplo de ecografias que dizem respeito a essa área e que não fazem na convenção, obviamente que vamos ponderar se ginecologia e obstetria vão continuar com esse prestador. É um trabalho de filigrana que vamos iniciar e vai demorar algum tempo porque são muitos prestadores e milhares de códigos. Vamos analisar e tomaremos as nossas medidas. Não é de maneira nenhuma estranho e sempre aconteceu não haver todos os atos convencionados num prestador. Dou um exemplo simples: imagine a tabela de Medicina Física e de Reabilitação, que tem centenas de atos. Os prestadores que não fazem tratamentos que implique ter uma piscina obviamente não têm esses

procedimentos na convenção. Isto foi sempre assim. Há requisitos que os prestadores têm de ter para ter alguns atos, isso é pacífico. O que não pode é haver uma desvirtualização na tabela no sentido «este exame faço, este não faço», «esta consulta dou, mas aquela não dou» ou «dou a consulta mas não faço o exame». Isso é que cria uma instabilidade e uma insegurança junto dos beneficiários que de maneira nenhuma podemos aceitar e faremos esse trabalho para dar coerência. Não quer dizer que não aceitemos que não haja atos que não estejam associados, mas temos de ver a proporção em que isso acontece e dentro de cada área específica perceber se é compreensível ou se essa decisão desvirtua a valência.

Quais são os números finais?

Temos cerca de 90 mil novos pedidos de associação e 12 mil pedidos de desassociação. Para nós é um indicador muito mais forte as associações do que as desassociações. Isto porque, para ser um processo mais simples, o que fizemos foi colocar as tabelas todas por defeito e os prestadores o que tinham de fazer era pedir para retirar não só os atos que já não lhes interessam agora como os que já não tinham no passado. Voltando ao exemplo da Medicina Física, a tabela foi toda carregada mesmo sabendo nós que prestadores sem piscina iam ter de retirar esses atos. Já relativamente aos novos pedidos de associação, o que significa é que além dos atos que já tinham os prestadores pediram mais 90 mil atos e isso é um bom indicador.

Em que áreas vai haver mais oferta?

A oferta tem sido em variadíssimas áreas e penso que é bastante óbvio, mesmo para o público em geral, que de facto tem havido estas grandes reclamações por parte de dois prestadores, ora a ADSE tem cerca de 2000.

Além da CUF e da Luz, o grupo Lusíadas também anunciou que terá uma tabela de preços especial.

Os Lusíadas não tenho essa evidência e há de reparar que estão de facto com maior recato do que a CUF e a Luz mas, enfim, é um operador como outro qualquer e poderá acontecer. Mas com maior evidência e com uma maior agressividade não há dúvida de que temos a CUF e a Luz e a ADSE >





> tem milhares de prestadores e também com dimensão, não é só a CUF e a Luz que têm uma dimensão nacional.

O grupo Trofa ou a Sanfil, falando de outros grandes grupos, não avançaram com pedidos de desassociação?

Não, nem a Sanfil, nem a Trofa. Estou a falar à data de hoje e a esta hora, mas não temos evidências. Portanto tudo está canalizado para estes dois grandes grupos.

Falou de agressividade. Eugénio Rosa acusou-os de uma estratégia articulada e sofisticada para empurrar os beneficiários para o regime livre com intenção de esvaziar o regime convencional. Subscreve estas afirmações do seu vogal?

Diria que tem a ver com a gestão interna de cada um dos prestadores na qual a ADSE obviamente não se mete. Com certeza que esses prestadores fizeram as suas análises, têm os seus critérios de gestão e chegaram a essa conclusão que, mais uma vez, lamentamos. À ADSE, na minha perspectiva, não cabe fazer valorizações sobre as atitudes dos prestadores. Onde temos de concentrar todas as nossas forças é na informação aos beneficiários e dar-lhes o maior número possível de atos no regime convencional, seja na CUF, na Luz, na Sanfil, na Trofa, seja onde for. E é nisso que estamos empenhados.

Não teme que o regime convencional acabe por ser esvaziado?

De maneira nenhuma. Sabemos perfeitamente que a população portuguesa e que os nossos beneficiários em particular não têm propriamente uma capacidade económica, nem faria qualquer sentido, que fossem despendido centenas de euros quando através do regime convencional os mesmos atos lhes custam muito menos, às vezes dez vezes menos.

Vão pedir algum parecer sobre as tabelas anunciadas pelos privados?

Estas tabelas não são uma novidade, alguns prestadores já as faziam. Tem a ver com a gestão de cada uma das unidades. O que dizemos aos nossos beneficiários é que não lhes serve. Isso digo claramente: essas tabelas de preços especiais não servem os beneficiários da ADSE, porque os beneficiários da ADSE conseguem fazer exatamente o mesmo despendendo muito menos. Essa tentativa de

empurrar os beneficiários para o regime livre através de tabelas especiais é altamente prejudicial para os nossos beneficiários.

Então concorda com Eugénio Rosa de que está a haver um empurrão. Eventualmente. Cada qual gere e tem os seus interesses, não vejo que venha mal ao mundo ou, como se costuma dizer, cada um sabe de si. A ADSE tem o dever de proteger os beneficiários. E isso não nos cansamos de fazer independentemente das políticas gestionárias de cada prestador, de que estão no inteiro direito.

Falámos do exemplo de ecografias. Em atos mais diferenciados, cirurgias mais complexas, não há o risco de os beneficiários acabarem por ser empurrados para o SNS?

Como digo, a plataforma fechou há muito tempo e estamos a analisar, mas até ao momento não tenho ainda nenhum caso de uma cirurgia complexa que não haja local de prestação para os nossos beneficiários. Aliás, o esforço que a ADSE fez relativamente a muitos aumentos de preço teve a ver exatamente com a parte das cirurgias mais complexas, portanto também aí há alguma estranheza. Todavia, tal como aconteceu com os partos, através de uma consulta que fizemos junto dos nossos consultores, sabemos que há meia dúzia de intervenções que podem ser realizadas com material mais avançado que entretanto surgiu – e não podemos esquecer que a medicina tem um dinamismo que não tinha há 30 anos – e, mais uma vez, porque queremos prestar o melhor serviço e que as cirurgias mais complexas sejam feitas com as técnicas mais mo-

dernas, vamos rever alguns preços. Não é o preço, é garantir a introdução dessas técnicas.

Foi uma das queixas da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada, de que cerca de 300 itens relacionados com dispositivos médicos não tinham sido incluídos.

Esses códigos que o Dr. Óscar Gaspar referiu, eventualmente por desconhecimento ou por não ter verificado bem a situação, não têm nada a ver com cirurgias. O Infarmed, que é o organismo pelo qual nos regemos, tem listas de medicamentos e listas de dispositivos médicos. Ao entrarem em vigor novas tabelas, não fazia sentido continuarem no ficheiro dispositivos que já não existem no mercado. O que fizemos foi usar os códigos do Infarmed e eliminar da base de dados os dispositivos que já não constam da lista. Foi exatamente isto que se passou. Não tem a ver com cirurgias que deixam de ser feitas, mas sim com não ter lá dispositivos obsoletos.

Mas o receio que também a Ordem dos Médicos manifestou foi de uma diminuição na qualidade dos tratamentos e acesso a inovação.

Como digo, isso não corresponde à verdade. Houve uma atualização de ficheiro.

Esta semana a ministra Alexandra Leitão considerou inadmissível que os beneficiários da ADSE tenham um tratamento diferenciado. Também não aceitará que haja tratamentos de primeira e de segunda? Com certeza, até porque a ADSE como sabe é um grande cliente desses grandes prestadores. Não é de somenos a ADSE ter 1,2 milhões de beneficiários. Não são números que se possa negligenciar. Acho completamente inaceitável que com o volume de utentes de que estamos a falar haver algum tipo de discriminação relativamente aos beneficiários. Não podemos aceitar.

Mas houve durante muitos anos a ideia de que a ADSE, quando ainda era financiada pelo Estado, era até mais rápida na disponibilização de inovação do que os hospitais do SNS. Isso não se pode inverter? Posso garantir que continua a acontecer. E não nos podemos esquecer que em mais nenhum outro subsistema de saúde ou seguros existe um financiamento a 100% do tratamento oncológico como a ADSE tem.

MARFALDA GOMES



Nessa área os privados não fazem cortes nos acordos?

Não tenho conhecimento, mas também já li uma informação errada em relação à oncologia e importa esclarecer: A ADSE continua a participar a 100% essa área. Essa é de facto a nossa marca e não quisemos de maneira nenhuma abdicar dela: numa patologia tão complicada e que ainda nos assusta a todos, a ADSE está inteiramente ao lado dos beneficiários. Permite muitas vezes medicamentos inovadores, obviamente que tem de passar pelo crivo dos nossos consultores porque a inovação é ótima mas tem de estar devidamente balizada, mas continuamos a financiar a 100% oncologia e tratamentos inovadores. E isto não acontece em mais seguro nenhum.

Há mais seguros com planos nessa área. Teme que os prestadores se tornem mais agressivos nas negociações com a ADSE?

Até agora não tenho evidências de que isso aconteça. O maior aumento de despesa da ADSE tem

tido com a área oncológica e não acredito que os seguros façam essa disposição de um financiamento a 100%. Muitas vezes são publicitados uns pacotes mas depois se vamos a ver têm plafonamento, têm períodos de carência, têm limites. Nada disso existe na ADSE. Um trabalhador que se inscreve na ADSE, se amanhã tiver um problema, pode recorrer aos seus tratamentos. Não há períodos de carência nem questionários a perguntar se já era portador da doença ou não era.

Em 2019 o Tribunal de Contas alertou que a ADSE deixaria de ser sustentável em 2020. Vai ser possível continuar assim, sem plafonds? Provou-se que isso não aconteceu.

Ainda não estão publicados os resultados de 2020. Está a dizer que não deu prejuízo?

Não deu prejuízo. Teve um resultado até mais robusto no ano passado. Deveu-se também à pandemia, porque os serviços de saúde estiveram com menos acesso.

“
Com uma maior agressividade não há dúvida de que temos a CUF e a Luz e a ADSE tem milhares de prestadores
”



Por que ainda não está publicado o relatório de atividades?

Se ainda não está, está para sair porque está pronto. O problema da ADSE não é com a sustentabilidade a três, quatro ou cinco anos isso está completamente fora de causa. A nossa preocupação e a nossa prudência tem a ver com a sustentabilidade da ADSE a médio-longo prazo, exatamente porque estão a entrar pessoas com idades inferiores e temos de ter a certeza de que as expectativas não são goradas, que uma pessoa que entra agora na ADSE com 30 anos terá os seus problemas de saúde também resolvidos quando tiver 60. Essa é a grande preocupação.

Era nesse sentido que perguntava: vai ser possível manter o subsistema sem plafonds e limitações como existem noutros seguros de saúde? Será a última coisa que a ADSE fará, muito há para fazer antes que isso aconteça e estou mesmo convencida de que isso nunca irá acontecer. Agora temos critérios

de gestão e exatamente por causa disso é que temos de criar os nossos limites e balizas em relação ao que se paga aos nossos prestadores. São critérios objetivos, são critérios sérios porque não queremos pôr em causa a sustentabilidade da ADSE para as próximas gerações.

Em julho a Autoridade da Concorrência acusou os grandes grupos privados de saúde de concertação na fixação de preços e condições praticadas com a ADSE e outros subsistemas públicos. Tem uma estimativa do impacto financeiro que esta prática pode ter tido nas contas da ADSE nos últimos anos?

Existem várias dezenas de milhões de euros que estão a acabar de ser apurados e que dizem respeito a regularizações que devem ser feitas pelos prestadores privados dos últimos anos para cá. Sempre dissemos que primeiro queríamos colocar as novas tabelas em andamento, dar serenidade aos beneficiários e depois será obviamente o assunto com

que nos iremos debruçar a seguir. Esse e a tabela do regime livre, que vai também ser revista, não com prejuízo para os beneficiários, mas para dar alguma coerência com a nova tabela do regime convencionado.

Está em funções há pouco mais de um ano, vinda da Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares. É mais difícil lidar com professores ou com o setor da Saúde?

Gosto muito de lidar com as duas áreas. É evidente que a ADSE, sendo uma área nova que não conhecia tão bem, tem sido um desafio, mas também o aceitei para isso, para sair da minha área de conforto e abraçar novos desafios. Estou muito satisfeita, como estive na área da Educação. Tentei fazer o meu melhor e aqui é isso que estou a fazer, muito empenhada.

Os gastos de Saúde dos beneficiários acabam por ser um barómetro da saúde dos trabalhadores do Estado. O professor José Pacheco di-

zia-nos esta semana que a maioria dos doentes nos psiquiatras são professores. Tem alguma evidência disso?

É verdade que dentro dos professores é uma área que tem uma valorização superior às outras profissões, mas em termos gerais o que nos preocupa mais é a oncologia. Temos tratamentos mais inovadores e isso é ótimo mas temos um grande número de pessoas a precisar de tratamentos oncológicos. A minha preocupação não é tanto em relação à despesa, que é assumidíssima pela ADSE e com muito orgulho, mas o número de casos oncológicos que todos os anos aumenta. Bem sei que dizem os especialistas que a tendência é que alguns destes problemas se tornem mais crónicos, mas é uma situação que vemos com alguma tristeza, sendo uma realidade que não é só dos beneficiários.

Não havendo limites na cobertura, a sustentabilidade a longo prazo será possível sem alargar a base de

“

O problema da ADSE não é com a sustentabilidade a três, quatro ou cinco anos. A nossa preocupação e a nossa prudência tem a ver com a sustentabilidade da ADSE a médio-longo prazo

Reduzir agora a contribuição para a ADSE seria extremamente perigoso

”

subscrição a mais pessoas para além dos trabalhadores do Estado? Não é essa a matriz da ADSE. A base está a ser alargada. Uma das coisas mais importantes que aconteceu para a sustentabilidade da ADSE e que nos traz uma tranquilidade muito maior foi este alargamento aos CIT.

Mas como diz são mais 100 mil. Mas vão continuar a entrar: Estas 103 mil pessoas eram pessoas que já eram Contratos Individuais de Trabalho (CIT) e que até aqui não se podiam inscrever na ADSE, porque a lei não permitia, e lhes foi dado um prazo para fazer isso. Mas vai continuar aberto para quem outorgue novo contrato.

Esse universo tinha sido acumulado ao longo de vários anos, o Estado não contrata 100 mil trabalhadores por ano.

Mas quem entra de novo poderá continuar a aderir à ADSE.

Afasto um alargamento para além dos trabalhadores do Estado.

Afasto, não é essa a matriz. Sentimo-nos muito confortáveis com o ADSE, queremos perpetuá-la e se possível, com uma gestão cautelosa, poder dar cada vez mais benefícios aos nossos beneficiários.

O aumento da contribuição dos atuais 3,5% está em cima da mesa? Também não.

E reduzi-la?

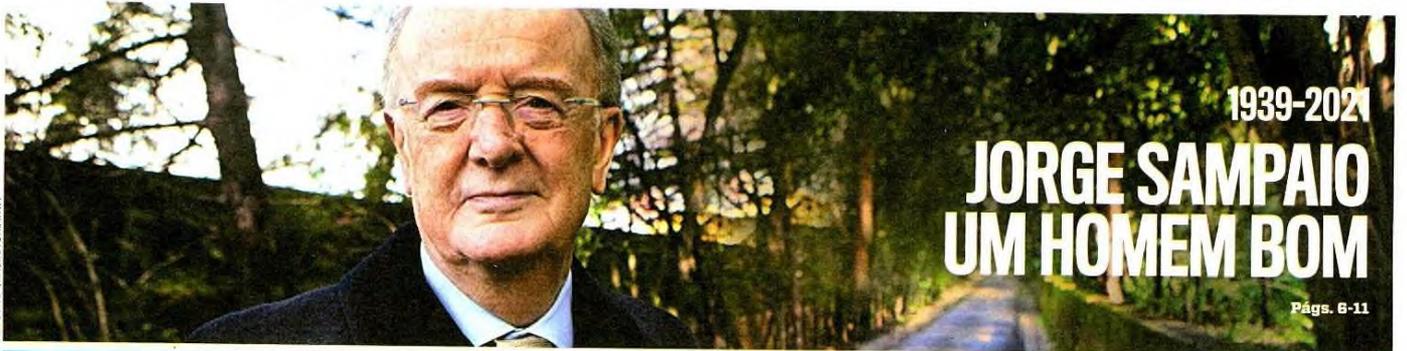
Reduzi-la agora seria extremamente perigoso. A ADSE faz a contabilização do que pode fazer em função das contribuições que tem. É com esta contribuição, nos termos em que existe, que fazemos as nossas contas para dar benefícios na oncologia, radioterapia, próteses intra-operatórias, 100% financiadas. Com tudo isto, que é a alma da ADSE, precisamos das contribuições tal como estão a ser feitas até agora e que não diminuam.

Não sendo pela cobertura, por uma expansão maior da base de beneficiários nem pelo aumento da contribuição, como será conseguida a sustentabilidade a longo prazo?

A sustentabilidade da ADSE está assente em vários eixos: na gestão cautelosa, nas contribuições e nas parcerias que estabelece com os seus prestadores e entrada de gente mais nova. São os parâmetros que permitem ter otimismo.



Diretor: **Mário Ramires** Conselheiro editorial: **José António Saraiva** Diretor Executivo: **Vitor Rainho** Dir. Exec. Adj.: **José Cabrita Saraiva** Sub-Dir. Exec.: **Marta F. Reis** Dir. de Arte: **Francisco Alves**

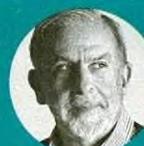


NASCE DO SOL

EDIÇÃO N.º 785 • 11 SETEMBRO 2021 • 4 EUROS



Mário Ramires
A AUTARQUIA
E O EUROMILHÕES



José António Saraiva
O REGRESSO
DE PASSOS COELHO



Vitor Rainho
NÃO SEI
SE SOU SÓ EU

'A HOMOSSEXUALIDADE NÃO É UMA OPÇÃO'

Ensaio de Maria de Fátima Bonifácio **Págs. 12-15**



RAQUEL VARELA
'OS MÉDIA CRIAM UMA CULTURA QUE INCENTIVA AO VOYERISMO'



JOÃO PEREIRA COUTINHO
'PREFIRO UM POLÍTICO COM VÍCIOS DO QUE UM SEM VÍCIOS. É HUMANO'



TAP REUNIÕES DA COMPANHIA DE BANDEIRA SÃO EM... INGLÊS **Pág. 64**

CHINA INVESTIGA HAITONG POR OPERAÇÕES FRAUDULENTAS **Pág. 81**

PRESIDENTE DA ADSE 'NÃO VAMOS ACEITAR O 'DOU A CONSULTA MAS NÃO FAÇO O EXAME'' **Págs. 28-31**

CORRIDA À LIDERANÇA DO PSD: MOTORES JÁ RONCAM NA GRELHA DE PARTIDA **Págs. 16-17**

11 DE SETEMBRO
20 ANOS DEPOIS DO ATAQUE CONTRA A HUMANIDADE
MÁRIO CRESPO REVISITA O WORLD TRADE CENTER
Págs. 48-50



ENTREVISTA A LÍDER PARLAMENTAR DO VOX
'O ACORDO COM O CHEGA AINDA É MUITO INCIPIENTE'
Págs. 51-53



Miguel Caetano
Terceira e última parte de uma conversa para a História
Págs. 18-23

Burlão
Ele fez-se passar por adjunto de ministro e por autarca
Págs. 26-27

Cucos
As termas milagrosas perdidas no esquecimento
LUZ.



Isabel da Nóbrega
Partiu com uma lista de poetas ao lado
LUZ.

mantovani
Cozinha e Banho
www.mantovani.pt



PIB ACELERA AO ENCONTRO DAS METAS DO GOVERNO

Daniela Soares Ferreira

daniela.ferreira@nascerdosol.pt

Sónia Peres Pinto

sonia.pinto@nascerdosol.pt

Portugal apresentou o segundo maior crescimento da União Europeia no segundo trimestre do ano. Siza Vieira aponta para um crescimento económico de 5% até ao fim do ano.

A economia portuguesa registou um crescimento de 4,9% no segundo trimestre deste ano, face ao trimestre anterior. Um valor que dá a Portugal o segundo maior aumento entre os países da União Europeia no segundo trimestre. Os dados foram revelados pelo Eurostat e vão ao encontro da meta que tem vindo a ser definida pelo Governo.

Ainda esta semana, o ministro de Estado, e da Economia afirmou que Portugal pode registar um crescimento económico de 5% até final do ano, depois dos bons resultados do terceiro trimestre. «Agosto ultrapassou todas as expectativas em praticamente todos os setores de atividade, no comércio, na restauração, mesmo na hotelaria. Tivemos um mês de agosto bastante me-

lhor do que aquele que se podia antecipar».

Para Pedro Siza Vieira, o ritmo de crescimento da economia está a corresponder às expectativas do Governo e, talvez, até a excedê-las. «Estamos convencidos que, do ponto de vista do crescimento económico durante o ano, vamos ultrapassar aquilo que eram as previsões. [...] A economia não está só a comportar-se melhor do que eram as projeções, mas também melhor que a maior parte dos observadores estimava há uns meses».

O governante admitiu ainda que tem havido «uma retoma [da economia] muito rigorosa», uma vez que a procura está a recompor-se muito rápido, enquanto são levantadas as restrições sanitárias, devido à pandemia.

Mas vamos a números. Segundo o gabinete de estatística europeu, face ao segundo trimestre do ano passado, entre abril e junho o Produto Interno Bruto (PIB) da zona euro cresceu 14,3% e o da UE 13,8%, depois de ter recuado 1,2% em ambas as zonas no trimestre anterior.

Portugal ocupa assim o segundo lugar com o pódio a ser ocupado pela Irlanda, cujo aumento foi de 6,3%. Em terceiro lugar encontra-se a Letónia com um crescimento de 4,4%. Do lado oposto está Malta que registou uma contração de 0,5%. Já a Croácia viu uma queda do PIB de 0,2%.

A contribuir para o crescimento nos Estados-membros o destaque vai para a despesa de consumo final das famílias. Durante este segundo trimestre, registou um crescimento de 3,7% na Zona Euro e 3,5% na União Europeia. Também a despesa de consumo do Governo aumentou 1,2% nas duas zonas.

Sobre os valores apresentados

por Portugal, o analista da XTB, Henrique Tomé diz que «já se previa que o crescimento trimestral do PIB nacional, em comparação com o mesmo período do ano passado, apresentasse um aumento significativo», avançou ao *i*, lembrando que, no ano passado, no segundo trimestre, «o PIB nacional registou uma forte contração, resultado também das medidas de confinamento e das fortes restrições».

E acrescentou: «Em contraste, o segundo trimestre deste ano revelou-se muito mais anima-

dor, acabando por refletir as consequências (positivas) da reabertura gradual da economia e do levantamento de algumas restrições».

O analista não tem dúvidas que estes são «sinais positivos e animadores sobre a recuperação económica no nosso país», mas deixa o alerta: «Os desafios ainda não terminaram e os próximos trimestres deverão apresentar um abrandamento do crescimento do produto interno bruto».

Emprego

No que diz respeito ao emprego, o Eurostat estima que, com base em dados ajustados sazonalmente, 207,5 milhões de pessoas estavam empregadas na UE no segundo trimestre de 2021, das quais 159 milhões na zona do euro.

Também aqui Portugal está no topo da tabela, ocupando o quarto lugar com a taxa de pessoas empregadas a crescer 1,9% face ao trimestre anterior.

Mas sobre estes valores, Henrique Tomé mostra mais dúvidas: «Creio que os números ainda não representam bem o panorama nacional sobre o mercado de trabalho». E justifica com o trabalho sazonal tipicamente usado na altura de verão. «O país retomou a normalidade perto da época da primeira / verão que coincide com a altura em que, apesar das limitações atuais, o turismo tem uma maior expressividade na economia nacional e muitos dos postos de trabalho podem ser apenas sazonais».

Para o futuro, o analista da XTB prevê que a economia portuguesa «continue a crescer», embora a «um ritmo mais lento». E explica: «Os próximos meses serão extremamente importantes, pois a pandemia, apesar de 'controlada', está longe de terminar e continua a ser um fator de risco que pode comprometer a recuperação económica no futuro».

'Os desafios ainda não terminaram e os próximos trimestres deverão apresentar um abrandamento do PIB'



Siza Vieira diz que ritmo de crescimento está a corresponder às expectativas do Governo



Neste ano lectivo, há mais de 64 mil estudantes a concorrer para apenas 56 mil lugares disponíveis

Mais de 4000 alunos mudaram opções de acesso ao ensino superior

Samuel Silva

Outros 240 alunos optaram por concorrer nos últimos dias à 1.ª fase, aproveitando o reforço de vagas decidido pelo Governo

Mais de 4000 estudantes alteraram, nos últimos dias, as suas opções de candidatura ao ensino superior, escolhendo cursos diferentes daqueles a que inicialmente tinham concorrido. Essa possibilidade foi aberta pelo Governo na sequência do aumento extraordinário do número de vagas para o novo ano lectivo. Outros 240 alunos optaram por concorrer agora à 1.ª fase, aumentando para mais de 64 mil o total de candidatos.

Na sequência do resultado histórico nas candidaturas registadas no final do prazo original da 1.ª fase, que terminou a 20 de Agosto (63.878, o número mais elevado em 25 anos), o Governo decidiu acrescentar 3080 lugares nas universidades e politécnicos aos cerca de 53 mil inicialmente fixados. Tal como já tinha acontecido no ano passado, esta solução implicou que o período de candidaturas fosse reaberto, permitindo aos alunos rever as suas opções.

Entre terça e quinta-feira, 4043 estudantes alteraram o seu processo, candidatando-se a cursos diferentes dos que inicialmente tinham escolhido ou alterando a ordem das preferências. Estes correspondem a pouco mais de 6% do total de concorrentes ao ensino superior neste ano lectivo.

Este número é superior ao verificado no ano passado, quando 2445 alunos reviram as suas opções nesta fase extraordinária. O presidente da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, António Fontainhas Fernandes, entende que esse aumento se deve ao facto de os estudantes estarem “mais avisados e mais preparados” para uma situação deste tipo.

“Os jovens mudam as suas opções para aumentarem as suas hipóteses de sucesso no concurso”, o que é um sinal da sua “motivação” para ingressarem no ensino superior, valoriza Fontainhas Fernandes. Isso é também sublinhado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, na nota de imprensa em que dá conta destes números. “A tendência de aumento de candidatos ao ensino superior público demonstra uma confiança crescente dos jovens e das suas famílias na formação superior e nas vantagens decorrentes da qualificação superior.”

A solução legal encontrada pelo Governo para que os alunos pudessem fazer mudanças à sua candidatura implicava, na prática, uma reabertura dos prazos de candidaturas. Ou seja, estudantes que reunissem as condições para entrar no ensino superior, mas que tivessem optado por não apresentar candidatura à 1.ª fase, podiam ainda fazê-lo neste período. De acordo com os dados disponibilizados pela Direcção-Geral do Ensino Superior no seu *site*, foram apresentadas 240 novas candidaturas entre terça e quinta-feira – o dobro verificado no ano passado, em

igual período. Assim sendo, o número total de candidatos ao ensino superior público é agora de 64.210. A maioria (60.343) concorre pelo contingente geral. A estes, juntam-se 1113 candidatos provenientes da região autónoma dos Açores e 1719 da Madeira, que têm vagas especiais nos cursos do continente. Há ainda 628 candidatos emigrantes ou luso-descendentes, 44 militares e 362 pessoas que concorrem pelo contingente especial para candidatos com deficiência.

Estes estudantes concorrem a um dos 56.043 lugares disponíveis nas universidades e politécnicos. Os resultados da 1.ª fase são conhecidos no final deste mês.

O reforço de vagas foi praticamente transversal às instituições de ensino superior públicas. Apenas o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa não acrescentou nenhum novo lugar à sua oferta inicial. As principais alterações registam-se em cursos de Engenharia, como Engenharia Civil no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, que passa de 42 para 100 vagas; e Engenharia Civil da Universidade do Porto, onde são acrescentados 37 lugares aos 121 existentes.

As duas universidades que adicionam mais lugares nesta fase são as maiores do país: a Universidade de Lisboa e a Universidade do Porto, que abriram mais 368 e 414 vagas. Totalizam agora 7304 e 4406 lugares para novos alunos no ano lectivo 2021/2022. De resto, em quase 500 formações, o número de vagas permanece igual e em 435 são adicionados entre 1 e 5 lugares novos.



Economia Grupos Cuf e Luz adoptam novas regras a partir de 1 de Janeiro

ADSE quer subir preços dos partos até final do ano para evitar saída de privados

Adesão dos privados à nova tabela de preços está a ser analisada de forma minuciosa pela ADSE, para que os beneficiários saibam o que podem esperar de cada um dos prestadores e que conta vão encontrar

Raquel Martins

A presidente da ADSE, Maria Manuela Faria, garante que a necessidade de rever o preço pago aos hospitais privados pelos partos já estava sinalizada antes da entrada em vigor da nova tabela de preços do regime convenção e espera ter o dossier fechado até ao final do ano. O objectivo é evitar que prestadores como a Cuf ou a Luz Saúde deixem de realizar partos pelo regime convenção a partir de Janeiro do próximo ano.

“É nossa intenção que os partos fiquem fechados até ao final do ano, bem como algumas cirurgias em que há métodos inovadores, e decidimos, ouvimos os nossos consultores críticos, que seria uma mais-valia os beneficiários poderem usufruir dessas novas abordagens”, afirmou em declarações ao PÚBLICO.

No dia em que a nova tabela foi publicada, a Cuf e a Luz anunciaram que, apesar de manterem a convenção com a ADSE para a generalidade das consultas, exames e cirurgias,

em algumas áreas deixariam de aplicar. No caso dos partos, a realização ao abrigo da convenção com a ADSE apenas está prevista até ao final do ano e, de Janeiro de 2022 em diante, as beneficiárias do sistema de saúde da função pública acompanhadas nos hospitais destes grupos passam a pagar o valor de tabela, sendo depois parcialmente reembolsadas pela ADSE.

Alguns dias mais tarde, a ADSE acabou por anunciar que iria rever os preços dos partos e das cirurgias de tiroidectomia, hérnia e gastrectomia parcial. Maria Manuela Faria assegura que não se tratou de uma resposta à pressão dos privados, acrescentando que o assunto surgiu poucos dias antes da entrada em vigor das tabelas, e a ADSE já tinha mostrado intenção de rever o valor que paga por cada parto.

“Isso já estava sinalizado poucos dias antes de a tabela entrar em vigor, o que entendemos é que tínhamos de pôr um ponto final no processo [com a entrada em vigor das tabelas], tendo-

nos disposto a fazer essa revisão no mais curto tempo possível”, justifica.

Na tabela que está em vigor desde 1 de Setembro, a ADSE não mexeu nos preços pagos aos hospitais e clínicas privados por cada parto, mantendo os preços que tinham sido definidos há oito anos (1251 euros a cargo da ADSE e 139 euros suportados pelo beneficiário). Agora, reconhece a presidente da ADSE, “considerando a entrada de beneficiárias muito mais novas, entendemos que não podíamos gorar as expectativas dessas beneficiárias e que se impunha a revisão”.

Depois de ter dado um ultimato aos privados para definirem em que áreas mantêm convenção com a ADSE, Manuela Faria diz que agora é tempo de fazer uma análise minuciosa dos actos que ficam de fora, uma responsabilidade que “a ADSE toma para si” e que espera concluir “o mais cedo possível”.

“Não nos parece aceitável que, numa determinada valência médica, haja exames que normalmente são feitos para determinadas patologias

Números

8

Preços pagos aos hospitais e clínicas privados por cada parto são iguais há oito anos

139

euros é quanto paga uma beneficiária por um parto convenção. A ADSE suporta outros 1251 euros

Maria Manuela Faria lembra que as tabelas foram discutidas com os privados e a ADSE “fez quase uma consulta pública a todos os seus prestadores”

em que uns estão convenção e outros não, obrigando os beneficiários a recorrer a outros prestadores para completar o diagnóstico. Face a esta análise, a ADSE tomará as suas medidas, que podem passar por retirar valências inteiras de algumas convenções”, frisa a responsável.

E acrescenta: “É mais transparente e sério dizermos aos beneficiários que determinadas valências não são feitas em determinado prestador, e ao lado dar-lhes essas valências, do que haver esta grande indefinição, que faz com que o beneficiário nunca saiba qual é a conta que vai encontrar quando chega ao balcão de pagamento”.

Questionada sobre se já há uma ideia do número de actos que passaram a estar fora da convenção, Maria Manuela Faria lembra que até à entrada em vigor da nova tabela de preços, já havia exames e actos médicos fora da convenção. “Temos é que ver a proporção que está a atingir agora.”

No imediato, a presidente da ADSE diz que não há uma valência onde o desequilíbrio seja óbvio, arriscando suspender a convenção. Apenas garante que, “se e quando acontecer, os beneficiários têm de saber onde existem essas valências dentro de áreas geográficas razoáveis”.

Reacção surpreendeu

A reacção da Cuf e da Luz Saúde à nova tabela do regime convenção surpreendeu a presidente da ADSE. Maria Manuela Faria lembra que as tabelas foram discutidas com os privados e a ADSE “fez quase uma consulta pública a todos os seus prestadores no sentido de receber contributos e, ao longo de todos estes meses, as tabelas foram tendo alguns ajustamentos”.

Apesar disso, “sabíamos que não conseguiríamos chegar a todas as reivindicações dos prestadores”.

“O que nos surpreendeu foi a desassociação de alguns actos em relação aos quais não estávamos à espera, nem encontramos uma explicação. Estou-me a referir a algumas consultas, que foi das áreas em que houve maior aumento de preços por parte da ADSE, e a alguns exames médicos, como as endoscopias e as colonoscopias, em que a ADSE não mexeu nos valores, não foram objecto de queixas durante a negociação e estavam a ser realizados e pagos por esses valores até 31 de Agosto e passaram a ser problema a partir de Setembro”, frisa.





FRAUDE NOS FUNDOS

FERNANDO MADAÍL TEXTO

“SEM UM TOSTÃO” A MEIO DO ANO

No verão de 1994, a notícia de o Governo estar sem verbas para a formação profissional interrompe férias

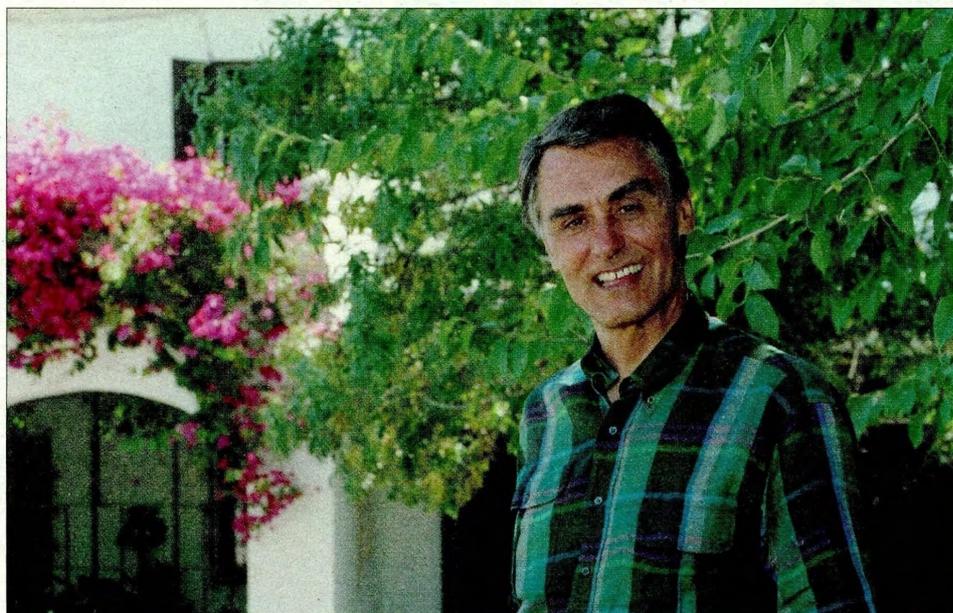
N

o dia 19 de agosto de 1994, a manchete de ‘O Independente’, sempre temida pela classe política, que não sabia quem poderia ser a vítima da sexta-feira seguinte, inquietou centenas de entidades: “Acabou-se a papa doce.” O semanário assegurava: “Governo pára cursos do Fundo Social Europeu [FSE].”

Além de noticiar que o ministro do Emprego, Falcão e Cunha, “interrompeu as férias para fazer uma reunião de emergência”, dava mais informações na primeira página: “Com um buraco de 40 milhões de contos no FSE e irregularidades em Bruxelas, o Governo de Cavaco [Silva] foi obrigado a tomar uma decisão drástica. Pela primeira vez, foram suspensos todos os cursos de formação profissional.”

E abria a história, na segunda página, com uma frase que era uma síntese: “O Governo português está sem um tostão para fazer formação profissional.” Uma nota emanada, nesse próprio dia, pelo Ministério, originava títulos como “Todos desmentem ‘O Independente’ – Formação profissional está em reestruturação” (‘O Primeiro de Janeiro’) – e era este o teor na maioria dos jornais.

Mas o ‘Público’, com base



Face ao ‘buraco’ financeiro, o Governo de Cavaco Silva reduziu as atividades de formação profissional

num documento interno da Comissão Executiva do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), a 24 de agosto confirmava a notícia avançada pelo semanário,

■ ■

O documento confirmava “situação financeira catastrófica”

num texto intitulado “Atingir o estado zero a meio do ano.” Estando numa “situação financeira catastrófica”, a instituição deliberara “suspender despesas”, numa lista que incluía “desde os gastos com a aprendizagem, bolsas de formação e as iniciativas locais de emprego aos encargos com a integração de deficientes e os centros de formação”. E ainda a “aquisição de bens ou serviços, instalações ou equipamentos”.

“Erros na organização”, apontava o ‘Público’, teriam “criado um ‘buraco’ que poderá chegar aos 30 milhões de contos, o equivalente a uma redução de actividade do IEFP em cerca de 27%”. Na origem,

“veio dinheiro a menos da Comunidade e não se contou com o que se gastou a mais no ano passado”. E aquele diário concluía que, “se não chegar qualquer maná inesperado”, o IEFP “apenas estará em condições de assegurar o emprego aos funcionários dos seus serviços”.

As movimentações dos bastidores – com os principais responsáveis a terem de abandonar a praia por causa deste alarme público – seriam esmiuçadas na edição seguinte de ‘O Independente’, esse jornal que, como o definiram no seu livro os jornalistas Filipe Santos Costa e Lilliana Valente, era “uma máquina de triturar políticos”.



ACIDENTE NA A1

Trabalhos na autoestrada, um BMW, uma colisão, dois GNR mortos: um ano depois, nem acusação, nem indemnização

JUSTIÇA Um ano antes do atropelamento na A6 pelo carro do MAI, um acidente na A1 em circunstâncias semelhantes matou dois GNR. O processo criminal "aguarda perícias", ainda não foi paga a compensação por morte em serviço e nenhuma entidade independente investiga este acidente de trabalho. A ACT não tem jurisdição nas polícias.

TEXTO FERNANDA CÂNCIO e VALENTINA MARCELINO





Vânia Sofia Cardoso Martins e Carlos Joel Torres Pereira. Ela é cabo da Guarda Nacional Republicana, tem 31 anos; ele guarda, com 27. Ambos fazem parte da divisão de trânsito de Santarém. Na manhã de 7 de julho de 2020 estão em serviço dentro de um carro-patrolha na A1, cerca do quilómetro 85, no sentido norte-sul, quando são violentamente abalroados por um BMW.

A brutalidade do embate é evidenciada nas fotos pós-acidente: a viatura da GNR com a traseira desfeita e a porta do porta-bagagens ao alto, o BMW virado ao avesso da circulação, com a dianteira metida para dentro. Dos cinco feridos resultantes – iam três pessoas no BMW –, os militares são os únicos em estado muito grave. Ele morre no dia seguinte, ela a 13.

Na altura, a GNR comunica que os dois militares tinham sido destacados para fazer um serviço gratificado – ou seja, pago por terceiros àquela força de segurança – relacionado com uma obra na autoestrada. Em algumas das notícias publicadas, afixava-se que o carro policial estava, antes do acidente, parado junto ao separador central, a “sinalizar trabalhos de limpeza e pintura do traço contínuo”, e que o veículo que nele embateu tinha feito, alguns quilómetros antes, “dispa-

rar um radar por circular acima de 150 km/hora”. Também se chegou a noticiar que o condutor do BMW é um polícia aposentado, informação que a GNR veio adensar.

Mais de um ano depois, o processo criminal continua em investigação. Decorre na 4.ª secção do Departamento de Investigação e Ação Penal de Santarém e tem um arguido – o condutor do BMW – constituído. De acordo com a Procuradoria-Geral da República, aguardam-se “as perícias solicitadas” (referir-se-ão à aferição da velocidade a que circulava o BMW no momento do embate?). Na GNR, as perguntas enviadas pelo DN a 5 de julho pelo canal oficial recebem, 15 dias depois, uma negativa: “Ainda decorre o processo-crime resultante dos acontecimentos mencionados, que está na fase de inquérito, pelo que não é oportuno prestar quaisquer esclarecimentos adicionais.”

Entre as questões enviadas pelo DN à GNR e depois, a 12 de julho, perante o silêncio da primeira, ao Ministério da Administração Interna (MAI), há várias que nada têm a ver com o processo criminal, nomeadamente se houve alguma averiguação interna às circunstâncias das mortes e, caso afirmativo, com que resultado; se as famílias já tinham recebido alguma indemniza-

ção. É apenas a 10 de setembro, após várias insistências, que a GNR acede a responder a algumas dessas perguntas. O MAI nunca respon-

MAI ordenou inquérito mais de um ano após acidente

Sobre a indemnização às famílias, a GNR começa, incompreensivelmente, por remeter para o processo criminal: “O acidente em questão tem um processo-crime pendente em investigação, e, como tal, encontram-se a ser apuradas as responsabilidades, pelo que uma possível indemnização ou outras questões só poderão ser definidas depois do referido processo-crime estar finalizado.”

De seguida, porém, a força policial explica que no caso deste tipo de acidentes são abertos dois processos internos, sobre o acidente em serviço e sobre o acidente de viação. Após a qualificação de um acidente como tendo ocorrido em serviço, prossegue a explicação, “é determinada a instauração do processo de compensação especial por morte para atribuição de indemnização aos beneficiários (previsto pelo Decreto-Lei n.º 113/2005, de 13 de julho de 2005, que cria um regime de compensação por invalidez permanente ou morte aplicável aos membros da GNR)”. E informa que “ambos os processos já foram qualificados como acidente em serviço, estando atualmente a decorrer os respetivos processos por compensação especial por morte a ambos os militares.”

Sucedem quando a GNR finalmente deu estes esclarecimentos o DN já conhecia o regime que regula a indemnização no caso de morte de elementos das forças policiais em serviço: ao contrário do que sucede geralmente no mundo laboral, em que o empregador é obrigado a contratar um seguro de trabalho que cubra morte e invalidez, nas polícias a lei determina uma compensação a pagar pelo Estado.

Mas, mais: sabíamos também já que essa compensação depende de um inquérito “a instaurar por determinação do membro do governo com a tutela da força ou do serviço de segurança, oficiosamente ou a requerimento dos interessados”. Este inquérito, cujo instrutor é nomeado “pelo dirigente máximo da respetiva força ou serviço” e cujo relatório deve determinar “o nexo de causalidade existente entre o risco inerente ao exercício da função policial ou de segurança e a morte ou invalidez permanente do agente ou militar”, tem como “prazo máximo 30 dias” para apresentar conclusões.

Ora, a informação que o DN tem é de que a ordem ministerial que determina a instauração do referido inquérito no caso de Vânia e Carlos Joel data de 12 de julho de 2021 – mais de 365 dias depois da data do acidente e precisamente o dia em que o jornal dirigiu um pedido de

“Fez-me muita impressão aqueles dois militares tão novos morrerem assim. Quem é que os pôs ali no meio da autoestrada, a fazer o quê?”

“Era costume pedirem para se mandar carros-patrolha que acompanhavam as obras, avançando à medida que os trabalhos avançavam. Era um tipo de serviço que incomodava os oficiais e o pessoal.”

esclarecimento ao MAI sobre este caso. A nomeação do instrutor levou três semanas – ocorreu a 5 de agosto, e este estará desde o dia 16 do mesmo mês a proceder à instrução do processo de inquérito, os 30 dias, que se presumem úteis, do prazo legal vencem-se a 27 de setembro.

“Não se percebe a demora no pagamento nem qual a dúvida”

O valor desta indemnização, da qual o Estado tem, em casos de acidentes de viação como este, direito de regresso sobre eventuais pagamentos efetuados por seguradora (ou compensações decididas por tribunais no âmbito de processo-crime), é de 250 vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida, ou seja, corresponde a 20 anos e 10 meses de salário base.

Mas o caso de Vânia e Carlos Joel está longe de ser o único em que as famílias esperam anos pela indemnização do Estado. Por exemplo, no caso do homicídio do também militar da GNR Carlos Filipe Gomes Caetano às mãos de Pedro Dias, em 11 de outubro de 2016, o relatório do inquérito só seria homologado pelo comandante-geral da GNR em maio de 2018 (o que faz concluir que, se o prazo legal foi cumprido pelo instrutor, este só terá sido nomeado mais de um ano após a morte) e o despacho conjunto dos ministérios autorizando o pagamento de 132.500 euros (o salário base do assassinado era de 530 euros – a retribuição mínima garantida naquele ano) publicado apenas um ano

depois.

De acordo com o dito despacho, a morte a tiro do guarda “ocorreu durante a execução do serviço policial de patrulha” para o qual fora “superiormente nomeado” e verificou-se “o nexo de causalidade entre o risco inerente à função policial ou de segurança e a morte do militar.”

Ano e meios será talvez um pouco excessivo para chegar a estas conclusões – não bastaria, como no caso de Vânia Martins e Carlos Pereira, verificar que a morte ocorreu durante o serviço e que não se deveu a suicídio ou a comportamento próprio temerário e sem qualquer relação com a função policial?

“Não se percebe esta demora constante no pagamento das indemnizações, nem qual a dúvida, por exemplo, num caso como o do guarda morto pelo Pedro Dias ou neste, em que dever ser apenas uma questão burocrática: verificar na escala de serviço que eles foram mandados para ali”, diz ao DN César Nogueira, presidente da Associação dos Profissionais da Guarda. “Sabemos que muitas vezes os inquéritos travam porque os instrutores não têm tempo, porque são operacionais e têm outras coisas para fazer. Mas isso não pode acontecer. Já chamámos várias vezes a atenção para isso em reuniões com o comando-geral e o MAI. É o respeito que se demonstra pelos profissionais.”

Certo é que a GNR conseguiu que as conclusões do inquérito referente à compensação da morte em serviço de Carlos Caetano fossem homologadas pelo comando dois meses depois da condenação judicial do homicida do guarda em primeira instância, o que aconteceu a 8 de março de 2018. Facto que levanta a dúvida sobre se neste procedimento, como geralmente sucede em inquéritos disciplinares relativos a factos objeto de processo criminal, a GNR não “espera” pelo resultado deste último para apresentar as suas conclusões sobre as circunstâncias da morte.

“Era um tipo de serviço que incomodava oficiais e pessoal na GNR”

Caídas no esquecimento público – e aparentemente também do da GNR e do MAI –, as mortes de Vânia e Carlos Joel foram referidas ao DN por um ex-responsável pela fiscalização da Brisa, a empresa concessionária de autoestradas, como tendo pontos em comum com outro acidente mortal ocorrido numa autoestrada, esse bem mais mediático. Trata-se do que a 18 de junho, na A6, vítima ou Nuno Santos, colhido junto ao separador central por uma viatura (também um BMW) do Ministério da Administração Interna, na qual viajava como passageiro o ministro Eduardo Cabrita.

Para o ex-funcionário da Brisa, que pediu para manter o anonimato

continua na página seguinte »





• continuação da página anterior

to, as duas situações apresentam aspetos semelhantes. Desde logo, por terem acontecido durante trabalhos em autoestradas e por estarem em causa, para além de eventuais responsabilidades criminais dos condutores, condições de segurança laboral que suspeita não foram respeitadas. "Fez-me muita impressão aqueles dois militares tão novos morrerem assim", diz ao DN. "Quem é que ospôs ali no meio da autoestrada, a fazer o quê?"

A Brisa, que tem a concessão da A1 e da A6, responde à pergunta: "Os dois GNR estavam ao serviço do empreiteiro Calado e Duarte, que estava a fazer a limpeza da berma esquerda da autoestrada." Foi essa empresa, confirma a GNR na resposta enviada ao DN a 10 de setembro, a requerer o gratificado. Entre as perguntas do jornal a que esta força policial não quis responder está a relacionada com a sinalização obrigatória quando há trabalhos no separador central.

"O plano de sinalização deste tipo de intervenção – trabalhos móveis de limpeza da berma esquerda – não pressupõe a presença da GNR", adianta a Brisa. "Mas muitas vezes essa presença é pedida porque se crê que ter ali a autoridade serve para impor mais respeito." É exatamente essa a explicação dada pela empresa Calado e Duarte em resposta escrita ao DN: "A GNR foi contratada para complementar a sinalização aplicável a este tipo de intervenção, no pressuposto de que a presença da autoridade é dissuasora de comportamentos de risco na autoestrada e que impõe o maior respeito aos condutores no cumprimento das normas de segurança rodoviária."

Fontes da força policial corroboram: era costume existir este tipo de pedidos em caso de trabalhos nas estradas, para "se mandarem carros-patrolha que acompanhavam as obras, avançando à medida que os trabalhos avançavam". Um tipo de serviço, afirmam, que "incomodava os oficiais e o pessoal".

Os trabalhos em causa, informa a Calado e Duarte, iniciaram-se a 6 de julho e deveriam prosseguir até 9, tendo começado às nove na manhã do acidente. E confirma que o carro-patrolha estava parado na via da esquerda, junto ao separador central.

"Em obras junto ao separador central tem de haver corte de via"

Numa autoestrada, a presença de um veículo parado ou a andar muito devagar constitui perigo para os seus ocupantes, assim como para os de qualquer outra viatura que passe na zona, a não ser que estejam prevenidos. Como no caso da morte de Nuno Santos, a Brisa afirma que o empreiteiro "tinha a obra sinalizada conforme manual de instruções". Mas que significa isso

exatamente? O dito manual não é público; em resposta ao pedido de acesso do DN, foi dito que "são documentos internos". O ex-funcionário da Brisa usa outra palavra: "São confidenciais, até assinamos um termo de confidencialidade."

A 18 de junho, na A6, quando Nuno Santos foi colhido pelo BMW do MAI junto ao separador central, os trabalhos de limpeza de vegetação, segundo a Brisa, decorriam na berma direita, e a sinalização existente, de acordo com a concessionária, consistia numa carrinha colocada nessa berma (fora da faixa de rodagem) – que circularia, com luzes laranja e a muito baixa velocidade, à medida que os trabalhos avançavam, com a dupla função de aviso e de proteção física dos trabalhadores.

No caso da morte de Nuno Santos, nem a Brisa nem a Arquijardim, a empresa subcontratada da que empregava, mencionam qualquer outro tipo de sinalização além da carrinha. O que, assegura o ex-funcionário da Brisa, não está de acordo com as regras da concessionária: "Se houver um trabalho do lado direito da autoestrada, tem de ser feita sinalização com antecedência – dois quilómetros antes – e toda uma delimitação da zona de trabalho." Já quando os trabalhos decorrem do lado esquerdo, no separador central ou junto a ele, "não há dúvidas", prossegue este ex-responsável, sobre o que está prescrito: "Além da sinalização com antecedência para assegurar a redução de velocidade, tem de haver corte de via, delimitando-se com cones de sinalização, e antes da zona de trabalho colocam uma viatura para servir de proteção."

Porém, acusa, muitas vezes não é isso que se passa nas obras que se veem nas autoestradas: "Ainda há poucos dias vi trabalhos no separador central sem qualquer proteção nem corte de via e com um plano de sinalização muito fraquito." Tal sucede, considera, porque "o conjunto de regras que a Brisa observa quando as intervenções são dela própria não é garantido aos trabalhadores subcontratados. Quando as obras e trabalhos são de subempreiteiros, muitas vezes a proteção não é assegurada. A Brisa deveria também impor essas regras aos subcontratados. Porque a responsabilidade última é sempre da Brisa: é a responsável pela infraestrutura e tem de garantir que quem está a trabalhar nas autoestradas cumpre os procedimentos de segurança."

"Quem decide o posicionamento do carro da GNR é a GNR"

Será que foi isso que sucedeu também com Vânia e Carlos? As fontes da GNR ouvidas pelo DN negam que tivesse havido corte de via – não era sequer costume, comentam. Já o ex-funcionário da Brisa estranha que houvesse "um carro ligeiro" – o

carro-patrolha – na cauda dos trabalhos: o veículo que serve essa função deve ser mais pesado, explica, de modo a permitir proteger os trabalhadores, fazendo barreira, por exemplo, a um carro que se despieste.

A Brisa assegura que existia, no dia 7 de julho, na A1, um camião de nove toneladas a "fechar a cauda dos trabalhos móveis", para efetuar o chamado 'corte de via móvel', e que o plano de sinalização para obras do lado esquerdo da autoestrada foi integralmente cumprido: "Em antecipação ao local dos trabalhos, há duas viaturas do lado direito da estrada, a primeira com sinalização de perigo e que diz 'limite de velocidade 100 quilómetros/hora e proibição de ultrapassagem', e a segunda com limite de velocidade nos 80." Sobre o posicionamento da viatura da GNR, a resposta é taxativa: "Vinha atrás do camião, na cauda de tudo. E quem decide o posicionamento do carro da GNR é a GNR."

Respondendo por escrito ao pedido de informação do DN, a Calado e Duarte começa por certificar que a via esquerda estava cortada, "com a sinalização preconizada para este tipo de trabalhos executados em marcha lenta."

A saber: "Usamos sinalização móvel aprovada e montada em três viaturas, que circulavam a montante da zona de execução dos trabalhos, e informação nos painéis de sinalização da Brisa. No ponto imediatamente após o local onde estava estacionada a viatura da GNR, toda a área de intervenção estava visivelmente delimitada e fechada por flat cones, facto que era visível a larga distância por todos os condutores que circulassem dentro dos limites estabelecidos na lei." Mas esta informação viria a ser corrigida cerca de duas horas depois: "Nunca poderia estar delimitado por flat cones por ser trabalho em marcha lenta. [...] Na frente da GNR vai o nosso carro de sinalização em marcha lenta e, após estes, a equipa de trabalho."

As fontes da GNR ouvidas pelo DN garantem que nos casos em que são pedidos serviços gratificados deste tipo "os comandantes de trânsito mandavam verificar as condições de segurança". Mas, admitem, "alguma coisa falhou".

Quem pode investigar acidentes laborais na GNR?

Como lhe competia, a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) já anunciou, em julho, ter aberto um inquérito à morte de Nuno Santos. Mas no caso dos dois militares da GNR não o pode fazer – não tem jurisdição sobre as forças policiais.

Na verdade, denuncia César Nogueira, presidente da APG, não existe nem nunca existiu em Portugal uma entidade independente com a atribuição específica de fiscalizar as condições de trabalho



• *"Não se percebe esta demora constante no pagamento das indemnizações, nem qual a dívida, por exemplo, num caso como o do guarda morto por Pedro Dias ou neste, em que deve ser apenas uma questão burocrática: verificar na escala de serviço que eles foram mandados para ali."*

• *"Não há uma entidade independente para fiscalizar as condições de trabalho dos polícias. A nossa proposta era que a ACT passasse a poder fazê-lo ou que fosse criada uma comissão independente. Mas vão criar uma com gente da GNR e PSP só mesmo para dizer que há alguma coisa."*

dos polícias. "Tem havido discussões sobre isso com o ministério. A nossa proposta era de que fosse criada uma comissão independente ou que a ACT passasse a poder fiscalizar as polícias. Mas sabem que uma autoridade fora do setor iria obrigar a fechar muito posto sem condições. Assim, vão criar uma comissão com gente da própria GNR e PSP. Será só mesmo para dizer que há alguma coisa."

Esta comissão, cuja criação estava prevista para este ano, não virá a tempo para investigar as condições de trabalho associadas às mortes dos dois guardas; caso existam, no inquérito criminal, indícios de negligência ou da GNR ou da Brisa (como frisa ao DN uma fonte ligada ao processo, é a Brisa que, como "dona da obra", é responsável pelas condições de segurança da mesma – uma regra que vale também para o caso da morte na A6), restará às famílias das vítimas recorrer à via judicial para os demandar.

Estranha-se, porém, que a Inspeção-Geral da Administração Interna não intervenha num caso como este para averiguar de eventuais falhas no domínio da segurança laboral. Parece enquadrar-se na sua missão, na qual consta "averiguar [...] suspeitas de irregularidade ou deficiência no funcionamento dos serviços" e "efetuar inquéritos, sindicâncias e peritagens, bem como processos de averiguações e disciplinares superiormente determinados, e instruir ou cooperar na instrução de processos instaurados no âmbito dos serviços, cuja colaboração seja solicitada e autorizada superiormente".

Mas Anabela Cabral Ferreira, a juíza desembargadora que dirige a IGAI, discorda. A morte de Vânia e Carlos, diz em resposta enviada ao DN, "decorreu de ação de um cidadão que, segundo os dados obtidos, ao desparistar-se, abalrou a viatura onde se encontravam os militares". A conclusão, que se antecipa à do inquérito criminal, é então de que não faz sentido haver qualquer averiguação daquele órgão inspetivo, porque "não se enquadrava na missão e atribuições da IGAI, fixadas na Lei Orgânica, a instauração de qualquer procedimento tendente a apurar a responsabilidade civil de um cidadão sem qualquer vínculo conhecido a entidades, serviços e organismos, dependentes ou cuja a atividade seja legalmente tutelada ou regulada pelo MAI".

Se, apesar da inexistência de um verdadeiro inquérito sobre as mortes de Vânia e Joel, houve alguma mudança por parte da GNR nos procedimentos relativamente a este tipo de serviços gratificados, nem esta polícia nem o MAI quiseram esclarecer.

O DN tentou ouvir as famílias dos dois militares, mas estas não responderam às tentativas de contacto.

Fundado em 1864

Diário de Notícias

www.dn.pt / Domingo 12.9.2021 / Diário / Ano 157.º / N.º 55 662 / € 1,70 / Diretor-geral editorial Domingos de Andrade / Diretora Rosália Amorim / Diretor adjunto Leonídio Paulo Ferreira / Subdiretora Joana Petiz

TRABALHOS NA AUTOESTRADA

UM BMW, UMA COLISÃO, DOIS GNR MORTOS: UM ANO DEPOIS, NEM ACUSAÇÃO, NEM INDEMNIZAÇÃO

INVESTIGAÇÃO Doze meses antes do atropelamento na A6 pelo carro do MAI, um acidente na A1 em circunstâncias semelhantes matou dois agentes. O processo criminal "aguarda perícias", ainda não foi paga a compensação por morte em serviço e nenhuma entidade independente investiga este acidente de trabalho. A ACT não tem jurisdição nas polícias. PÁGS. 4 A 6

GOUVEIA E MELO
"Se Deus me der essa honra, quero morrer militar"



JORGE SAMPAIO

A despedida de um "homem bom", "grande cidadão" e que tornou "Portugal melhor"

PÁGS. 8-9



Energia
Industriais pedem medidas contra a subida do preço da eletricidade

PÁG. 21



Sporting 1 FC Porto 1
Empate no clássico reforça liderança do Benfica

PÁGS. 30-31

Miguel, Martín e António, três portugueses a viver no Cazaquistão PÁGS. 16-18



BCP avança para despedimento coletivo de 62 trabalhadores

BANCA O BCP vai fazer um despedimento coletivo de 62 trabalhadores, segundo uma mensagem do presidente executivo aos funcionários do banco, a que a Lusa teve acesso. “O procedimento que agora se iniciará abrange 10 áreas/direções e um total de 62 trabalhadores. Os trabalhadores abrangidos por este procedimento foram envolvidos na fase prévia de negociação e serão individualmente informados através de comunicação específica da direção de recursos humanos”, informou Miguel Maya. O banco chegou a acordo com cerca de 80% dos trabalhadores que quer dispensar (cerca de 700).

Empresas do Norte querem Dielmar

Dois consórcios pretendem comprar o edifício, ficar com os trabalhadores e manter a marca. Decisão dos credores antecipada para 6 de outubro



Dielmar, em Alcains, pode voltar a laborar a curto prazo graças ao interesse de vários compradores

Célia Domingues
locais@jn.pt

CASTELO BRANCO A Dielmar, empresa confeções de Alcains, em Castelo Branco, que entrou em processo de insolvência a 30 de julho, tem duas propostas formais para a viabilização da fábrica, mantendo a totalidade dos cerca de 250 trabalhadores, apurou o JN junto de fonte que acompanha o processo. As duas propostas, que envolvem empresas portuguesas do norte da área das confeções, são do conhecimento do Banco Português de Fomento, detentor do equipamento fabril, incluindo o edifício.

A data para a realização da assembleia de credores, onde está o Estado, através do Instituto de Segurança Social, instituições bancárias, entre outros credores, foi entretanto antecipada de 26 para 6 de outubro conforme consta de novo edital produzido pelo Tribunal Judicial do Fundão, onde decorre o processo de insolvência. A antecipação, soube ainda o JN é consequência do facto de existirem as duas propostas "sérias e formais".

Nestas, os proponentes garantem a manutenção da atividade fabril em

Alcains, a manutenção dos cerca 250 postos de trabalho e da marca "Dielmar", uma das mais cotadas do país, que já esteve ligada a figuras públicas e instituições de grande projeção como a seleção principal de futebol.

Os dois consórcios de empresas propõem, cada um, a constituição de uma sociedade na qual têm participação cada acionista. "As duas propostas são idênticas: propõem a aquisição do património, deter a marca e os trabalhadores. Apenas divergem no valor desta operação", adiantou a mesma fonte.

SALÁRIO POR PAGAR

Entretanto, o salário de agosto ainda não foi pago. O Ministério da Economia assegurou o pagamento dos vencimentos de agosto e setembro, ao abrigo do Programa da Retoma Progressiva, aguardando-se o processamento do valor correspondente à Segurança Social. Está prevista a transferência nos próximos dias.

"Vamos gerir esta situação de insolvência, no sentido de encontrarmos novas entidades que sejam capazes de dar um destino útil à empresa, de assegurar uma gestão operacional ca-

paz", disse o Ministro da Economia aquando da decisão de insolvência por parte da administração da Dielmar, salientando na altura que o governo estava "disponível" para assegurar uma "melhor gestão" e a salvaguarda dos postos de trabalho.

Recorde-se que o Estado, apesar de ter 30% do capital social da empresa, e de ser um dos maiores credores, não tinha representante no Conselho de Administração.

O gestor de insolvência nomeado para liderar o processo, João Gonçalves, recusou prestar declarações ao JN, apenas afirmando que tudo está a ser feito para "salvar a empresa". A têxtil é apenas proprietária de maquinaria, uma frota de automóveis e mobiliário. A marca está penhorada por uma instituição bancária. Não há atrasos no pagamento a fornecedores de energia e água pelo que, "a par do que já se conhece, quem quiser tomar conta da fábrica, tem tudo pronto para avançar com a laboração", informou em agosto quando foi nomeado gestor de insolvência.

Serão os credores a decidir o futuro desta fábrica com as duas propostas, até agora, colocadas em cima da mesa. ●

DUAS DEZENAS

Número de trabalhadores diminuiu

A Dielmar entrou em processo de insolvência com 276 trabalhadores. Neste momento são cerca de 250 os que se mantêm "ligados" ao processo. Os restantes tinham contratos ou formações a terminar em agosto. O Sindicato Têxtil da Beira Baixa apelou à união operária. Situação que se tem mantido com a garantia salarial por parte do Governo. Os trabalhadores estão em casa.

EMPRESA

10

milhões é o valor do passivo da Dielmar. Quando foi conhecida a insolvência, foi aumentando a lista de credores, como a empresa de segurança, pequenos fornecedores, empresa de recrutamentos, entre outros.

56

anos tem a Dielmar, marca e fábrica criada por dois irmãos que criaram um projeto de alfaiataria ao domicílio. O negócio cresceu, mas a pandemia, disseram os gestores, atirou a empresa para a insolvência.



CAPA

Micromobilidade gera um milhão de empregos em dez anos

Bicicletas, segways, trotinetas. Estes veículos de mobilidade suave podem ser a chave para estimular um novo tipo de economia. Especialistas apontam que as deslocações de curta distância nas cidades, além de promoverem boas práticas ambientais, são um estímulo à criação de novos postos de trabalho

Pedro Emanuel Santos
urbano@jn.pt

A micromobilidade pode ser responsável pela criação de um milhão de empregos nos próximos dez anos. A conclusão é de um estudo internacional, que inclui dados relativos a Portugal, realizado pela EIT InnoEnergy, organismo do Instituto Europeu da Inovação e Tecnologia, que propõe soluções globais para a transição energética e modos de vida sustentável no Velho Continente.

O relatório, que o JN Urbano analisou, prevê ainda que até 2030, na Europa, se possa poupar na emissão de 30 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) e até 127TWh de consumo de energia por ano, caso sejam tomadas medidas adequadas.

Mas, afinal, o que é a micromobilidade, termo que vai entrando no dicionário dos dias à medida que aumentam as preocupações com o ambiente e a qualidade de vida nos principais centros urbanos? Trata-se da aposta em veículos com emissão zero de poluição para a atmosfera, utilizados pelos cidadãos nas cidades quando efetuam últimos trajetos, seja para casa,

para o trabalho ou outro qualquer destino. "No fundo, é a tentativa de encontrar soluções flexíveis que sejam usadas preferencialmente nas deslocações finais, sobretudo nos últimos quilómetros", resume Paula Teles, fundadora e presidente da MPT (Mobilidade e Planeamento do Território), plataforma operacional de políticas de planeamento da mobilidade e desenho da cidade. "Estamos a atravessar um momento de transição e há que inverter a pirâmide que continua a ter no topo o automóvel. É preciso imaginar a cidade tendo o peão como prioridade e a sustentabilidade como objetivo", observa.

Entre os transportes envolvidos na micromobilidade contam-se as bicicletas (tradicionais ou elétricas), segways, trotinetas e outros que não impliquem o uso de combustíveis fósseis. O recurso a este tipo de opções ganha ainda mais importância quando "está provado que 60% das cadeias de deslocação têm menos do que cinco quilómetros e 40% delas não atingem sequer três", lembra Paula Teles, acrescentando que "o resgate do espaço público é premente e urgentíssimo".

O EIT InnoEnergy comparou as medidas rumo à micromobilidade adotadas numa centena de cidades europeias,

incluindo Lisboa. Verificados os ganhos ambientais nelas produzidos, alavancou cenários a uma década de distância baseados no seu impacto prático.

Apesar das evidentes vantagens a curto e médio prazo antecipadas, os autores do estudo observaram problemas comuns a diferentes cidades que emperram a implementação acelerada de práticas tendentes à micromobilidade. Nomeadamente a curta duração dos veículos e as limitações a que ainda não conseguem fazer frente, que os tornam inapropriados para atividades do dia a dia, como o transporte de mercadorias e crianças, ou até para transportar encomendas".

Foram ainda detetadas limitações no que diz respeito aos "elevados custos operacionais" e aos pontos de carregamento e realocação destas alternativas sustentáveis. Também se criticou a falta de integração destas com os sistemas de transportes tradicionais.

No caso específico de Lisboa, Jennifer Dungs, responsável pela área da Mobilidade e Transportes da EIT InnoEnergy's Energy, reconhece que a cidade "abraçou a micromobilidade com grandes planos e continua a investir nela através de várias medidas", dando o exemplo da expansão da rede

Recurso a segways ou trotinetas pode ser a chave para percursos na cidade



"ATRAVESSAMOS UM MOMENTO DE TRANSIÇÃO. É PRECISO IMAGINAR A CIDADE TENDO O PEÃO COMO PRIORIDADE E A SUSTENTABILIDADE COMO OBJETIVO", DEFENDE ESPECIALISTA EM MOBILIDADE



de ciclovias ou o aumento do número de bicicletas partilhadas e os apoios para a sua aquisição. No entanto, aponta "alguns problemas" para uma implementação mais alargada e destaca que "a adoção destas soluções tem causado alguns problemas, particularmente no Centro Histórico, devido ao seu aumento exponencial e à falta de espaço".

PORTUGAL COM MUITO POR FAZER

Jennifer Dungs sugere que em Portugal, e não apenas em Lisboa, seja desenvolvida a breve trecho uma "abordagem sistematizada" que leve à criação de "componentes de maior qualidade e manutenção acessível", sobretudo motores e baterias. Algo que poderá gerar postos de emprego e fazer circular a economia através da criação de empresas e o lançamento de novos postos de trabalho.

Paula Teles, por sua vez, aponta baterias à "lentidão na tomada de decisões" rumo à micromobilidade por parte da generalidade dos municípios: "Não temos mais do que 10% de autarquias que alguma vez tenham planeado oficialmente medidas nesse sentido", critica. "Nem sequer as câmaras de Lisboa e do Porto o fizeram, apenas implementaram planos setoriais", diz.



Crescimento das ciclovias em Lisboa é apontado como um bom exemplo, mas ainda insuficiente

Já Rui Igreja, presidente da MUBi, recorda ao JN que a Federação Europeia de Ciclistas, que reúne associações da Europa que promovem a bicicleta como meio de deslocação nas áreas urbanas, também concluiu numa análise recente que a micromobilidade pode ser potenciadora de milhares de empregos, desde que haja vontade política de a implementar.

"O setor das bicicletas na Europa emprega atualmente 650 mil pessoas. Se a sua utilização duplicasse, tal teria reflexos diretos e visíveis nas vendas, na distribuição e até no turismo", explica o dirigente.

Portugal, destaca Rui Igreja, é o país europeu que mais fabrica bicicletas. E destaca que o setor gera "9000 empregos diretos e outros 30 mil indiretos, além de ter um volume de negócios de 400 milhões de euros anuais". O problema "são os obstáculos que ainda subsistem nas cidades", que impedem a implementação mais célere de práticas de micromobilidade. "Estão a ser dados passos nesse sentido, mas ainda tímidos. É necessário desencorajar o uso prioritário do automóvel e limitar a velocidade dentro das cidades a 30 km/h, o que, aliás, é recomendado pelas Nações Unidas e a Organização Mundial de Saúde", sublinha. ●



Factos & números

1 MILHÃO

de empregos podem nascer no espaço europeu se forem adotadas medidas no sentido de fomentar a micromobilidade.

SUSTENTABILIDADE EM NOME DO FUTURO

Além de gerar novos postos de trabalho, a micromobilidade contribui para a salvaguarda ambiental do planeta. Todos os veículos são livres de utilização de combustíveis fósseis.

9 MIL

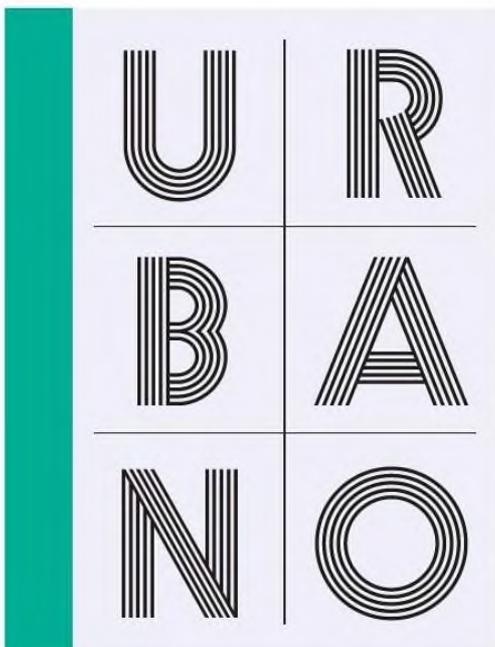
postos de trabalho diretos são gerados pela indústria ligada à produção de bicicletas em Portugal. A estes juntam-se 30 mil indiretos.

PORTUGAL NO TOPO DA EUROPA

Portugal é o país que ganha o título de maior produtor europeu de bicicletas. Os últimos dados, citados pela MUBi, apontam para um volume anual de negócios na ordem dos 400 milhões de euros.

AUTARQUIAS RESISTEM À MUDANÇA

A especialista em planeamento urbano Paula Teles aponta que apenas 10% dos municípios portugueses têm em marcha projetos de concretização de medidas associadas à micromobilidade.



12 SETEMBRO 2021
Suplemento integrante do Jornal de Notícias.
Não pode ser vendido separadamente.



Centro urbano / Aveiro
O roteiro de arte nova nas ruas P.8-9

A minha esplanada / Braga
Casa Velha é um "templo" dos cocktails rodeado pela natureza P.11

Lá fora / Berlim Referendo histórico para autorizar expropriações P.10

Investigadores / Lisboa
Tese de mestrado vai analisar mudanças na mobilidade ditadas pela pandemia na capital P.5



Micromobilidade potencia emprego nas cidades

Aposta em modelos de planeamento que favoreçam a utilização de trotinetas, segways ou bicicletas, para pequenos percursos, pode originar um milhão de postos de trabalho P.6-7



ENTRE DIAS 14 E 17

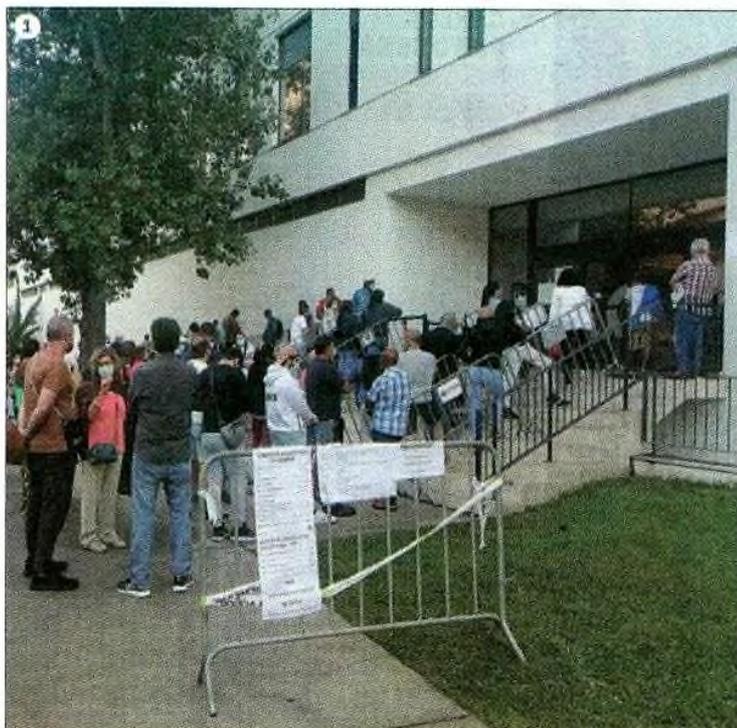
Greve no início do ano letivo

■ O Sindicato de Todos os Professores (STOP) anunciou uma greve de docentes e não docentes na próxima semana. Segundo o líder do STOP, André Pestana, a greve tem início no dia 14 e durará até ao dia 17, correspondendo ao período de abertura das escolas, e justifica-se com a “ineficácia das formas de luta que têm sido feitas nos últimos anos contra a municipalização” do pessoal não docente. ●

**MIGUEL MAYA**
GREVE AVANÇA

Seis sindicatos anunciaram ontem que vão avançar com uma greve, perante a "posição intransigente" assumida pelo BCP de avançar com um despedimento coletivo, após se terem reunido com a administração.

LISBOA



2

NÚMERO DE VAGAS DO DIA POR ENTIDADE

ESPAÇO CIDADÃO	40
EMEL	60
SEGURANÇA SOCIAL	15
AT - FINANÇAS	12
IRN - CARTÃO CIDADÃO	10
IRN - PASSAPORTE	10
IRN - CERTIDÕES:	
• CIVIL, COMERCIAL E PREDIAL	60
IRN - REGISTO AUTOMÓVEL (31, 51 e 81 FERAS)	5
GENALIS	21
FARRIS	80



1 Cenário ontem na loja do Mercado 31 de Janeiro, Saldanha 2 Poucas senhas disponíveis 3 Balcões encerrados

Lojas do Cidadão à beira da rutura

CASOS Falta de senhas no Saldanha. Agressões na Fontes Pereira de Melo

DIOGO TORGAL FERREIRA

Os serviços das Loja do Cidadão em Lisboa estão a operar nos limites. No espaço da Fontes Pereira de Melo, um segurança e um utente foram ontem agredidos por um cidadão que aguardava atendimento. No Saldanha, formou-se uma fila de utentes à porta e muitos nem chegaram a ser atendidos por falta de vagas.

O Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e do Notariado (STRN), que denunciou as agressões, referiu que os trabalhadores que “se encontravam já física e emocionalmente esgotados estão agora em pânico e com

muito medo”. Se nada fizer, o Governo passará a ser “o autor moral de qualquer agressão que seja efetuada aos trabalhadores e/ou aos utentes destes serviços”, considerou a estrutura sindical, em comunicado.

Na loja do Mercado 31 de Janeiro, o CM confirmou ontem no local que, pelas 8h00 - uma hora antes da hora de abertura -, já havia serviços sem senhas disponíveis. Para todo o dia de ontem, balcões como o do Cartão de Cidadão ou do Passaporte apenas disponibilizavam dez senhas

cada um, verificando-se ainda casos, como o do Registo Automóvel, que para todo o dia (o horário de funcionamento é das 9h00 às 19h00) só tinha um total de cinco senhas. A situação não

destoa do que se está a verificar noutras zonas do País.

Ao CM, o presidente do STRN, culpa o Governo e salienta “que não entra um único novo trabalhador há 20 anos”. Arménio Maximino lembra que os agendamentos impostos pela pandemia “vieram apenas mascarar as filas que já se viam em 2019”. ●

BALCÃO DO CARTÃO DE CIDADÃO SÓ TINHA DISPONÍVEIS 10 SENHAS

JORGE SAMPAIO 1939-2021

ÓBITO

PAÍS DE LUTO

O HOMEM DO "SERENO TESTEMUNHO DE VIDA"

EVOCAÇÃO NACIONAL

"LUTANDO, MAS SERENAMENTE, NOS DEIXOU HOJE O PRESIDENTE JORGE SAMPAIO. LUTANDO SERENAMENTE, COMO SERENO FOI O SEU TESTEMUNHO DE VIDA AO SERVIÇO DA LIBERDADE E DA IGUALDADE."

MARCELO REBELO DE SOUSA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

"PORTUGAL PERDEU UM DOS SEUS MAIS PRESTIGIADOS CIDADÃOS, QUE SEMPRE SERVIU O SEU PAÍS COM DISTINÇÃO E HONRA."

EDUARDO FERRO RODRIGUES
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

[EXERCEU SEMPRE AS SUAS FUNÇÕES POLÍTICAS] COM O MESMO SENTIDO CÍVICO DE MILITÂNCIA E CONVICÇÃO COM QUE EM 1962 ASSUMIU A LIDERANÇA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE COMBATE À DITADURA."

ANTÓNIO COSTA
PRIMEIRO-MINISTRO



EVOCAÇÃO INTERNACIONAL

"JORGE SAMPAIO DEU UM CONTRIBUTO INESTIMÁVEL ÀS NAÇÕES UNIDAS, ONDE DEIXOU UMA MARCA DECISIVA NA LUTA PELA PAZ E PELO DIÁLOGO ENTRE CULTURAS E CIVILIZAÇÕES [...]. PORTUGAL PERDEU UM DOS SEUS MELHORES."

ANTÓNIO GUTERRES
SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

"DEFENSOR CONVICTO DOS DIREITOS HUMANOS [...] TEVE UM PAPEL CRUCIAL NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS E DA DIGNIDADE DOS REFUGIADOS."

URSULA VON DER LEYEN
PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA

"FOI UM ARAUTO DE CAUSAS NOBRES, DE CAUSAS JUSTAS EM TODO O MUNDO, EM PARTICULAR EM TIMOR-LESTE. [...] EXTRAORDINÁRIO SER HUMANO, ERA UM CORAÇÃO BONDOSO, UMA ALMA SENSÍVEL."

JOSÉ RAMOS-HORTA
EX-PRESIDENTE DE TIMOR-LESTE

JORGE SAMPAIO 1939-2021

OBITUÁRIO

JORGE SAMPAIO O PRESIDENTE DAS EI

PERCURSO ⓧ Foi ativista estudantil, lutou contra a ditadura, defendeu presos políticos e continuou, após o 25 de abril de 1974, a defender a democracia. **PRESIDENTE** ⓧ Saiu da Câmara Municipal de Lisboa para se candidatar a Belém. Exerceu dois mandatos como chefe de Estado entre



JOÃO MALTEZ

E motivo, mas de convicções fortes, homem assumidamente de esquerda e defensor dos ideais da democracia, da liberdade e da solidariedade, é assim que o recordam os mais próximos, mas é também esse o legado, ou parte dele, que deixa aos portugueses. Internado desde 27 de agosto no Hospital de Santa Cruz, em Carnaxide, devido a dificuldades respiratórias, Jorge Sampaio, antigo Presidente da República, faleceu ontem, aos 81 anos. Era casado com Maria José Ritta, com quem teve dois filhos, Vera e André.

Jorge Fernando Branco de Sampaio nasceu a 18 de setembro de 1939, em Lisboa. Seu pai, Arnaldo Sampaio, era médico especialista em Saúde Pública, e

EM 1989 TORNOU-SE SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO SOCIALISTA

sua mãe, Fernanda Bensaúde Branco, era professora particular de inglês. Aluno de Direito na Universidade de Lisboa, onde completou a licenciatura, foi ali que começou a distinguir-se, primeiro como ativista nas lutas estudantis contra a ditadura e, já advogado, como defensor de presos políticos encarcerados pelo Estado Novo.

Após o 25 de abril de 1974, manteve-se fiel aos princípios democráticos e republicanos. Fundou o Movimento de Esquerda Socialista e filiou-se, mais tarde, no PS, partido de que se tornou dirigente, deputado e, em 1989, secretário-geral.

É nesse mesmo ano que decide



PAIO MOÇÕES

ender os princípios democráticos e republicanos
: 1996 e 2006 e para ambos foi eleito à primeira volta

concorrer à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, numa coligação histórica formada entre PS e PCP. Foi reeleito para o cargo em 1993, mas saiu da autarquia a meio do mandato, em 1995, para se candidatar a Belém, deixando nas mãos de João Soares a liderança da autarquia.

A 14 de janeiro de 1996, foi eleito, à primeira volta, Presidente da República, sucedendo no cargo ao seu camarada Mário Soares. Foi investido no dia 9 de março de 1996. Exerceu dois mandatos como chefe de Estado, permanecendo no cargo até 2006.

Foi um conhecido defensor da causa e independência de Timor -Leste, mas o ato mais mediático dos seus dois mandatos ocorreu já em finais de 2004, quando utilizou a chamada 'bomba atómica'. Dissolveu a Assembleia da República e fez cair o Governo de Pedro Santana Lopes. Este substituiu José Manuel Durão Barroso nas funções de primeiro -minis-

tro, após a sua nomeação para liderar a Comissão Europeia.

Sampaio manteve, ao longo dos anos, uma constante intervenção político-cultural, nomeadamente em jornais e revistas. Agraciado com várias condecorações, recebeu diversas distinções nacionais e estrangeiras.

Após a saída da Presidência, foi nomeado, em 2006, pelo secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), na altura Kofi Annan, enviado especial para a Luta contra a Tuberculose. Já entre 2007 e 2013, tornou-se alto representante da ONU para a Aliança das Civilizações.

Nos últimos anos, agarrou a causa dos refugiados, com a Plataforma Global para os Estudantes Sírios. Após a recente tomada do poder no Afeganistão pelos talibãs, aquele organismo criou um programa de emergência de bolsas de estudo para jovens afegãos. Jorge Sampaio foi um homem solidário até ao fim. ●

Velório hoje no Museu dos Coches e funeral amanhã com honras de Estado nos Jerónimos

O corpo do antigo Presidente da República Jorge Sampaio vai estar em câmara ardente no antigo Museu dos Coches, em Lisboa, a partir das 12h00 de hoje. O espaço estará aberto ao público até às 23h00. Amanhã haverá uma cerimónia oficial de homenagem a Sampaio no Mosteiro dos Jerónimos - como

aconteceu nas cerimónias fúnebres de Mário Soares, em janeiro de 2017, também com honras de Estado -, antes da saída do funeral para o Cemitério do Alto de São João, em Lisboa, sendo o corpo depositado num jazigo da família. O Governo decretou três dias de luto nacional, entre hoje e segunda-feira. ●

ATIVISTA SAMPAIO FOI UM DOS ROSTOS DA CRISE ACADÉMICA



ELEITO LÍDER DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DA FACULDADE DE DIREITO, JORGE SAMPAIO FOI UM DOS PROTAGONISTAS DA CRISE ACADÉMICA DO ANOS 60.

O PRESIDENTE SAMPAIO COM A SUA MULHER, MARIA JOSÉ RITTA, NA FOTO DA DIREITA, OS FILHOS DE AMBOS, VERA E ANDRÉ.



MÁRIO SOARES, SEU CAMARADA DE PARTIDO, ANTECEDEU SAMPAIO NA CHEFIA DO ESTADO.



RAMALHO EANES RECEBE A GRÁ-CRUZ DA ORDEM DA LIBERDADE, A 25 DE ABRIL DE 2004.



PRESIDENTE COMEÇOU POR ANUIR À CHEGADA DE SANTANA LOPES A LÍDER DO GOVERNO, MAS ACABARIA POR DEMITIR-LO.



D. JOSÉ POLICARPO E SAMPAIO PARTILHAVAM A SIMPATIA CLUBÍSTICA PELO SPORTING.



EUSEBIO FOI RECEBIDO POR JORGE SAMPAIO NO DIA EM QUE CELEBROU OS SEUS 63 ANOS.

NOTA EDITORIAL

Um homem sério

Jorge Sampaio foi um homem e um político sério, um exemplo de ética republicana. Viveu durante décadas na mesma casa, não fez fortuna, apesar de poder ter sido, se quisesse, um milionário advogado de negócios. Homem de causas preferiu o serviço público.

Foi líder do Partido Socialista no auge do cavaquismo, presidente da Câmara de Lisboa numa inédita coligação com o PCP, e Presidente da República reeleito. Homem emotivo e com a lágrima fácil, teve em 2004 o ano mais difícil da sua magistratura, quando Durão Barroso saiu do Governo para Bruxelas. Deu posse ao substituto indicado pelo PSD, Pedro Santana Lopes, mas meses depois aplica a 'bomba atómica', porque entendeu que "a estabilidade democrática estava corroida" e dissolve a Assembleia da República.

Filho de um pioneiro da promoção da saúde pública em Portugal, Jorge Sampaio nasceu em pleno Estado Novo no seio de uma família privilegiada, mas sempre teve uma consciência crítica e foi militante contra o regime. Figura emblemática do protesto estudantil de 1962, sempre se destacou na oposição. Advogado de sucesso defendeu vítimas da perseguição política. No PREC é uma das figuras do MES (Movimento da Esquerda Socialista). Mais tarde adere ao PS. Jorge Sampaio merece também ser recordado por ser uma pessoa que não tinha medo de ser normal e assumia as suas paixões. Aficionado das touradas, também gostava de futebol e sofria como bom adepto do Sporting. ●

ARMANDO ESTEVES PEREIRA
DIRETOR-ADJUNTO



PSD | RUI RIO

Foi um Presidente com sentido de Estado, com sentido da responsabilidade e que geria muito bem a proximidade e a distância.



PS | CARLOS CÉSAR

Era um homem do Mundo, defensor ativo dos direitos humanos, pessoa de grande rigor ético, humanismo e generosidade.



PCP | JERÓNIMO DE SOUSA

Deve ser reconhecido o seu percurso democrático e de resistência ao fascismo e [...] o papel desempenhado nos tribunais plenários.



BE | CATARINA MARTINS

Figura central da democracia, foi líder da revolta estudantil de 62 e advogado de presos políticos e participou de forma ativa no 25 de Abril.



JORGE SAMPAIO 1939-2021

REAÇÕES

HUMANISTA

RELEMBRAR Respeito pelo percurso de vida do antigo Presidente chega de todos os quadrantes

Fez a escolha de ser solidário

“Podendo ter-se resignado ao caminho mais fácil do jurista respeitado, da quietude da sua origem social, do natural ascendente da sua cultura, do seu pensamento”, Jorge Sampaio “escolheu o caminho mais ingrato da solidariedade para com os que mais sofriam, do convívio com o concreto, da privação da sua saúde frágil em exaustivos e desgastantes labores”, enfatizou ontem o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.



Marcelo diz que Sampaio não se resignou a seguir o caminho mais fácil

Sempre a exercer a cidadania

O primeiro-ministro destacou ontem o sentido cívico, militância e convicção com que Jorge Sampaio desempenhou múltiplas funções, desde a liderança do movimento estudantil contra a ditadura, à Presidência da República e até ao auxílio aos refugiados sírios. “Para Jorge Sampaio, o exercício dos seus múltiplos cargos políticos foi sempre e só mais uma forma de exercer a sua cidadania”, sublinhou António Costa.



Costa lembra a militância e convicção que Sampaio colocou no que fez

PORMENORES

Guterres e rei de Espanha

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, o rei de Espanha, Felipe VI, e representantes de todos os Estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa vão marcar presença amanhã nas cerimónias fúnebres de Estado de Jorge Sampaio.

Cultura evoca o homem

Personalidades da cultura, como o músico Pedro Abrunhosa, o ator Ruy de Carvalho, o encenador Tiago Rodrigues ou a escritora Luísa Ducla Soares, recorreram às redes sociais para recordarem Jorge Sampaio. “O político digno e culto”, o “melhor que conseguimos”, “um homem maior do que um país”, foram algumas das reações.

Confederações patronais

O Conselho Nacional das Confederações Patronais recordou “a serenidade e a ponderação cruciais” do antigo Presidente da República em momentos difíceis da sociedade e da política portuguesas, garantindo a estabilidade do País.

Confederações sindicais

A CGTP lembrou ontem Jorge Sampaio como um “lutador pela defesa da liberdade e a consolidação da democracia”, que exortava os portugueses a nunca desistirem. Já a UGT enalteceu a “figura incontornável da democracia, da luta pela liberdade, do civismo, da ética e da cidadania, da tolerância e do humanismo”.

Um Presidente de causas



Cavaco diz que Portugal tem razões para “admirar e honrar” Sampaio

O ex-Presidente da República Aníbal Cavaco Silva afirmou ontem que o tempo é de “profunda tristeza nacional” e sublinhou que o povo português “tem todas as razões para admirar e honrar” o antigo Chefe de Estado Jorge Sampaio. Cavaco Silva recordou ainda que Sampaio dedicou “muito do seu tempo” à causa de Timor-Leste e salientou que “uma das suas últimas causas”, a ajuda a estudantes sírios, “mostra bem a sua visão humanista”.

Figura central da democracia



Guterres lembra Sampaio como “amigo querido e companheiro de luta”

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, afirmou ontem que Jorge Sampaio foi uma figura “central” da democracia de abril, um “incomparável homem de Estado” que deixou uma marca “decisiva” na luta pela paz e no diálogo entre civilizações. Numa declaração à Lusa, Guterres recordou que Sampaio “foi um amigo querido e um companheiro de luta em momentos decisivos para a vida do nosso país”.

DIPLOMACIA JORGE SAMPAIO DIALOGOU COM ALGUMAS DAS FIGURAS MAIS PROEMINENTES DA POLÍTICA INTERNACIONAL ENQUANTO PRESIDENTE E TAMBÉM APÓS SAIR DE BELÉM



Bill Clinton, Presidente dos EUA



Oferta ao Papa João Paulo II



Encontro com Tony Blair



Diálogo com Fidel Castro



Com Juan Carlos de Espanha



Receção a Vladimir Putin



PAN | INÊS DE SOUSA REAL
Jorge Sampaio representa desde logo a defesa intransigente da liberdade, bem patente na sua atividade política de resistência à ditadura."



IL | JOÃO COTRIM DE FIGUEIREDO
Participante ativo na política antes e depois do 25 de Abril, titular do mais alto cargo da Nação e defensor dos Direitos Humanos."



CDS | FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS
Apesar das divergências, não posso deixar de lamentar a sua morte e agradecer o papel desempenhado na libertação de Timor."



EX-LÍDER DO PSD | SANTANA LOPES
Tivemos uma enorme divergência em 2004, mas existem todas as razões para ter muito respeito e consideração por Sampaio."



EDIÇÃO HISTÓRICA

Sampaio diretor do CM no número 10 000

CONTEÚDO Jornal foi dedicado à tuberculose. Antigo Presidente definiu as linhas orientadoras de um trabalho ímpar na imprensa portuguesa

FUTEBOL AMANTE DO DESPORTO E SPORTINGUISTA ASSUMIDO

SIMPATIA Atividade desportiva era uma paixão, muito centrada no clube leonino



Direção do Sporting na época de 2005/2006 homenageou o sportingulista de sempre Jorge Sampaio.



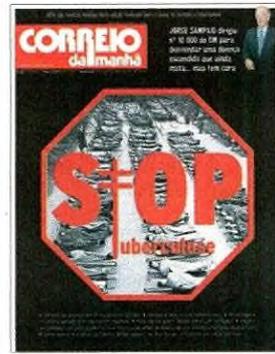
Sampaio no Estádio de Alvalade, a assistir a um jogo do Sporting.



Jogadores da seleção olímpica, em Atlanta, com Jorge Sampaio.



Reunião preparatória com a direção e editores das várias secções do jornal



A capa Nº 10 000 do jornal

Salvo na Praia da Luz

Na Praia da Luz, em Lagos, onde desapareceu Maddie, Sampaio passou por sérias dificuldades, a 10 de agosto de 2013. Foi salvo por banhistas, que ouviram os seus gritos de socorro. "Ele estava em perigo. Tinha sido arrastado por uma onda maior e estava a ser apanhado por outras quando o conseguimos puxar para a praia", revelou, na altura, ao CM, José Lacerda, de Vila Nova de Gaia. "Estava muito branquinho e fraco, pensei que fos-



Jorge Sampaio saiu da água combatido. O mar arrastou-o

se cair, mas depois parou para descansar. Recuperou e foi-se embora, com ajuda de um segurança", relatou uma outra banhista, que assistiu a tudo.



Octávio Ribeiro, então diretor-adjunto do Correio da Manhã, cumprimenta Jorge Sampaio



Antes do arranque do dia de trabalho, Sampaio tomou o pequeno-almoço com a administração da Cofina e a direção do CM

Jorge Sampaio dirigiu o número 10 000 do Correio da Manhã, uma edição especial, publicada a 13 de outubro de 2006, com uma tiragem de 200 mil exemplares, com 30 páginas dedicadas à problemática da tuberculose. O antigo Presidente da República tinha concluído o segundo mandato em Belém em março desse ano, sendo, na altura em que liderou a equipa do CM por um dia, enviado especial das Nações Unidas na luta contra a tuberculose. Empenhado, atento, interessado, interventivo, Jorge Sam-

paio traçou as linhas gerais do trabalho e aprovou a capa do jornal. Foi o dossiê mais completo e rigoroso até hoje publicado na imprensa portuguesa sobre a tuberculose. Ao longo de 30 páginas, nada foi esquecido: do retrato da doença em Portugal ao relato de doentes como Carlos do Carmo e Marçal Grilo, dos novos tratamentos à reportagem ao último sanatório e nos novos hospitais; da viagem ao passado de uma pandemia que marcou as artes às formas de contágio da doença e os seus efeitos no corpo hu-

mano. Nada foi esquecido. O trabalho incluiu, ainda, uma mensagem do então secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, e um texto de Jorge Sampaio, que, 15 anos depois, se mantém atual e poderia até ser aplicado à pandemia que nos atormenta vai para dois anos, a Covid-19. "A tuberculose não é uma doença dos outros, não é um mal alheio nem um problema individual. (...) Só será vencida com novos medicamentos e vacinas e se for combatida de uma forma séria", escreveu Jorge Sampaio.



Abraço a Xanana Gusmão



Kofi Annan atribuiu-lhe um cargo na ONU



SOLVERDE.PT JOGA POR DIVERSÃO, COM MODERAÇÃO. **APOSTA SEM RISCO NO REGISTO** **ATÉ 20€** TERMOS E CONDIÇÕES APLICÁVEIS



JORGE SAMPAIO
1939-2021

O PRESIDENTE DAS EMOÇÕES

VELÓRIO HOJE NO ANTIGO MUSEU DOS COCHES

AMANHÃ CERIMÓNIA NOS JERÓNIMOS P. 23 A 27

DIRIGIU A EDIÇÃO 10 000 DO CM
DEDICADA À LUTA CONTRA A TUBERCULOSE

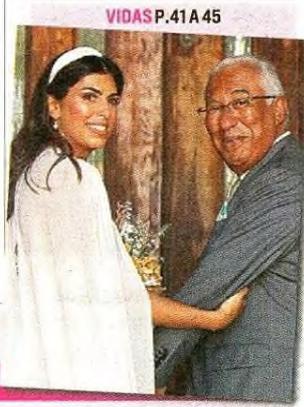
HOJE **144** PÁGINAS

SÁBADO 11/09/2021 | DIÁRIO | € 1,70 (C/IVA)

CORREIO
da manhã

www.cmjornal.pt

DIRETOR: CARLOS RODRIGUES
DIRETORES-ADJUNTOS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA, ALFREDO LEITE, PAULO JOÃO SANTOS E PAULO OLIVEIRA LIMA



COSTA LEVA A FILHA AO ALTAR
TUDO SOBRE A CERIMÓNIA VEJA HOJE TODAS AS FOTOS

OPERAÇÃO MARQUÊS

SÓCRATES

JUÍZA DIZ QUE ESTE CRIME É PARA AVANÇAR JÁ

JULGADO POR FALSIFICAÇÃO

⚡ **PENA** pode chegar aos três anos de prisão p. 28

VIDAS

HOJE Grátis

ROGÉRIO SAMORA
SONHOS POR REALIZAR

SEM RASTO DO PASSADO P. 6

TERRORISTAS FORA DO RADAR DAS POLÍCIAS

Não constavam em nenhuma base de dados

CRIME EM ALGÉS P. 4 E 5

UNIVERSITÁRIO QUE MATA PAI NÃO SE ARREPENDE

CENTROS REDUZEM HORÁRIOS P. 8

90 MIL ESCAPAM À SEGUNDA DOSE

ÉVORA P. 16

Dupla viola em grupo rapariga de 23 anos

HOJE GRÁTIS
COM A EDIÇÃO ALGARVE
LIVRO DE PASSATEMPOS P. 48

Peppa Pig

Com a Peppa brincar e aprender

2º Livro + Oferta da CASA + boneco e 3 fichas de jogo por apenas 7,95€ + frete

SPORTING-FC PORTO, 20H30, SPORT TV1

DUELO DE ESTRELAS
P. 10 E 11

SARABIA CHAMADO POR AMORIM

LUIS DÍAZ A TEMPO DO CLASSICO

SPORT SIMÕES RECUSA CONVITES DE RUI COSTA

JESUS P. 12 E 13

"ESTE JOGO DEVIA TER SIDO ADIADO"

ST. CLARA-BENFICA, 18H00, SPORT TV2

CASA ERMELINDA FREITAS

1920 **100** YEARS 2020

ANOS
VINHAS & VINHOS
VINES & WINES
PORTUGAL

WWW.ERMELINDAFREITAS.PT

**GAIA****EXPULSA DE HOSPITAL**

Uma funcionária do Hospital Privado de Gaia, que exerce também funções de delegada sindical, foi ontem expulsa do posto de trabalho após recusar cumprir um horário de 10 horas, denunciou o sindicato.



SOBE
MIGUEL
ALBUQUERQUE
PRES. GOV. REG. MADEIRA



Plano de Recuperação e Resiliência para a Madeira, de 832,2 milhões de euros, "está pronto" e deverá ser assinado na segunda.

DESCE
ANA MENDES
GODINHO
MINISTRA DO TRABALHO



Sindicatos insistem em respostas do Governo sobre despedimento coletivo na Altice, exigindo uma audiência à ministra do Trabalho.



TURISMO

Hotelaria Em tempo de 'guerra' abriram 23 hotéis no país

A confiança dos empresários esmoreceu, mas ainda assim não baixaram os braços num ano em que o setor hoteleiro perdeu 3,2 mil milhões de euros em receitas.

—SÓNIA SANTOS PEREIRA
sonia.s.pereira@dinheirovivo.pt

É indiscutível que a pandemia da covid-19 apanhou o mundo desprevenido e um dos setores mais afetados foi o turismo. Os empresários hoteleiros viram-se forçados a fechar portas, a recorrer aos apoios do Estado e a repensar estratégias. Um ano e meio depois do primeiro confinamento, há ainda muitas contas a fazer. Para já, sabe-se que em 2020 a atividade hoteleira perdeu 3,2 mil milhões de euros em receitas, as dormidas caíram 75% e os hóspedes 76", lembra Raul Martins, presidente da Associação da Hotelaria de Portugal (AHP). Mas, apesar deste impacto brutal, os empresários hoteleiros não baixaram os braços e no primeiro ano da 'guerra' contra o vírus SARS-CoV-2 abriram 23 novos hotéis no país.

Como sublinha Raul Martins, "vivemos tempos equivalentes a uma guerra, mas a maioria dos empresários aguentou as suas empresas e os postos de trabalho". Foi a região Norte que concentrou a maior fatia de aberturas de novas unidades. Foram inaugurados 12 hotéis no Norte, oito dos quais no Porto, seis na Grande Lisboa, três na capital, três na região Centro e dois no Alentejo. O número de

aberturas pode parecer diminuto face às 51 unidades que estavam inicialmente previstas, e à dinâmica da atividade que apresentava um *pipeline* de 220 novos projetos (mais de 18 mil quartos) até final de 2023. Mas, afirma Raul Martins, os desvios entre anúncios de abertura e a sua real efetividade "são basicamente idênticos aos do ano anterior". Em 2019, abriram 24 novos hotéis, dos 65 inicialmente previstos, de acordo com os dados da AHP.

Esta discrepância prende-se com

"Vivemos tempos equivalentes a uma guerra, mas a maioria dos empresários aguentou as suas empresas e os postos de trabalho."

—RAUL MARTINS
Presidente da
Associação da
Hotelaria de
Portugal (AHP)



fatores como atrasos no licenciamento, nas aprovações e na construção, e também com mudanças de estratégia dos investidores. Claro está que o deflagrar da pandemia também contribuiu para uma contração nas decisões de abertura. Como frisa Raul Martins, em 2020, há uma questão excepcional: "A pandemia que acarretou um *shut down* do turismo a nível mundial e incertezas quanto ao futuro".

E 2021?

A AHP não tem neste momento dados sobre quantas novas aberturas terão ocorrido nestes primeiros oito meses do ano. No seu último relatório de mercado, a Cushman & Wakefield adiantava que muitos operadores "optaram por adiar estrategicamente a data de conclusão das unidades em construção por um breve período, aguardando a normalização dos níveis de procura". A consultora admitia também que "alguns hotéis ainda em fase de projeto ou licenciamento tenderão a ter os seus planos de investimento meticulosamente reavaliados", situação que se deverá refletir numa "continua revisão em baixa da nova oferta hoteleira prevista até final de 2023".

Dos 220 novos estabelecimentos hoteleiros que estavam em pi-

pelina no final do ano passado, a C&W detetou para já uma ligeira quebra, para 207. Este potencial investimento concentra-se maioritariamente nas duas áreas metropolitanas do país, nomeadamente em Lisboa (4000 quartos), Porto (2200 quartos), Vila Nova de Gaia (1150 quartos) e Cascais (1050 quartos).

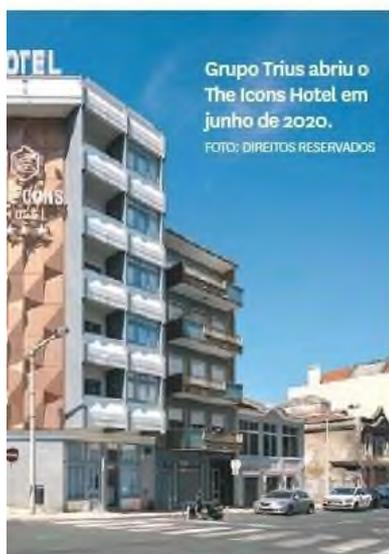
Raul Martins está a aguardar os números de agosto para medir a temperatura da atividade hoteleira, um indicador que os investidores não estarão alheios para definir a estratégia futura. "Sabemos que também este ano foi o mercado interno que puxou pelo destino, porque o mercado internacional ainda não regressou, e só se fará quando os certificados de vacinação de fora da UE forem aceites em Portugal e se recuperar o transporte aéreo de passageiros", adianta.

As estatísticas do Algarve, a principal região turística do país, corroboram com estas declarações. Em agosto, o mercado doméstico aumentou 50,8% na região algarvia e o externo diminuiu 58,6% face ao mesmo mês de 2019. Em termos acumulados, desde o início do ano, a ocupação quarto registou uma quebra superior a 59% e as vendas uma descida de 55% face ao mesmo período de 2019, avançou a AHETA (Associação dos Hotéis e



Empreendimentos Turísticos do Algarve). Em conclusão, a atividade hoteleira está ainda muito longe dos níveis pré-pandémicos.

Os hoteleiros portugueses admitem uma retoma da atividade a partir de 2023, mas a Organização Mundial de Turismo já fala em 2024. Para além da pandemia, há um conjunto de outros fatores determinantes para a recuperação da atividade, como a retoma do transporte aéreo e o turismo de negócios, um dos segmentos mais afetados



pela crise sanitária, aponta Raul Martins. Nestas matérias, a indefinição do futuro da TAP e do aeroporto de Lisboa são “gravíssimas”. O presidente da AHP é taxativo: “Tem que haver uma solução! Já passou mais de ano e meio desde o início da pandemia e a situação continua inalterada, ou talvez pior, porque agora nem se vislumbram alternativas.” E não tem dúvidas, esta questão “vai ser o grande entrave à retoma da hotelaria de todo o país e ao crescimento económico”.

dinheiro vivo

Maria Manuela Faria
“A ADSE foi confrontada com fim dos partos no Algarve.”
Agora vai rever todos os preços P. 04-05

HOTELARIA — P. 14-15

Em tempo de pandemia abriram 23 novos hotéis no país

ECONOMIA — P. 10

Portugal na cauda do euro no regresso ao nível pré-covid

ENTREVISTA — P. 12-13

Ikea já tem “mais retorno de investimento em renováveis do que obrigações”

BUZZ — P. 22-23

Ironhak está a requalificar o talento dentro das empresas

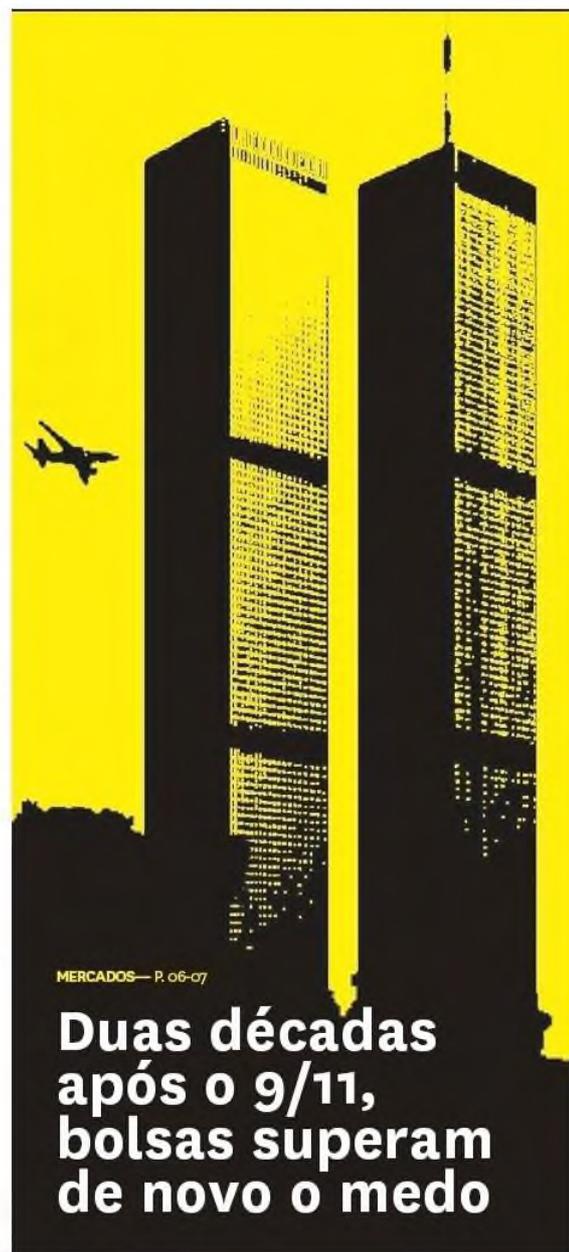
MARKETING DIGITAL — P. 18

Samsung escolhe Instagram para “vender” *smartphone* desdobrável

DIANA QUINTELA / GLOBAL IMAGES

ENERGIA — P. 08-09

Renováveis já dão emprego a quase 51 mil pessoas



MERCADOS — P. 06-07

Duas décadas após o 9/11, bolsas superam de novo o medo



DESPEDIMENTOS

Tensão na banca: sindicatos em corrida para travar saídas

Para sindicatos e trabalhadores, a onda de despedimentos na banca resume-se a uma precarização do trabalho no setor.

—ELISABETE TAVARES

elisabete.tavares@dinheirovivo.pt

Para os bancos trata-se de ajustar os custos à redução da rentabilidade no setor e adaptar os quadros ao “novo” mundo da banca digital. Para os sindicatos e trabalhadores, os bancos estão a aproveitar a crise económica de 2020 para despedir e reduzir os salários médios praticados no setor e substituir bancários “com direitos” por trabalhadores com salários mais baixos. E falam em casos em que trabalhadores dispensados de algumas funções são de imediato substituídos por outros, “mais baratos” e sem experiência para a função.

Em 2020, a banca perdeu cerca de 2000 trabalhadores. Em 2021, na primeira metade do ano, os cinco maiores bancos perderam cerca de 600 trabalhadores. Será no segundo semestre deste ano que se espera um acelerar do número de trabalhadores que deverão deixar o setor. Sindicatos preveem que deverão sair da banca entre 2500 e 3000 trabalhadores este ano.

Na base destas saídas estão sobretudo os processos de reestruturação no Santander e Millennium bcp. Mas também há preocupações em torno de saída de trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos e do Montepio, a que se junta a saída prevista de entre 60 a 70 trabalhadores da Parvalorem – veículo público criado para ficar com os ativos tóxicos do antigo banco Português de Negócios. No caso do Santander e do BCP, estão em risco de despedimento coletivo cerca de 450 trabalhadores com os quais os dois bancos não conseguiram um acordo de rescisão mútua ou saída por reforma antecipada. No total, o BCP prevê a saída de entre 800 e 900 trabalhadores do banco este ano e o Santander cerca de 600. Ontem, o BCP confirmou que vai prosseguir com o despedimento coletivo de mais de 80 trabalhadores que recusaram as propostas para a sua saída. “Na sequência da reunião dos seis Sindicatos - SNQTB, Mais Sindicato, SBN, SIB, SBC e SinTAF - com a comissão executiva do BCP e face à posição intransigente assumida pelo banco de avançar com o despedimento coletivo de pouco mais de 80 ban-



Paulo Marcos, presidente do SNQTB. FOTO: GUSTAVO BOM / GLOBAL IMAGENS

cários, não resta outra alternativa a estes sindicatos que não seja a greve”, referiram os sindicatos num comunicado conjunto. Os sete sindicatos do setor anunciaram na última semana que deverão avançar para uma greve conjunta em setembro. O SNQTB criou um fundo para apoiar os trabalhadores que pretendam impugnar processos de despedimento coletivo.

Para os sindicatos, as explicações dadas pelos bancos para justificar a onda de despedimentos não convencem. “Parece-me uma explicação curta que a pandemia tenha feito uma revolução digital que ficou de vez”, disse Paulo Marcos, presidente do Sindicato Nacional dos Quadros Técnicos Bancários (SNQTB). “De facto, há mais compras online, há outro tipo de utilização (dos serviços), mas o que estava a acontecer nos bancos em Portugal, mais que no resto da Europa, é que estavam a encerrar balcões e a reduzir capacidade de forma muito mais rápida do que nos outros países”, adiantou. Para o sin-

dicalista, “o que aconteceu foi o conjunto de duas coisas: os trabalhadores em teletrabalho e, portanto, mais difíceis de organizar do ponto de vista de resistência sindical; e um aproveitamento de uma pseudo-verdade porque, há mais movimentos digitais, mas não houve uma alteração absolutamente drástica em coisa nenhuma”. Admitiu que as medidas restritivas adotadas na gestão da pandemia “vieram reforçar algumas tendências” nos serviços digitais, mas “não vieram causar uma interrupção que justifique porque um banco espanhol em Portugal quer reduzir uma em cada quatro pessoas em poucos meses”. Lembrou que um banco de retalho reduzia entre 3% a 4% ao ano o seu número de trabalhadores, na última década. Atualmente, “no espaço de poucas semanas, querem reduzir 17% a 25%”. Paulo Marcos reforçou a ideia de que os acionistas – “estrangeiros” – do BCP e do Santander estão a pressionar para a obtenção de mais lucros e dividendos.



EDITORIAL
JOANA
PETIZ

Os sindicatos ficaram sozinhos

Milhares de pessoas despedidas na banca, centenas de famílias a receber avisos de corte de serviços essenciais, cada vez mais pequenos negócios a fechar, incapazes de sobreviver a confinamentos e restrições sem fim à vista e com subsídios anémicos e tardios (quando chegam). É este o retrato de muitos portugueses. Pouco nos chega, porém, em imagens, relatos ou notícias. Mesmo que os sindicatos se mantenham ativos e as greves, manifestações e ações de luta tenham ganho escala e número nos últimos tempos. A pandemia domina a atualidade e os partidos acreditam que opor-se a quem decide não lhes trará nada de bom enquanto essa luta maior existir. A verdade é que, com a vacinação avançada como está e os números de contágios e casos graves a amaciar, com a bazuca decidida e os apoios imediatos distribuídos, essa centralidade já há muito que deixou de fazer sentido.

Ainda assim, a contestação deixou de ter eco político. Entretida que está entre a promoção dos seus candidatos autárquicos e a negociação dos rebuçados que António Costa se digne a lançar no próximo Orçamento do Estado, a oposição não dá ouvidos, nem voz aos que lhe dão votos. E nem a esquerda mais ou menos radical, tradicionalmente sensível a estes temas, escapa, afinando pelo diapasão do PRR e dos fundos europeus, no máximo tocando o eterno salário mínimo.

Nem Jerónimo de Sousa no tradicional discurso do Avante! lhes valeu, ficando-se pelas questões macro: as acusações de propaganda e de escolhas desapropriadas na aplicação do plano de recuperação ao governo cuja estabilidade parlamentar ajuda a garantir. Os bancários vão sair à rua juntos pela primeira vez na história, os trabalhadores dos transportes manifestam-se, os funcionários dos portos fazem greve... mas o Bloco de Esquerda opta por juntar-se e amplificar o protesto dos brasileiros contra o presidente deles. Há setores inteiros da economia que ainda não conseguiram retomar a atividade, há famílias sem rendimentos há meses, à espera do sucessor do subsídio social de desemprego, mas a esquerda está a olhar para a bazuca.

E a direita, naturalmente, afastada que está dos planos de Costa – que apesar de não a ter governa como se tivesse maioria absoluta – segue na luta para fazer das próximas autárquicas uma desgraça um bocadinho menor que as últimas eleições.

Sem eco nem interesse político, os sindicatos ficaram a falar sozinhos. Podiam bem tornar efetivo o corte do cordão umbilical com os partidos e fazer prova de vida, tornando-se, enfim, entidades construtivas que verdadeiramente ajudam a negociar e criar condições para os que representam ao lado das empresas. Seria um serviço que prestavam aos trabalhadores e ao país.



FESAP quer aumento de 2,5% nos salários da Função Pública

REIVINDICAÇÃO A Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (FESAP) exige que o Orçamento do Estado inclua o “aumento de 2,5% de todos os salários da Administração Pública e de todas as pensões pagas pela Caixa Geral de Aposentações”, refere em comunicado. Também quer que o subsídio de refeições passe para seis euros, para ser possível “recuperar o poder de compra” face aos anos de congelamento.

Em relação aos assistentes operacionais, a FESAP de-

fende que o valor da posição remuneratória de ingresso na carreira seja atualizado para 750,26 euros no próximo ano. Além destas reivindicações, reivindica o pagamento a 100% do trabalho suplementar, a reposição dos 25 dias de férias e o fim da penalização de reforma para quem tenha, pelo menos, 60 anos de idade e 40 de contribuições.

Por outro lado, exige a revisão do sistema de carreiras e considera “crucial” que o tempo de serviço seja contado na sua totalidade para a progressão de carreiras. ●



Maquinistas do Metro do Porto em greve nos dias 24 e 28

PROTESTO O Sindicato dos Maquinistas (SMAQ), na sequência da greve realizada em julho e da “falta de acordo” face às reivindicações feitas, convocou uma nova paralisação para os próximos dias 24 e 28. Segundo António Domingues, dirigente sindical, “este é um processo negocial que já decorre desde dezembro do ano passado”.



Trabalhadores pedem respostas ao Governo

ALTICE A Frente Sindical da Altice e a Comissão de Trabalhadores, reunidos em plenário, frente ao Ministério do Trabalho, exigiram, ontem, uma audiência com o Governo para obter respostas e a intervenção no despedimento coletivo.



PRACA DA
LIBERDADE

Há emprego, faltam trabalhadores



FCR
Manuel Carvalho da Silva
Investigador e professor universitário

Na passada segunda-feira o JN colocou, com oportunidade e destaque na primeira página, a notícia, "Mais de 23 mil empregos sem qualquer candidato", a partir de informação disponibilizada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Aquela dessintonia resulta, fundamentalmente, das fracas condições oferecidas e de características específicas do nosso sistema de emprego, caso do leque de precariedades articulado com o deficiente perfil de especialização da economia. Também se devem ter em conta percepções inculcadas nas pessoas que desvalorizam certos tipos de trabalho e de profissões.

O IEFP não terá meios para trabalhar as interrogações que se colocam quando queremos escarpelizar as razões pelas quais estas ofertas de emprego não são preenchidas: identifica-nos o desemprego a nível de setor de atividade e por regiões, propicia-

-nos o conhecimento de algumas características dos desempregados, pode expor o alcance de políticas públicas de emprego e fazer comparações entre períodos temporais, pouco mais. Seria importante dotá-lo de capacidades e da missão de resposta a interrogações que apresentarei à frente. Os empregadores falam genericamente do emprego de que precisam, mas escondem muitas das condições da oferta.

Estes quase 24 mil empregos disponíveis, que em princípio o país precisa que sejam ocupados, quantos são com horários completos e que continuidade se lhes perspectiva? Para se cumprir um horário normal, quantas horas vão ter de ser trabalhadas? Que salários são oferecidos? Naquele universo, quantos são empregos "uberistas" ou "odemiristas"? São empregos para "colaboradores" a quem se propõe funções de responsabilidade, auferindo praticamente o salário

mínimo? Em quantas destas ofertas se exige boas qualificações, mas se quer que o trabalhador seja pau para toda a obra, num processo desqualificante? Quantos destes empregos alimentam empresas de trabalho temporário, capatazes de jornas? É imprescindível ir fundo na análise destas ofertas de emprego para se perceber e tratar aquela dessintonia.

Não se escamoteia a disfunção existente entre a oferta de emprego e as formações das pessoas, que a pandemia pode ter agravado, assim como sabemos que se alteraram os fluxos da imigração. Mas, o país não pode estar com 200 mil jovens numa faixa etária entre os 16 e os 34 anos sem emprego, fora dos sistemas de ensino ou de formação, num quadro em que são precisos jovens qualificados com diversidade de conteúdos formativos. Então, falta mesmo emprego e uma política económica que o

gere. Por outro lado, Portugal deve ter uma política de imigração minimamente coordenada, com estratégias de acompanhamento e formação, retirando das mãos de "empresas" oportunistas e de máfias organizadas a exploração dos trabalhadores imigrantes.

Muitos dos milhares de empregos disponíveis exigem esforço físico e mostram cadeias de organização e de poder em setores com pouco espaço para a criatividade e a motivação. Ai imperam subjugações duras e não o idílico cenário associado ao conceito de "colaboradores" com que a propaganda dominante aborda o "emprego do futuro".

Os trabalhadores portugueses, quando tratados com dignidade, integrados em empresas e serviços bem organizados e com salários decentes, estão sempre disponíveis. E, em regra, só vão para o estrangeiro quando aqui não têm oportunidades.

Economia

OE 2022 MEDIDAS A PENSAR NAS AUTÁRQUICAS

Sónia Peres Pinto

sonia.pinto@nascerdosol.pt

Primeiro-ministro piscou o olho à esquerda acenando com mais apoios sociais e alterações às leis laborais. Economistas ouvidos pelo Nascido do SOL querem mais.

António Costa tem piscado o olho aos partidos de esquerda com objetivo de ver aprovado o Orçamento do Estado para 2022. Ainda esta semana, acenou com a alteração dos escalões de IRS no Orçamento do Estado do próximo ano. A ideia, de acordo com o primeiro-ministro, é fazer um desdobramento do 3.º e 6.º escalões. Feitas as contas, estas mudanças irão abranger todos os contribuintes com rendimentos acima de dez mil euros (onde se inicia o terceiro escalão), ou seja, cerca de 1,4 milhões de famílias, de acordo com os dados das Finanças.

«Já fizemos um primeiro desdobramento dos escalões. Tínhamos previsto fazer este ano, e tivemos de adiar por causa da crise, um segundo desdobramento. Estamos, neste momento, a fazer um trabalho muito sério para identi-

ficar a possibilidade de, no próximo Orçamento do Estado, fazer mais um desdobramento dos escalões», lembrando que «no terceiro escalão, que cobre rendimentos entre os 10 mil e os 20 mil euros, temos uma enorme diferença. Depois, há o sexto escalão, entre os 36 mil euros e os 80 mil euros, onde há uma diferença gigantesca».

A par das mudanças nos escalões de IRS, António Costa já tinha anunciado no congresso socialista outras medidas: alargamento das deduções do IRS a partir do segundo filho – o seu Executivo tinha introduzido uma majoração fiscal na dedução fiscal para todas as famílias a partir do segundo filho, mas que apenas se aplicava às crianças entre os zero e os três anos e que permitiu uma dedução de 900 euros a partir da segunda criança – e prometeu abrir mais dez mil lugares em creches no país, acenando com políticas de incentivo à natalidade.

Outra promessa diz respeito ao alargamento do IRS jovem e que passa pela isenção parcial dos rendimentos do trabalho dependente que, em vez de durar os atuais três anos, irá passar para cinco. Esta isenção será de 30% nos dois primeiros anos, de 20% nos terceiro e quarto anos e de 10% no quinto ano.

Estas medidas são aplaudidas para já pela esquerda, mas querem mais. O secretário-geral do PCP já veio defender que o alargamento dos escalões do IRS deve ter em conta os rendimentos mais baixos e intermédios e apontou o regresso aos dez escalões como «uma boa referência para conseguir mais justiça fiscal», apesar de reconhecer que «qualquer avanço é sempre positivo». Mas que vai ao encontro do que tem sido pedido pelo PAN. Também o BE e o próprio PS já tinham posto em cima da mesa das negociações do próximo OE o aumento do número de escalões do IRS.

Mais crítico está em relação às questões laborais com Jerónimo de Sousa a acusar António Costa de fazer apenas «uns retoques» nesta matéria, defendendo que «houve um vazio em relação a questões centrais». Recorde-se que António Costa garantiu que os trabalhadores de plataformas digitais vão passar a ter contrato

de trabalho e que as empresas de trabalho temporário vão passar a estar condicionadas nos contratos com o Estado.

À direita, Rui Rio defende não só uma redução da carga fiscal, mas pede ainda uma melhoria nos serviços públicos. «Os portugueses pagam imensos impostos, a carga fiscal é brutal. O que temos em Portugal não se assemelha aos países desenvolvidos, porque o retorno dos impostos é muito mau», disse o líder social-democrata. Já o CDS propõe também redução dos escalões e as taxas associadas. «Em Portugal, parece que as pessoas pagam para trabalhar. O que propomos é a redução dos escalões [de IRS] e das taxas associadas, para que trabalhar compense», disse Francisco Rodrigues dos Santos.

As centrais sindicais também estão de olho à reposição de rendimentos. A CGTP vai reivindicar aumentos salariais de 90 euros para todos os trabalhadores em 2022 e a fixação do salário mínimo nacional nos 850 euros, segundo a proposta de política de rendimentos aprovada esta semana. Por seu lado, a UGT vai aprovar a sua política reivindicativa para 2022 no dia 16 de setembro, numa reunião do seu Secretariado Nacional. No ano passado,

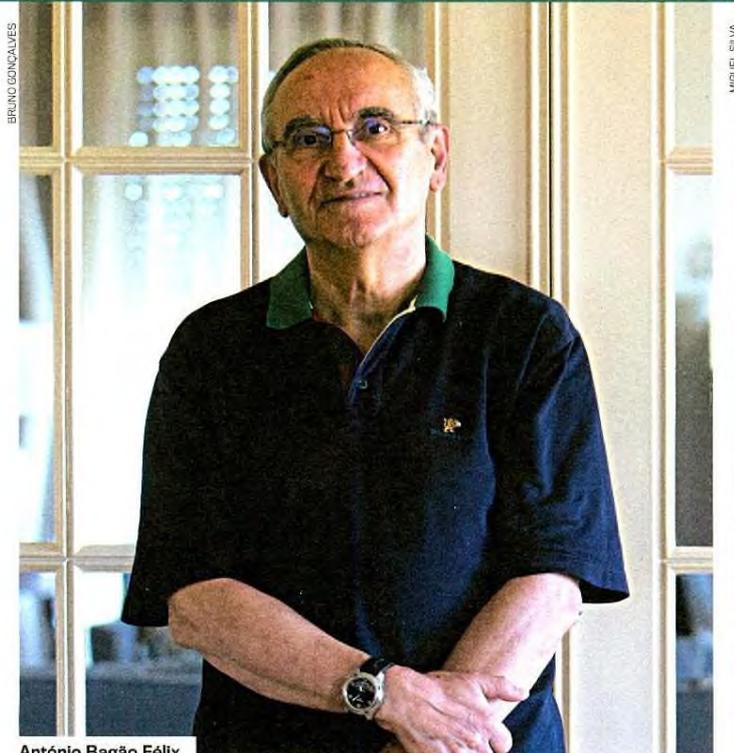
pediu aumentos salariais entre 1,5% e 3%, com um aumento mínimo de 35 euros.

O Nascido do SOL falou com vários economistas – João César das Neves, António Bagão Félix e Eugénio Rosa – para saber o que esperam do documento e a sua opinião sobre algumas das medidas já anunciadas. Quanto à aprovação do Orçamento não têm dúvidas: acreditam que vá receber luz verde.

**Bagão Félix
'Ora agora ballas tu,
ora agora bailo eu'**

António Bagão Félix não está à espera de grandes surpresas e diz mesmo que o documento será «mais do mesmo». E explica o porquê: «Por necessidade da sua aprovação à esquerda, haverá a supremacia do 'retalho' sobre uma visão global, coerente e estratégica de política orçamental».

Quanto às medidas que têm vindo a ser anunciadas, como as alterações dos escalões de IRS ou as creches gratuitas, não hesita. «Até à votação assistiremos a encenados 'movimentos musicais', começando em andamento gravíssimo, depois passando para andante moderado, e acabando em fingido *allegro ma non troppo*, com o maestro António Costa a escolher entre o PCP e o BE, e



António Bagão Félix



João César das Neves

com o PAN a, em caso de necessidade, ser chamado para reforçar o coro. E a pauta orçamental vai sendo escrita ou modificada em função do momento, com 'improvisos' já preparados. Tudo com a batuta da bazuca...», refere ao *Nascer do SOL*.

Face a esse cenário não tem dúvidas que o documento seja aprovado. «O Orçamento do Estado vai ser aprovado, com mais ou menos cedências às muletas do Governo, em jeito de vira 'ora agora bailas tu, ora agora bailo eu'. O Presidente da República subscreve e promulga».

O economista lamenta que o Governo não vá mais além, quer no plano fiscal, «onde se passam os anos e o socialismo tributário vem batendo recordes», quer no plano da despesa, «onde o Estado emprega cada vez mais pessoal – mesmo onde há menos necessidade, como no ensino básico, por haver menos crianças. É a rotunda do despesismo socialista, rigidificando cada vez mais os futuros Orçamentos. Com cerca de 750 mil funcionários públicos, a que acrescem as respetivas famílias, não andaremos longe de dois milhões de eleitores. António Costa não

quererá deixar fugir o seu 'bunker' eleitoral».

A solução para as famílias passaria, de acordo com Bagão Félix, pela eliminação de sobretaxas, racionalização de tributos «que, sorrateiramente, nascem como cogumelos», racionalização de algumas prestações sociais que se entrecruzam desordenadamente, mais liberdade de escolha. «Sobretudo, o lançamento, ainda que obviamente gradualista, de uma verdadeira reforma fiscal que rompa com a qualificação de pessoas e famílias de rendimentos muito medianos em sujeitos 'fiscalmente ricos'».

Já para as empresas defende menos assistencialismo público, mais incentivos laborais à produtividade, e uma aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) mais focado no futuro das entidades produtivas.

César das Neves 'As despesas sociais são dirigidas a lobbies poderosos'

João César das Neves garante que «este Governo habituou-nos a um estilo particular de Orçamento, que deve manter ainda

desta vez. Vai tentar descer o défice através de subida de impostos e cortes em despesas de investimento e funcionamento, dizendo depois que foi um sucesso e que melhorou em tudo», refere ao *Nascer do SOL*.

O economista não se mostra surpreendido com o caminho que está a ser levado a cabo por parte de António Costa ao anunciar medidas que piscam o olho aos partidos de esquerda, nomeadamente em matéria social, ao lembrar que tem sido esta a linha política habitual. «O Governo optou por alinhar à esquerda e esse apoio parlamentar sente-se mais em época de orçamento. O Governo tentará dizer que vai dar muitas coisas para conseguir os votos e depois, com cativações e afins, fazer o mínimo do que diz prometer. Claro que este *bluff*, precisamente por ser sucessivamente repetido, é cada vez mais difícil de manter», acrescenta.

Mas apesar do economista reconhecer que o Governo «não esteve mal» em termos gerais na pandemia, conseguindo acorrer às grandes necessidades, a grande crítica que lembra, que já vem de antes da epidemia, «é o esque-

cimento dos mais pobres, que não tendo voz, não são agente político e mediático». E acrescenta: «As despesas sociais são dirigidas a lobbies poderosos, com voz na esquerda, que em geral, não sendo ricos, também não são os mais pobres».

Para César das Neves, «o mais desejável seria atender às muitas pessoas, classes e setores que foram mais afetadas pela covid, que perderam empregos e negócios, passam grande miséria e, não gozando da atenção mediática, passam despercebidas. O caso dos trabalhadores imigrantes que a pandemia destapou é um caso paradigmático, pois foram descobertos com grande surpresa apesar de existirem há décadas. Há vários outros grupos igualmente ignorados politicamente. Mas um Governo tão bem oleado em termos mediáticos, liga aos pobres que protestam e têm voz em partidos e jornais, nunca a esses grupos».

Em relação às empresas, o economista reconhece que têm sido as grandes esquecidas dos Orçamentos, como serão do futuro pacote europeu. «O Governo vê as empresas principalmente como fonte de receitas fiscais.

Vai continuar a fazê-lo, como se vê no PRR», salienta.

Ainda assim, não vê o risco de o documento não ser aprovado e com isso criar uma crise política. «Penso que ninguém quer isso», conclui.

Eugénio Rosa 'Parecem ser mais medidas motivadas por preocupações eleitoralistas'

«Desconheço as verdadeiras intenções do Governo. Mas o que era necessário era mais justiça social e fiscal; mais investimento público para incentivar o investimento privado e promover a recuperação económica; dotar os serviços públicos – nomeadamente, o SNS dos recursos que necessita para satisfazer com qualidade os portugueses – e não esquecer os trabalhadores da Função Pública, cujos direitos e interesses, nomeadamente remunerações e carreiras têm sido sistematicamente ignorado pelos sucessivos Governos». Estas são algumas das 'exigências' de Eugénio Rosa e que, no seu entender; deveriam estar contempladas no próximo Orçamento do Estado. >



Economia

➤ Ainda assim, reconhece que todas as medidas que tenham como objetivo trazer uma maior justiça social, incluindo a justiça fiscal, são bem vindas e considera que este é um caminho para chegar a um acordo com os partidos de esquerda. No entanto, lembra que há alguns problemas que não podem ficar esquecidos.

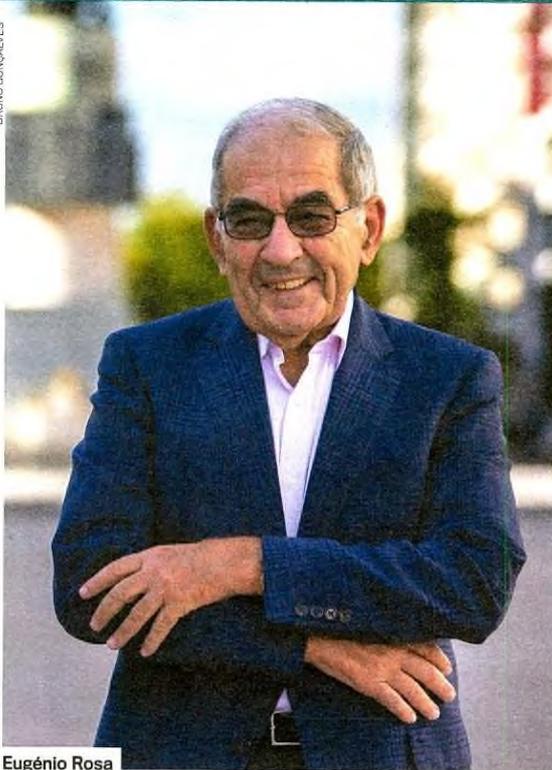
Um deles diz respeito à dimensão das medidas anunciadas, nomeadamente as alterações dos escalões de IRS. «É preciso saber o número de portugueses que vão ser abrangidos e o valor da redução da carga fiscal», acrescentando que «se o efeito for reduzido, o anúncio destas medidas terá efeitos apenas propagandísticos e quando analisadas poderão causar uma elevada frustração».

A outra questão está relacionada com o *timing* de implementação ao lembrar que muitas vezes são anunciadas para serem realizadas no próximo ano e depois levam anos a serem concretizadas ou então são sucessivamente adiadas. «Isto vem a propósito da criação de 10 mil lugares em creches, dos dois mil alojamentos para os mais desprotegidos, etc.».

E os alertas não ficam por aqui. O economista diz ainda que é preciso ter em conta a exclusão de medidas importantes e dá exemplos. «Lembro-me que a taxa do escalão mais baixo do IRS (até 7.112 euros de rendimento coletável) sofreu um aumento de 30,9% em 2013 com Vítor Gaspar, pois passou de 11% para 14,5%, enquanto a taxa do escalão mais elevado foi aumentada em apenas 5,3%, o que determinou que o IRS pago pelo escalão mais baixo tenha aumentado, entre 2012 e 2013, de 67 milhões para 250,5 milhões de euros». Um exemplo que, segundo Eugénio Rosa, continuam a ser ignoradas, embora se fale muito de justiça fiscal. «Só depois de se conhecer a proposta concreta do Governo é que se poderá fazer uma avaliação correta», diz ao *Nascer do SOL*.

O economista não hesita ao garantir que «parecem ser mais medidas motivadas por preocupações eleitoralistas». Mas lembra que a aprovação do documento vai depender muito, não da manifestação de disponibilidade para debater com os partidos da esquerda ou do OE, mas principalmente da capacidade do Go-

BRUNO GONCALVES



Eugénio Rosa

verno em aceitar e implementar medidas de uma maior justiça social e fiscal, de reforço dos serviços públicos em trabalhadores e na sua valorização, em medidas efetivas para promover a recuperação económica e os rendimentos dos portugueses e das empresas, etc.

«Mais que palavras, precisamos de atos e resultados visíveis. É minha convicção que o Orçamento do Estado para 2022 será aprovado pelos partidos de esquerda – assim o desejo – até porque o Governo tem uma maior capacidade de gestão que é dada pelos fundos do PRR e do QFP 2030, (cerca de 46.000 milhões) sendo, por isso, mais fácil acomodar mais medidas. Mas é pre-

‘Só sabemos das novidades pelo primeiro-ministro, o que é extraordinário, mas isso acontece por estamos em período de eleições’

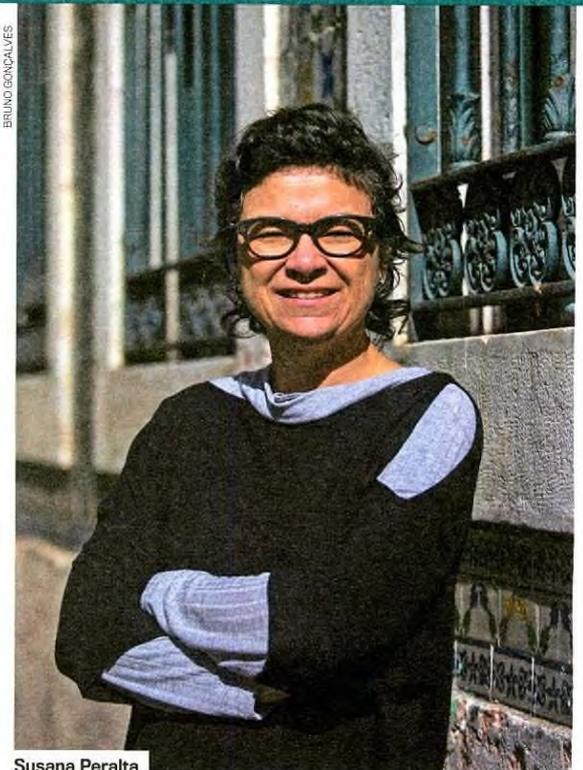
ciso que assim o queira e revele capacidade e vontade política para o fazer».

E a solução passa, segundo Eugénio Rosa, por apostar em medidas que ajudem as famílias a recuperarem os seus rendimentos e as empresas a incrementarem as suas vendas, uma vez que, defende os efeitos da crise ainda não passaram. «Isso só é possível se o Governo multiplicar o investimento público para dinamizar o investimento privado».

Susana Peralta
‘Ainda não percebemos como é que as medidas vão funcionar’

Para Susana Peralta não há dúvidas, o desdobraimento de alguns escalões de IRS «é uma medida para atrair os partidos de esquerda porque tanto o PCP, como o BE e o PAN têm essas reivindicações nos seus programas», diz ao *Nascer do SOL*. Mas quando questionada se é exequível, a economista garante que ainda não é perceptível, porque ainda não sabe como vai funcionar. «Ainda não percebemos como é que vai funcionar, mas admito que sim, porque se há

BRUNO GONCALVES



Susana Peralta

coisas que eles sabem fazer no Terreiro do Paço são contas».

No entanto, lamenta o ‘secretismo’ à volta da medida. «Os escalões que estão a ser debatidos pelo primeiro-ministro têm uma taxa efetiva de tributação do terceiro escalão que varia entre 4 e 5,5% e o sexto escalão varia entre 17 e 23%. O que é que isto? Nem eu, nem ninguém sabe. Andamos a discutir nada porque o primeiro-ministro diz que vamos rachar estes dois escalões, mas onde é que os vai rachar? Que alterações é que vai fazer nas taxas marginais e quanto é que prevê – porque tem a obrigação de nos trazer esses números se realmente quer estimular e provocar um debate em torno desta política – que isto diminui na taxa efetiva de tributação – que é como quem diz em quanto em média é que vai pôr no bolso das pessoas que são abrangidas pela medida».

Mas Susana Peralta dá mais exemplos. Um deles diz respeito às creches. «O que são 10 mil lugares em creches? Quantas crianças é que estão sem lugar? Quantas famílias é que estão a pagar mais? Não sei se é muito ou pouco. Nem tenho de saber.

O Governo é que tem a obrigação de pôr estes números em cima da mesa para termos um debate informado».

A economista crítica ainda o facto de só saber das medidas por António Costa. «Acho isso extraordinário. Só sabemos das novidades pelo primeiro-ministro e com alguma frequência para testar os partidos da esquerda à direita e à própria opinião pública. Aliás, esses anúncios geralmente não são necessariamente feitos pelo primeiro-ministro, mas como estamos numa situação pré-eleitoral temos o primeiro-ministro uma vez por semana a arranjar um palco para divulgar medidas».

A solução, de acordo com a responsável, passaria por o Governo apresentar propostas concretas e dizer «quanto é que vai rachar os escalões e que isso vai dar mais x de rendimento disponível para as pessoas que têm rendimento y. A partir daí, sabemos o que estamos a falar. O mais provável é que a medida vão ser *peanuts* e vão dar 10 ou 20 euros a mais por mês, como vimos nos últimos anos com os aumentos das pensões e dos complementos».



PSP apresenta queixa contra juiz

Joana Faustino

joana.faustino@nascerdosol.pt

Rui Fonseca e Castro, que já em março tinha desafiado o diretor nacional da PSP para um combate de artes marciais, exaltou-se junto ao Conselho Superior de Magistratura, o que levou a autoridade a apresentar queixa.

A PSP apresentou nesta quarta-feira queixa contra o juiz negacionista Rui Fonseca e Castro por este ter, um dia antes, desrespeitado os agentes da autoridade que faziam o policiamento da manifestação de apoio ao arguido junto ao Conselho Superior de Magistratura (CSM).

Quando chegou ao local onde irá saber, daqui a meses, o desfecho do processo disciplinar em que está suspenso preventivamente das suas funções por incitar ao incumprimento de medidas contra a covid-19 e exigir a um procurador e a um funcionário judicial que não usassem



Juiz foi direito aos agentes da autoridade

máscara na sala de audiência, Rui Fonseca e Castro foi acalmado pelos seus apoiantes após mostrar alguma agitação na sequência de lhe ter sido pedido para usar máscara para entrar no CSM.

Depois de dirigir duras palavras aos agentes da autoridade, que não lhe responderam, Fonseca e Castro repetiu várias vezes

de dedo em riste para os agentes: «Não me toque, ponha-se no seu lugar, eu sou a autoridade judiciária aqui». De seguida, o juiz disse as mesmas palavras a outro agente, obtendo deste resposta: «O senhor também de se por no seu lugar». Cada vez mais exaltado, o magistrado ripostou: «Eu ponho-me no meu lugar e o meu lugar é este, acima de si,

está a perceber? O senhor está abaixo de mim».

Em face deste comportamento do magistrado, a Associação Sindical de Juizes Portugueses (ASJP) afirmou em comunicado que «**estranha e repudia o comportamento de desafio ostensivo e gratuito às forças de autoridade (...) adotado por um juiz visado num processo discipli-**

nar», acrescentando ainda que «**tal comportamento não se adequa aos princípios afirmados no Compromisso Ético dos Juizes Portugueses nem contribui para a confiança dos cidadãos na Justiça**».

Já a PSP explicitou em comunicado que, «**devido aos comportamentos do juiz Rui Fonseca e Castro, aquando da sua interação com os polícias que ali se encontravam de serviço, a cumprir a sua missão, a PSP participará, ainda hoje [quarta-feira], às entidades judiciárias competentes os factos ocorridos**».

A força de autoridade referiu ainda no mesmo comunicado que «**os comportamentos verificados tiveram o aparente objetivo de provocar os polícias em serviço, que, no entanto, mantiveram uma postura profissional, calma e serena, própria de quem está ciente da sua missão, o que se salienta e enaltece**».

Já em março, Fonseca e Castro tinha desafiado o diretor nacional da Polícia de Segurança Pública, Magina da Silva, para um combate de artes marciais.



Opinião

A (de) formação de um país!

Numa altura em que tanto se fala em formação ao longo da vida e na importância que a mesma tem para a (re)qualificação dos recursos humanos – o que é amplamente referido no Plano de Recuperação e Resiliência – surgem notícias, veiculadas por órgãos de comunicação social, que informam que um grande número de empresas, não só não está a cumprir com as suas obrigações legais ao nível da formação profissional (40 horas anuais de formação por trabalhador), como também não é penalizada por tal comportamento, não pagando as coimas que estão associadas a esse incumprimento, que têm por base uma contraordenação grave e que devem ser aferidas consoante o volume de negócios da empresa.

Ora, a ser verdade que a ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho) tem recebido inúmeras denúncias anónimas que atestam esta realidade, não caberá ao Estado cumprir, de forma mais efetiva, com a sua função de fiscalização e controlo nesta matéria? Note-se que o poder legislativo de nada ou pouco serve, se os poderes executivo e judiciário não forem efetivos na sua aplicação.

Mas, na verdade, esta é apenas a ponta do *iceberg*, pois as organizações não podem nem devem escurar-se nesta falta de capacidade da tutela, mas sim chamar até si as suas responsabilidades sociais, que passam, acima de tudo, pela sustentabilidade dos seus ativos, a qual só é garantida se os mesmos acompanharem a evolução do mercado, ao nível das competências requeridas e antecipadas, numa lógica de *reskilling* e *upskilling*. Se assim não for, como poderão as nossas organizações ser competitivas, sobretudo numa era em que algumas das palavras mais usadas são revolução digital, *Big Data*, *Machine Learning* ou *Inteligência Artificial*? O que resolverá um Plano de Recuperação e Resiliência, se os nossos empresários não forem sensíveis a esta questão?

Adicionalmente, se o Estado e as organizações têm aqui um papel vital, cada indivíduo, na qualidade de cidadão e trabalhador (ou, pelo menos, de ativo), também o terá, pois



CARLA MAGALHÃES*

deve preocupar-se com a sua própria qualificação e formação ao longo da vida, dado que, à velocidade que o mercado evolui, muito em breve, quem não perceber que a aquisição de competências e de conhecimentos deve ser contínua e sustentada, deixará de ser parte integrante de um mercado de trabalho que se pretende resiliente, proativo, adaptativo e, acima de tudo, sustentável.

Se assim não for, como esperar que os fundos europeus cheguem mesmo ao fundo da questão e

Se não valorizarmos e apostarmos na formação ao longo da vida, como podemos evitar a deformação de um país que precisa urgentemente de recuperar, crescer, inovar e reinventar-se em muitos setores e contextos?

não fiquem pela superfície? Se não valorizarmos e apostarmos na formação ao longo da vida, como podemos evitar a deformação de um país que precisa urgentemente de recuperar, crescer, inovar e reinventar-se em muitos setores e contextos? A formação não é a resposta para todos os problemas, mas certamente que faz parte da solução!

*Directora da Licenciatura em Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos da Universidade Lusófona do Porto e Diretora da Unidade de Formação Avançada ao Longo da Vida – LUFVAV/ULP

**PRESIDÊNCIA****Marcelo
promulga
subsídio**

Marcelo Rebelo de Sousa promulgou na quinta-feira o diploma do Governo que aumenta para 100 euros o subsídio de risco das forças de segurança. No *site* da Presidência da República, o chefe de Estado explica que promulga o documento **«apesar de ser aquém das expectativas das posições sindicais, na medida em que corresponde a um ponto de partida que melhora a situação pré-existente, num domínio em que são antigas e justas as reivindicações das Forças de Segurança»**. Os sindicatos têm vindo a manifestar-se por um aumento do apoio, que estava nos 32 euros, e adizem que o valor agora atribuído não é suficiente.



ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

Miguel Maya, presidente da comissão executiva do BCP

BCP faz despedimento colectivo, seis sindicatos avançam para greve

Rosa Soares

Banco vai despedir 62 trabalhadores que não aceitaram sair por acordo, foi confirmado após reunião com sindicatos

É oficial. O BCP anunciou internamente que vai avançar para o despedimento colectivo de 62 trabalhadores. A comunicação surgiu ontem, depois de seis, dos sete sindicatos do sector bancário, terem anunciado que vão avançar para uma greve conjunta no BCP, “face à posição intransigente assumida pelo banco”.

O número de trabalhadores a incluir no despedimento colectivo, anunciado pelo banco, fica abaixo do que antecipavam os sindicatos, que ascendia a cerca de 80.

Em comunicado, divulgado após uma reunião com a comissão executiva do BCP liderada por Miguel Maya, o SNQTB, o Mais Sindicato, o SBN, o SIB, o SBC e o SinTA adiantam que “não resta outra alternativa que não seja a greve”. “Confrontados com um processo de uma dimensão nunca vista em Portugal, apesar de todos os esforços e de tudo ter sido tentado para evitar este desfecho, os seis sindicatos decidiram avançar para uma greve conjunta no BCP em data a anunciar na próxima semana.”

As estruturas sindicais, que contam ainda com a solidariedade do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo CGD (CGD), uma união sem precedentes na história sindical do sector, já antecipavam o desfecho da reunião de ontem, uma vez que o pré-aviso da greve, que pretendem que seja realizada ainda este mês, já tinha sido entregue.

Segundo apurou o PÚBLICO, a posição da comissão executiva do BCP na reunião com as estruturas sindicais foi a mesma que teve na reunião com a comissão de trabalhadores do banco, realizada durante a manhã de ontem. Ou seja, levar o plano de redução do número de trabalhadores até ao número fixado.

O BCP tem em curso um plano de redução de entre 800 e mil trabalhadores através de rescisões por mútuo acordo e reformas, propostas que não foram aceites por menos de uma centena de trabalhadores que o banco pretende despedir, uma prática pouco habitual no sector.

Os bancos a operar em Portugal tinham no final de 2020 menos 2066 trabalhadores e 655 balcões do que em 2019, atingindo no ano passado o menor número de funcionários, pelo menos, desde 1992, revelam dados do Banco de Portugal.

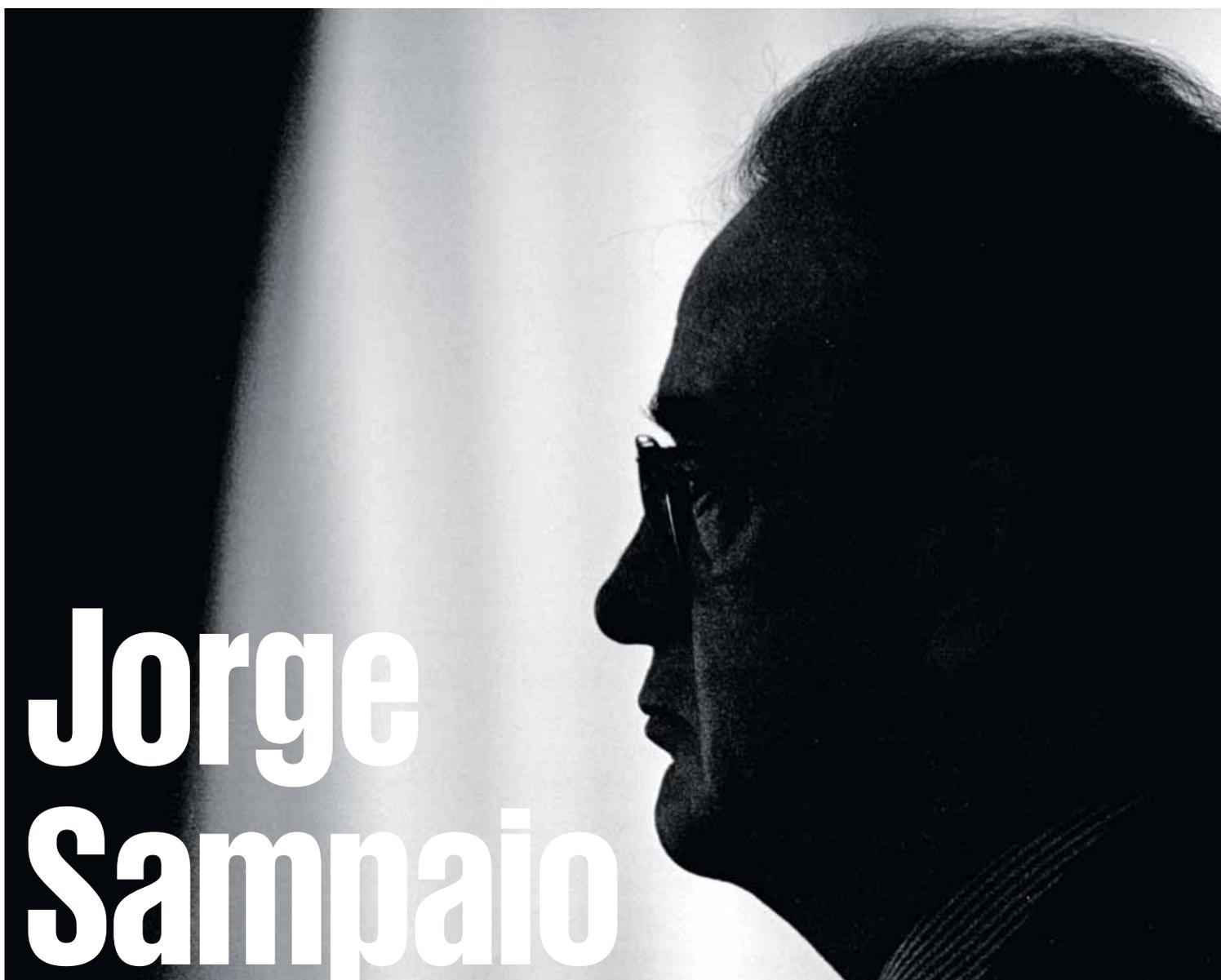
Próximo é o Santander

Para além do BCP, o Santander tem em curso um plano de redução do número de trabalhadores, e também a possibilidade de avançar para um despedimento colectivo. Para tentarem travar o processo, os seis sindicatos vão reunir-se com a administração do Santander na quarta-feira.

Em cima da mesa, os seis sindicatos também têm a possibilidade de avançar para uma greve conjunta, se o banco persistir em despedir, segundo as últimas informações, pouco mais de 200 trabalhadores. O pré-aviso de greve para esta instituição já avançou. O processo de redução em curso no banco toca 685 trabalhadores. Mais de 550 já aceitaram as rescisões por mútuo acordo ou reforma.



Destaque Jorge Sampaio (1939-2021)



Jorge Sampaio

Um compositor de interesses

A década na Presidência não foi um caminho de rosas. Dois primeiros-ministros abandonaram o Governo, houve uma sucessão atípica à frente do executivo e ocorreu a dissolução do Parlamento com uma maioria desgastada por dentro

Obituário

Nuno Ribeiro

Na manhã de 16 de Junho de 1997, o jornalista Iñaki Gabilondo vive uma experiência inesquecível. *Pivot* do magazine *Hoy por Hoy*, da Cadena SER, Gabilondo está em Lisboa a um ano da inauguração da Expo para entrevistas e reportagens. A conversa com o Presidente da República é na sua residência particular. À hora aprazada, toca à porta de um rés-do-chão da Rua Padre António Vieira. Estranhou a ausência da parafernália de



MIGUEL MADEIRA

surpreendeu-nos em Belém.”

“Era um *gentleman*, beijava a mão às senhoras com uma elegância natural, não dizia palavrões. Só muito irritado lhe saía uma palavra mais forte, e pedia, de imediato, desculpa”, diz Jorge Santos, colega na faculdade, sócio de escritório, e tio materno de António Costa. “Era muito bom advogado. Quando tinha de litigar, era um osso muito duro de roer, mas sempre teve um enorme talento negocial, porque é um compositor de interesses.”

Em dez anos de trabalho em Belém com Sampaio, o assessor cultural refere-se a este conciliar de pontos de vista. “Era um homem laborioso a criar redes, contactos, a estabelecer solidariedades. Ouve muito, porque gosta de ter a informação toda. Pondera e demora demasiado tempo face aos resultados, mas, quando se sente posto em causa, pessoal ou institucionalmente, acelera. Deixa-se chegar a um beco sem saída, mas depois dá o salto”, diz. Daí que a resolução pareça abrupta, após um tempo de espera a que foi atribuído o significado de indecisão.

“A dissolução do Parlamento [anunciada em 30 de Novembro de 2004 no Governo de Santana Lopes] faz com que Sampaio fique indissociavelmente ligado à primeira grande interpretação do regime presidencialista português após a revisão constitucional de 1982. Isto é tão interessante, porquanto já se colocava Portugal num regime fundamentalmente parlamentar”, observa o politólogo António Costa Pinto.

“Sampaio foi um presidente com uma intervenção diferente da dos outros, mais explícita, sem disfarces, mas elegantemente intervencionista”, refere António Bagão Félix, ministro das Finanças do XVI Governo Constitucional de Santana. “Globalmente, a sua acção como Presidente foi boa. Inteligente, elegante”, insiste.

“Sampaio chega à Presidência sem tentações de intervenção no seu partido, porque sabe que o seu peso político no PS não é importante. Ironicamente, quando deu posse a Santana, acabou por ser responsável pelo fim da componente sampaísta entre os socialistas, com a demissão de Ferro Rodrigues de secretário-geral, o que não deixa de ser uma ironia”, comenta Costa Pinto.

“Não fica para a história como Presidente”

“Como Presidente, Sampaio foi indiferente. Tivemos dois que marcaram – Ramalho Eanes e Mário Soares – e outros dois que passaram pelo cargo – Sampaio e Cavaco Silva”, contesta o sociólogo António Barreto. “Teve um

Estado de saúde agravou-se

O Presidente da República entre 1996 e 2006, Jorge Sampaio, morreu ontem no Hospital de Santa Cruz, em Carnaxide. O seu estado de saúde agravou-se nas últimas semanas, depois de ter sido internado a 27 de Agosto, nos cuidados intensivos daquele hospital, por insuficiência respiratória, ficando “em observação/vigilância médica”.

O sucessor de Mário Soares no Palácio de Belém começou por ser internado no Algarve, onde estava de férias, mas dado o seu histórico clínico de doenças cardíacas e respiratórias, acabou por ser transferido de helicóptero para Carnaxide.

Nos dias que se seguiram, continuou internado e estável, “sem alterações significativas”, piorando entretanto.

A 26 de Agosto, um dia antes do episódio que o levou ao hospital, Jorge Sampaio escreveu um artigo para o PÚBLICO na sequência da situação no Afeganistão, no qual anunciava que está a ser “preparado um programa de emergência de bolsas de estudo e de oportunidades académicas para jovens afegãos”, à semelhança dos que já existem para estudantes sírios, libaneses e outros.

“Apelo a todos parceiros da Plataforma para que colaborem sempre mais connosco. Façamos uma vez mais prova de que sabemos estar à altura das nossas responsabilidades”, escreveu o presidente da Plataforma Global para os Estudantes Sírios, fundada em 2013.

episódio importante, Timor. Demitiu Santana numa situação estranha, atirou-se a Ferro Rodrigues numa situação estranha, foi buscar José Sócrates numa situação estranha”, enumera criticamente. “Sampaio não fica para a história como Presidente, fica na história como um homem afável. De todos os presidentes, o que fica na história é Eanes, pois garantiu a Constituição, as eleições, o regresso das tropas aos quartéis e fez a pacificação militar”, remata.

“Sampaio foi um elemento de transição entre duas épocas. Passámos de um Estado soberano, socialista e nacionalizador para um Estado integrado numa moeda

comum e sujeito às regras comuns”, diz Joaquim Aguiar, assessor de Eanes e de Soares. “O que Sampaio escondeu foi o que Cavaco sabia. Continuou a falar dos mesmos temas como se não houvesse contradições. Teve uma Presidência sem anticorpos, sem adversários, exerceu as funções presidenciais com diplomacia, mas não esteve activo como Presidente. Não provocou, mas não resolveu”, continua. “Passou dois mandatos a argumentar que não tinha nada que ver com o que estava a acontecer. Foi indeciso e informe – por isso, dependia dos amigos. Para se ser Presidente da República é preciso ter o instinto da solidão, o que passa por ter uma forma definida.”

Os retratos demolidores de Barreto e Aguiar não são partilhados por Luís Marques Mendes, líder parlamentar na presidência do PSD de Marcelo Rebelo de Sousa. “Com Sampaio há um desfasamento enorme entre a imagem de hesitante, cinzento, cheio de dúvidas, de não ser um homem decidido e determinado, com o teor do mandato que destruiu essa imagem”, assinala.

“Sampaio é talvez o primeiro a exercer a presidência num período de normalidade institucional, de um regime completamente europeu e ocidental, mas tem o mandato mais difícil. Teve de lidar com os dois governos minoritários de António Guterres, teve dois primeiros-ministros que abandonaram funções antes do fim do mandato – Guterres e Durão Barroso –, tem uma situação única com a sucessão de Barroso por Santana e o caso da Casa Pia, um problema judicial com dimensão política, porque tocou a *nomenklatura* do PS”, descreve.

“Ultrapassou todas as armadilhas”

Os anos de Sampaio em Belém não foram para o ex-dirigente do PSD um caminho de rosas. “Teve de tomar decisões difíceis. Nomear Santana e seis meses depois dissolver o Parlamento, mas ele correu esse risco; o país compreendeu-o sempre”, recorda. “Evitou três ou quatro crises com os referendos do aborto, da regionalização, da revisão constitucional, e com a lei das finanças locais”, enumera. E conclui: “Sampaio fica na história como um presidente que privilegia muito a ideia de estabilidade. É esta a sua imagem mais marcante. Não foi por acaso que o primeiro Governo minoritário de Guterres chegou ao fim do mandato, o que é um caso único.”

Eduardo Ferro Rodrigues, antigo líder do PS, corrobora a ideia de algumas dificuldades apontadas por

Marques Mendes. “Teve dois problemas: o primeiro com o Governo Guterres, o segundo com a saída de Barroso para a Europa.” Já o historiador José Manuel Tengarrinha, que conheceu Sampaio como candidato por Lisboa pela CDE [Comissão Democrática Eleitoral] nas eleições de 1969, é peremptório: “Foi o Presidente de esquerda para governar à esquerda, ultrapassando todas as armadilhas, foi um excelente Presidente.”

Uma das questões que abalaram a sociedade portuguesa no segundo mandato de Sampaio foi o caso da Casa Pia, a investigação de abuso de menores ao cuidado da instituição. “O Presidente não cedeu às pressões dos seus [do PS], o que não deve ter sido fácil”, admite Bagão Félix. “Era ministro do Trabalho e da Segurança Social e recordo-me, na véspera de Natal de 2003, de um jantar com o Presidente da República na Casa Pia, de solidariedade com as políticas sociais da instituição”, refere.

De Belém não saiu qualquer palavra ou gesto em relação ao socialista Paulo Pedrosa durante a sua prisão no âmbito do processo da Casa Pia. Pedrosa seria libertado em 2006 livre de acusação.

“Zulus” travaram diplomacia

Nos dez anos em Belém, compondo interesses, Sampaio recorreu aos instrumentos de uma actividade que admira. “Sampaio gostava de ter sido diplomata”, destaca o ex-ministro João Cravinho, correligionário e amigo de décadas. Por um misto de influências: “Interessava-lhe a compreensão da visão internacional. Na sua família houve um ministro dos Negócios Estrangeiros – o avô almirante Fernando Augusto Branco foi por três vezes chefe da diplomacia no tempo da Ditadura Nacional entre 1930 e 1932; e por, como advogado, ser um bom negociador”, prossegue. E também por estilo. A elegância que sempre se associa ao exercício da diplomacia.

Esta ambição esteve prestes a ser cumprida. “Em princípios de Maio de 1974, por sugestão de Soares, o general António de Spínola [chefe da Junta de Salvação Nacional indicada pelo Movimento das Forças Armadas após a Revolução do 25 de Abril] convida-me a mim e a Sampaio para explicarmos nas Nações Unidas a posição portuguesa sobre a questão colonial”, recorda Cravinho.

“A ala radical do MES [Movimento de Esquerda Socialista, fundado, entre outros, por Sampaio], os ‘zulus’, assim chamados, porque andavam de tronco nu devido

segurança, mas é com enorme surpresa que constata que quem lhe abre a porta é Jorge Sampaio. Um dos mais reputados comunicadores de Espanha vai recordar durante anos o episódio: o Presidente abriu-lhe a porta.

“Era muito agradável trabalhar com Jorge Sampaio, havia momentos de grande delicadeza. Quando se preparava para debates eleitorais, deitava-se no chão a ouvir música. Beethoven era o seu compositor, Karajan o seu maestro”, revela José Manuel dos Santos, assessor cultural do Presidente. Esta não foi a única surpresa. “Um antigo líder estudantil [da crise académica de 1962] que beija a mão às senhoras



Destaque Jorge Sampaio (1939-2021)

ao calor, não aceitaram”, conclui.

António Barreto, horas antes chegado a Lisboa do exílio de Genebra, é convidado pelo historiador César de Oliveira a assistir a esta reunião na sede da Avenida Dom Carlos I. “Sampaio foi proposto como embaixador de Portugal na ONU, mas pôs como condição ter o apoio do MES e ser acompanhado por uma equipa, com João Cravinho, Medeiros Ferreira, Manuel Lucena e eu próprio”, recorda. O objectivo era negociar com os movimentos de libertação, mas as bases do MES, já em radicalização, não aceitaram. Sampaio, embora desde sempre “muito fascinado pela importância dos cargos internacionais”, como salienta Ferro, não foi para Nova Iorque.

Pezarat Correia, oficial do MFA, revela que, ainda assim, o jovem advogado integrou a delegação “do Portugal novo à ONU”. Em Março de 1975, Sampaio é nomeado secretário de Estado da Cooperação Externa, no IV Governo Provisório, sendo Melo Antunes ministro dos Negócios Estrangeiros.

“Insistiu em pôr Timor na agenda”

Nos seus mandatos presidenciais, houve dois momentos em que a política internacional se cruzou com ele: Timor e Macau.

“Sampaio conhecia pessoalmente todos os protagonistas de Timor – apresentou Ramos Horta a Ximenes Belo, e Mário Carrascalão ao bispo Basílio do Nascimento”, relata o seu ex-assessor Carlos Gaspar. “Ele cultivava aqueles conhecimentos, como também o fez com o secretário-geral da ONU Kofi Annan e com Ian Martin, responsável pela missão das Nações Unidas”, prossegue. “Não havia pedra na calçada nas Nações Unidas e em Timor que Sampaio não conhecesse. Insistiu em pôr Timor na agenda internacional e na da

União Europeia. Teve o vento favorável, ao contrário de Mário Soares”, conclui.

Magalhães e Silva, assessor jurídico e político em Belém, soma à capacidade, quase devoção, diplomática de Sampaio o labor do primeiro-ministro António Guterres e a acção de Ana Gomes, representante diplomática portuguesa na Indonésia. “No agudizar da crise de Timor, em Setembro de 1999, Sampaio convoca pessoalmente, de madrugada, o embaixador dos Estados Unidos em Lisboa, Gerald McGowan, a quem pede que Washington force uma reunião do Conselho de Segurança da ONU para o envio de uma força de manutenção de paz”, exemplifica.

Na transição de Macau, houve que combinar antevisão, diplomacia e firmeza, pois pairava a sombra dos acontecimentos de Hong Kong, a entrada de tropas chinesas naquele território após a cerimónia do arriar da bandeira portuguesa. É bem verdade que Pequim não queria ter a mesma relação com Lisboa que mantinha com Londres a propósito da antiga colónia britânica.

“A luta durou de Setembro de 1998 a Novembro de 1999. Começa em Angra do Heroísmo, nos Açores, na reunião da comissão de ligação Portugal-China em que participei”, recorda Magalhães e Silva. “Pequim queria saber se o Presidente Sampaio ia às cerimónias de transição e, perante os acontecimentos de Hong Kong, a delegação portuguesa insistiu que só iríamos se fôssemos tratados com a dignidade que merecíamos”, destaca. E isso foi conseguido. O Presidente esteve nas cerimónias.

“Era preciso fazer a transição das relações com a China e estas relações tinham de ser construídas também para lá de Macau”, frisa Carlos Gaspar. “Ou seja, a transição de Macau não é o fim da relação entre Portugal e a China, mas Macau deixou de ser o centro”, explica.

“Os chineses quiseram fazer de modo diferente do que tinham feito com a Grã-Bretanha e Hong Kong. Em Macau tudo correu bem até ao momento em que ia ser feita a Fundação Jorge Álvares para a ligação da China-Macau com Portugal”, recorda Joaquim Aguiar. “A fundação teria como curadores os antigos governadores de Macau e substituiria a Fundação Oriente, no que foi interpretado, e temido, como um passo para uma candidatura presidencial de Rocha Vieira.” Ao afirmá-lo, admite que, então, se perflava já, em Lisboa, o segundo mandato de Sampaio.

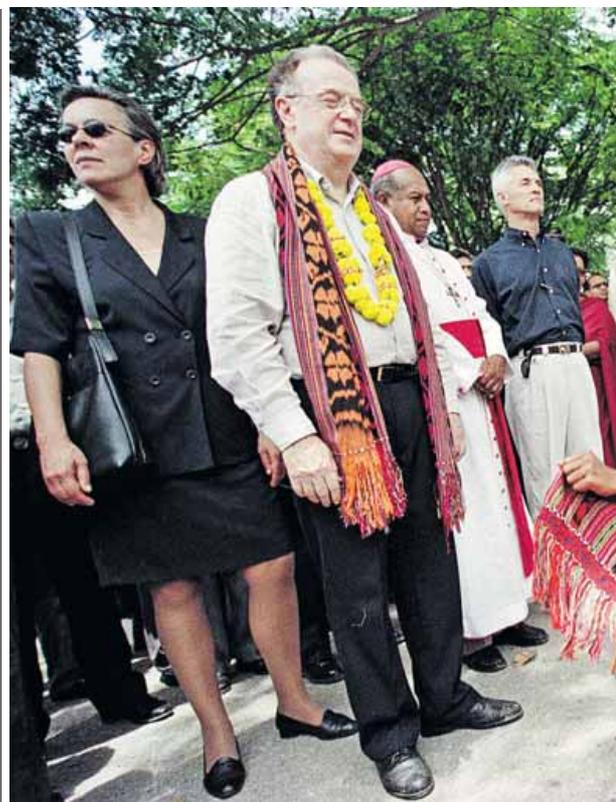
“Furiosamente europeísta”

Após sair de Belém, Jorge Sampaio manteve uma intensa actividade diplomática. Entre 2006 e 2007 foi enviado especial do secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, para a luta contra a tuberculose, tendo recebido em 24 de Junho de 2015 o Prémio Nelson Mandela, instituído pela ONU.

De 2007 a 2013, Sampaio foi alto-representante da ONU para a Aliança das Civilizações, organismo das Nações Unidas criado pelo antigo chefe do Governo espanhol José Luis Rodríguez Zapatero, e o então primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan. As circunstâncias internacionais e a evolução do regime da Turquia acabaram por tornar esta iniciativa um acto falhado.

A situação internacional, e, sobretudo, a cena europeia preocupam Sampaio. “Tornou-se furiosamente europeísta, a Europa passa a ser a sua ideologia”, observa José Manuel dos Santos. “Tem sempre o desejo de ser moderno, de fazer coisas modernas.”

Num longo ensaio sobre a situação no mundo no PÚBLICO, em Novembro de 2016, após a eleição de Trump e do “Brexit”, Sampaio interroga-se: “A nova



Jorge Sampaio com Maria José Ritta de visita a Timor-Leste

Europa dividida num contexto internacional de incertezas. E nós?”

Sobre os ventos que sopram em Washington aconselhava prudência. “A eleição de Donald Trump traz um lote acrescido de imprevisibilidade e de incertezas, sendo plausível um período mais ou menos longo de ajustamentos ou mesmo, digamos, de aprendizagem por ensaio e erro no plano da política externa da nova Administração, com todos os riscos inerentes.”

Os caminhos da Europa merecem-lhe também observações: “A saída anunciada do Reino Unido da União Europeia constitui um

Os anos de Sampaio: tocar piano, praticar boxe, salvar o mundo

Fez quase tudo o que podia fazer em política — foi autarca, governante, deputado, Presidente da República —, menos ser primeiro-ministro. Saiu pela porta grande, a do Palácio de Belém, e depois de deixar os holofotes continuou a dedicar-se a causas, como a da tuberculose, a do combate ao extremismo ou a da emergência académica de jovens em zonas de conflito, na plataforma que criou.

1939

18 de Setembro Nasce na Maternidade Bensaúde, em Lisboa, Jorge Fernando Branco de Sampaio, filho de Arnaldo Sampaio e de Fernanda Bensaúde Branco

26 de Novembro Baptizado na Igreja de S. Sebastião da Pedreira, onde os pais se casaram

1944

9 de Outubro Com cinco anos, é inscrito no Queen Elizabeth's School, colégio privado inglês de Lisboa, sai da casa dos pais de



Sintra e mora com a avó materna, em Campo de Ourique

1947

Setembro Vai com os pais para Baltimore, EUA, onde Arnaldo Sampaio faz o mestrado em saúde pública. O irmão, Daniel, com um ano, fica com a avó. Nos EUA frequenta escola pública, aprende a nadar e jogar boxe, e estuda piano

1948

Mai Volta a Portugal para o exame da 3.ª classe no Queen Elizabeth's e fica com os tios ao

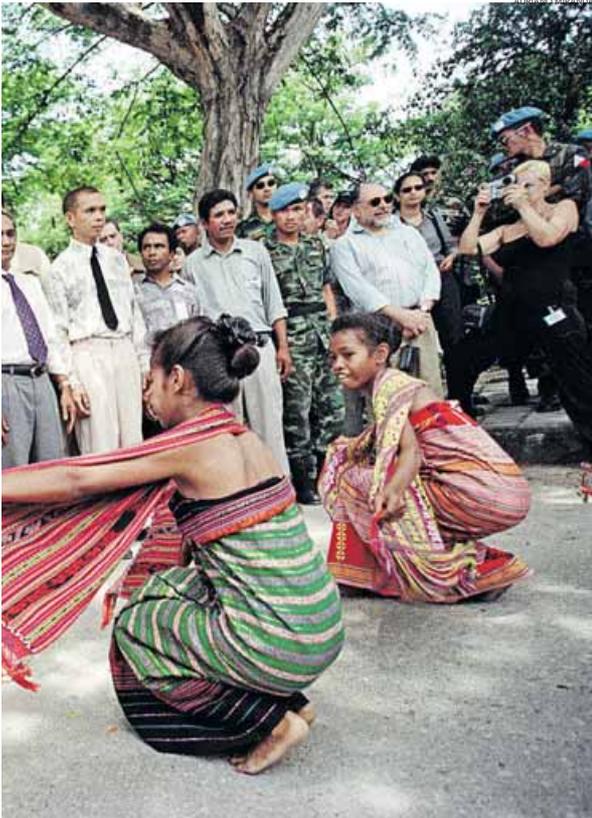
lado da casa da avó

1949 Após o regresso dos pais, faz a 4.ª classe na Escola Primária de São Pedro de Sintra

3 de Outubro Chumba a admissão ao Colégio Militar, entra no Pedro Nunes, onde é apelidado de “cenoura” pelos colegas, volta à casa da avó em Campo de Ourique, indo a Sintra aos fins-de-semana

1952

Verão Passa férias em Londres, onde o pai é bolseiro e



O Presidente imperfeitamente perfeito

Editorial



Manuel Carvalho

O legado de Jorge Sampaio do Portugal do último meio século está longe de ser consensual e esse é um elogio que apenas cabe aos políticos que deixam marcas no tempo em que vivem e actuam. Pode perfeitamente dizer-se que era hesitante, mas foi ele que num gesto de lucidez e impaciência dissolveu a Assembleia da República para derrubar o Governo de Santana Lopes. Pode dizer-se que navegou à vista e foi mais espectador do que actor do seu tempo, mas é necessário recordar Timor ou o fim da presença portuguesa em Macau também à luz dos seus princípios e das suas escolhas. É legítimo assumir que era o representante de uma esquerda à esquerda do PS, mas as suas raízes marxistas nunca o impediram de ser um feroz europeísta ou de, no exercício de funções presidenciais, ficar ao lado de Durão Barroso na sua contestável decisão de deixar o Governo para rumar para Comissão Europeia.

Mesmo que o seu percurso político seja, como o de todos os grandes políticos, marcado por ângulos, rugas, equívocos ou até contradições, no momento em que somos convocados a recordar a sua biografia e o seu tempo há uma faceta que merecerá mais consenso e que enquadra todas as suas facetas: a sua bonomia, simplicidade e afabilidade. Jorge Sampaio era um homem bom, empenhado em causas e convicções, mobilizado por ideias

sem ser sectário, ligado a sensibilidades e fidelidades dentro e fora do partido, sem nunca cultivar o tribalismo – até a sua dissidência do Movimento de Esquerda Socialista (MES) pode ser mais vista como um devaneio conjuntural do que uma tentativa irreversível de cisão. Foi o inspirador, em Lisboa, da solução política que ainda sustenta hoje o Governo, com um abraço do PS à esquerda que transforma os inimigos figadais do PCP em cúmplices. Manteve-se isento no infeliz processo da Casa Pia quando figuras gradas do seu partido foram envolvidas em suspeitas jamais provadas. Era um homem com sentido de dever e sentido de Estado.

Foi também um daqueles rostos incontornáveis para a geração que se politizou no 25 de Abril, assumiu as suas opções nos debates pré-integração europeia ou no duelo Mário Soares-Diogo Freitas do Amaral. Mesmo os que o viam como um político anódino podiam simpatizar com a sua fiabilidade e previsibilidade. Sampaio era, nestes dias de clivagem, incerteza e dramatismo, uma espécie de terceira via sustentada pela bonomia e ponderação. Era de uma esquerda mais extrema na doutrina, mas seguia uma esquerda ecuménica na acção, ora abrindo-se aos católicos antes do 25 de Abril, ora aos comunistas na corrida pela Câmara Municipal de Lisboa. Pode ver-se neste campo aberto de sensibilidades ou indefinição ou pragmatismo interessado. Como se pode acreditar que Sampaio era assim, um homem feliz por fazer pontes.

Na História que se há-de escrever sobre o estertor do salazarismo e do colapso do marcelismo, como sobre o

primeiro meio século do Portugal democrático, Jorge Sampaio não terá o lugar de Mário Soares. Faltava-lhe o rasgo, a convicção e o designio. Não será nem Álvaro Cunhal nem Francisco Sá Carneiro, lídimos representantes das visões plurais com que o país se confrontava, entre a democracia liberal e a ditadura, entre a Europa e o bloco soviético, entre a democracia representativa e a democracia dita popular. Jorge Sampaio será ainda assim uma figura importante por ser transversal, difícil de definir e de catalogar, um “compositor de interesses”, na feliz expressão de Nuno Ribeiro.

Na esquerda dos anos 60 que se afasta dos pergaminhos republicanos em questões sensíveis como o colonialismo, na contradição entre a oposição ao PS que se institucionaliza nos anos 70 e a abertura pragmática que opera na Câmara de Lisboa, ou, já Presidente, nos equilíbrios impossíveis que procura num Governo PSD que se desmorona com a partida de Durão Barroso, que o levam do presidencialismo neutro ao presidencialismo activista, Jorge Sampaio teve sempre esse condão de parecer autêntico.

Quando, já retirado, recebe prémios e lidera organizações em nome dos direitos humanos, ele está afinal a assumir aquela que foi, na essência, a sua verdadeira face: a de um homem bom, de valores, civicamente empenhado na luta sempre incerta em nome de um país melhor e de um mundo melhor. Não foi o político, o Presidente, o líder partidário perfeito, mas foi essa sua imperfeição que lhe deu o rosto humano que, à esquerda ou à direita, fica sempre bem na biografia de um democrata.

ponto de não retorno no projecto europeu.” A reflexão sobre os populismos suscitou polémica na esquerda portuguesa. “São cada vez mais fortes as posições nacionalistas contra a integração europeia, incluindo o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda, na ausência de uma força populista de direita.”

Sampaio e Soares

Esta afirmação contradiz a imagem de prudente compromisso sempre associada a Sampaio, e é mais própria, pela rotundidade, do seu antecessor em Belém. “Sampaio

sucede na presidência a Soares, que saiu na glória total, e consegue afirmar-se, marcar algumas diferenças. Consegue que Soares o respeite, o que era importante para ele”, explica o assessor cultural.

“A relação com Soares é complexa, numa mistura de admiração e desconfiança, até porque há um corte geracional entre os dois”, prossegue José Manuel dos Santos. “Como Presidente, geriu a relação com Soares com muita cautela, não se aproximou excessivamente.” No entanto, em 1986, esteve na comissão política do

investigador da gripe. Assiste a uma sessão da Casa dos Comuns, no primeiro contacto com instituições democráticas

1954

Com 14 anos, estuda o terceiro ciclo no Passos Manuel por não haver área de Direito no Liceu Pedro Nunes

1956

Julho Admissão à Faculdade de Direito com 11 valores e regressa à casa dos pais de Sintra. Participa em reuniões da Juventude Universitária Católica (JUC)

1960

Delegado da Associação de Estudantes de Direito à Reunião Inter-Associações (RIA), após três anos na associação académica

1960/61

No 5.º ano, dirige a Associação de Estudantes numa lista com o PCP, JUC e outros opositores. Termina o curso com 12 valores, estagia com o patrono José Olympio

1962

Na crise académica, quando já não é estudante, é

secretário-geral da RIA, com Nuno Brederode dos Santos, Manuel Lucena, Medeiros Ferreira e Jorge Santos. Passa duas noites em Caxias preso pela PIDE e volta a ser interrogado pela polícia política a 28 de Setembro

Verão Família troca Sintra por Campolide. Vive independente, com o irmão, num apartamento ao lado do dos pais

1962/63

Cria o Movimento Acção Revolucionário, cujo programa é redigido por Lucena, Nuno

Bragança e João Cravinho

1963

Termina o estágio e estreia-se na defesa de presos políticos em 1964, como advogado de Peralta Bação, da revolta de Beja de 1962

1965

Advogado especialista em propriedade industrial

Setembro a Novembro

Bolsa de estudos nos Estados Unidos da América a convite da embaixada

norte-americana em Lisboa

1966

Colabora nas revistas *Tempo* e *o Modo* e *Seara Nova*

8 de Novembro É um dos 118 subscretores de um abaixo-assinado para demitir Salazar, dissolver a Assembleia Nacional e nomear um governo de transição

1967

20 de Março Casa-se com Karin Schmidt Dias, →





Destaque Jorge Sampaio (1939-2021)

Movimento de Apoio Soares à Presidência, quando o rival era Freitas do Amaral.

A experiência de 20 anos de trabalho com os dois homens é sintetizada com engenho pelo antigo colaborador de ambos: “Soares é um pai, Sampaio um irmão; Soares transformava os deveres em prazeres, Sampaio os prazeres em deveres.” Formulação idêntica é a de Carlos Gaspar: “Soares era o prazer da política, com Jorge Sampaio era o dever e a responsabilidade.”

Na origem da diferença está o percurso político de cada um. “Soares era um homem de partido, Sampaio nunca o foi. Soares fez um partido, Sampaio tinha um grupo de amigos. Soares teve um partido, Sampaio uma mesa-redonda, na qual decide com os cavaleiros andantes que se sentam à volta dela, como um *primus inter pares*, embora ele saiba o que quer”, salienta.

Gaspar explicita o *modus operandi* do Presidente Sampaio. “Tem momentos de decisão que não comunica, porque está a controlar o *timing*, quer ouvir e congregar pessoas. O lugar formal de decisão é a ‘távola redonda’ – ele já decidiu, mas a decisão parece ter sido tomada após a reunião da ‘távola redonda’.”

Sempre assim foi. “Foi educado num ambiente britânico. Era uma pessoa muito educada que respeitava as opiniões dos outros”, refere Vera Jardim, amigo desde a faculdade. “Sampaio sempre teve posições mais à esquerda do que Soares”, prossegue. “Soares era um homem de influência francesa, Sampaio de influência anglo-saxónica. Os seus grandes amigos eram do velho Labour [Partido Trabalhista britânico] dos anos 50 e 60 do século passado. Soares era um homem de faros, Sampaio é muito mais de pensar, de meditar, de ideologia.”

É a mesma perspectiva de Tengarrinha: “Soares era um

homem que fazia alianças para alcançar o objectivo político imediato, tanto com o CDS como com Francisco Sá Carneiro. Foi um presidente muito popular que teve o grande mérito de ter uma visão democrática e popular da Presidência; Sampaio era um homem mais retilíneo, de palavra cumprida com rigor, com alianças cumpridas à esquerda.”

A forma como o Presidente Sampaio se relacionou com os seus antecessores – Soares e Eanes – é um exercício de autonomia face a quem, oriundo do mesmo espaço político, o antecederam em Belém. “Sempre quis manter uma distância correcta com Eanes, ao contrário dos que no PS – o ex-secretariado – se tinham tornado eanistas para irritar Soares”, salienta José Manuel dos Santos. Uma jogada a três tabelas: não irritava Soares, não utilizava Eanes e marcava o seu espaço próprio.

Com quem lhe sucederia ocorreu algo peculiar. “Previra que Cavaco Silva podia ser o seu sucessor, apesar de ter sido o seu grande oponente [legislativas de 1991; presidenciais de 1996], e, a partir de uma certa fase do segundo mandato, começa a ouvir Cavaco”, recorda o assessor cultural. “Convida-o a ir a Belém em várias ocasiões, o que Cavaco também faz, quando é Presidente.”

Estes múltiplos gestos terão sido ditados por questões institucionais e para propiciar um “passar de testemunho” em Belém organizado, cordial e com dimensão de Estado. “Foram meses de organização de dossiers para serem entregues”, relata Magalhães e Silva. Isso não terá acontecido da mesma forma e grau na transição Soares-Sampaio.

Nos corredores da política, há a complementaridade de outra interpretação. Em 2005, a sombra do Presidente Soares seria desconfortável para o Presidente Sampaio. Se Soares fosse reeleito na sua terceira candidatura, sem haver lugar a uma mudança de cor

política na presidência, os dez anos de Sampaio em Belém apareceriam como um parêntesis num longo consulado presidencial soarista.

Sampaio e os seus amigos

Como coabitaram dois homens – Soares e Sampaio – tão diferentes na sua vitalidade o mesmo espaço político? O que levou Sampaio, uma das figuras do Grupo de Intervenção Socialista (GIS), a aderir ao PS em 1978, a casa pensada, edificada e regida por Soares?

“Os partidos já estavam organizados, consolidados, e entre os que havia [no nosso espaço] era no PS”, reconhece Cravinho. “O PS tinha feito alianças com o CDS [II Governo em 1978], contra as quais estávamos, e negociámos a entrada sob condições: não discutíamos lugares na comissão política ou cargos, queríamos liberdade de crítica em relação ao Governo, ou entrávamos todos, ou nenhum.”

“A entrada deles no PS é a confissão da derrota de um grupo de elite, o GIS, porque percebem que não chegam a lado nenhum”, contrapõe José Manuel dos Santos. “Soares queria Sampaio no PS, mas exasperava por ele se fazer caro.” Entrar para um partido não foi decisão fácil. “Sampaio tem um enorme grau de exigência, não tem paciência para a truca partidária, as fachadas nas costas ou a discussão em volta da elaboração das listas”, reconhece Jorge Santos.

“Ele é tudo menos um homem de aparelho. Os partidos ganham-se ou perdem-se satisfazendo, ou não, o aparelho, ele teve sempre uma distância repulsiva em relação às manobras do aparelho”, insiste Cravinho. É ainda mais claro: “Sampaio não tinha como projecto de vida ser secretário-geral do PS, mas ser uma alta figura do PS. Foram as circunstâncias históricas que o levaram a dar o passo.”

Outro amigo corrobora esta visão.



Os anos de Sampaio: tocar piano, praticar boxe, salvar o mundo

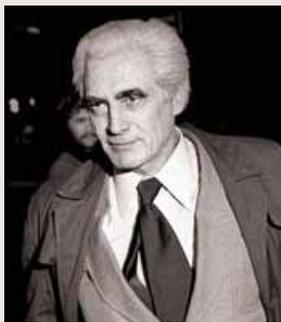
médica, filha do antropólogo Jorge Dias

1968

Setembro Participa numa reunião em Paris, com, entre outros, Piteira Santos, Álvaro Cunhal, Bénard da Costa, Fernando Lopes Cardoso e Maria Eugénia Varela Gomes. Agasta-o a defesa de Cunhal da invasão da Checoslováquia pela URSS

1969

26 de Outubro Candidato às eleições pela CDE em Lisboa, numa lista de seis comunistas e



seis não-comunistas. A União Nacional do regime ganha e a CDE supera a votação da CEUD de Mário Soares

1970

21 de Novembro Funda com José Dias, Vitor Wengorovius e Agostinho Roseta o que seria o MES

1971

Advogado de Fernando de Mello, editor da *Antologia de Poesia Portuguesa* organizada por Natália Correia, e do militante do PCP e futuro dirigente da CGTP,

José Ernesto Cartaxo. Divorcia-se de Karin Schmidt Dias

1973

Defensor de ocupantes da Capela do Rato, entre os quais Francisco Pereira de Moura.

Conhece Maria José Ritta, com quem se casa a 6 de Abril de 1974

Maio Advogado de Ferro Rodrigues, preso numa manifestação do 1.º de Maio

1974

4 a 8 de Junho Integra a missão à ONU, liderada por Soares, para explicar o 25 de Abril e a política

para as colónias **Dezembro** Sai do MES pela radicalização do movimento no I Congresso

1975

Março a 30 de Julho Torna-se secretário de Estado da Cooperação com Melo Antunes como ministro dos Negócios Estrangeiros do IV Governo provisório

Novembro Com Cravinho, Luís Nunes de Almeida, Armando Trigo de Abreu, Bénard da Costa, Jorge Correia do Amaral, Luís



amigos, sem programa, com uma estratégia opaca e hesitante, preferir executantes a políticos foram as críticas demolidoras, em 1991, de uma carta de António Barreto ao secretário-geral Sampaio. “Achei que a carta era dura e na altura merecida, mas só a publiquei [Independente de 7 de Junho] depois das eleições”, explica o sociólogo.

“Dei-me conta de que o PS tinha estruturas ocultas de decisão. Com Mário Soares era ele a direcção oculta e visível, com Vítor Constâncio e Sampaio as decisões são tomadas fora do PS”, destaca. “Os amigos de Sampaio eram Nuno Brederode dos Santos, Vera Jardim ou Galvão Teles que mantinham uma aliança muito forte com ele. Guterres também o foi, mas, então, já estava em linha própria.” Situação que do ponto de vista pessoal e político Barreto considerou insustentável após seis anos como deputado. “Estive na oposição a Cavaco, com Constâncio integrei o governo-sombra, com Constâncio e Sampaio o secretariado do partido e dei-me conta de que aquela oposição não tinha eficácia e era mole”, sintetiza.

“Sampaio fez carreira no PS a pulso”, refere Vera Jardim. Recorda as reuniões no sótão de Algés de Guterres: “Uniu muita gente, antigos GIS, católicos, maçons, que tinham uma visão diferente da vida partidária da de Soares. Sampaio entende que a política é um trabalho colectivo, que há um envolvimento das pessoas na vida política.”

“Os amigos nos bastidores são um núcleo restrito, mas fiel. Acompanham-no durante décadas, alguns desde os tempos da universidade e da crise académica de 1962. “Sampaio não tem um partido, mas uma série de amigos políticos”, sintetiza o politólogo Costa Pinto.

“Ele candidatou-se a Presidente da República e, antes, à Câmara de Lisboa [CML] à revelia do PS”,

lembra Cravinho. “Ser secretário-geral de um partido é escolher gente e escolher gente é respeitar a imposição orgânica”, precisa. Exercício a que Sampaio não era obediente.

Por isso, os seus tempos de decisão não eram previsíveis. “Quando se candidatou a secretário-geral, surpreendeu Guterres, que tinha a ambição de ser sucessor de Constâncio”, exemplifica Ferro Rodrigues.

Deste facto, nasceu um dos imbróglis da família socialista: a relação Guterres-Sampaio. “A tensão sempre existiu numa luta de rivalidade pelo poder. Guterres sempre quis ter o aparelho na mão”, admite Vera Jardim.

A derrota do PS liderado por Sampaio nas legislativas de 1991, que levou à segunda maioria absoluta de Cavaco, foi comentada de forma seca e devastadora por Guterres na noite do desaire eleitoral: “Estou em estado de choque.” O PS reagrupou-se à sua volta, Sampaio perdeu o X Congresso e a liderança do partido.

Dez anos é o que pode ser visto como o tempo da resposta. Nas autárquicas de 16 de Dezembro de 2001 quem perde é Guterres, que, horas após o escrutínio, comunica que vai apresentar ao Presidente a demissão como primeiro-ministro para evitar que o país caia “num pântano político”.

A decisão de Guterres é ditada pela dimensão da *débâcle*, com os socialistas a perderem Lisboa, Sintra, Porto, Coimbra, Bragança, Leiria, Viseu, Vila Real, Portalegre, Faro e Setúbal... “O Presidente abriu a porta à demissão de Guterres, quando lhe disse na própria noite das eleições autárquicas que era preciso encontrar uma fórmula alargada”, precisa Carlos Gaspar.

A “fórmula alargada” é a expressão para um passo político que poderia ser a apresentação de uma moção de confiança na AR. Se Guterres não a contemplava, a proposta presidencial versa uma →

Resistente e espírito livre

Opinião

Manuel Magalhães e Silva

Foi um timoneiro, tendo como leme, em todo o quotidiano, a retidão e as virtudes cívicas da generosidade e da solidariedade. Mas não só. Fez do combate pela dignidade, no pão e na alma, de cada homem, uma regra de vida, o vade-mécum que cumpriu com todos e em todas as latitudes, nos mais pequenos detalhes. Foi isso que levou com a toga para os tribunais, quando eram perseguidos os que lutavam por uma sociedade livre e justa. E é por isso que, desde a juventude, se compromete nas lutas estudantis, na oposição militante à ditadura; e que quando o seu partido vacila, em 89 e 95, se sagra general à frente das tropas, e avança, serena, mas determinadamente, para as chefias de Lisboa e da República, lugares privilegiados para organizar a cidade e cuidar dos direitos humanos. Homem de partido, não levou o partido para Belém, tantas vezes com a incompreensão dos seus *compagnons de route*, que, aqui e ali, se desiludiram com o espírito de magistratura com que assumiu a chefia do Estado. Nos anos do fim, não se reformou da generosidade e da solidariedade, e foi cuidar dos novos párias, os refugiados, restituindo-lhes a dignidade roubada por guerras e perseguições.

Foi um resistente e um espírito livre. Bem hajás, querido amigo.

Advogado

“Nunca teve simpatia pelo aparelho do PS, os soaristas não gostavam dele. Não me lembro de nenhuma situação de ajuda do partido. Para ele, a vida não é para fazer favores, sempre esteve indisponível e a sensação que tenho é que o PS não gostava dessa posição”, descreve Magalhães e Silva.

“Sampaio tomou decisões, após ouvir muitas pessoas, os amigos em quem confiava, confrontando, depois, o PS com factos consumados, como as candidaturas para a Câmara de Lisboa ou para a Presidência da República”, relata Ferro Rodrigues.

Liderar o partido [1989-91] com

Sampaio sucedeu a Soares em Belém e conseguiu o respeito do seu antecessor

O antigo Presidente da República participou nas reuniões no sótão de António Guterres, em Algés

Filipe Castro, Brederode dos Santos, José Carlos Megre, José Manuel Galvão Telles, César Oliveira, José Filipe Moraes Cabral, Nuno Portas e Joaquim Mestre funda o Grupo de Intervenção Socialista (GIS)

1978

19 de Fevereiro GIS adere ao PS. Fica com o n.º 102. 279 de militante

1979

17 de Março Eleito para o secretariado nacional do PS

2 de Dezembro Eleito deputado

por Lisboa

16 de Dezembro Eleito para a Assembleia Municipal da Amadora

Fevereiro Eleito para a Comissão Europeia dos Direitos do Homem (até 1984)

1980

5 de Outubro Deputado pela Frente Republicana Socialista (PS, ASDI e UEDS)

1981

Participa nas reuniões do sótão de António Guterres, em Algés

1982



12 de Dezembro Eleito para a Assembleia Municipal de Sintra

1983

2 de Outubro Eleito para o secretariado nacional do PS

1985

6 de Outubro Deputado por Lisboa.

Integra Comissão Política da candidatura de Soares a Presidente da República

1986

Com Vítor Constâncio secretário-geral, é eleito para o secretariado nacional do PS com

as Relações Internacionais

26 de Janeiro Soares eleito Presidente da República

1988

19 de Julho Reeito líder parlamentar

27 de Outubro Constâncio demite-se alegando a situação financeira do partido, a animosidade da imprensa, difíceis relações com o Presidente da República, falta de solidariedade interna e por não dispor de candidato à Câmara Municipal de Lisboa (CML) →



Destaque Jorge Sampaio (1939-2021)

impossibilidade. Como se dizia nos corredores da política lisboeta de então, Guterres e Sampaio só tinham a separá-los “a distância de um punhal”.

A definição ideológica de Sampaio tem de ser feita por exceção ao que havia. “Sampaio e os seus amigos fogem da oposição reviralista, do republicanismo, e do comunismo. São marxistas não leninistas, neomarxistas, católicos progressistas, procuram uma nova esquerda”, refere Costa Pinto.

“Não tinha qualquer relação com os republicanos históricos. Tinha uma conceptualização da democracia do pós-guerra, de uma democracia moderna, cujas referências máximas são as da democracia inglesa e norte-americana”, corrobora Cravinho. “Sampaio entrou na política por uma vontade à margem dos grupos que já existiam, com uma visão influenciada pelo marxismo, mas não pelo marxismo-leninismo”, prossegue.

“Criou-se um caldo de cultura favorável à emergência de indivíduos com preocupações sociais segundo os princípios da Igreja, à margem do totalitarismo do marxismo-leninismo. É uma via que negou o totalitarismo e o conservadorismo, fundada nos direitos fundamentais, económicos e sociais, mas arredada da ideia de vanguarda revolucionária”, explica Cravinho. “Cortou com o republicanismo, com o PCP; integrou católicos progressistas, marxistas não leninistas e as novas correntes”, sintetiza Vera Jardim.

“Sampaio é de uma geração ainda marcada pela cultura francesa, mas teve a possibilidade de ler muita outra coisa. Ele sempre quis ser o Michel Rocard [líder do Partido Socialista Unificado], Soares queria ser o François Mitterrand”, compara José Manuel dos Santos. “Sampaio é um homem menos doutrinário do que parece. Intelectualmente é um produto dos anos 60, temperamentalmente é um homem

contido, longe de ser libertário”, observa.

Já Barreto salienta: “Sampaio não era *compagnon de route* do PCP, não obedecia ao PCP, mas em tudo o que fazia politicamente queria ter a certeza de que não tinha a oposição do PCP. Foi assim que foi presidente da CML.”

“O MES foi lançado pela influência de católicos progressistas como Vítor Wengorovius, Nuno Teotónio Pereira, os sindicalistas Manuel Lopes e Agostinho Roseta, Ferro Rodrigues e Félix Ribeiro, mas a nossa participação terminou no I Congresso, em Outubro de 1974, quando nos demos conta da radicalização da liderança de Augusto Mateus que aceitou o leninismo”, conta Cravinho.

“Fazia-se sentir muito a diferença de geração. Eles de 1962, nós de 1969, com um esquerdismo que nascera dos movimentos estudantis e das lutas operárias, eram duas culturas políticas diferentes, e quando se tem 30 anos a diferença de seis anos é muita”, admite Ferro Rodrigues. “Era a dificuldade de comunicação entre o radicalismo que nós tínhamos e o posicionamento deles que queriam o MES como carneira e nós à esquerda do PCP”, prossegue.

“Depois do MES constituímo-nos formalmente em grupo de reflexão. Os estatutos do GIS foram feitos pelo Joaquim Mestre e o Nuno Brederode dos Santos”, relata Cravinho. “Tivemos influência no Grupo dos Nove [militares encabeçados por Melo Antunes, Vasco Lourenço, Pedro de Pizarat Correia, Franco Charais, Canto e Castro, Costa Neves, Sousa e Castro, Vítor Alves e Vítor Crespo com o Documento dos Nove contra o Guia da Aliança Povo-MFA do general Vasco Gonçalves]. Tivemos um papel de moderação e de interlocutores com sectores radicais das Forças Armadas, como o Almirante Rosa Coutinho”, precisa. “No ambiente da época, pós-1975/76, fomos uma espécie de



Na Expo 98, acompanhado pela mulher, pelo primeiro-ministro de então, António Guterres, e pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, António Costa. Ao lado, na posse de José Sócrates e a receber um abraço de Marcelo Rebelo de Sousa

tecnocratas de esquerda.”

“Após o acordo do Alvor [entre Portugal, FNLA, MPLA e UNITA em Janeiro de 1975, em que os movimentos são reconhecidos como representantes do povo angolano] tomo contacto com Jorge Sampaio e o seu grupo, que procuravam aproximações ao MFA”, relembra o general Pizarat Correia. “Alguns tinham estado na tropa comigo, como o alferes José Ciente, em Angola, e Manuel Lucena, no estado-maior em Lisboa, após o regresso do exílio.”

Pizarat frequentou os almoços de

Sampaio e dos seus, “o grupo de Nunes de Almeida, Brederode dos Santos, Joaquim Mestre, José Manuel Galvão Teles...”, nos hotéis Flórida e Embaixador. “Estava em equação como se ia institucionalizar o MFA, e eles deram o seu contributo. Para nós, militares, o GIS era um grupo independente dos grandes partidos, um grupo de intelectuais independentes”, adianta. “O grupo era importante, pensava bem, tinha reflexão própria e nós andávamos embrulhados num autêntico turbilhão”, precisa.

“Quando publicámos o

Os anos de Sampaio: tocar piano, praticar boxe, salvar o mundo

18 Novembro Anuncia a candidatura a líder do PS. É eleito em 1989 com 62,7% dos votos contra Jaime Gama

18 de Junho Batido pelo PSD nas europeias, o PS aumenta de seis para oito os eleitos

19 de Julho Concluído o acordo com o PCP para a CML

17 de Dezembro Ganha a CML com 49,1%, mais sete pontos do que Marcelo Rebelo de Sousa

1991

13 de Outubro Soares reeleito Presidente da República

7 de Outubro Guterres declara-se em “estado de choque” pela derrota do PS nas legislativas

6 de Novembro Guterres anuncia candidatura à liderança, que ganha a 23 de Fevereiro de 1992

1993

12 de Dezembro Coligação “Com Lisboa” ganha a CML

1994

Fevereiro Ao *Expresso*, admite candidatar-se a Presidente da República em Janeiro de 1996

1995

7 de Fevereiro Anuncia



candidatura a Belém

1 de Outubro O PS de Guterres ganha as legislativas a maioria absoluta

16 de Outubro Cavaco Silva candidata-se a Presidente da República

1996

14 de Janeiro Vence as presidenciais com 53,91%, infligindo a única derrota de Cavaco (46,09%)

1999

10 de Outubro António Guterres ganha as eleições legislativas e

fica a um deputado da maioria absoluta

15 de Dezembro Critica a Fundação para a Prevenção Rodoviária, entidade privada financiada por dinheiros públicos. Armando Vara, ministro da Juventude e Desportos, e Luís Patrão, secretário de Estado da Administração Interna, são demitidos

19 de Dezembro Presente na transferência de poderes de Macau para a China

2000



PEDRO CUNHA



DANIEL ROCHA



NUNO FERREIRA SANTOS

Documento dos Nove, o GIS fez um comunicado. Embora concordasse com a nossa crítica à radicalização da política portuguesa, considerava que o Grupo dos Nove não se distanciava suficientemente da social-democracia, ou seja, do PS”, revela. “Curiosamente, eles vieram a aderir ao PS”, adianta Pesarat.

“Em Outubro de 1974, propusemos o relançamento da revista *Polémica*, o grupo de Sampaio disse que sim, mas fomos informados em Janeiro de 1975 por Sampaio, Brederode dos Santos e Bénard da Costa que não se

avançava, porque éramos próximos do PS e eles estavam mais interessados em acompanhar o MFA com Melo Antunes, Pesarat Correia e Almeida Contreiras”, recorda Barreto.

Dinâmica de pessoas não de partido

Entre 1962 e 1969, Sampaio e os seus estiveram no Movimento de Acção Revolucionária (MAR). “Era uma espécie de PSU de Michel Rocard em ditadura; é um

programa revolucionário, não pelas armas, mas pela doutrinação das massas”, refere Cravinho. “O programa foi escrito por Manuel Lucena, Nuno Bragança e por mim. Significava passar de um movimento que queria mudar a sociedade para algo com mais estrutura, que não um partido, uma espécie de partido-movimento”, explica.

Na génese do MAR está a experiência da crise académica de 1962 de Sampaio como dirigente associativo da Faculdade de Direito e secretário-geral da Reunião Inter

Associações (RIA). “Foi a capacidade de agregar forças, gente do PCP, da Juventude Universitária Católica, pela capacidade de mobilização demonstrada na Associação de Direito, que Sampaio foi visto como tendo o perfil adequado para presidente da RIA a seguir a um líder estudantil comunista do Técnico, José Bernardino”, recorda Vera Jardim.

“Quando não existia aparelho, emergiam as personalidades. Sampaio, enquanto dirigente estudantil, era uma personalidade com capacidade de comunicação para fazer do processo de compreensão e decisão uma peça pública”, descreve Cravinho. “Na prática foi a condenação do centralismo democrático do PCP – a vida pública era protagonizada por pessoas e não por estruturas de controlo. O que Sampaio defendia era uma dinâmica de pessoas e não de partido; era mobilizar, participar, transformar o pensamento difuso em acção concreta, o que é uma filosofia de movimento de massas.”

Foi com este objectivo e a notoriedade adquirida que Sampaio foi candidato em 1969 nas listas da CDE. “O PCP percebeu que o que se passava na universidade era algo de novo, até porque o MUD [Movimento de Unidade Democrática] a partir de 1952 começou a perder influência”, realça Cravinho.

“Sampaio significava uma nova proposta, uma cara nova e uma nova forma de actuar muito influenciada pelos acontecimentos do Maio de 1968 francês”, explica Tengarrinha. “Antes, os candidatos eram nomeados pelas cúpulas, os republicanos históricos eram as faces mais conhecidas da oposição ao regime, mas com a CDE em 1969 dá-se a viragem. Sampaio foi escolhido para candidato em reuniões muito grandes e amplas.”

“Ele era candidato pela CDE em Lisboa, eu fui apoiante da CEUD [Comissão Eleitoral de Unidade

Democrática de Mário Soares] e Soares pediu-me para tentar a união. De um lado estava Ramon de la Feria, do outro José Manuel Galvão Teles”, lembra Vera Jardim. “Fizemos duas reuniões e chegámos à conclusão que não dava, a CDE baseava-se em dar a voz às bases.”

Além de novas caras foram introduzidos outros debates: em 1961 eclode a guerra colonial. Sampaio não foi mobilizado por, em 1959, na inspecção médica militar, lhe ter sido detectado um sopro cardíaco. A situação colonial fora tema das eleições de 1958 com Humberto Delgado, quando se refere a autodeterminação das colónias, mas houve divisões no oposicionismo republicano. “Para a geração de Sampaio, a guerra colonial estava na agenda, foi-se afirmando como o primeiro problema de Portugal que se devia resolver por negociações políticas”, explica Cravinho.

“A nossa posição sobre a guerra era diferente da dos republicanos históricos, que tinham apoiado a conservação dos territórios ultramarinos”, corrobora Tengarrinha. E explicita: “Para nós, os povos ultramarinos tinham direito à autodeterminação e independência, e os movimentos de libertação eram os representantes dos povos das colónias.”

No caldeirão das oposições à ditadura, a CDE permitiu ainda a Sampaio conhecimentos que aumentaram o seu núcleo de amigos. “Conhecemo-nos em 1969, no gabinete do António Marchueta, governador civil de Lisboa, por causa das eleições”, recorda Magalhães e Silva. “Sampaio pela CDE, eu pela Comissão Eleitoral Monárquica. Não concordámos com Marchueta e batemos os dois com a porta.” Magalhães e Silva foi colega de escritório e viria a ser assessor jurídico e político do Presidente Jorge Sampaio.

Era o lançamento de uma rede de amigos que ajudou Sampaio a ser um compositor de interesses.

12 de Fevereiro Primeira visita oficial de um chefe de Estado a Timor-Leste, após se ter empenhado na autodeterminação e independência do território, que ocorre a 20 de Maio de 2002.
10 de Outubro Anuncia recandidatura a Belém
2001
14 de Janeiro Vence com 55,5% Ferreira do Amaral (34,7%)
16 de Dezembro PS perde autárquicas, Guterres demite-se de primeiro-ministro depois de o

Presidente lhe ter sugerido uma “fórmula alargada”. A Assembleia da República é dissolvida
2002
17 de Março O PSD de Durão Barroso ganha as legislativas e forma Governo com o CDS de Paulo Portas
2004
13 de Junho O PS de Ferro, que substitui na liderança Guterres, ganha as europeias
22 de Junho Barroso revela convite para presidente da Comissão Europeia e sugere que

Santana Lopes o substitua como primeiro-ministro
9 de Julho Sampaio anuncia que vai empossar Pedro Santana Lopes como primeiro-ministro. Ferro Rodrigues demite-se da liderança do PS
17 de Julho Santana toma posse. Presidente afirma-se vigilante em relação à acção do Governo
30 de Novembro Após vários “casos”, com a elite do PSD contra e um executivo em rápido descrédito, o Presidente dissolve o

Parlamento e convoca eleições antecipadas
2005
20 de Fevereiro José Sócrates ganha as legislativas antecipadas com a primeira maioria absoluta de sempre do PS
2006
9 de Março Deixa o Palácio de Belém na sequência de uma cerimónia discreta e passa o testemunho a Cavaco Silva. É indicado pelo secretário-geral da ONU para o cargo de enviado



especial para a Luta contra a Tuberculose
2007
Abril É nomeado alto representante da ONU para a Aliança das Civilizações
2013
Funda a Plataforma Global para os Estudantes Sírios e assume a sua presidência
Nuno Ribeiro

Fonte: Jorge Sampaio — *Uma Biografia*, de José Pedro Castanheira, e recolha própria



12 • Público • Sábado, 11 de Setembro de 2021

Destaque Jorge Sampaio (1939-2021)

Na perda de um grande Amigo

Opinião

Eduardo Ferro Rodrigues

Referência, exemplo, amizade, eis três palavras que exprimem a minha ligação de décadas a Jorge Sampaio. Anos 60 – Na crise de 62 emerge como dirigente estudantil de grande prestígio e capacidade mobilizadora. Um ativo militante de oposição à ditadura. E sportinguista. Em 69, deu à CDE, com os amigos, a modernidade que faltava. Foi por aí o nosso primeiro encontro.

Anos 70 – Sempre a par dos grandes movimentos estudantis do início da década, encarava o lançamento do MES com entusiasmo, antes e depois do 25 de Abril. Saiu devido às conclusões do primeiro congresso com um discurso que pôs a chorar quase todos. Entrou no PS, abrindo a via a muitos que se seguiram.

Anos 80 – No pós-Mário Soares avança para secretário-geral do PS depois da demissão de Vítor Constâncio. Corajosamente, desafia toda a esquerda e vence as eleições para a CML. Não corre bem a dupla responsabilidade. Sofre derrota frente a Cavaco Silva em 91 e António Guterres ganha-lhe o congresso subsequente. Mas na CML deixa marcas de grande capacidade e transparência.

Anos 90 – Mais uma vez atrai-se para a frente e apresenta-se como candidato a Belém. E ganha de forma expressiva a Cavaco Silva. Desforra merecida.

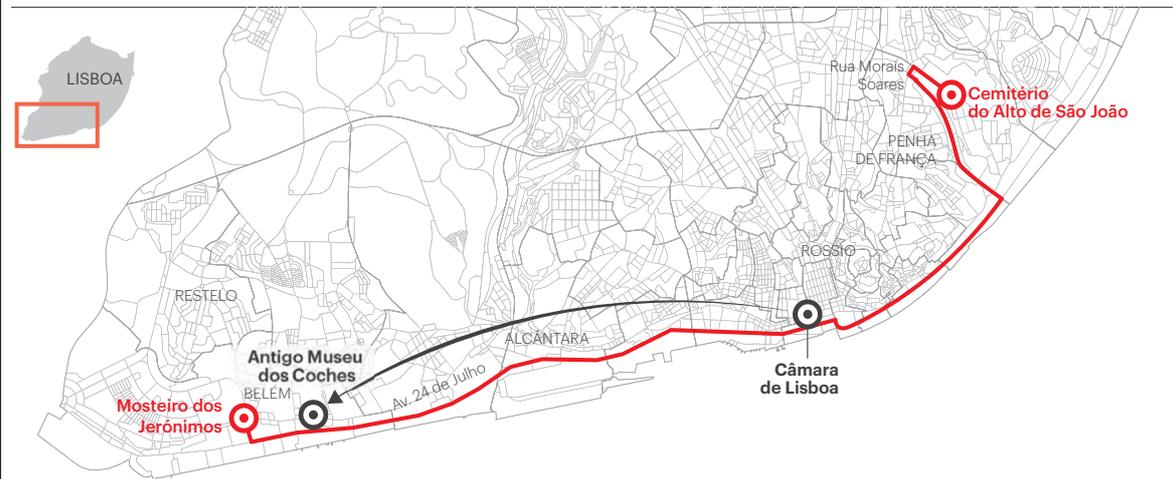
Anos 2000 – Como Presidente, tivemos uma grande divergência por não ter convocado eleições no seguimento da ida de Durão Barroso para a Comissão Europeia. Uns meses depois, a amizade foi restabelecida ainda com o Presidente e sobretudo com a pessoa.

Anos 10 – O seu envolvimento em grandes causas internacionais é digno de todos os elogios. Viaja, convence, persuade.

Anos 20 – Mesmo até ao fim, opina sobre questões internacionais e nacionais de forma ponderada e consequente. Perdemos um grande democrata e um enorme cidadão.

Presidente da AR

O funeral de Estado passo a passo



HOJE

Praça do Município 10h35 O cortejo fúnebre chega à Praça do Município e faz uma primeira paragem em frente da Câmara Municipal de Lisboa, onde estarão o presidente da autarquia (Fernando Medina), vereadores, deputados municipais e presidentes das juntas de freguesia

10h45 O cortejo retoma o percurso em direcção ao antigo Museu dos Coches. As mais altas entidades da República (Presidente da República, presidente da Assembleia da

República e primeiro-ministro) recebem o corpo de Jorge Sampaio à chegada ao Antigo Museu dos Coches para lhe prestar homenagem

Antigo Museu dos Coches 12h A partir do meio-dia tem início o velório aberto ao público. O corpo de Jorge Sampaio fica em câmara-ardente aberta ao público entre as 12h e as 23h de hoje, oportunidade para que as pessoas lhe possam prestar uma última homenagem

AMANHÃ

Mosteiro dos Jerónimos 11h Tem início a cerimónia oficial no Mosteiro dos Jerónimos. A cerimónia, que decorre até às 13h, vai contar com intervenções, por ordem crescente da hierarquia do Estado, do primeiro-ministro, do presidente da Assembleia da República e do Presidente da República. Segue-se um momento cultural com a participação da Orquestra Sinfónica Portuguesa e do Teatro Nacional de São Carlos

13h Começa o cortejo fúnebre em direcção ao Cemitério do Alto de São

João, na Penha de França. O percurso far-se-á pela Avenida da Índia, Avenida 24 de Julho, Avenida Mouzinho de Albuquerque, Praça Paiva Couceiro e Rua Morais Soares

Cemitério do Alto de São João 13h30 Chegada ao Cemitério do Alto de São João, onde será prestada homenagem pelas companhias dos três ramos das Forças Armadas (Marinha, Exército e Força Aérea). Final da cerimónia oficial e início de uma cerimónia privada e estritamente reservada à família de Jorge Sampaio

Fonte: Presidência da República/PÚBLICO

PÚBLICO

Protocolo

Uma paragem na Câmara de Lisboa, um momento cultural nos Jerónimos

Leoneete Botelho

Cerimónias fúnebres de Jorge Sampaio foram pensadas para homenagear o seu percurso e a sua personalidade

As cerimónias fúnebres de Jorge Sampaio, que decorrerão entre hoje e amanhã, foram pensadas para combinar as honras de Estado de um ex-Presidente da República com algumas características da sua personalidade e do seu percurso de vida.

O modelo deste funeral de Estado, o segundo em democracia, foi anunciado pelo ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros, como representante do Protocolo do Estado, ao lado de José Manuel dos Santos, anti-

go assessor de Sampaio em Belém. “O Presidente Sampaio foi sempre muito próximo das pessoas, por isso haverá alguns momentos de proximidade [nestas cerimónias], tanto no velório como nos percursos pela cidade”, acrescentou José Manuel dos Santos, como representante da família na definição do modelo de exéquias.

Antes mesmo de ser levado para o antigo Museu dos Coches, onde decorrerá o velório, o corpo de Jorge Sampaio fará uma primeira paragem junto à Câmara de Lisboa, à qual presidiu, onde será feita uma breve homenagem, às 10h35.

A chegada ao antigo Museu dos Coches está prevista para as 11h e lá estarão a recebê-lo as mais altas figuras do Estado – Presidente da República, presidente da Assembleia da República (AR) e primeiro-ministro. O velório será aberto ao público entre as 12h e as 23h.

A cerimónia fúnebre oficial decorre entre as 11h e as 13h de amanhã, com intervenções das três mais altas personalidades do Estado e de familiares, seguindo-se um momento cultural com a Orquestra Sinfónica Portuguesa e o Teatro Nacional de São Carlos. A partir das 13h, o cortejo fúnebre dirige-se para o Cemitério do Alto de São João, onde, meia hora depois, haverá uma homenagem por companhias dos três ramos das Forças Armadas. A partir daí, haverá uma cerimónia reservada à família.

Muitas personalidades nacionais e internacionais já confirmaram a presença nas cerimónias fúnebres de Jorge Sampaio, e entre elas estão o Rei de Espanha, Filipe VI, e o secretário-geral da ONU, António Guterres.

O ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, revelou também que estará presente o primeiro-ministro de Cabo

Verde e o presidente do parlamento de Timor-Leste, bem como representantes diplomáticos dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e de muitos outros tocados pelo exemplo de Jorge Sampaio.

Este será o segundo funeral de Estado em democracia e segue, em traços gerais, o modelo das exéquias de Mário Soares, mas com adaptações. Uma delas é a dispensa, por parte da família, da charrete puxada a cavalos para fazer o percurso entre o Mosteiro dos Jerónimos e o cemitério. De resto, salvo as diferenças de percurso, o modelo é idêntico.

Não há uma lei específica sobre as formalidades a cumprir em matéria de cerimónias fúnebres de personalidades de Estado, havendo regras soltas em vários diplomas. Os três dias de luto nacional decretados pelo Governo pela morte de Sampaio cumpriram-se entre hoje e segunda-feira.



Tributo ao Presidente Jorge Sampaio

Opinião



Helena Barroco

Senhor Presidente, Ao contrário do *Desertor* de Boris Vian, a quem o benefício da dúvida e, por isso, a esperança de ser lido ainda animavam, eu sei que não lerá esta carta. Pensava escrever-lha quando fez 80 anos e o homenageámos com uma recolha de testemunhos dos seus antigos colaboradores. Mas abstive-me de o fazer na altura, simplesmente porque entendi que um subordinado não opina sobre o chefe, não se desfaz em encómios públicos nem tece considerações subjectivas sobre as suas qualidades, virtudes ou defeitos.

Agora que se foi, escrevo-lhe esta carta que não lerá, mas cujo teor se calhar adivinharia e de que até poderia antecipar linha a linha e todos os seus parágrafos do princípio ao fim. Foram 22 anos de labor intenso e de aprendizagem imensamente gratificante, a assessorá-lo, primeiro na Presidência da República no âmbito da célula diplomática e, depois, a partir de 2006, em todas as actividades que desenvolveu, no âmbito internacional e nacional.

Agora que se foi, ficam as saudades, e são muitas porque foi muito o bem que fez e na lembrança ficam, ao contrário do que diz Camões, baús carregados de tesouros, para além da mágoa da sua partida inopinada e dos projectos que deixou inacabados.

Nunca o vi reclamar o direito ao descanso, muito menos o direito à preguiça, e ainda o vejo a olhar por cima dos óculos com uma expressão divertida, quando o incitavam a dedicar-se mais ao ócio e ao lazer. A verdade é que a sua vida cheia, de incansável servidor público e de lutador por causas justas e nobres em que acreditava, lhe foi roubando a saúde e a doença foi fustigando o seu corpo, atacando ora aqui, ora acolá, sempre com insidiosas e insistentes investidas, a que o senhor Presidente, de resto, resistia sempre, com grande coragem e combatividade. Nos últimos anos, foram muitas as vezes em que temi o pior, com o parco consolo das memórias do imperador Adriano e uma voz a lembrar-me que a vida não vale o sofrimento interminável. Mas o senhor Presidente conseguiu

sempre fingir a doença e regressava ao trabalho, com o ar de quem volta de uma viagem, retomando as coisas no ponto em que as tinha deixado. É certo, porém, que, nos tempos mais recentes, as forças começaram a faltar-lhe e muitas vezes lhe ouvi aquela frase “quando eu me apagar”, a que recorria, ora com uma imensa tristeza no olhar embaciado e vazio, ora com um sentido de humor muito subtil, que usava para aligeirar as coisas graves. Senhor Presidente, por muito que nos custe, a nós que por aqui ficamos, dever-nos-ia dar alento e consolo saber que finalmente se libertou das fadigas terrenas. Deu-nos tanto, deixa-nos tanto, que nos cabe agora a nós perpetuar o seu exemplo e continuar a sua obra, os seus planos, os seus sonhos, como diriam os nossos estudantes sérios.

Senhor Presidente, admirei sempre a sua imensa modéstia e até a humildade que por vezes assumia com grande elegância, as quais, descobri com o tempo, eram afinal uma clara manifestação da sua nobreza e superioridade moral. Fosse a lidar com doentes tuberculosos na Rocinha, nos sanatórios da Etiópia ou nos bairros de lata de Nairobi, de Maputo ou da Cidade do Cabo, fosse a tomar chá com a Rainha de Inglaterra, nas cortes dos países do Golfo, nas cimeiras das Nações Unidas, nos encontros inter-religiosos na Arrábida, nos Balcãs ou em Omã, nas reuniões de trabalho com os secretários da OMS em Genebra ou da Aliança das Civilizações em Nova Iorque, nas visitas de alto nível nos quatro cantos do mundo, ou muito simplesmente em situações do dia-a-dia em que era abordado por pessoas anónimas – para um autógrafo, um pedido, dois dedos de conversa –, o senhor Presidente era sempre igual a si próprio, reagia com a sua simpatia natural, a sua espontaneidade, a sua franqueza, a sua afabilidade. Durante os sete anos em que desempenhou cargos “onusianos”, viu-o afirmar uma liderança forte, feita de um carisma suave, desinteressado e conciliador, alimentada pela sua subtil intuição política, rapidez de pensamento e aptidão para forjar consensos e conseguir a harmonia dos contrários, que lhe granjeou grande estima e reconhecimento pelo mundo fora. Em 22 anos de trabalho, nunca, mas nunca lhe vi em momento algum uma ponta de arrogância, sobranceria ou altivez.

Na feira de vaidades em que vivemos, o seu legado é precioso e raro – não será fácil perpetuá-lo, mas o seu exemplo ajudar-nos-á a não vacilar.

Senhor Presidente, também não esquecerei nunca a aprendizagem que fiz consigo do valor da moderação que, para mim, é uma das suas marcas mais distintivas como pessoa, político e cidadão, um traço forte de um humanismo



Em 22 anos de trabalho, nunca lhe vi uma ponta de arrogância, sobranceria ou altivez

muito seu. Penso que nada lhe repugnava tanto como os radicalismos, o fanatismo, as posições extremadas, a intransigência e a intolerância. No âmbito da Aliança das Civilizações, vi-o entabular conversa com radicais, batalhar contra os discursos do ódio, discutir assuntos fracturantes, procurar pontes e terrenos de entendimento entre partes adversas. Ouvi-o defender amíúde a necessidade de aprender a discordar, sem que, por isso, se tivesse de passar às vias de facto e, sobretudo, sem que as divergências sobre determinadas questões tivessem de minar a possibilidade de entendimentos sobre outros tantos assuntos. Mas, especialmente, vi-o advogar e praticar um modelo de civilidade que não abria mão da empatia, da cordialidade e da correcção, no total respeito pelo interlocutor ou mesmo pelo adversário, qualquer que fosse a circunstância.

Senhor Presidente, sempre

admirei em si a sua capacidade de diálogo e de escuta, o culto da verdade e da autenticidade, a sua rectidão e o seu sentido do dever. Quantas vezes lhe levei argumentos e propostas que à partida nem lhe despertavam interesse, mas que nunca deixou de ouvir até ao fim. Quantas vezes o vi exporem-lhe ideias e projectos que lhe suscitavam dúvidas, mas que acabava por endossar depois de ouvir os argumentos de uns e de outros e de ficar convencido da sua bondade. O senhor Presidente fazia questão de ouvir as pessoas, independentemente da sua importância, condição ou convicções, gostava de recolher pontos de vista diferentes, de confrontar opiniões opostas, para depois tomar as suas próprias decisões com toda a independência e liberdade de apreciação. A sua capacidade de diálogo era a fonte da sua moderação e creio que ambas são um legado inesgotável que nos deixa para a arte de bem viver em sociedades abertas e plurais, bem como para a própria definição da convivência democrática.

Senhor Presidente, tive o imenso privilégio e gosto de o ter como chefe durante 22 anos. Foram mais de duas décadas de prazer, por tudo o que aprendi, pela forma como liderou pelo exemplo, pela constante valorização que sempre fez dos seus colaboradores, pela confiança que em nós depositava e que nos levava a querer dar o melhor de nós próprios, certos de que, se saísse asneira, gozaríamos da sua compreensão e indulgência, se saísse bem, contaríamos sempre com o seu genuíno reconhecimento.

Senhor Presidente, sei que não lerá esta carta, agora que nos deixou. Sei, porém, que se a lesse se comoveria e que, quase de certeza, lhe viriam as lágrimas aos olhos. Agora que se foi, é a nossa vez de chorar. Mas sei também o quanto lhe era insuportável ver semblantes carregados em seu redor e, quando isso acontecia, procurava, com a sua usual afabilidade e empatia solidária, saber se poderia ser útil em alguma coisa, aliviar alguma aflição ou solucionar algum problema. E, sobretudo, sei bem que nada mais o animava e alegrava do que sentir gente feliz à sua volta, caras joviais e prazenteiras de bem com a vida. Sorriamos, portanto.

Obrigada, senhor Presidente!

Assessora de Jorge Sampaio





Destaque Jorge Sampaio (1939-2001)



O Verão quente de Sampaio

Ao marcar eleições antecipadas para 20 de Fevereiro de 2005, o então Presidente dá o pontapé de saída para a primeira maioria absoluta do PS

Nuno Ribeiro

Foi o grande acontecimento dos dois mandatos de Jorge Sampaio e transformou o estio de 2004 num peculiar Verão quente que se prolongou até Fevereiro do ano seguinte: a curta duração do XVI Governo Constitucional de Pedro Santana Lopes fez lembrar a saga dos primeiros gabinetes pós-25 de Abril de 1974, provocou um cisma do Presidente com o PS e abalou a direita que ficará órfã de um Durão Barroso em viagem para presidente da Comissão Europeia.

“Há uma reunião da Casa Civil após o primeiro-ministro ter comunicado que ia para Bruxelas. A posição hipermaioritária era de dissolução da Assembleia da República e convocatória de eleições antecipadas por haver uma alteração abissal das condições políticas”, recorda Magalhães e Silva, assessor político e jurídico do Presidente. “Tive um entendimento diferente. Depois da revisão constitucional de 1982, o Presidente não tinha espaço de manobra política para recusar um primeiro-ministro indicado por uma maioria sólida, estável e coerente, salvo se existis-

sem factos políticos e pessoais suficientemente graves”, explica. “O que havia com Santana era copos e noites, não existiam razões políticas”, sintetiza Magalhães e Silva.

“O Presidente nunca teve dúvidas em apoiar Durão Barroso para Bruxelas”, assegura Carlos Gaspar, também assessor político de Belém. Esta disponibilidade marcou a agenda, pois Barroso indicara Santana para sucessor.

“Sampaio faz as consultas com problemas de saúde, não quer nomear imediatamente Santana, propõe Manuela Ferreira Leite

[ministra de Estado e das Finanças], e muda de opinião quando recebe pedidos à esquerda sem a garantia de que, se o PS ganhasse eleições antecipadas, a esquerda apoiava um Governo minoritário socialista”, adianta o assessor José Manuel dos Santos: “Ele achava que o país não lhe perdoaria depois do que se passara com Guterres [a demissão após as autárquicas de 2001 e as eleições antecipadas de Março de 2002 que levaram o PSD e CDS ao poder], havendo uma maioria e se após eleições o PS saísse com maioria relativa sem uma solução governativa.”



DANIEL ROCHA

O nome de Ferreira Leite não foi o único do PSD contactado. “Sampaio disponibilizou-se para dar tempo, o Governo mantinha-se em funções, Barroso era substituído pelo número dois, Ferreira Leite, numa solução interina para três ou quatro semanas”, avança Luís Marques Mendes, então ministro dos Assuntos Parlamentares. “Barroso afirmava que se houvesse mais alguém [do que Santana] para disputar a liderança, havia congresso, pois indignar Santana Lopes foi um pontapé na gramática”, destaca: “Barroso queria ir-se embora rapidamente, pelo que queria que rapidamente fosse nomeado um novo primeiro-ministro, por isso não queria congresso e queria Santana.”

Rui Rio, presidente da Câmara do Porto, terá sido repetidamente instado para avançar para a liderança, mas não quis, invocando o mandato dos eleitores portugueses. “Sampaio fez tudo para que Marcelo Rebelo de Sousa fosse líder do partido, falou comigo e tive uma reunião com Ferreira Leite, Leonor Beza e Teresa Patrício Gouveia para forçar um congresso em que Marcelo aparecesse. Ele andou uma semana a pensar, mas decidiu não avançar”, refere Marques Mendes.

“Sampaio aceitou Santana para evitar eleições antecipadas, pois havia legitimidade democrática recente do PSD e CDS e a estabilidade é um valor em democracia”, enumera Vera Jardim, fazendo a súplica de conversas com o amigo Presidente.

Posse atribulada

Na tarde quente de 17 de Julho, Santana toma posse como primeiro-ministro, numa cerimónia que ficará para a história pela sucessão de episódios não-protocolares – da má disposição do *premier* ao desnorte na leitura do seu discurso de posse, passando pela surpresa de membros do executivo pelo alcance das suas tutelas que excediam o combinado.

“Os sinais que dera antes da reunião do Conselho de Estado [9 de Julho] iam no sentido contrário à indignação de Santana, o que levou à minha demissão de secretário-geral do PS”, lembra Ferro Rodrigues. Afastaram-se dois homens que se tinham cruzado na política, ainda antes do MES. Com a saída de Ferro da liderança, a componente sampaísta nos socialistas desfaz-se por decisão do seu mentor. “Numa entrevista à *Visão*, disse que continuava seu amigo, ele telefonou-me a agradecer”, revela Ferro. “Depois foi muito afectivo, reatámos o contacto, mas aquilo de ir a casa dele muitas vezes deixou de existir.”

A reacção do líder dos socialistas foi comum à esquerda. Também à direita, a indignação suscitou reparos. “Na tomada de posse, o Presidente diz que o Governo vai estar com áreas tuteladas, sob vigilância,



Barroso queria ir-se embora rapidamente, pelo que queria que rapidamente fosse nomeado um novo primeiro-ministro, por isso não queria congresso e queria Santana

Marques Mendes
Comentador

Os sinais que dera antes da reunião do Conselho de Estado iam no sentido contrário à indignação de Santana, o que levou à minha demissão de secretário-geral

Ferro Rodrigues
Presidente da AR

Como ministro, não me senti vigiado (...) e não senti qualquer pressão

Bagão Félix
Ex-ministro das Finanças

nas Finanças, política externa e outras. Nesse dia fiquei bastante desconfortável, o Governo da República estava, à partida, tutelado, o que excede as baías constitucionais”, aponta António Bagão Félix, ministro das Finanças e da Administração Pública: “Cheguei a equacionar a demissão no dia imediato, mas não o fiz, agora acho muito bem não o ter feito, pois as observações de Jorge Sampaio não limitaram a acção governativa.”

Enquadrando a intervenção presidencial, Bagão Félix encontra um motivo ao estilo do compositor de

interesses. “O Presidente não fez a vontade às pressões da esquerda e sentiu a necessidade de, politicamente falando, anunciar maior vigilância nalgumas áreas, foi uma coisa para a esquerda ver”, assegura. “Como ministro, não me senti vigiado, tive duas ou três reuniões com o Presidente além das habituais, sobre as ideias gerais do Orçamento do Estado de 2005 e não senti qualquer pressão”, sublinha.

Visão diferente é a de António Costa Pinto. “Após a revisão constitucional e durante o Governo de Santana, Sampaio foi o Presidente que exerceu de forma mais dura os seus poderes informais junto do Governo, chegou a obrigar à demissão de ministros.” O politólogo refere-se à passagem de Rui Gomes da Silva de ministro dos Assuntos Parlamentares para ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, depois de ter ficado exposto no ‘caso Marcelo’, em que o professor abandonou o seu comentário da TVI alegando pressões do executivo. Gomes da Silva criticara o formato do programa semanal referindo a ausência de contraditório.

A mexida no executivo teve como objectivo proteger Gomes da Silva, que não se queria demitir. Nuno Morais Sarmento acumulou os Assuntos Parlamentares e a Presidência, Henrique Chaves saiu de ministro Adjunto para o Ministério da Juventude, Desporto e Reabilitação. Quatro dias depois, Chaves, um fiel santanista, apresentou o seu pedido de demissão. Santana fala em metáfora de vítima: considera o seu Governo como “um bebé nascido de um parto difícil a necessitar de incubadora e que vê os irmãos mais velhos a dar-lhe estaladas e pontapés”.

Boa e má moeda

A tensão na maioria em Novembro de 2004 teve outros protagonistas. Em artigo no *Expresso*, Cavaco Silva escreveu sobre a necessidade dos políticos “competentes” afastarem os “incompetentes”, pois a “má moeda expulsa a boa moeda”.

“Até meados de Outubro, Sampaio andara com Santana ao colo, este passava a vida em Belém, mas o Governo estava a ser atacado pela maioria que o sustentava”, sintetiza Magalhães e Silva. “Em finais de Novembro, em reunião da Casa Civil, já concordei com a dissolução da Assembleia da República”, especifica.

“As duas decisões – nomear Santana e dissolver o Parlamento – foram para mim uma relativa surpresa, o que abona a favor de Jorge Sampaio”, admite Marques Mendes: “A vitimização de Santana não se pode levar a mal, acho que é o único papel que ele pode fazer.”

De acordo com o ponto 2.º do artigo 195.º da Constituição da República Portuguesa, “o Presidente da República só pode demitir o Governo quando tal se torne necessário para

assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas, ouvido o Conselho de Estado”. Circunstâncias que, segundo a versão presidencial, existiam.

“A dissolução do Parlamento tem a reboque a demissão de Henrique Chaves, ministro Adjunto e do Desporto, mas não faz muito sentido que um gabinete caia pela demissão de um ministro, sem qualquer menosprezo, com pouca importância partidária e discreto na hierarquia governamental”, contrapõe Bagão Félix. “Quando saí do Governo, em Março de 2005, escrevi uma extensa carta ao Presidente na qual, com correcção e com a admiração que sinto por ele, manifestei amargura. Recebi a resposta em carta manuscrita, cujo conteúdo baseado na minha pessoa aceitei”, revela Bagão.

Segundo o antigo ministro das Finanças, não havia óbices à continuidade governativa. “A maioria absoluta sempre funcionou bem, não houve a mínima hesitação em aprovar o Orçamento do Estado, que já fora discutido e aprovado na generalidade, faltava a discussão na especialidade”, sustenta.

“Quando dissolve o Parlamento, Sampaio tem sondagens que dão a maioria absoluta ao PS e já dera a oportunidade de governar a Santana Lopes, pensava, mesmo, que se ia despregar-se continuasse o Governo de Santana”, refere José Manuel dos Santos. É a “redenção” de Jorge Sampaio face à decisão de empossar Pedro Santana Lopes, insistem os estados-maiores da direita.

“A determinada altura, há um vômito de Sampaio, e Santana, que nunca teve condições para ser primeiro-ministro, é demitido”, ironiza Joaquim Aguiar, ex-assessor dos Presidentes Ramalho Eanes e Mário Soares. “Sampaio sabe que quando corta com Santana Lopes não está a correr muitos riscos, porque Santana não tinha com ele a elite”, descreve o sociólogo António Barreto.

Contagem decrescente

“O Presidente nunca teve dúvidas de que Santana estava em contagem decrescente, havia muitos pequenos pretextos e casos para a sua saída”, estabelece Carlos Gaspar. “O Governo entrou em desagregação, não dava garantias de continuidade”, recorda Vera Jardim.

“A decisão da dissolução faz de Jorge Sampaio o Presidente da República que mais marcou as relações entre as instituições da democracia portuguesa. Aliás são os Presidentes que desenham a prática do semipresidencialismo”, observa o investigador António Costa Pinto.

O Verão quente de Sampaio acabou com as eleições de 20 de Fevereiro de 2001 e com a primeira maioria absoluta do PS de José Sócrates. Uma nova era começava.

No dia da posse do Governo de Santana, Sampaio avisou que o executivo ficaria sob vigilância



Destaque Jorge Sampaio (1939-2021)

Pré-“geringonça”

Romper tabus em Lisboa

Nuno Ribeiro

Jorge Sampaio foi o primeiro a tentar fazer um acordo com o PCP, com limitações. Foi na Câmara de Lisboa e correu bem

“Jorge Sampaio é prudente, pacato, calculador, mas tem rompantes em que se atira para a frente, foi assim que se candidatou à Câmara de Lisboa e a Presidente da República”, analisa José Manuel dos Santos, seu ex-assessor em Belém. Foi de rompante, pela falta de candidato do partido, que Sampaio, então secretário-geral do PS, apostou no tudo-ou-nada na capital. Para ganhar, surpreendeu ainda mais com uma estratégia de ruptura da política socialista nos paços do concelho do que com a opção de ir a jogo. Foi o primeiro a tentar a coligação com o PCP. E teve êxito.

“Muitas decisões que tomou foram pessoais, o PS não estava por detrás”, lembra o amigo Vera Jardim. “Candidatou-se à câmara e, mais tarde, à Presidência da República à revelia do PS. Ser secretário-geral de um partido é escolher gente e escolher é respeitar a imposição orgânica”, explica João Cravinho.

“Até à candidatura dele, na câmara, o PS estava entregue aos bichos”, constata o amigo e colega de escritório Jorge Santos. Na capital, os socialistas eram apenas a terceira força, com uma dificuldade de afirmação evidente. Sampaio mudou esta aritmética, quando o PS valia, apenas, 18%.

Negociar em Lisboa

“A câmara era presidida por Nuno Krus Abecasis, que não se recandidatava, Marcelo Rebelo de Sousa era o candidato da direita, eu era o cabeça de lista da CDU, numa candidatura já lançada”, recorda Rui Godinho. A ousadia de Sampaio foi negociar e integrar o PCP.

“Não foi *compagnon de route*, mas em tudo o que fazia politicamente queria ter a certeza de que não tinha a oposição do PCP, foi assim que foi presidente da câmara”, anota o sociólogo António Barreto. “A frontalidade aproximou-nos”, recorda Carlos Brito, um dos negociadores comunistas.

Brito mantinha uma boa relação com Sampaio, ainda antes de ambos liderarem as respectivas bancadas parlamentares em São Bento. “Foi numa comissão interpartidária das

comemorações do 25 de Abril... Aliás o slogan ‘25 de Abril, sempre’, é da sua autoria”, recorda.

“As negociações para a câmara foram relativamente fáceis, pois coincidiam os interesses dos dois lados, do PCP a vontade de afastar a direita e para ele era uma oportunidade de afirmação”, prossegue. As condições dos comunistas para integrarem uma lista conjunta não foram obstáculo. O escritor e militante do PCP José Saramago seria o cabeça de lista à assembleia municipal e o primeiro nome dos comunistas seria Rui Godinho, para vice-presidente, como homenagem à sua experiência do poder local”, relata. “Houve encontros de Sampaio com Álvaro Cunhal, que tinha por ele um grande apreço e de quem dizia ser um homem muito sério”, revela Carlos Brito.

“Os contactos de bastidores de Sampaio com o PCP decorreram com Álvaro Cunhal, Carlos Brito, Octávio Pato e Luís Sá, responsável pelas autarquias, e quando tudo está resolvido tenho uma reunião com Cunhal”, lembra Rui Godinho. “Tive um contacto pessoal com Sampaio que decorreu na sede do PS no Largo do Rato, foi um encontro discreto à margem das negociações dos partidos, na lógica do conhecimento pessoal facilitado pelo facto de a sua sogra viver no meu prédio”, prossegue. “A nível pessoal, foi uma relação fácil, que rapidamente se transformou numa relação de confiança e respeito mútuo que progrediu até à amizade”.

Nas eleições de 17 de Dezembro de 1989, a lista de Sampaio ganha com 49,5%, Marcelo obtém 42%. “Sampaio faz dois mandatos, a reeleição de Dezembro de 1993 é com 56% contra Macário Correia, contudo ele não cumpre o segundo mandato, sai em Novembro de 1995 para a campanha presidencial, que ganha em Janeiro do ano seguinte a Cavaco Silva, na única eleição que Cavaco perdeu”, sintetiza Godinho. Sampaio reforça a votação à esquerda com o apoio da União Democrática Popular (UDP).

Um começo de “geringonça”

“Sampaio era de todos os dirigentes do PS de então o que não continha na sua prática e pensamento ideológico anticorpos para acordos à esquerda”, analisa o antigo vice-presidente da autarquia. “A forma como foi assumida a presidência da câmara revelou que a convergência de esquerda não só era possível como funcionava.”

A ruptura não se ficou no *zoom* político. “O acordo foi de uma prática





66

Candidatou-se à câmara e, mais tarde, à Presidência da República à revelia do PS

João Cravinho
Ex-ministro do Equipamento

Não foi *compagnon de route*, mas em tudo o que fazia politicamente queria ter a certeza de que não tinha a oposição do PCP, foi assim que foi presidente da câmara

Carlos Brito
Antigo candidato do PCP a Belém

De certa maneira, a vitória de Sampaio na câmara foi precursora da 'geringonça'

Ferro Rodrigues
Presidente da AR

É indiscutível que a Câmara de Lisboa dá projecção. No caso de Sampaio, ajudou a cimentar um perfil político alto que lhe permitiu a candidatura à Presidência

Rui Godinho
Antigo vice-presidente da CML do PCP

Jorge Sampaio deixou Lisboa nas mãos de João Soares para ser candidato à Presidência da República

de ruptura com uma gestão até então casuística, tínhamos a preocupação de um pensamento e uma estratégia para a cidade a médio e longo prazo, era para duas décadas, até 2018", precisa Rui Godinho.

Lisboa, capital Atlântica da Europa foi o nome do plano a 20 anos de desenvolvimento estratégico, foram lançadas infra-estruturas, obras de saneamento, iniciada a despoluição do estuário do Tejo, avançou a ligação da CRIL ao eixo Norte-Sul, o Viaduto de Pedrouços foi construído e a autarquia passou a ter competências na área, até então inexpugnável, da Administração Geral do Porto de Lisboa. Neste balanço, o vice-presidente de Sampaio refere, também, 400 hectares de áreas verdes, o reordenamento da zona ribeirinha de Algés à futura Expo e o lançamento da candidatura de Lisboa à Expo'98, ganhando a Toronto.

"A marca que deixou na CML foi a de um homem que reunia e conduzia equipas, destruiu o tabu de que não era possível a unidade de esquerda contra a direita, foi o precursor da 'geringonça'", admite Jorge Santos. "De certa maneira, a vitória de Sampaio na câmara foi precursora da 'geringonça'", corrobora Ferro Rodrigues. "Foi o precursor da 'geringonça' com a aliança PS, PCP e MDP/CDE e, no segundo mandato da UDP, teve uma acção muito positiva para congregar contra as forças da direita", confirma José Manuel Tengarrinha, historiador e ex-dirigente do MDP/CDE.

Opinião diferente é a de Marques Mendes. "Em Lisboa, fez uma espécie de 'geringonça', mas não me parece que seja apologistas de transportar a 'geringonça' camarária para o governo do país, o que preferiria seria um governo de bloco central, mas na câmara foi mais por necessidade do que por convicção." Embora com *nuances* quanto à homologação da solução camarária de 1989 com a fórmula de apoio parlamentar à esquerda montada por António Costa, acentua Carlos Brito. "Foi exemplar o espírito e a disponibilidade para se encontrar uma solução para Lisboa."

"É indiscutível que a Câmara de Lisboa dá projecção", pondera Rui Godinho. "No caso de Sampaio, ajudou a cimentar um perfil político alto que lhe permitiu a candidatura à Presidência da República".

O papel singular da gestão do município capital do país, pela sua complexidade, exige capacidades pessoais e políticas. Mas Rui Godinho insiste: "Em Portugal começou a deixar de haver preconceitos e ideias feitas de que a coisa pública só podia ser gerida pelo chamado 'arco da governação'. Sampaio pensava isto e concluiu-o da sua experiência e pessoal e política. Aliás, Pierre Mauroy [primeiro-ministro francês entre 1981 e 1984, e presidente da Câmara de Lille] disse que ninguém podia ser ministro sem antes ter sido *maire*."

O verbo e um percurso

Opinião



Augusto M. Seabra

Apenas posso imaginar o que teria sido o verbo de Jorge Sampaio enquanto dirigente estudantil na crise académica de 1962 ou na barra dos tribunais, defendendo presos políticos antifascistas. Mas posso imaginá-los em retrospectiva porque foi seu o mais empolgante discurso político que alguma vez ouvi in loco, no congresso do Movimento de Esquerda Socialista (MES), em Dezembro de 1974.

O MES tinha as suas raízes nos sectores não-comunistas da Comissão Democrática Eleitoral (CDE) de 1969 e constituiu-se como rede a partir do ano seguinte, a esses sectores se tendo vindo juntar outros, sindicais e estudantis, mas apenas se tornou partido após o 25 de Abril. Sampaio era o seu militante mais notório.

Com a agudização do processo político, quando se chegou ao congresso havia duas correntes, uma, maioritária, mais radical, liderada por Augusto Mateus e Ferro Rodrigues e outra, minoritária, defensora de um quadro de alianças à esquerda, com Sampaio e João Cravinho. Os delegados já estavam mandatados pelas bases senão, com tão arrebatador discurso, Sampaio teria mudado o sentido dos votos.

Este fleumático era também um inflamado homem de causas, que haveria mais tarde de confirmar essa vocação enquanto líder parlamentar do PS e sobretudo aquando da crise de Timor-Leste.

Do mais *british* dos políticos portugueses há que dizer que se revelava muito em situações *on the edge*, no limite do risco, mormente quando avançou para candidato a secretário-geral do PS ou quando decidiu sozinho, primeiro que iria, quebrando um tabu, propor ao PCP uma aliança para a Câmara de Lisboa e seria ele a liderar a lista, e depois quando anunciou que era candidato a Presidente da República – e ganhou. Foi um marcante presidente da edilidade lisboeta, decisivo na escolha da localização da zona oriental para a Expo'98. Já como Presidente, o seu balanço é mais contrastado, com a nomeação de Pedro Santana Lopes para primeiro-ministro e a decisão de dissolver a Assembleia da República (AR), meses depois.

A coligação PSD/CDS sofrera uma estrondosa derrota nas europeias e o

PS, sendo líder Ferro Rodrigues, atingira o seu maior resultado de sempre. Mas numa Europa tão insuficientemente democrática, o primeiro-ministro, Durão Barroso, um dos líderes que sofrera mais clamorosa derrota, foi escolhido para presidente da Comissão Europeia, deixando em aberto a questão de novas eleições ou de uma outra indicação por parte do PSD.

Sampaio ponderou, ponderou e auscultou, auscultou. Era, ele o disse, a mais difícil das decisões que tinha que tomar enquanto Presidente. Este fleumático capaz de galvanizar em situações de risco era também um homem de decisões que nalguns momentos se confundiam com uma valsa de hesitações. Esteve tentado a dissolver a AR, mas, por fim, o parlamentarista nato que era decidiu que competia à coligação maioritária na AR indicar um novo primeiro-ministro, que viria a ser Santana. Na noite do anúncio dessa decisão, Ferro Rodrigues demitiu-se de secretário-geral do PS, convicto de que a decisão era também um gesto de desconfiança para com ele, de que Sampaio não o julgava capaz de vencer umas legislativas antecipadas.

Sampaio deu posse a Santana Lopes para um governo todavia sob vigilância, com algumas balizas a respeitar. Mas ocorreu o que seria de esperar, uma sucessão de confusões até ao ponto em que o Presidente, de quem os governos não dependiam politicamente desde a revisão constitucional de 1982, optou por dissolver a AR. Comunicou-o ao primeiro-ministro primeiro e, mesmo com a decisão já tomada, andou de novo a auscultar, antes de fazer o anúncio formal, com insuficiente fundamentação, mas tendo ele a noção de que era a sua decisão de maior risco, pois que, se PSD e CDS voltassem a ser maioritários, só lhe cabia demitir-se.

O mais parlamentarista dos Presidentes foi também o único a exercer uma competência constitucional dos chefes de Estado como comandante supremo das Forças Armadas, ao impedir que, como pretendia Durão, tropas portuguesas participassem na invasão do Iraque. Sampaio tinha uma noção global o que explica as tarefas internacionais a que depois foi chamado ou impulsionou.

Um verbo galvanizante, um homem de riscos, mas também de ponderações, um parlamentarista que foi Presidente, um estadista de dimensão internacional, um homem de princípios – assim foi Jorge Sampaio.

Colunista



Destaque Jorge Sampaio (1939-2021)



Nasceu e formou-se para ser um lutador e a causa da sua luta foi uma: a liberdade na igualdade

Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República

Foi uma figura central da democracia de Abril, lutador incansável contra a ditadura desde o seu tempo de estudante, militante activo de todas as nobres causas e incomparável homem de Estado pela sua integridade, humanismo e permanente devoção pelo interesse nacional

António Guterres
Secretário-geral da ONU

O povo português tem todas as razões para honrar e admirar o Presidente Jorge Sampaio. Serviu Portugal com grande patriotismo. Eu inclino-me perante a memória do Presidente Jorge Sampaio

Cavaco Silva
Ex-Presidente da República

Para lá da grande, da enorme divergência que tivemos em 2004, tivemos sempre um relacionamento cordial e, da minha parte, de muito respeito e consideração

Pedro Santana Lopes
Antigo primeiro-ministro

Era o que chamamos um homem bom. Homens como Jorge Sampaio fazem muita falta na política

Carlos César
Presidente do PS

Foi um resistente, um lutador empenhado pela luta, pela liberdade e pela democracia

Domingos Abrantes
Militante do PCP e conselheiro de Estado



Foi um Presidente da República com sentido de Estado, com sentido da responsabilidade

Rui Rio
Lider do PSD

Notável personalidade empenhada na democracia e comprometida com o desenvolvimento social

Durão Barroso
Antigo presidente da Comissão Europeia

Foi, para gerações de portugueses, uma referência de coragem, uma referência de luta pelos valores da democracia, da liberdade

Fernando Medina
Presidente da Câmara de Lisboa

Foi um combatente, um homem de causas, um estadista, que tinha uma visão moderna, de um Portugal aberto ao mundo e não paroquial

Manuel Alegre
Militante e antigo dirigente do PS

Portugal perdeu um dos seus mais prestigiados cidadãos, que sempre serviu o seu país com distinção e honra

Eduardo Ferro Rodrigues
Presidente da Assembleia da República



Curvamo-nos todos na memória de alguém que foi um exemplo, lutador pela liberdade

António Costa
Primeiro-ministro

Apesar das profundas divergências que o afastavam do CDS, não deixamos de lamentar a sua morte,

reconhecendo o seu papel político

Francisco Rodrigues dos Santos
Lider do CDS



Foi até ao último dos seus dias um lutador por esta ideia de um Portugal aberto, cosmopolita, solidário, defensor dos direitos humanos

Catarina Martins
Coordenadora do BE

É uma grande figura da democracia, um grande Presidente da República, um grande humanista, homem de cultura, um espírito tolerante, aberto, defensor da liberdade desde sempre, desde os seus tempos de estudante

Alberto Martins
Antigo líder da bancada do PS

Vai deixar uma marca de um homem sério, com ética

Vasco Lourenço
Presidente da Associação 25 de Abril



Uma arte como a da música

Opinião



José Manuel dos Santos

Ele falava de música como quem fala de uma vida que, apesar de não ter sido a sua, ainda era sua. Essa vida que lhe havia sido possível se a vida que viveu fosse outra estava nele como aquilo que nunca deixa de nos pertencer. Por isso, gostava muito de falar de música e falava naquele tom de voz e naquele gesto de mãos que dão um som de alegria viva às palavras que se dizem e que se ouvem.

Gostava de falar de compositores e intérpretes, de obras e concertos. Gostava de contar aquela vez, há muitas décadas, em que foi ouvir a Orquestra Filarmónica de Berlim, dirigida por Herbert von Karajan, e, no intervalo, conseguiu aproximar-se da estante para espreitar a partitura anotada pelo maestro que tanto admirava.

Gostava de lembrar os tempos em que, vivendo nos EUA a acompanhar o pai que era médico e este lá a fazer o doutoramento, aprendeu piano e pensou que os seus dedos sobre o teclado podiam dar um sentido ao seu futuro. Disso, ficou-lhe um impulso nostálgico e encantatório. Quando olhava para um piano, ele era-lhe a madalena de Proust que o levava a reencontrar o tempo perdido.

Tanto ou mais do que assistir a concertos, gostava de ensaios. Fazia perguntas e ousava mesmo, entre amigos músicos e músicos amigos, dirigir a orquestra durante alguns compassos de uma peça. Por isso, empunhou uma batuta, com os movimentos dela, para posar para o retrato que o Eduardo Gageiro lhe fez para o álbum *Revelações*, em que os fotografados mostravam a outra profissão que gostariam de ter tido ou a arte, ofício ou o desporto que praticavam nas horas vagas.

Gostava de contar que, nos debates televisivos da campanha presidencial de 1995/96, a preparação que fazia, depois de ter lido inúmeras informações e escrito numerosas notas, acabava com ele deitado no chão a ouvir, numa concentração que, ao mesmo tempo, o serenava e activava, uma das nove sinfonias de Beethoven. Não deixa de ser curioso notar que o seu principal opositor nesses debates era alguém para quem os caracteres que escrevem o nome do compositor da *Abertura Egmont* eram hieróglifos de uma escrita

distante e desconhecida.

Lembro-me do seu contentamento por ter passado uma noite a conversar, num jantar na Embaixada da Alemanha em Lisboa, com o maestro Claudio Abbado. Contava o que tinha ouvido dele com a unção com que Moisés deu conta aos hebreus dos mandamentos do Decálogo.

Sempre que podia, conversava interessadamente, animadamente, deliciosamente, com o então director do Teatro Nacional de São Carlos, o italiano Paolo Pinamonti, que havia dirigido o Teatro La Fenice, de Veneza, e que lhe revelava CD com novas interpretações de obras que o deslumbravam.

Num regresso de férias de verão no Algarve, contou-me, com um sorriso aberto e malicioso, que ouviu, nesses dias, tantas e tão contíguas vezes uma bellissima interpretação do Concerto para Violino e Orquestra de Mendelssohn que a família, embora gostasse também de música, esteve quase a expulsá-lo ou a fazer desaparecer aquele pequeno disco que não parava de rodar.

Ele gostava de Bach e de Beethoven, de Schumann e de Schubert, de Verdi e de Wagner, de Mahler e de Schönberg. Mas estava sempre pronto a descobrir e a gostar de outros. Gostava das grandes orquestras e dos grandes solistas. Gostava das grandes performances técnicas e das ousadas, mas fiéis, interpretações. Gostava de aprender com quem sabia. Fazia perguntas certas e ficava contente quando as respostas acertavam com as perguntas. Gostava de ajudar jovens músicos a encontrarem o caminho. Concordava com Nietzsche quando disse que, “sem a música, a vida seria um erro” (fez esta citação na inauguração da Casa da Música).

Quando, por sua iniciativa, foram concedidas honras de Panteão Nacional a Amália Rodrigues, ele, que, até por contingências da vida e razões de geração, conhecia mal a obra da cantora, preparou-se meticulosamente para a cerimónia, como sempre fazia, ouvindo alguns álbuns fundamentais dela. No final desta longa e ampla audição, que foi também uma descoberta, virou-se para mim e exclamou: “Genial! De facto, um génio!”

Era assim Jorge Sampaio. Quem se aproximava dele ficava muitas vezes surpreendido por lhe encontrar no rosto uma luz jovem e viva, que não se adivinhava facilmente na penumbra discreta da sua imagem pública. Havia na sua

atitude face às pessoas que se cruzavam com ele, qualquer que fosse a condição ou a circunstância, uma atenção e uma proximidade, uma gentileza e uma generosidade, que foram um dos trunfos da sua vida e do que nela se tornou triunfo.

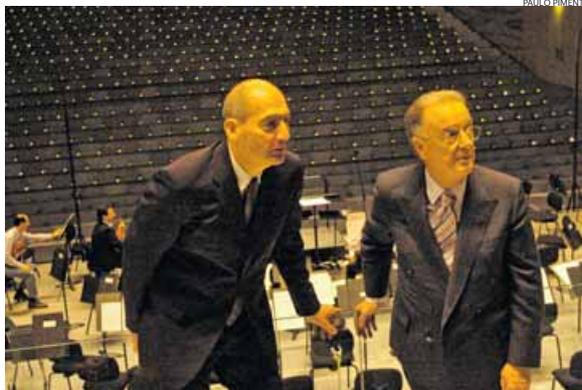
Muitos ainda se interrogam como é que um homem tão elegantemente educado e tão humanamente solícito pôde vencer na política, terra de combates duros, convívios agressivos, quotidianos violentos, enredos perigosos, armadilhas frequentes.

Havia na sua natureza aquilo que, em grego antigo, se dizia com a palavra *praos* e que assumia um feixe de significados: gentileza de maneiras, boa vontade face aos outros, doçura, generosidade, bondade, indulgência, compreensão, humanidade, tolerância, clemência. Sobre a doçura no pensamento grego, a grande helenista Jacqueline de Romilly escreveu um livro em que analisa como é que, num mundo onde os valores enaltecidos eram a justiça e o heroísmo, os mitos nasciam na vingança e na crueldade e a visão da vida era áspera e violenta, se foi subterraneamente afirmando, na ética e na política, a doçura como ideal.

Quando, em 2019, Sampaio



Aprendeu piano e pensou que os seus dedos sobre o teclado podiam dar um sentido ao seu futuro



celebrou 80 anos de vida, escreveu aqui, no PÚBLICO, uma tentativa de retrato político e psicológico, a que chamei *O Aliado*. Foi esse retrato feito em *sfumato* para esbater a rigidez dos contornos, que no retratado seria inadequada, e dar as tonalidades das cores e as subtilidades dos gradientes. No dia em que o artigo saiu, telefonou-me logo, muito cedo, a agradecer. Estava bastante divertido com algumas coisas que sobre ele eu dizia. E acrescentou, a rir: “Parece que ficou pouco por dizer!”

É claro que ninguém pensa em Jorge Sampaio aproximando o seu nome do nome de Nicolau Maquiavel. Ele não era um “político maquiavélico”, nem defendia a política e a ética separadas pelos fins que justificam os meios. Mas podia concordar com algumas coisas que o autor de *O Príncipe* disse no seu livro: “Passando agora às demais qualidades antes citadas, direi que qualquer príncipe deve desejar ser tido por piedoso e não cruel; se bem que deva estar atento a não usar mal essa piedade”.

A generosidade de Sampaio não se confundia com a ingenuidade. Era astuto e arguto, vivo e rápido a prever e a prevenir. Nunca se apanhava desprotegido ou indefeso. Se fosse preciso, e muitas vezes foi, sabia conspirar com método e competência. Era combativo e sabia usar a seu favor e como uma força a enganosa ideia de fraqueza que alguns tinham dele. Por isso, venceu dois políticos fortes: Marcelo Rebelo de Sousa, nas eleições para presidente da Câmara de Lisboa, e Aníbal Cavaco Silva, nas eleições para Presidente da República.

Jorge Sampaio era um homem gentil e generoso, mas era também um político engenhoso e criativo. Para ele, a política era uma arte que, como a da música, exigia cinco tés: técnica, treino, tenacidade, trabalho, talento. E exige saber

funcionar com os outros, fazendo com eles o milagre da complementaridade e da fusão.

Este homem, sem complacências para consigo mesmo, que, como já se disse, até os prazeres transformava em deveres, soube representar aquilo que as pessoas comuns exigem num político: rigor ético, honestidade pessoal, sobriedade de estilo, modéstia de atitude, atenção aos outros. Foi e fez isto tudo sem a mais pequena concessão à demagogia, ao populismo, ao mediatismo, à política-espectáculo. Nestes tempos em que todos estes perigos se adensam para acossar a democracia, turvando-lhe o horizonte, o seu exemplo vale como um conselho de amigo.

A música é uma arte do tempo. E, no seu tempo, há três tempos: o tempo da obra, o tempo do intérprete e o tempo do ouvinte. Esta também é uma lição para a política, essa outra arte do tempo. Dos nomes que os gregos davam ao tempo – *chronos*, o tempo humano, quantitativo e linear; e *kairós*, o tempo divino, qualitativo e oportuno –, embora ele fosse pontualíssimo, o seu tempo era mais o segundo do que o primeiro. Gostava de adivinhar o tempo da política como um meteorologista prevê o tempo atmosférico, para assim se pôr a postos e aprovisionar-se do que era preciso. Mas não tinha ilusões sobre o tempo e os seres humanos feitos e desfeitos por ele. Com Léo Ferré, sabia que “*Avec le temps, va, tout s'en va, (...) Avec le temps, tout se évanouit!*”

A morte acaba sempre por triunfar mesmo sobre aqueles que, em doenças sucessivas, a tocaram de perto, ao longo dos anos, e se preveniram contra ela, sabendo-a empurrar para longe durante algum tempo. Este antigo Presidente da República, que teve de falar repetidamente ao mundo dos direitos do povo de Timor-Leste, foi um deles. Brincava, aliás, com isso. A sua vida foi, como diria um autor helenístico, uma vida estoíca.

Quando o deserto cresce, a água é um dom. A música era, para Jorge Sampaio, uma forma de felicidade. Era o momento em que o dever de escutar (um dever político) coincidia e se confundia com o prazer de escutar (um prazer artístico). Era o momento em que a música exterior se tornava música interior. Era o momento que lhe dava ao rosto a máscara limpidamente luminosa da eternidade possível.

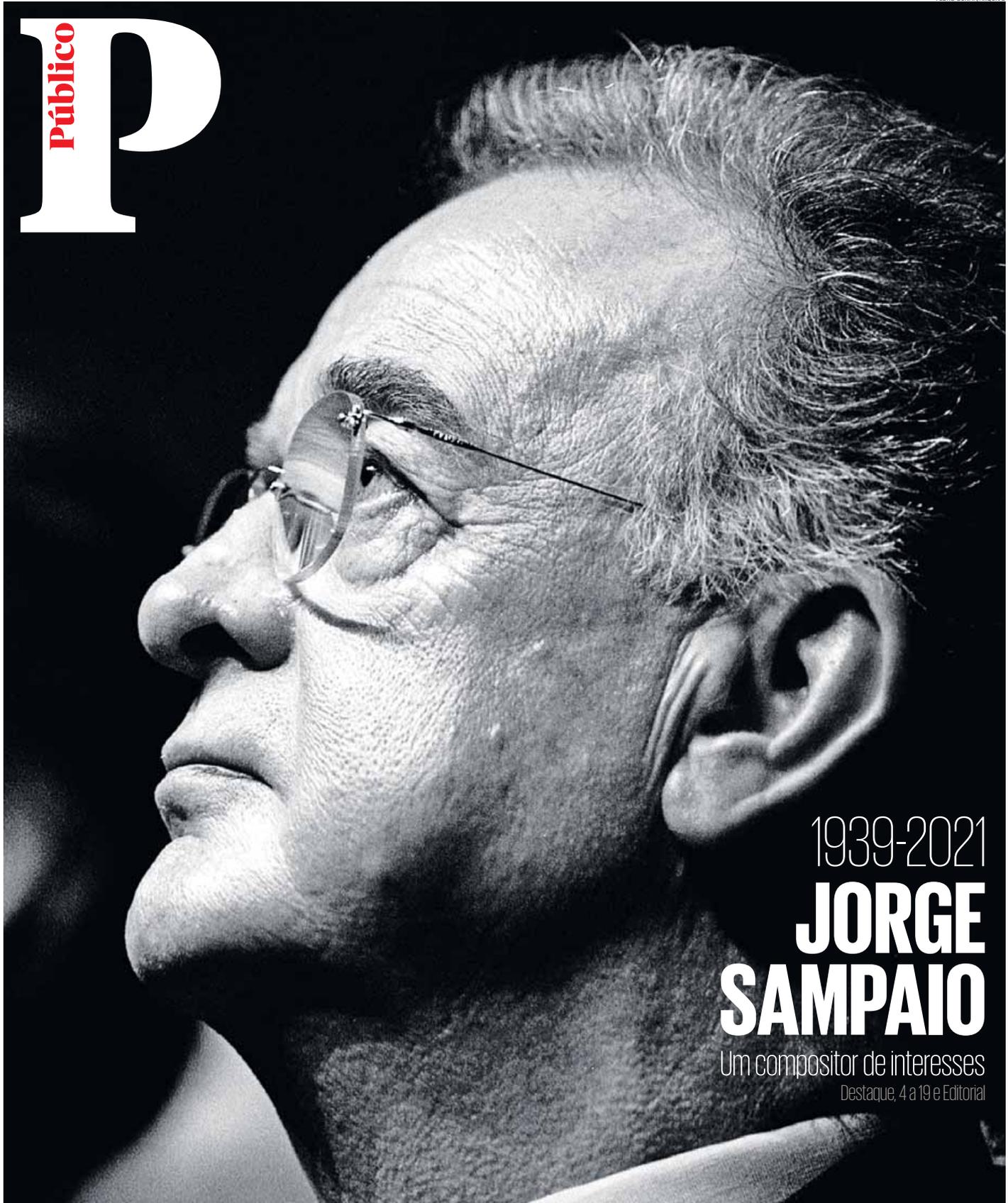
Ex-assessor cultural em Belém



Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Sábado, 11 de Setembro de 2021 • Ano XXXII • n.º 11.460 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,80€

Público
P



1939-2021
**JORGE
SAMPAIO**

Um compositor de interesses
Destaque, 4 a 19 e Editorial